

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da Primeira Emissão de Quotas Sênior do

# FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

CNPJ/MF nº 14.298.854/0001-00

Código ISIN Quotas Sênior nº BRFTPZCTF002

Classificação ANBIMA: FIDC Agro, Indústria e Comércio, Foco de Atuação: FIDC Recebíveis Comerciais

Classificação de Risco de Quotas Sênior: “AAA(bra)”

Registro da Oferta das Quotas Sênior na CVM: nº CVM/SRE/RFD/2012/020, concedido em 06 de dezembro de 2012

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, observado que a primeira emissão terá o prazo de 3 (três) anos, está ofertando 4.000 (quatro mil) quotas sênior (“Quotas Sênior”) da 1ª série (“1ª Série”), com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) (“Valor Unitário de Emissão”), perfazendo o montante total de:

## R\$100.000.000,00

O Fundo é administrado pela INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.418.140/0001-31 (“Administradora”).

O BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30 (“Coordenador Líder”), realizará a distribuição pública das Quotas Sênior (“Oferta”).

A Oferta compreenderá o total de 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior, todas escriturais e mantidas em conta de depósito, em nome dos seus respectivos titulares, pelo Agente Escriturador (conforme definido abaixo).

Nos termos do artigo 24 da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, (“Instrução CVM 400”), caso houvesse demanda por parte dos investidores qualificados que justificasse, a Administradora e o Coordenador Líder poderiam, de comum acordo, exercer opção para distribuição de lote suplementar de Quotas Sênior (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais (conforme definida abaixo), em quantidade correspondente a até 15% (quinze por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertadas (“Quotas Sênior Suplementares”), opção esta que não foi exercida.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior objeto da Oferta poderia ser aumentada de comum acordo entre a Administradora e o Coordenador Líder, em até 20% (vinte por cento) da quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Suplementares) (“Quotas Sênior Adicionais”), opção esta que não foi exercida.

Em 5 de setembro de 2011, a Administradora deliberou sobre a constituição do Fundo sob a forma de condomínio fechado. O “Instrumento Particular de Constituição do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio” e seu regulamento foram registrados em 6 de setembro de 2011 sob o nº 3469893 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, bem como o “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio”, o “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio”, o “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card”, o “Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card”, o “Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card” e o “Instrumento Particular de Sexto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card” todos juntamente com a consolidação do inteiro teor do regulamento (“Regulamento”), foram averbados no mesmo oficial de registro em 6 de outubro de 2011, 23 de abril de 2012, 25 de abril de 2012, 13 de julho de 2012, 20 de agosto de 2012 e 19 de novembro de 2012, respectivamente, às margens dos registros nºs 3469893, 3472823, 3490099, 3490347, 3497482 e 3501427, respectivamente. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM 356”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A Oferta foi registrada na CVM em 06 de dezembro de 2012, sob o nº CVM/SRE/RFD/2012/020, nos termos da Instrução da CVM 356 e da Instrução CVM 400.

Os investidores devem ler atentamente a Seção “Fatores de Risco” nas páginas 52 a 61 deste Prospecto Definitivo. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos da carteira, não há garantia de completa eliminação de possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, qualquer rentabilidade que venha a ser obtida pelo Fundo não representará garantia de rentabilidade futura. Ainda, não há compromisso ou garantia por parte da Administradora de que o objetivo de investimento do Fundo será atingido.

Somente poderão adquirir Quotas Sênior do Fundo Investidores Qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e suas alterações posteriores (“Instrução CVM 409”), que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

As Quotas Sênior serão registradas para distribuição, no mercado primário, no SDT - Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Mercados Organizados (“CETIP”) e serão registradas para negociação no mercado secundário no SF - Módulo de Fundos, também administrado e operacionalizado pela CETIP.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS PARA OS FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO E/OU VENDA DAS QUOTAS DESTES FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DA ANBIMA, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS, OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DE SUA ADMINISTRADORA OU DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR.

O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO NÃO CONTA COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA E GESTORA DA CARTEIRA DO FUNDO, DO CEDENTE, DO CUSTODIANTE, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTES FUNDOS DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IR INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, MAS NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTES PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTES PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO QUE TRATAM OS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO. LEIA O PROSPECTO E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. PARA UMA AVALIAÇÃO DOS RISCOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA AQUISIÇÃO DAS QUOTAS SÊNIOR. OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO “FATORES DE RISCO”, NAS PÁGINAS 52 A 61 DESTES PROSPECTO DEFINITIVO.

“O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, BEM COMO SOBRE AS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.”



“Este Prospecto Definitivo foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas pela CVM. A autorização para funcionamento e/ou venda das Quotas Seniores deste Fundo não implica, por parte da CVM ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, do Administrador, dos Direitos Creditórios ou das demais instituições prestadoras de serviços do Fundo.”

Administradora

**IntragDTVM**  
Administração Fiduciária

Coordenador Líder

**Itaú BBA**

Agência de Classificação de Risco

**Fitch Ratings**

Custodiante

**Itaú**

Cedente

**embratec**

Auditor Independente e Auditor de Conformidade

**KPMG**

Assessoria Jurídica do Cedente

**XBA** | XAVIER BRAGANÇA  
ADVOCADOS

Assessoria Jurídica do Coordenador Líder

**PINHEIRO GUIMARÃES**  
ADVOCADOS

A data deste Prospecto Definitivo é de 07 de dezembro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

### CONTEÚDO

---

Definições .....	7
Sumário do Fundo e da Oferta .....	18
Características do Fundo .....	23
O Fundo .....	23
Informações Gerais .....	23
Objetivo do Fundo .....	23
Público Alvo .....	24
Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo .....	24
Os Direitos de Crédito .....	25
Patrimônio Líquido do Fundo .....	25
As Quotas .....	25
Assembleia Geral .....	25
Eventos de Avaliação .....	28
Eventos de Liquidação .....	33
Publicidade e remessa de documentos e informações .....	33
Taxas, encargos e despesas do Fundo .....	34
Terceiros contratados .....	35
Coordenador Líder .....	35
Custodiante .....	35
Agência de Classificação de Risco .....	36
Agente Escriturador .....	36
Cedente .....	36
Identificação, Perfil e Histórico da Administradora, do Coordenador Líder, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, dos Auditores Independentes, dos Assessores Legais e do Agente Escriturador .....	37
Administradora e Gestora da Carteira do Fundo .....	37
Custodiante .....	39
Agência de Classificação de Risco .....	41
Auditor Independente e Auditor de Conformidade .....	41
Assessores Legais do Cedente .....	42
Agente Escriturador .....	42
Conflito de Interesses .....	43
Relacionamento entre Partes Relacionadas à Oferta .....	44
Relacionamento da Administradora com o Cedente .....	44
Relacionamento do Custodiante com o Cedente .....	44
Relacionamento do Coordenador Líder com o Cedente .....	44

Relacionamento do Auditor Independente com o Cedente .....	45
Relacionamento da Agência de Classificação de Risco com o Cedente.....	45
Relacionamento da Administradora com a Agência de Classificação de Riscos .....	45
Relacionamento do Coordenador Líder com a Agência de Classificação de Riscos .....	46
Relacionamento do Custodiante com o Auditor Independente.....	46
Relacionamento do Custodiante com a Agência de Classificação de Riscos .....	46
Relacionamento do Auditor Independente com a Agência de Classificação de Riscos .....	46
Tributação do Fundo e dos Quotistas .....	47
Tributação do Fundo .....	47
Imposto de Renda .....	47
Tributação dos Quotistas.....	47
Imposto de Renda, no caso de Quotistas residentes no Brasil.....	47
Tributação dos não residentes.....	48
IOF sobre operações com valores mobiliários (IOF-Títulos).....	49
IOF sobre operações de câmbio (IOF-Câmbio) .....	49
Atendimento aos Quotistas .....	50
Política de Divulgação de Informações aos Quotistas.....	50
Exemplares deste Prospecto .....	50
Fatores de Risco.....	52
Riscos de Mercado.....	52
O Fundo, os Ativos Financeiros, o Cedente e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal. ....	52
Riscos de Crédito .....	52
Risco de Descasamento entre as Taxas de Atualização das Quotas Sênior e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo.....	52
<i>Risco de Crédito Relativo aos Direitos de Crédito.</i> .....	53
<i>Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros.</i> .....	53
Riscos de Liquidez.....	53
<i>Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros.</i> .....	53
<i>Liquidez Relativa ao Investimento em Fundo Fechado.</i> .....	54
<i>Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário.</i> .....	54
<i>Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates.</i> .....	54
Riscos Operacionais.....	54
<i>Falhas de Procedimentos.</i> .....	54
<i>Documentos Comprobatórios.</i> .....	55
Risco de Sistemas. ....	56
Risco de Descontinuidade .....	56
Risco de Liquidação Antecipada do Fundo.....	56



Risco Relativo ao Resgate das Quotas Sênior em Direitos de Crédito.....	56
Outros Riscos.....	56
Risco de Originação.....	56
Risco do Originador.....	56
Riscos Relacionados ao Recebimento dos Direitos de Crédito.....	57
Risco de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.....	57
Risco de Ausência de Notificação dos Devedores.....	57
Risco do Registro Intempestivo dos Termos de Cessão.....	57
Riscos e Custos de Cobrança.....	58
Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos de Crédito.....	58
Risco Decorrente da Precificação dos Ativos.....	58
Inexistência de Garantia de Rentabilidade.....	58
Inexistência de Garantias por parte do Cedente.....	58
Risco de Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos de Crédito.....	59
Riscos de Originação / Modificações ao Contrato de Emissão do Cartão Good Card.....	59
Riscos Relacionados às Operações que Envolvam a Administradora como Contraparte do Fundo.....	59
<i>Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo.....</i>	<i>59</i>
<i>Risco de Fungibilidade.....</i>	<i>59</i>
<i>Risco de Governança.....</i>	<i>60</i>
<i>Risco de Concentração.....</i>	<i>60</i>
<i>Risco Relacionado aos Direitos de Crédito não incluírem Encargos Financeiros.....</i>	<i>60</i>
<i>Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo.....</i>	<i>60</i>
Outros Riscos.....	60
Sumário dos principais contratos firmados pelo Fundo.....	62
Contrato de Cessão.....	62
Contrato de Custódia.....	63
Contrato de Escrituração das Quotas.....	63
Contrato de Distribuição.....	63
Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco.....	63
Administradora, Coordenador Líder, Custodiante e Agente Escriturador do Fundo.....	64
Administradora.....	64
Substituição e Renúncia da Administradora.....	65
Vedações à Administradora.....	65
Custodiante.....	66
Coordenador Líder.....	67
Agente Escriturador.....	67
As Quotas.....	69

Quotas .....	69
Classes das Quotas .....	69
Quantidade de Quotas Sênior .....	69
Valor das Quotas Sênior .....	69
Quotas Sênior .....	69
Quotas Subordinadas .....	69
Emissão e Integralização das Quotas .....	70
Amortização e Resgate das Quotas .....	71
Plano de Distribuição .....	73
Regime de Colocação .....	73
Registro da distribuição e negociação das Quotas .....	74
Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta .....	74
Modificação da Oferta .....	74
Suspensão da Oferta .....	75
Cancelamento ou Revogação da Oferta .....	75
Custos da distribuição .....	76
Cronograma da distribuição pública de Quotas Sênior .....	77
Modificação da Oferta .....	77
Ordem de alocação de recursos .....	77
Pagamento dos valores devidos pelo Fundo aos Quotistas .....	78
Os Direitos de Crédito .....	79
Características dos Direitos de Crédito .....	79
Políticas de concessão de crédito e de cobrança .....	79
Informações e estatísticas sobre inadimplementos, perdas e pré-pagamento .....	79
Cessão dos Direitos de Crédito .....	80
Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis .....	81
Critérios de Elegibilidade .....	82
Procedimento para verificação do lastro dos Direitos de Crédito .....	83
Limite de Concentração .....	83
Formalização da Cessão .....	84
Utilização dos Recursos .....	92
Visão Geral do Setor .....	93
Sistema Financeiro Nacional .....	93
Setor privado .....	93
Setor público .....	93
O Cedente dos Direitos de Crédito .....	96
Histórico do Grupo .....	96
O Cedente .....	97
Composição do Capital Social .....	99
Outras Informações .....	99
Recuperação de crédito .....	99
Gerenciamentos e controle de riscos .....	101
Disposições Finais .....	104

<b>Anexos .....</b>	<b>105</b>
Anexo A - Instrumentos Particulares de Constituição e Alteração do Regulamento e Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card.....	107
Anexo B - Relatório de Classificação de Risco.....	229
Anexo C - Declaração da Administradora.....	247
Anexo D - Declaração do Coordenador Líder.....	251
Anexo E- Relatório da Empresa de Auditoria .....	255
Anexo F - Demonstrações Financeiras de Embratec.....	289

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DEFINIÇÕES

No âmbito deste Prospecto Definitivo, os termos definidos utilizados em maiúsculas terão o significado a eles atribuído conforme abaixo, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, adotando-se aqui, por referência e de forma subsidiária, as demais definições constantes da Instrução CVM 356 e do Regulamento:

<u>Administradora</u>	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993.
<u>Afiladas</u>	Qualquer pessoa física, sociedade anônima, instituição, sociedade limitada, filial, sociedade de conta de participação, sociedade unipessoal, <i>joint venture</i> , associação ou outra entidade, que controle, seja controlado por ou esteja sob controle comum com outra pessoa.
<u>Agência de Classificação de Risco</u>	Fitch Ratings do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra, n.º 904, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33.
<u>Agente de Cobrança</u>	Embratec, que prestará serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos cedidos pelo Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, ou seu substituto conforme aprovado em Assembleia Geral.
<u>Agente Escriturador</u>	Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, ou seu sucessor a qualquer título.
<u>Alocação Mínima</u>	No mínimo, 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser alocado em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V do Regulamento.
<u>Amortização Extraordinária</u>	Amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, do Artigo 38 do Regulamento e nos termos da Seção “As Quotas - Amortização e Resgate das Quotas”, na página 71 deste Prospecto.
<u>Amortização Periódica</u>	Amortização parcial das Quotas Sênior promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do Artigo 38 do Regulamento e previstas no respectivo Suplemento das Quotas Sênior.
<u>ANBIMA</u>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<u>Assembleia Geral</u>	Assembleia geral ordinária e/ou extraordinária de Quotistas, realizada nos termos da Seção “Características do Fundo – Assembleia Geral”, na página 25 deste Prospecto.

<u>Ativos Financeiros</u>	São: (i) moeda corrente nacional; (ii) títulos de emissão do Tesouro Nacional; (iii) créditos securitizados pelo Bacen; (iv) fundos de investimento classificados como referenciados DI ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos ou lastreados pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas ou por suas Afiliadas; e (v) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens (ii), (iii) e (iv) acima, contratadas com Instituições Autorizadas e/ou suas Afiliadas.
<u>Auditor de Conformidade</u>	É o terceiro contratado pela Administradora, com a interveniência do Cedente para realizar, trimestralmente, às expensas do Cedente, auditoria junto ao Cedente para averiguar se os Direitos de Crédito são oriundos da utilização, pelos Devedores, do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referentes a Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card.
<u>Auditor Independente</u>	KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes Barros n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001.29, ou seu sucessor a qualquer título.
<u>Bacen</u>	Banco Central do Brasil.
<u>Banco Topázio</u>	Banco Topázio S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dezoito de Novembro, n.º 277, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.679.404/0001-00.
<u>BM&amp;FBOVESPA</u>	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antonio Prado, n.º 48, Centro, CEP 01010-010, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.346.601/0001-25.
<u>Cartão Good Card</u>	Cartão oferecido pelo Cedente que permite ao seu titular e/ou beneficiários a aquisição de produtos e/ou serviços oferecidos pelos Estabelecimentos Credenciados, nos termos das Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card.
<u>Cedente</u>	Embratel.
<u>CETIP</u>	CETIP S.A. – Mercados Organizados, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, n.º 230, 7º (parte), 10º e 11º andares, Centro, CEP 20031-919, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.358.105/0001-91, e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários.
<u>CMN</u>	Conselho Monetário Nacional.
<u>CNPJ/MF</u>	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda.

<u>Código ANBIMA</u>	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimentos.
<u>Código Civil</u>	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, com suas alterações posteriores.
<u>COFINS</u>	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social.
<u>Conta do Fundo</u>	Conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo.
<u>Contrato de Cessão</u>	Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo e a Embratex, com interveniência e anuência do Custodiante, conforme aditado em 17 de agosto de 2012 por meio do Primeiro Aditamento e Consolidação ao Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças.
<u>Contrato de Cobrança</u>	Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora e a Embratex, como Agente de Cobrança, com interveniência do Custodiante.
<u>Contrato de Custódia</u>	Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e o Custodiante, com interveniência e anuência do Cedente. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.
<u>Contrato de Distribuição</u>	Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Sênior, sob o Regime de Garantia Firme, de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card firmado entre o Fundo, a Administradora, o Cedente e o Coordenador Líder.
<u>Contratos de Emissão do Cartão Good Card</u>	Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios e os Contratos de Emissão do Cartão Good Card Frotas, quando referidos em conjunto.
<u>Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios</u>	Contratos celebrados entre o Banco Topázio e a Embratex, em conjunto, na qualidade de administradoras do Sistema Good Card, e o contratante, devidamente qualificado no termo de adesão, formulário complementar às cláusulas do Contrato de Emissão do Cartão Good Card Benefícios, no qual constarão os dados cadastrais e comerciais que deverão ser atendidos pelas partes. O objeto de tais Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios consiste na utilização, pelo contratante, do Sistema Good Card, por meio do qual serão fornecidos Cartões Good Card que credenciarão seus portadores à realização de Operações de Gestão de Benefícios.

<u>Contratos de Emissão do Cartão Good Card Frotas</u>	Contratos celebrados entre o Banco Topázio e a Embratex, em conjunto, na qualidade de administradoras do Sistema Good Card, e o contratante, devidamente qualificado no termo de adesão, formulário complementar às cláusulas do Contrato de Emissão do Cartão Good Card Frotas, no qual constarão os dados cadastrais e comerciais que deverão ser atendidos pelas partes. O objeto de tais Contratos de Emissão do Cartão Good Card Frotas consiste na utilização, pelo contratante, do Sistema Good Card, por meio do qual serão fornecidos Cartões Good Card que credenciarão seus portadores à realização de Operações de Gestão de Frotas.
<u>Coordenador Líder</u>	Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, n.º 3400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30.
<u>Contrato de Escrituração</u>	Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo.
<u>Contrato de Promessa de Subscrição</u>	Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo e Outras Avenças celebrado entre a Embratex e o Fundo, representado pela Administradora.
<u>Coordenadores</u>	Coordenador Líder e as demais instituições financeiras que venham a ser contratadas pelo Coordenador Líder para realizar a distribuição pública das Quotas Sênior.
<u>CPF/MF</u>	Cadastro de Pessoas Físicas, do Ministério da Fazenda.
<u>Crítérios de Elegibilidade</u>	Tem o significado que lhes é atribuído no artigo 11 do Regulamento e na Seção “Os Direitos de Crédito – Crítérios de Elegibilidade”, na página 82 deste Prospecto.
<u>CSLL</u>	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
<u>Custodiante</u>	Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, ou seu sucessor a qualquer título.
<u>CVM</u>	Comissão de Valores Mobiliários.
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas</u>	Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior ou a Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, o que ocorrer primeiro.
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior</u>	Data da 1ª subscrição de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas</u>	Data da 1ª subscrição de Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, pelo Cedente, à disposição do Fundo.



<u>Datas de Amortização</u>	Cada uma das datas “T” indicadas no Suplemento de cada emissão, na qual será realizada a Amortização Periódica das Quotas Sênior, observadas as disposições do Regulamento.
<u>Data de Aquisição</u>	Cada data em que o Custodiante verifica o atendimento, dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo, aos Critérios de Elegibilidade e da disponibilização do Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis por meio da página eletrônica da Internet <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a> , na forma descrita no Contrato de Cessão.
<u>Data de Resgate</u>	No caso da Primeira Emissão, é a data que ocorrer 36 (trinta e seis) meses após a Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento. No caso das futuras emissões, é a data definida no respectivo Suplemento.
<u>Data de Verificação</u>	É o primeiro Dia Útil de cada mês.
<u>Decreto n.º 6.306/07</u>	Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.
<u>Devedores</u>	Clientes do Cedente que realizam Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios através de seus empregados que utilizam os Cartões Good Card nos Estabelecimentos Credenciados.
<u>Dia Útil</u>	Qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos do Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição desta seção, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte.
<u>Direitos de Crédito</u>	Direitos de crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embrattec e devidas pelos Devedores em decorrência da realização de (i) Operações de Gestão de Frotas e (ii) Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros.
<u>Direitos de Crédito Inadimplidos</u>	Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Devedores.
<u>Documentos Comprobatórios</u>	Notas Fiscais Eletrônicas.
<u>Documentos da Operação</u>	Contrato de Cessão, cada Termo de Cessão, Regulamento, Termo de Adesão, Suplementos, Contrato de Custódia, Contrato de Escrituração, Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas, Contrato de Cobrança e Contrato de Distribuição.
<u>Embrattec</u>	Empresa Good Card – Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração em Convênios HOM Ltda., com sede na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Machado de Assis, n.º 50, prédio 3, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.506.307/0001-57.

<u>Encargos do Fundo</u>	Além da Taxa de Administração, as seguintes despesas: (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo; (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação pertinente; (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas; (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora; (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo; (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido; (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral; (h) taxas de custódia de ativos do Fundo; (i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco; (j) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e (k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.
<u>Encargos Financeiros</u>	Encargos financeiros e moratórios decorrentes do inadimplemento dos Direitos de Crédito devidos pelos Devedores nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, os quais permanecem de posse e propriedade do Cedente, excluídos, assim, dos Direitos de Crédito.
<u>Estabelecimentos Credenciados</u>	Nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, o estabelecimento fornecedor de bens e serviços filiado ao Sistema Good Card, autorizado a receber o Cartão Good Card como meio de pagamento.
<u>Eventos de Avaliação</u>	Têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 52 do Regulamento.
<u>Eventos de Liquidação</u>	Têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 53 de Regulamento.
<u>Excesso de Cobertura</u>	Tem o significado que lhes é atribuído no parágrafo 8º do Artigo 38 do Regulamento.
<u>FGC</u>	Fundo Garantidor de Créditos.
<u>Fundo</u>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, observado que a Primeira Emissão terá o prazo de 3 (três) anos, tendo cada emissão seguinte o prazo determinado em seu respectivo Suplemento, e tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito.
<u>Grupo Econômico</u>	É, em relação a qualquer pessoa, o grupo formado por seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum.
<u>IN n.º 1.022/10</u>	Instrução Normativa n.º 1.022, de 05 de abril de 2010.

<u>Instituições Autorizadas</u>	São as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco Safra S.A.
<u>Instrução CVM 301</u>	Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.
<u>Instrução CVM 356</u>	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, que regulamenta a constituição e o funcionamento dos fundos de investimento em direitos creditórios e dos fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios.
<u>Instrução CVM 400</u>	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, que dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários nos mercados primário ou secundário.
<u>Instrução CVM 409</u>	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.
<u>Investidores Qualificados</u>	São todos os investidores autorizados, nos termos da regulamentação em vigor, inclusive do artigo 109 da Instrução CVM 409, a investir em fundos de investimento em direitos creditórios.
<u>IOF</u>	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
<u>IRF</u>	Imposto de renda na fonte.
<u>IRPJ</u>	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
<u>Lei n.º 8.981/95</u>	Lei n.º 8.981, de 20 de janeiro de 1995.
<u>Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior</u>	É o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o respectivo Suplemento.
<u>Nota Fiscal Eletrônica</u>	Nota Fiscal Eletrônica, documento exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, autorizado pela autoridade fiscal competente, com o intuito de documentar a operação de prestação dos serviços no âmbito de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios realizadas junto ao Sistema Good Card, a qual inclui os valores de reembolso dos débitos mensalmente contraídos pelos Devedores junto ao Sistema Good Card através da realização de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios.
<u>Obrigações do Fundo</u>	São todas as obrigações do Fundo previstas neste Prospecto, no Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e do resgate das Quotas.
<u>Oferta</u>	Distribuição das Quotas Sênior do Fundo contemplada neste Prospecto.

<u>Operações de Gestão de Benefícios</u>	Operações de aquisição de bens, produtos e serviços em Estabelecimentos Credenciados de diversos setores, mediante a utilização dos Cartões Good Card bem como a contratação de serviços relacionados à gestão de benefícios dos Devedores nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios.
<u>Operações de Gestão de Frotas</u>	Operações de aquisição de bens e produtos em Estabelecimentos Credenciados, tais como postos de abastecimento de combustível e oficinas mecânicas, mediante a utilização dos Cartões Good Card bem como a contratação de serviços relacionados à gestão de frotas dos Devedores nos termos do Contrato de Emissão do Cartão Good Card Frotas.
<u>Partes Relacionadas</u>	Qualquer outra Pessoa que controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com tal Pessoa especificada. Para os fins desta definição, quando utilizado com relação a qualquer Pessoa especificada, significa o poder de direcionar a administração e as políticas de tal Pessoa, direta ou indiretamente, seja através da propriedade de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma; e os termos: controlando e controlado terão significados correlatos.
<u>Patrimônio Líquido</u>	Somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX e às provisões referidas no Capítulo XX e no Capítulo XVII do Regulamento.
<u>Periódico</u>	Diário Comércio, Indústria e Serviços.
<u>Pessoa</u>	Qualquer pessoa física ou jurídica, incluindo qualquer sociedade, parceria, associação, consórcio, fundo, sociedade não personificada ou entidade governamental.
<u>PIS</u>	Programa de Integração Social.
<u>Política de Direito de Voto</u>	Política de exercício de direito de voto em Assembleias Gerais do Fundo adotada pela Administradora e registrada na ANBIMA.
<u>Política de Cobrança</u>	Política de Cobrança adotada pelo Agente de Cobrança em face dos Devedores que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento.
<u>Política de Concessão de Crédito</u>	Política de concessão de créditos descrita na forma do Anexo III do Regulamento, que deve ser observada pelo Cedente na concessão de crédito aos Devedores, quando da realização de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, conforme o caso, que dão origem aos Direitos de Crédito.
<u>Prazo de Colocação</u>	Prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação do anúncio de início para colocação das Quotas Sênior pelo Coordenador Líder.
<u>Prazo de Duração</u>	Prazo de duração do Fundo, que é indeterminado, sem prejuízo do disposto no Regulamento, observado que a Primeira Emissão terá o prazo de 3 (três) anos e cada emissão seguinte terá prazo determinado de duração estipulado em seu respectivo Suplemento.

<u>Preço de Aquisição</u>	Preço de aquisição dos Direitos de Crédito pelo Fundo, apurado na forma prevista no Contrato de Cessão.
<u>Primeira Emissão</u>	Emissão de Quotas Sênior da 1ª Série e a primeira emissão de Quotas Subordinadas do Fundo, na forma do Artigo 28 e do Artigo 29 do Regulamento.
<u>Prospecto ou Prospecto Definitivo</u>	Este prospecto definitivo da Oferta das Quotas Sênior da 1ª Série de emissão do Fundo, e suas respectivas atualizações, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400, bem como das demais leis e regulamentos aplicáveis.
<u>Prospecto Preliminar</u>	O prospecto preliminar da oferta pública das Quotas Sênior da 1ª Série de emissão do Fundo, e suas respectivas atualizações, elaborado em conformidade com as disposições da Instrução CVM 356 e da Instrução CVM 400, bem como das demais leis e regulamentos aplicáveis.
<u>Público Alvo</u>	Aqueles definidos como Investidores Qualificados.
<u>Quotas</u>	Quotas Sênior e Quotas Subordinadas, conjuntamente.
<u>Quotas em Circulação</u>	A totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas resgatadas.
<u>Quotas Sênior</u>	Quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo, observado o disposto no Regulamento.
<u>Quotas Sênior Adicionais</u>	Quotas adicionais que poderiam ser acrescidas à quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400, observado que não foi exercida a opção.
<u>Quotas Sênior em Circulação</u>	Totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior canceladas ou resgatadas.
<u>Quotas Sênior Suplementares</u>	Quotas suplementares que poderiam ser acrescidas a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertadas (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais), nos termos do artigo 24, da Instrução CVM 400, observado que não foi exercida a opção.
<u>Quotas Subordinadas</u>	Quotas subordinadas, emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pela Embratel, observado o disposto no Regulamento.
<u>Quotas Subordinadas em Circulação</u>	Totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas canceladas ou resgatadas.
<u>Quotistas</u>	Titulares das Quotas.
<u>Quotistas Sênior</u>	Titulares das Quotas Sênior.
<u>Quotistas Subordinados</u>	Titulares das Quotas Subordinadas.
<u>Regulamento</u>	Regulamento do Fundo, registrado sob o nº 3469893 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Capital, Estado de São Paulo, conforme alterado em 06 de outubro de 2011, 23 de abril de 2012, 25 de abril de 2012, 13 de julho de 2012 e 20 de agosto de

	<p>2012, respectivamente por meio do “Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio”, “Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio”, do “Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card”, do “Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card”, do “Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card” e do “Instrumento Particular de Sexto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card”, todos averbados no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Capital, Estado de São Paulo, às margens dos registros n.ºs 3469893, 3472823, 3490099, 3490347, 3497482 e 3501427, respectivamente.</p>
<u>Relação Mínima</u>	<p>Percentual de Quotas Subordinadas em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, que deverá ser equivalente a 20% (vinte por cento).</p>
<u>Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	<p>É a relação dos Direitos de Crédito elegíveis que o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil mediante a celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente e a Administradora. O Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, cujo modelo encontra-se no Anexo IV ao Contrato de Cessão, identificará os Direitos de Crédito elegíveis que serão adquiridos pelo Fundo, os Devedores dos Direitos de Crédito elegíveis e o Preço de Aquisição.</p>
<u>Resolução CMN 2.689</u>	<p>Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações subsequentes.</p>
<u>Resolução CMN 2.907</u>	<p>Resolução n.º 2.907, expedida pelo Conselho Monetário nacional em 29 de novembro de 2001.</p>
<u>SELIC</u>	<p>Sistema Especial de Liquidação e Custódia.</p>
<u>SDT</u>	<p>Módulo de Distribuição – SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.</p>
<u>SF</u>	<p>Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.</p>
<u>SFN</u>	<p>Sistema Financeiro Nacional.</p>
<u>SIMPLES</u>	<p>Sistema integrado de pagamento de impostos e contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte.</p>
<u>Sistema Good Card</u>	<p>Conjunto de estabelecimentos comerciais, pessoas, procedimentos e tecnologias operacionais necessárias à utilização e administração dos Cartões Good Card.</p>
<u>Suplemento</u>	<p>Suplemento ao Regulamento emitido no âmbito de cada emissão, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações (i) montante das Quotas Sênior; (ii) quantidade de Quotas Sênior; (iii) preço de emissão; (iv) Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior; (v) Amortizações Periódicas; (vi) Data de Resgate; e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior.</p>

<u>Taxa de Administração</u>	Taxa devida pelo Fundo à Administradora em decorrência da prestação dos serviços de administração e gestão do Fundo, conforme descrita no Artigo 17 do Regulamento.
<u>Taxa DI</u>	<p>Taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, Extra Grupo, apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis.</p> <p>Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC.</p>
<u>Termo de Adesão</u>	Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas relacionada a cada emissão.
<u>Termo de Cessão</u>	Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, e o Cedente, elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo V ao Contrato de Cessão, que regulará a cessão de Direitos de Crédito selecionados para aquisição pelo Fundo, bem como identificará tais Direitos de Crédito e o Preço de Aquisição.
<u>Valor Unitário de Emissão</u>	R\$ 25.000,00 na Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior e na Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas.

## SUMÁRIO DO FUNDO E DA OFERTA

<b>Emissor:</b>	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card.
<b>Tipo de fundo:</b>	Fundo fechado, <i>i.e.</i> , o resgate de Quotas somente poderá ocorrer após o término do Prazo de Duração do Fundo ou da respectiva emissão, série ou classe de Quotas, conforme o caso, ocasião em que todos os Quotistas deverão ter suas Quotas resgatadas, ou nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo, conforme previstas no Regulamento.
<b>Classificação CVM:</b>	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.
<b>Classificação ANBIMA:</b>	Para os fins do Código ANBIMA, o Fundo é caracterizado como do tipo FIDC Agro, Indústria e Comércio, cujo foco de atuação é FIDC Recebíveis Comerciais.
<b>Cedente:</b>	Embratec.
<b>Direitos de Crédito:</b>	Direitos de Crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratec e devidas pelos Devedores em decorrência da realização de (i) Operações de Gestão de Frotas e (ii) Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros.
<b>Classificação de risco das Quotas Sênior:</b>	“AAA(bra)” (Fitch Ratings).
<b>Prazo de Duração do Fundo</b>	Indeterminado, sem prejuízo do disposto no Regulamento.
<b>Prazo de Duração da Primeira Emissão:</b>	3 (três) anos e cada emissão seguinte terá prazo determinado de duração estipulado em seu respectivo Suplemento.
<b>Quantidade Total de Quotas Sênior:</b>	Serão emitidas 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior.
<b>Limite de Emissão de Quotas Sênior:</b>	O valor de emissão da totalidade das Quotas Sênior será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data da Primeira Emissão.
<b>Quantidade total de Quotas Subordinadas:</b>	Serão emitidas e subscritas, pelo Cedente, Quotas Subordinadas, em montante suficiente para atender a Relação Mínima, as quais não serão objeto da Oferta.
<b>Tipos de Quotas:</b>	Quotas Sênior e Quotas Subordinadas.
<b>Série:</b>	1ª Série.
<b>Valor Unitário de Emissão:</b>	R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
<b>Taxa de Administração e demais taxas:</b>	Taxa de administração pela prestação dos serviços de administração e gestão do Fundo, pela Administradora, equivalente ao valor mensal de R\$1.900,00 (mil e novecentos reais) acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais) ou (ii) 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo. Estes valores serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC-FIPE do ano anterior, ou, na sua falta, pela variação do IGP-M, ou, na falta de ambos, do IGP-DI, publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).



	A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração. Não será cobrada taxa de performance, de ingresso ou de saída dos subscritores das Quotas.
<b>Forma de colocação das Quotas Sênior:</b>	Distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação.
<b>Público Alvo:</b>	São aqueles definidos como Investidores Qualificados, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.
<b>Registro para distribuição e negociação:</b>	As Quotas Sênior serão registradas para (i) distribuição, no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas; e (ii) negociação no mercado secundário no SF, também administrado e operacionalizado pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.
<b>Objetivos do Fundo:</b>	Proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, sem prejuízo da possibilidade de aquisição de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento.
<b>Administradora:</b>	INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>Coordenador Líder:</b>	Banco Itaú BBA S.A.
<b>Custodiante:</b>	Itaú Unibanco S.A.
<b>Agência de Classificação de Risco:</b>	Fitch Ratings do Brasil Ltda.
<b>Agente de Cobrança:</b>	Embratrec.
<b>Agente Escriturador:</b>	Itaú Corretora de Valores S.A.
<b>Auditor Independente:</b>	KPMG Auditores Independentes.
<b>Assessores Legais do Cedente:</b>	Xavier Bragança Advogados.
<b>Assessores Legais do Coordenador Líder:</b>	Pinheiro Guimarães - Advogados.
<b>Destinação dos Recursos:</b>	Os recursos proeminentes da Oferta de Quotas Sênior serão utilizados pelo Fundo, primordialmente, na aquisição de Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, observada a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecidas no Capítulo IV e no Capítulo XVII do Regulamento.

**Amortizações:**

A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá, nas respectivas Datas de Amortização, calculadas na forma do Artigo 38 do Regulamento, nas datas “T” indicadas no Suplemento. Adicionalmente, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior em circulação (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos; e (ii) caso a Embratex não subscreva Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos.

**Fatores de Risco:**

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Quotas, vide seção “Fatores de Risco”, na página 52 deste Prospecto.

**Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo:**

Observado o disposto no Capítulo XXI do Regulamento e conforme descrito na seção “Assembleia Geral” na página 25 deste Prospecto, compete à Assembleia Geral privativamente:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento da taxa que tenha sido objeto de redução;
- d) deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
- e) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto no item o) abaixo, observado o procedimento do Capítulo XV do Regulamento;
- f) aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração mencionadas no Regulamento, as quais se submetem a quóruns de deliberação específicos;
- g) aprovar a substituição do Custodiante;
- h) resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto no Regulamento;
- i) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto no Regulamento;
- j) aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;
- k) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata o Artigo 36 do Regulamento ou os critérios de amortização estabelecidos no Artigo 38 do Regulamento e no Suplemento;
- l) alterar os quóruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto na Seção “Assembleia Geral” na página 25 deste Prospecto;

- m) aprovar a realização de alterações nos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, caso essas alterações afetem a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimentos do Fundo ou o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente;
- n) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos do Artigo 64 do Regulamento;
- o) resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- p) aprovar a substituição do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco; e
- q) aprovar a substituição do Agente de Cobrança.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembleia Geral será considerada validamente instalada, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

**Publicações:**

Quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no Periódico do Fundo, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

**Declarações:**

As declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, da Administradora e do Coordenador Líder, encontram-se anexas a este Prospecto.

**Prospecto:**

O Prospecto está disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: **Banco Itaú BBA S.A.**, Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, São Paulo, SP ([www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp](http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp) (neste *website* acessar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card – Prospecto Definitivo”)); **INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, São Paulo, SP ([www.intrag.com.br/](http://www.intrag.com.br/) (neste *website* acessar “Fundos de Investimento” “Fundos Estruturados”, item “Prospectos”, selecionar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card – Prospecto Definitivo”)); **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**, Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ ou Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website* acessar “Acesso Rápido – Ofertas Registradas”, clicar em “2012 - Entrar”, acessar “Quotas de FIDC”, clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card”, acessar “Prospecto Definitivo”)); **CETIP S.A. – Mercados Organizados**, Avenida

Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar, CEP 01452-001, São Paulo, SP ou Av. República do Chile, n.º 230, 11º andar, CEP 20031-919, Rio de Janeiro, RJ ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) (neste *website* clicar em “Comunicados e Documentos”, no campo “Critérios de Filtro” acessar “Prospectos”, selecionar “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados” e, em seguida, clicar em “Good Card FIDC”))).

**Informações Adicionais:**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas com a Administradora, com o Coordenador Líder e com a CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação, Perfil e Histórico da Administradora, do Coordenador Líder, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, dos Auditores Independentes, dos Assessores Legais”, na página 36 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 10 de setembro de 2012, tendo a CVM concedido o registro em 06 de dezembro de 2012, sob o n.º CVM/SRE/RDF/2012/020.

## CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

*As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não substituem o Regulamento. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate das Quotas Sênior, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.*

### O Fundo

#### Informações Gerais

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado observadas as disposições do Regulamento, ou seja, as Quotas somente serão resgatadas ao término do respectivo prazo de resgate, na Data de Resgate ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme previsto no Regulamento.

A Primeira Emissão terá Prazo de Duração de 3 (três) anos e cada emissão seguinte terá prazo determinado de duração estipulado em seu respectivo Suplemento.

Na hipótese do Prazo de Duração não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será iniciada no Dia Útil subsequente.

O término do Prazo de Duração não afetará o cumprimento das obrigações do Fundo que tenham se tornado exigíveis até o último dia daquele, inclusive.

Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada, e da IN n.º 1.022/10, a Administradora envidará os melhores esforços para orientar a política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo, de forma a caracterizar o investimento das Quotas do Fundo como de longo prazo. No entanto, tal fato não deverá ser considerado, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação ou garantia da Administradora aos Quotistas.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo I do Regulamento.

#### Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, sem prejuízo da possibilidade de aquisição de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento.

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações assegurados aos seus titulares, sendo certo que os Direitos de Crédito não incluem os respectivos Encargos Financeiros, permanecendo os direitos relacionados a tais Encargos Financeiros propriedade do Cedente, nos termos dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e o Cedente.

O Fundo buscará atingir para suas Quotas Sênior a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior definida no Suplemento relativo à Primeira Emissão e nos respectivos Suplementos de cada nova emissão das Quotas Sênior do Fundo.

A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa, obrigação, garantia ou sugestão de rentabilidade da Administradora aos Quotistas.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo IV, Artigo 4 do Regulamento.

## Base legal

O Fundo é disciplinado pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356, por seu Regulamento anexo a este Prospecto, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### Público Alvo

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, somente Investidores Qualificados, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

As Quotas Subordinadas serão exclusivamente subscritas pela Embratec.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo III, Artigo 3 do Regulamento.

### Política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade. Caso o Fundo não disponha de Direitos de Crédito suficientes para atingir a Alocação Mínima, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral. Se e quando tal autorização for obtida pela Administradora, os Quotistas serão comunicados do fato por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, ou (iii) publicação de aviso no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme Capítulo XXII do Regulamento. A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) créditos securitizados pelo Bacen;
- d) fundos de investimento classificados como referenciados DI ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos ou lastreados pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas ou por suas Afiliadas; e
- e) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens b), c) e d) acima, contratadas com Instituições Autorizadas e/ou suas Afiliadas.

Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, a Administradora deverá observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo, descritos no Regulamento.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, ou de Devedores ou coobrigados de um mesmo Grupo Econômico, no limite de 2% (dois por cento) de seu Patrimônio Líquido.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste item serão observados (i) diariamente, em relação aos Ativos Financeiros e (ii) em cada Data de Aquisição, em relação aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos, com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo.

O Fundo não realizará: (i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) operações em mercado de derivativos; e (iii) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

As aplicações no Fundo estão sujeitas a perdas patrimoniais e não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

O Cedente é responsável pela existência, certeza, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, correta formalização e exigibilidade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, até a liquidação integral dos Direitos de Crédito. Tais responsabilidades do Cedente não afastam as obrigações do Custodiante, nos termos do artigo 38 da Instrução CVM 356.

O Cedente e suas Partes Relacionadas não se responsabilizarão pelo pagamento dos Direitos de Crédito por parte dos Devedores ou pela solvência dos Devedores. Assim, a realização de tais Direitos de Crédito depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento dos Direitos de Crédito pelos Devedores. Não existe nenhuma garantia ou certeza de que o referido pagamento será efetuado.

Em qualquer caso, o Cedente, nos termos do artigo 295 do Código Civil, se responsabilizará, nas esferas cíveis e criminais, pela existência, exigibilidade, conteúdo, exatidão, legalidade, legitimidade, veracidade e correta formalização dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, nos termos do Contrato de Cessão.

A cessão, pelo Cedente, dos Direitos de Crédito ao Fundo, abrangerá não somente os Direitos de Crédito, bem como todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, ações, coobrigações e garantias assegurados ao Cedente por força dos Direitos de Crédito, nos termos dos correspondentes Documentos Comprobatórios, excetuados os Encargos Financeiros.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou suas Afiliadas, atuem na condição de contraparte desde que tais operações sejam realizadas em condições de mercado.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo IV do Regulamento.

#### Os Direitos de Crédito

Os Direitos de Crédito são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo, oriundos das Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratel e devidas pelos Devedores em decorrência da realização de (a) Operações de Gestão de Frotas e (b) Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros, permanecendo os direitos relacionados a tais Encargos Financeiros de propriedade do Cedente, de forma a cumprir com a política de investimento definida no Regulamento e que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade.

A KPMG Auditores Independentes desenvolveu uma análise da carteira de Direitos de Crédito do Cedente em quatro fases distintas, sendo: (i) a primeira fase compreendendo o faturamento originado no período de 09 de setembro de 2010 até 17 de setembro de 2010; (ii) a segunda fase compreendendo o faturamento originado no período de 01º de junho de 2011 a 05 de setembro de 2011; (iii) a terceira fase compreendendo o faturamento originado no período de 22 de dezembro de 2011 até 07 de fevereiro de 2012; e (iv) a quarta fase compreendendo o faturamento originado no período de 17 de maio de 2012 até 15 de junho de 2012. O resultado dessa análise foi compilado em um relatório que consta do Anexo E a este Prospecto.

#### Patrimônio Líquido do Fundo

O Patrimônio Líquido do Fundo correspondente ao somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX do Regulamento e às provisões referidas no Capítulo XVII do Regulamento.

#### As Quotas

O Fundo emitirá, para distribuição pública, Quotas Sênior. A emissão da 1ª Série de Quotas Sênior do Fundo compreenderá o total de (i) 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais); e (ii) 800 (oitocentas) Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), que serão integralmente subscritas pela Embratel.

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido. O Fundo será constituído por Quotas Sênior e Quotas Subordinadas. Cada série ou classe de Quotas terá as mesmas características e conferirá a seus titulares iguais direitos e obrigações, observados os termos do Regulamento.

Para maiores informações, favor referir-se à Seção “As Quotas”, na página 70 deste Prospecto.

#### Assembleia Geral

As deliberações sobre as matérias indicadas abaixo e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral, que não expressamente indicadas neste item, dependerão de aprovação de

Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes:

- a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- d) deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
- e) deliberar sobre liquidação do Fundo, observado o procedimento para amortização ou ao resgate das Quotas conforme descritos no Regulamento;
- f) aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração mencionadas no Regulamento, as quais se submetem a quóruns de deliberação específicos;
- g) aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;
- h) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos; e
- i) aprovar a substituição do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco.

As deliberações sobre as matérias indicadas abaixo dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas Sênior em Circulação:

- a) resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto no Regulamento;
- b) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto no Regulamento; e
- c) aprovar a substituição do Agente de Cobrança.

As deliberações sobre as matérias indicadas abaixo dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) de todas as Quotas em Circulação e com direito a voto, conforme o caso:

- a) aprovar a substituição do Custodiante;
- b) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior previstos no Regulamento ou os critérios de amortização estabelecidos no Regulamento e no Suplemento;
- c) alterar os quóruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto no Regulamento; e
- d) aprovar a realização de alterações nos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, caso essas alterações afetem a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimentos do Fundo, ou o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente.

A deliberação indicada abaixo dependerá, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior em Circulação e com direito a voto:

- a) resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo.



Para os fins do disposto no Regulamento, não terão direito a voto as Quotas Sênior que eventualmente sejam detidas pelo Cedente, ou que pertençam a controladores, controladas, coligadas ou subsidiárias do Cedente e seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quóruns estabelecidos neste item, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
- (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) não exercer cargo no Cedente.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XXI do Regulamento.

#### Eventos de Avaliação

São considerados eventos de avaliação do Fundo, quaisquer dos seguintes eventos:

- a) não recomposição da Relação Mínima, nos termos do Artigo 31 do Regulamento;
- b) realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior, nos termos dos Parágrafos 5º, 6º e 7º do Artigo 38 do Regulamento;
- c) rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- d) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- e) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, desde que, notificado pelo Custodiante após o Custodiante ter tomado conhecimento deste descumprimento, para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- f) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 20 (vinte) dias consecutivos;
- g) caso a reserva para pagamento das amortizações das Quotas mencionada no Parágrafo 3º do Artigo 38 do Regulamento não seja constituída;
- h) caso a Administradora verifique, no resultado das verificações de lastro realizadas pelo Custodiante, nos termos do Parágrafo 5º do Artigo 21 do Regulamento, que mais de 5% (cinco por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo não estejam em conformidade com os parâmetros descritos no Anexo V do Regulamento;
- i) inobservância pelo Agente de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- j) inobservância, pelo Cedente, de seus deveres e obrigações previstos no Contrato de Cessão, desde que notificado pelo Administrador ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- k) inobservância, pelo Cedente, de seu dever de informar ao Custodiante, na mesma data da ocorrência, eventual cancelamento ou anulação de Notas Fiscais Eletrônicas;
- l) caso qualquer alteração seja efetuada nos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, sem que o Cedente notifique a Administradora em até 5 (cinco) dias corridos;
- m) caso a Administradora entenda que qualquer alteração efetuada nos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, sem a aprovação prévia pela Assembleia Geral nos termos do Artigo 57 do

Regulamento, afeta a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimento do Fundo ou o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente;

- n) na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- o) caso a Administradora entenda que há uma situação de risco relevante para o Fundo não prevista no Regulamento;
- p) inadimplemento, por parte do Cedente, de qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu contra valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;
- q) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;
- r) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos de Crédito pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos do Regulamento; e
- s) verificação, pelo Auditor de Conformidade, mediante a auditoria mencionada no Parágrafo 3º do Artigo 4º do Regulamento, de Direitos de Crédito que não foram objeto da utilização, pelos Devedores, do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referente a Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card;
- t) ocorrência de alteração do controle acionário, direto ou indireto, do Cedente procedida fora do grupo de controle ao qual pertence o Cedente;
- u) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 10% (dez por cento);
- v) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 8% (oito por cento);
- w) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 8% (oito por cento);
- x) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 7% (sete por cento);
- y) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 5% (cinco por cento);
- z) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo represente percentual superior a 20% (vinte por cento);
- aa) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Recompra represente percentual superior a 15% (quinze por cento); ou

bb) caso, em qualquer Data de Verificação, Índice de Resolução represente percentual superior a 5% (cinco por cento).

Para fins dos itens (u), (v), (w) e (x) acima, o Índice de Atraso será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F:D} = \frac{PNP_{F:D}}{PT_D}$$

onde:

$Atraso_{F:D}$ : é o Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso  $F$  na data  $D$ ;

$PNP_{F:D}$ : é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito que contenham, na respectiva data referencial de cálculo  $D$ , data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a  $D$ , vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso  $F$ ;

$PT_D$ : é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo na data referencial de cálculo  $D$  a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, excluído o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito integralmente provisionados como perda;

$D$ : Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês;

$F$ : Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso  $F$  variam no seguinte conjunto:

$F30$ : Faixa de atraso acima de 30 dias;

$F60$ : Faixa de atraso acima de 60 dias;

$F90$ : Faixa de atraso acima de 90 dias;

$F120$ : Faixa de atraso acima de 120 dias.

Para fins do item (y) acima, o Índice de Perda Acumulada será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Perda_D = \frac{PA_D}{P_D}$$

onde:

$Perda_D$ : Índice de Perda Acumulada calculado na data  $D$ ;

$PA_D$ : é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito que contenham, na respectiva data referencial de cálculo  $D$ , data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a  $D$ , vencido e não pago por prazo superior a 180 dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Direitos de Crédito cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que estavam em atraso;

$P_D$ : é o somatório do valor de face da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo  $D$ ;

$D$ : Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Para fins do item (z) acima, o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IPGC_D = \frac{PGC_D}{PG_D}$$

IPGC<sub>D</sub>: é o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo calculado na data *D*;

PGC<sub>D</sub>: é o somatório do valor de recursos recebidos pelo Cedente e transferidos ao Fundo, para liquidações dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo no mês anterior à data referencial de cálculo;

PG<sub>D</sub>: é o somatório do valor de liquidações/pagamentos dos Direitos de Crédito que tenham sido realizadas no mês anterior a data referencial de cálculo;

D: é a data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Para fins do item (aa) acima, o Índice de Recompra, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Recompra_D = \frac{CM_D}{P_D}$$

Recompra<sub>D</sub>: é o Índice de Recompra acumulada calculada na data *D*.

CM<sub>D</sub>: é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito cedidos a um terceiro, desde o início das atividades do Fundo, que no momento da alienação, estavam vencidos e não pagos;

P<sub>D</sub>: é o somatório do valor de face da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo;

D: é a data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Para fins do item (bb) acima, o Índice de Resolução será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Resolução_D = \frac{REC_D}{P_D}$$

Resolução<sub>D</sub>: é o Índice de Resolução acumulado calculada na data *D*;

REC<sub>D</sub>: é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida, desde o início das atividades do Fundo;

P<sub>D</sub>: é o somatório do valor de face da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo *D*;

D: é a data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

$$IPTA_D = \frac{PA_D}{P_D}$$

O Índice de Atraso calculado na forma do Parágrafo 1º do Artigo 52 do Regulamento, o Índice de Perda Acumulada calculado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 52 do Regulamento, o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo calculado na forma do Parágrafo 3º do Artigo 52 do Regulamento, o Índice de Recompra calculado na forma do Parágrafo 4º do Artigo 52 do Regulamento e o Índice de Resolução calculado na forma do Parágrafo 5º do Artigo 52 do Regulamento deverão ser calculados pela Administradora mensalmente em cada Data de Verificação, com base nos parâmetros tempestivamente disponibilizados pelo Custodiante, e a respectiva memória de cálculo destes índices deverá ser enviada pela Administradora à Agência de Classificação de Risco até o 5º dia útil após a cada Data de Verificação.

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 52 do Regulamento.

## Eventos de Liquidação

São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24, inciso XVI, da Instrução CVM 356, quaisquer dos seguintes eventos:

- a) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação do Cedente; (ii) a decretação de falência do Cedente; (iii) o pedido de autofalência, por parte do Cedente; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face do Cedente e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte do Cedente, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pelo Cedente em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência do Cedente, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- b) caso os Quotistas reunidos em Assembleia Geral conforme Artigo 57 do Regulamento, não cheguem a acordo sobre qual índice deve substituir a Taxa DI, na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- c) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- d) em caso de renúncia da Administradora, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 40 (quarenta) dias;
- e) caso o Cedente deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante em até 5 (cinco) Dias Úteis a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento;
- f) em caso de renúncia do Custodiante, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
- g) em caso de rescisão do Contrato de Cobrança;
- h) em caso de rescisão do Contrato de Promessa de Subscrição pela Embratel;
- i) em caso de rescisão do Contrato de Cessão; ou
- j) caso o Banco Itaú BBA S.A. deixe de prestar serviços de cobrança bancária para o Cedente.

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 53 do Regulamento.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Artigo 59 do Regulamento ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista acima, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quórum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista no Regulamento e os procedimentos previstos no item “Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo” abaixo.

### Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo

Na ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará em até 10 (dez) Dias Úteis, para tanto, Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Prospecto.

Na Assembleia Geral mencionada acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quórum de deliberação estabelecido no Parágrafo 4º do Artigo 61 do Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quórum, ou (ii) de ausência de aprovação pelos Quotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos para liquidação do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista no Regulamento e neste Prospecto.

Na ocorrência de um Evento de Liquidação, no caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Prospecto. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.

Na hipótese de liquidação antecipada, todos os recursos destinados a reservas de amortização ou resgate constituídas na forma dos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 38 do Regulamento serão utilizadas no pagamento do resgate das Quotas do Fundo, observada a ordem de preferência prevista no Regulamento. Em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior, a Assembleia Geral deliberará sobre os procedimentos de resgate dessas Quotas por meio da entrega de Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Caso a Assembleia Geral não chegue à conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quórum, será constituído pelos titulares das Quotas em Circulação um condomínio nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em Circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada no parágrafo acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.

Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.

O Custodiante manterá seu acesso aos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da notificação da Administradora a cada um dos Quotistas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico, conforme descrito acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do parágrafo acima indicará à Administradora, ao Custodiante e ao Cedente data, hora e local para que seja feita a entrega dos Direitos de Crédito e respectivos Documentos Comprobatórios, conforme o caso. Expirado este prazo, a Administradora e o Cedente poderão promover a consignação dos Direitos de Crédito e respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil.

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 55 do Regulamento.

#### Publicidade e remessa de documentos e informações

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato, fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.

A Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês.

A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se referam, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

Cabe à Administradora divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas no Regulamento e na legislação vigente.

A divulgação das informações previstas neste Prospecto deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de (ii) correio eletrônico e carta enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XXII do Regulamento.

#### Taxas, encargos e despesas do Fundo

A Administradora cobrará, pela prestação dos serviços de administração e gestão da carteira do Fundo, Taxa de Administração equivalente ao valor mensal de R\$1.900,00 (mil e novecentos reais) acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais) ou (ii) 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.

A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Subscrição de Quotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a Data da 1ª Subscrição de Quotas e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Estes valores em reais serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC - FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 17 do Regulamento.

A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicos, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;



- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução CVM 356.

As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XX do Regulamento.

#### Terceiros contratados

##### Coordenador Líder

O Banco Itaú BBA S.A. é o Coordenador Líder da Oferta.

##### Custodiante

O Itaú Unibanco S.A. é o responsável pelos serviços de custódia qualificada e controladoria.

A substituição do Custodiante deverá ser aprovada em Assembleia Geral, dependendo, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) de todas as Quotas em Circulação e com direito a voto, conforme disposto na Seção “Assembleia Geral”, na página 25 deste Prospecto.

O Custodiante receberá, pela prestação dos serviços de custódia e controladoria a remuneração anual equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) do patrimônio do Fundo, considerando o mínimo mensal de R\$15.000,00 (quinze mil reais).

A remuneração acima será calculada diariamente, em Dias Úteis, sobre o valor patrimonial líquido do Fundo, à base de 1/252 (um, duzentos cinquenta e dois avos) e pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Para maiores informações sobre o Coordenador Líder e Custodiante, favor referir-se à Seção “Identificação, Perfil e Histórico da Administradora, do Coordenador Líder, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, dos Auditores Independentes, dos Assessores Legais”, na página 36 deste Prospecto.

#### *Auditor Independente*

Os serviços de auditoria das demonstrações financeiras no âmbito da Oferta serão prestados pela KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria independente registrada na CVM e contratada pelo Fundo.

A substituição do Auditor Independente deverá ser aprovada em Assembleia Geral, pelos Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes, conforme disposto na Seção “Assembleia Geral”, na página 25 deste Prospecto.

Para maiores informações sobre os Auditores Independentes, favor referir-se à Seção “Identificação, Perfil e Histórico da Administradora, do Coordenador Líder, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, dos Auditores Independentes, dos Assessores Legais”, na página 37 deste Prospecto, na qual podem ser encontrados maiores detalhes a seu respeito.

#### *Agência de Classificação de Risco*

As Quotas Sênior serão analisadas e classificadas, conforme exige o artigo 3º, III, da Instrução CVM 356, pela Fitch Ratings do Brasil Ltda., que emitirá uma classificação de risco para as Quotas Sênior, consoante a escala de risco por ela adotada.

A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco às Quotas Sênior. O respectivo relatório de classificação de risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficará à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Sênior constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

A substituição da Agência de Classificação de Risco deverá ser aprovada em Assembleia Geral, pelos Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes, conforme disposto na Seção “Assembleia Geral”, na página 25 deste Prospecto.

Para maiores informações sobre a Agência de Classificação de Risco, favor referir-se à Seção “Identificação, Perfil e Histórico da Administradora, do Coordenador Líder, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, dos Auditores Independentes, dos Assessores Legais”, na página 37 deste Prospecto.

#### *Agente Escriturador*

Os serviços de escrituração das Quotas do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Escrituração, serão prestados pela Itaú Corretora de Valores S.A., contratada pelo Fundo.

Para maiores informações sobre o Agente Escriturador, favor referir-se à Seção “Identificação, Perfil e Histórico da Administradora, do Coordenador Líder, do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, dos Auditores Independentes, dos Assessores Legais”, na página 37 deste Prospecto, na qual podem ser encontrados maiores detalhes a seu respeito.

#### *Auditores de Conformidade*

A Administradora contratará terceiro, com a interveniência do Cedente, para realizar, trimestralmente, às expensas do Cedente, a apuração junto ao Cedente para averiguar se os Direitos de Crédito são oriundos da utilização, pelos Devedores, do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referentes às Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card.

#### *Cedente*

O Cedente é a Embratel.

Para maiores informações sobre o Cedente, favor referir-se à Seção “O Cedente dos Direitos de Crédito”, na página 96 deste Prospecto.

**IDENTIFICAÇÃO, PERFIL E HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER, DO  
CUSTODIANTE, DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO, DOS AUDITORES INDEPENDENTES, DOS  
ASSESSORES LEGAIS E DO AGENTE ESCRITURADOR**

**Administradora e Gestora da Carteira do Fundo**

A Administradora e gestora da carteira do Fundo é a INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, que será responsável também pela administração e pela gestão da carteira do Fundo.

A Administradora é controlada diretamente pelo Itaú Unibanco S.A., que detém 99,99% das quotas representativas do seu capital social e integra um dos maiores grupos na administração de fundos de investimento no País.

A Administradora oferece serviços de administração fiduciária visando atender às necessidades de controle e acompanhamento da gestão própria ou terceirizada de seus clientes. Estes serviços compreendem a administração legal de fundos de investimento, incluindo as atividades de supervisão, monitoramento, *compliance* e controle da adequação dos investimentos e aplicações aos limites estabelecidos na legislação aplicável e normas e diretrizes fixadas na política de investimento.

A Administradora exerce suas atividades buscando sempre as melhores condições para os fundos de investimentos, atuando com lealdade em relação aos interesses do cliente, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com ele mantida.

Em maio de 2012, atuando exclusivamente na atividade de administração fiduciária de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora atingiu o volume de R\$5 bilhões de ativos sob sua supervisão (*under servicing*).

Observadas as limitações estabelecidas no Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção “Fatores de Risco”, na página 52 deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, serão monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos descritos neste Prospecto não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

#### Dados de Contato:

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Avenida Engenheiro Armando Arruda Pereira, n.º 707, 7º andar  
Torre Eudoro Villela  
CEP 04344-902, São Paulo – SP  
Telefone: (11) 5029-4653 / 5029-1869  
Fac-símile: (11) 5029-1394  
At.: Srs. Renato Chapchap / Fábio Sonoda  
Correio Eletrônico: [produtosestruturados@itau-unibanco.com.br](mailto:produtosestruturados@itau-unibanco.com.br)  
website: [www.intrag.com.br](http://www.intrag.com.br) (neste website acessar “Fundos de Investimento” “Fundos Estruturados”, clicar no item “Prospectos”, selecionar em “FIDC Good Card – Prospecto Definitivo”)

#### Coordenador Líder

O Coordenador Líder é o Banco Itaú BBA S.A. (“Itaú BBA”) é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$ 208 bilhões, uma carteira de crédito de R\$150 bilhões, em 30 de junho de 2012. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável pelas operações com as grandes empresas, provendo um completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai.

A área de *Investment Banking* oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no *ranking* de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% e 29%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da ViaOeste (R\$ 750 milhões), debêntures da Oi (R\$ 2,0 bilhões), debêntures do BNDESPar (R\$ 2,0 bilhões), debêntures da SulAmérica (R\$ 500 milhões), do Grupo Pão de Açúcar (R\$ 450 milhões), da BR Malls (R\$ 405 milhões), da Fleury (R\$ 450 milhões), da Contax (R\$ 400 milhões), Valid (R\$ 100 milhões) e Coelce (R\$ 400 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da BR Malls (R\$ 200 milhões), da Autoban (R\$ 950 milhões) e da Contax (R\$ 230 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC da CEDAE (R\$ 1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$ 500 milhões), FIDC Intermedium (R\$ 150 milhões), CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 405 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Siemens (R\$ 26 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$ 200 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2011 o Itaú BBA participou como *joint-bookrunner* de 18 ofertas de *bonds*, cujo montante total alcançou US\$ 14,6 bilhões. Em 2010 o Itaú BBA participou de 24 ofertas, com um montante total de US\$ 13,3 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú atuou como *sole bookrunner* ou *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas da Construtora Norberto Odebrecht (US\$ 1,0 bilhão), Embraer (US\$ 500 milhões), Braskem (US\$ 250 milhões), Minerva (US\$ 350 milhões), Virgolino de Oliveira (US\$ 300 milhões), Petrobras (US\$ 7 bilhões), Codere (US\$ 300 milhões), Banco Itaú (US\$ 550 milhões), Arauco (US\$ 500 milhões) e República Federativa do Brasil (US\$ 825 milhões).

Em renda variável o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2010, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$132,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em segundo lugar em número de ofertas com participação no mercado de 31,2% do número total de ofertas realizadas no mercado.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o *ranking* de fusões e aquisições da Thomson Finance com base no número de operações realizadas em 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 38 transações.

Dados de Contato:

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brig. Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar

CEP 04538-132 São Paulo - SP

At.: Marcello Soledade Poggi de Aragão

Telefone: (11) 3708-8508

Fac-símile: (11) 3708-2533

Correio Eletrônico: marcello.aragao@itaubba.com

website: [www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp](http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp) (neste website acessar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card – Prospecto Definitivo”)

Custodiante

O Custodiante do Fundo é o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú Unibanco”) que será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, bem como pela verificação por amostragem, em periodicidade, no mínimo, trimestral, dos Documentos Comprobatórios que lastreiam os Direitos de Crédito, de acordo a regulamentação em vigor.

Conforme dados da ANBIMA de maio de 2012, o Itaú Unibanco possui aproximadamente R\$ 879 bilhões em ativos sob custódia e R\$ 1,091 trilhão em ativos sob controladoria, o que o posiciona como o maior custodiante e controlador de ativos do país. O Itaú Unibanco é líder na prestação de serviços de controladoria passivo para fundos e clubes de investimento, processando mais de 24.000 fundos e clubes diariamente, com um volume de mais de 2,6 milhões de cotistas. Especificamente no segmento de fundações, seguradoras, empresas e demais investidores institucionais, o Itaú Unibanco possui mais de R\$ 104 bilhões de ativos sob custódia, sendo 7 bilhões ativos de origem da própria instituição e 97 bilhões ativos de terceiros. Em relação aos fundos de investimento Direitos Creditórios, o Itaú Unibanco é responsável pela custódia de R\$30 milhões de ativos.

Pioneiro no desenvolvimento de produtos e serviços para o mercado de capitais, com uma estrutura totalmente dedicada e capacitada para prover serviços de alta qualidade e grande número de serviços agregados, o Itaú Unibanco atua há mais de 35 anos na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos e clubes de investimento e carteiras administradas. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais. A estratégia de investir constantemente na

qualificação das equipes, excelência dos serviços, tecnologia e soluções inovadoras levou o Itaú Unibanco a conquistar, pela quarta vez consecutiva, o prêmio de melhor custodiante local para clientes brasileiros e pela terceira vez para clientes internacionais, além de ser o melhor custodiante da Região América e Caribe, segundo a revista Global Custodian (Edição Winter 2011, Agent Banks in Emerging Markets Survey). Uma conquista que resulta da avaliação de clientes brasileiros e estrangeiros que reflete o constante investimento em uma equipe especializada e a formação de grandes parcerias.

O Custodiante obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de: (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a: (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

#### *Tecnologia e sistemas*

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que (a) reduz consideravelmente seus custos administrativos, técnicos e operacionais na condução de suas atividades; e (b) ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. O Centro Técnico e Operacional do Itaú Unibanco, que dá suporte à Diretoria de Soluções para o mercado de capitais, mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras de investimento sob a responsabilidade do Custodiante, suas partes relacionadas e/ou vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente utilizam uma estrutura de servidores de banco de dados independentes.

#### *Sistemas de back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery on-line*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de *hardware* e *software* dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

#### *Políticas de compliance e controles internos*

A Área de Mercado de Capitais do Custodiante possui uma superintendência de *compliance* própria para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas, bem como para o acompanhamento da regulamentação aplicável.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO 9001. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral pelo Custodiante.

Dados de Contato:

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 707, 10º andar, Torre Eudoro Villela

CEP 04309-010, São Paulo – SP

At.: Srs. Alessandro Fernandes de Carvalho / Heraldo Garcia Sayão

Telefone: (11) 5029-4846 / 5029-4844

Fac-símile: (11) 5029-4554

Correio Eletrônico: [alessandro.carvalho@itau-unibanco.com.br](mailto:alessandro.carvalho@itau-unibanco.com.br) / [heraldo.sayao@itau-unibanco.com.br](mailto:heraldo.sayao@itau-unibanco.com.br)

website: [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br)

Agência de Classificação de Risco

A agência de classificação de risco é a Fitch Ratings do Brasil Ltda., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, n.º 1.470, cj. 511, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.813.375/0001-33, ou sua sucessora contratada nos termos do Regulamento, que será responsável pela classificação de risco das Quotas Sênior do Fundo.

Dados de Contato:

Fitch Ratings do Brasil Ltda.

Rua Bela Cintra, n.º 904, 4º andar

CEP 01415-000, São Paulo – SP

At.: Ely Mizrahi

Telefone: (55-11) 4504-2617

Fac-símile: (55-11) 4504-2601

Correio Eletrônico: [ely.mizrahi@fitchratings.com](mailto:ely.mizrahi@fitchratings.com)

website: [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br)

Auditor Independente e Auditor de Conformidade

O Auditor Independente e o Auditor de Conformidade é a KPMG Auditores Independentes que realizará auditoria da base de dados dos Direitos de Crédito objeto do Fundo, a ser concluída previamente à distribuição das Quotas Sênior no âmbito da presente Oferta.

A KPMG Auditores Independentes também realizará, trimestralmente, às expensas do Cedente, a apuração junto ao Cedente para averiguar se os Direitos de Crédito foram objeto da utilização pelos Devedores, do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referente a Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores, nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card.

Dados de Contato:

KPMG Auditores Independentes

Rua Dr. Renato Paes Barros, n.º 33, 17º andar

CEP 04530-904, São Paulo – SP

At.: Pedro Zago

Telefone: (55-11) 2183-3000

Fac-símile: (55-11) 2183-3001

Correio Eletrônico: [pzago@kpmg.com.br](mailto:pzago@kpmg.com.br)

website: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

#### Assessores Legais do Cedente

O escritório Xavier Bragança Advogados é responsável pela assessoria ao Cedente na estruturação jurídica do Fundo, incluindo a elaboração e/ou revisão dos documentos relacionados à Oferta.

##### Dados de Contato:

Xavier Bragança Advogados  
Praça João Duran Alonso, n.º 34, 9º andar  
CEP 04571-070, São Paulo – SP  
Telefone: (55-11) 3738-9000  
At.: Cristina Biancastelli  
Correio Eletrônico: [cbiancastelli@xba.com](mailto:cbiancastelli@xba.com)  
website: [www.xba.com.br](http://www.xba.com.br)

#### Assessores Legais do Coordenador Líder

O escritório Pinheiro Guimarães – Advogados é responsável pela assessoria ao Coordenador Líder na estruturação jurídica do Fundo, incluindo a elaboração e/ou revisão dos documentos relacionados à Oferta.

##### Dados de Contato:

Pinheiro Guimarães Advogados  
Av. Rio Branco, n.º 181, 27º andar  
CEP 20040-918, Rio de Janeiro – RJ  
Telefone: (55-21) 4501-5000  
Fac-símile: (55-21) 4501-5025  
At.: Paula Pessoa  
Correio Eletrônico: [ppessoa@pinheiroguimaraes.com.br](mailto:ppessoa@pinheiroguimaraes.com.br)  
website: [www.pinheiroguimaraes.com.br](http://www.pinheiroguimaraes.com.br)

#### Agente Escriturador

O Agente Escriturador contratado pelo Fundo é a Itaú Corretora S.A. que será responsável pela escrituração das Quotas do Fundo.

##### Dados de Contato:

Itaú Corretora de Valores S.A.  
Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar  
CEP 04538-132 - São Paulo – SP  
At.: Sr. Dalmir Nogueira Coelho  
Telefone: (55-11) 5029-4610  
Fac-símile: (55-11) 5029-1920  
Correio Eletrônico: [dalmir.nogueira@itau-unibanco.com.br](mailto:dalmir.nogueira@itau-unibanco.com.br)  
website: [www.itaucorretora.com.br](http://www.itaucorretora.com.br)



## Conflito de Interesses

O Cedente não está envolvido nas atividades de distribuição, custódia, gestão e administração, e não pertence ao mesmo Grupo Econômico da Administradora, que é instituição devidamente habilitada perante a CVM e o Bacen para prestar serviços de administração, bem como para prestar serviços de gestão. Tampouco pertence ao mesmo Grupo Econômico do Custodiante e do Coordenador Líder, portanto, entende-se que não existem conflitos de interesses na prestação de tais serviços.

Não foram vislumbrados conflitos de interesses decorrentes do fato de a Administradora, o Custodiante, o Agente Escriurador e o Coordenador Líder pertencerem ao mesmo Grupo Econômico. Considerando que a Administradora, nos termos dos artigos 20, inciso I e 39 da Instrução CVM 356, é responsável pela contratação dos prestadores de serviço do Fundo, eventual conflito entre a Administradora e os prestadores contratados dentro do Grupo Econômico será resolvido mediante o estrito cumprimento do dever fiduciário da Administradora em relação ao Fundo e seus Quotistas, tendo como elementos para controle das atividades de tais prestadores, o previsto nos contratos celebrados entre as partes e as obrigações regulatórias de cada um dos contratados.

## RELACIONAMENTO ENTRE PARTES RELACIONADAS À OFERTA

*Em atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III e no item 1.2 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, segue abaixo descrição a respeito do relacionamento entre as partes no âmbito da Oferta, conforme informações prestadas pelas respectivas partes.*

### Relacionamento da Administradora com o Cedente

Na data deste Prospecto, a Administradora não mantinha qualquer relacionamento societário com o Cedente.

O Cedente, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo a Administradora. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

### Relacionamento do Custodiante com o Cedente

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Cedente.

O Cedente, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições financeiras, incluindo o Custodiante. Tais relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros entre outros.

### Relacionamento do Coordenador Líder com o Cedente

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto, atualmente o Cedente e sociedades integrantes do seu conglomerado econômico mantém relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. Tal relacionamento se destaca pelas seguintes operações financeiras:

#### Serviços de cash management

Os serviços de cash management prestados com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico compreendem:

- (i) serviços de cobrança bancária, que totalizam um volume liquidado mensal de R\$170 milhões;
- (ii) serviços de folha de pagamentos, contratados para efetuar o pagamento de aproximadamente 533 colaboradores do Cedente, totalizando um valor médio mensal de aproximadamente R\$ 2,1 milhões;
- (iii) prestação de serviços de pagamento a fornecedores, que representam um valor médio mensal de aproximadamente R\$ 260 milhões por mês.

#### Fiança

O Cedente possui, na data deste Prospecto, 36 fianças bancárias com o Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico, compreendidas entre abril de 2008 e agosto de 2012, com taxa efetiva entre 1,50% a.a. e 2,00% a.a., totalizando R\$ 12.3 milhões.

## Empréstimos e Financiamentos

Em junho de 2011, o Cedente contratou financiamentos (via Capital de Giro) e vencimento em junho de 2013 com taxa pré-fixada de 16,08% a.a., totalizando R\$ 2.4 milhões.

Em janeiro de 2011, o Cedente contratou financiamentos (via Leasing) e vencimento em janeiro de 2014 com taxa contratual de 1,10186% a.m., totalizando R\$ 97 mil.

Em julho de 2011, o Cedente contratou financiamentos (via Leasing) e vencimento em julho de 2013 com taxa contratual de 1,24504% a.m., totalizando R\$ 3.5 milhões.

Além do relacionamento acima descrito e aquele referente à Oferta, o Cedente não mantém outro relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Não há operação financeira realizada entre o Cedente e o Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico que gere ou venha a gerar um conflito de interesses, tendo em vista a atuação do Coordenador Líder, na qualidade de instituição intermediária da Oferta.

### Relacionamento do Auditor Independente com o Cedente

Na data deste Prospecto, além da prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras do Cedente para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Auditor Independente não mantinha qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Cedente.

### Relacionamento da Agência de Classificação de Risco com o Cedente

Na data deste Prospecto, além da prestação de serviços de classificação de risco às Quotas Sênior, a Agência de Classificação de Risco não mantinha qualquer outro relacionamento comercial relevante com o Cedente.

### ***Relacionamento da Administradora com o Custodiante***

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Custodiante integravam o mesmo conglomerado financeiro, controlado pelo Itaú Unibanco Holding S.A. A Administradora era controlada diretamente pelo Custodiante, que detinha 99,99% das quotas representativas do seu capital social.

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Custodiante mantinham as seguintes relações: (a) o Custodiante foi contratado pela Administradora para a prestação de serviços de custódia qualificada dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira de investimentos do Fundo, nos termos do Contrato de Custódia; e (b) o Custodiante prestava serviços de custódia qualificada de ativos integrantes das carteiras de investimento de outros fundos de investimento em direitos creditórios administrados pela Administradora, quais sejam: (i) “BMG FIDC - Créditos Consignados VI”; (ii) “BMG FIDC Consignados Públicos VII”; (iii) “CEMIG - FIDC Conta CRC”; (iv) “FIDC EMAE – Energia”; (v) “FIDC Energisa”; (vi) “FIDC NP Alemanha Multicarteira”; (vii) “FIDC NP América Multicarteira”; (viii) “JP Morgan FIDC NP Multicarteira e Logística FIDC-NP”; (ix) “Logística FIDC NP”; (x) “IDEIASNET FIDC - Recebíveis Comerciais e Serviços”; (xi) “Globex FIDC – Crédito Mercantil”; (xii) “FIDC Lojas Renner”; (xiii) “FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica”; (xiv) “FIDC Greenville”; e (xv) “FIDC VID INDÚSTRIA”. As prestações de serviços referidas na alínea (b) acima são reguladas por meio de contratos de prestação de serviços de custódia e controladoria de fundo de investimento em direitos creditórios celebrados entre a Administradora e o Custodiante. Como regra geral, tais contratos têm prazo de vigência até a liquidação integral das obrigações dos respectivos fundos de investimento em direitos creditórios, sendo que o primeiro desses contratos foi celebrado em 9 de junho de 2006 e o último em 20 de setembro de 2011. As remunerações devidas ao Custodiante nos termos dos contratos referidos acima são equivalentes a percentuais do patrimônio líquido dos fundos e variam de 0,04% a 0,50%.

### Relacionamento da Administradora com a Agência de Classificação de Riscos

Na data deste Prospecto, a Agência de Classificação de Riscos não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com a Administradora.

A Administradora, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo com a Agência de Classificação de Risco.

#### ***Relacionamento da Administradora com o Coordenador Líder***

Na data deste Prospecto, a Administradora e o Coordenador Líder eram sociedades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., o qual detinha, indiretamente, 99,99% das quotas representativas do capital social da Administradora, e 100% das ações com direito de voto do capital social do Coordenador Líder.

Na data deste Prospecto, a Administradora não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder atuar como Coordenador Líder da Oferta, bem como coordenador em distribuições públicas de quotas de outros fundos de investimento administrados pela Administradora e para os quais o Custodiante presta serviços de controladoria e custódia qualificada.

Os contratos relativos ao relacionamento existente entre ambos são contratos de distribuição pública e colocação de quotas, decorrentes das atividades cotidianas das partes. Tais contratos são celebrados pelos valores de mercado dos respectivos serviços, de modo que inexistente contrato considerado relevante para os fins do disposto no item 1.2 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400.

#### ***Relacionamento do Coordenador Líder com a Agência de Classificação de Riscos***

Na data deste Prospecto, a Agência de Classificação de Riscos não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder.

O Coordenador Líder, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito de operações financeiras e no mercado de capitais, incluindo com a Agência de Classificação de Risco.

#### ***Relacionamento do Coordenador Líder com o Custodiante***

Na data deste Prospecto, o Custodiante e o Coordenador Líder eram sociedades controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A., o qual detinha, 100% das ações com direito de voto do capital social do Custodiante e 100% das ações com direito de voto do capital social do Coordenador Líder.

Na data deste Prospecto, o Custodiante não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder, além do relacionamento decorrente do fato de o Coordenador Líder atuar como Coordenador Líder da Oferta, bem como coordenador em distribuições públicas de quotas de outros fundos de investimento para os quais o Custodiante presta serviços de controladoria e custódia qualificada.

#### ***Relacionamento do Coordenador Líder com o Auditor Independente***

Na data deste Prospecto, o Auditor Independente não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder.

O Auditor Independente, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo com o Coordenador Líder.

#### ***Relacionamento do Custodiante com o Auditor Independente***

Na data deste Prospecto, o Auditor Independente não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Custodiante.

O Custodiante, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo com o Auditor Independente.

#### ***Relacionamento do Custodiante com a Agência de Classificação de Riscos***

Na data deste Prospecto, a Agência de Classificação de Riscos não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Custodiante.

O Custodiante, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito do mercado de capitais, incluindo com a Agência de Classificação de Risco.

#### ***Relacionamento do Auditor Independente com a Agência de Classificação de Riscos***

Na data deste Prospecto, a Agência de Classificação de Riscos não mantinha qualquer relacionamento comercial relevante com o Auditor Independente.

O Auditor Independente, pelas características de suas operações, mantém relações comerciais, no curso normal de seus negócios, com diversas instituições e prestadores de serviços no âmbito de operações financeiras e no mercado de capitais, incluindo com a Agência de Classificação de Risco e vice-versa.

## TRIBUTAÇÃO DO FUNDO E DOS QUOTISTAS

*Com base na legislação em vigor no Brasil na data deste Prospecto, esta seção traz as regras gerais de tributação aplicáveis ao Fundo. A tributação do Fundo e dos Quotistas é extremamente complexa e envolve, entre outros aspectos, questões significativas atinentes à época e à natureza da realização de lucros, ganhos e perdas. Investidores em potencial deverão também ter ciência de que a forma de tributação indicada no presente resumo poderá ser modificada por lei. No caso do IOF, as alíquotas estão constantemente sujeitas a alterações, por mero Decreto do Poder Executivo. Por esse motivo, potenciais investidores deverão consultar seus próprios consultores e especialistas em tributos no tocante aos aspectos tributários do investimento em Quotas.*

### *Tributação do Fundo*

#### Imposto de Renda

De acordo com o artigo 14 da IN n.º 1.022/10, os rendimentos, ganhos líquidos ou de capital auferidos pela carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

#### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas, atualmente, à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50%.

#### Tributação dos Quotistas

Os Quotistas estão sujeitos ao pagamento dos seguintes tributos:

#### Imposto de Renda, no caso de Quotistas residentes no Brasil

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o imposto de renda poderá incidir (i) quando da amortização das Quotas; (ii) no momento do resgate das Quotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de Quotas a terceiros.

#### Amortização e/ou resgate de Quotas

No caso de amortização ou resgate de Quotas, incidirá IRF sobre o valor que exceder o custo de aquisição, às alíquotas regressivas, variáveis em função do prazo médio da carteira de títulos do Fundo, conforme artigo 16, §2º da IN n.º 1.022/10.

Se o Fundo detiver carteira de títulos com prazo médio superior a 365 dias (“Fundo de Investimento de Longo Prazo”), o rendimento de amortização ou resgate sujeitar-se-á às alíquotas previstas na tabela abaixo:

Prazo	Alíquotas
Aplicações com prazo de até 180 dias	22,50%
Aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias	20,00%
Aplicações com prazo de 361 dias até 720 dias	17,50%
Aplicações com prazo acima de 720 dias	15,00%

Se o Fundo detiver carteira de títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 dias (“Fundo de Investimento de Curto Prazo”), o rendimento de amortização ou resgate sujeitar-se-á às alíquotas previstas na tabela abaixo:

Prazo	Alíquotas
Aplicações com prazo de até 180 dias	22,50%
Aplicações com prazo acima de 180 dias	20,00%

No caso de pessoa física, pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta, a tributação é definitiva e exclusiva na fonte, ou seja, desconta-se o IRF do titular das Quotas e não há possibilidade de qualquer compensação nem necessidade de inclusão desse rendimento na base de cálculo do imposto de renda calculado no momento do ajuste anual, conforme previsto no inciso II do artigo 76 da Lei n.º 8.981/95.

No caso de pessoa jurídica não financeira tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o IRF retido é considerado antecipação, podendo ser compensado com o IRPJ, apurado em cada período de apuração, nos termos do inciso I do artigo 76 da Lei n.º 8.981/95 e alterações subsequentes. Na prática, o rendimento deverá ser computado na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Se não for possível a compensação integral do IRF retido com o IRPJ devido no mesmo período de apuração, conforme disposto no inciso III, parágrafo 4º, artigo 2º e no inciso II, §1º, artigo 6º da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, o montante de IRF eventualmente não compensado no próprio período de apuração (anual ou trimestral) comporá o saldo negativo de imposto de renda passível de compensação com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil de períodos subsequentes.

A pessoa jurídica não financeira que auferir rendimentos originados da amortização ou resgate das Quotas do Fundo não está sujeita ao pagamento (i) da Contribuição ao PIS; e (ii) da COFINS, por se tratar de rendimento de natureza estritamente financeira. O Quotista que se sujeitar ao PIS e à COFINS segundo a sistemática não cumulativa está dispensado do pagamento de tais contribuições com fundamento no Decreto n.º 5.442, de 09 de maio de 2005. O Quotista que se sujeitar ao pagamento das aludidas contribuições com amparo na sistemática cumulativa está dispensado de seu pagamento, desde a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, por intermédio do artigo 79, XII, da Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009.

#### Cessão ou alienação de Quotas a terceiros

Na hipótese de cessão ou alienação de Quotas do Fundo fora da bolsa de valores:

(a) Por pessoa física, o imposto de renda deverá incidir à alíquota de 15%, segundo as regras aplicáveis ao ganho de capital de bens em geral, e deverá ser apurado e recolhido pelo próprio Quotista até o último dia útil do mês subsequente ao da percepção do rendimento, nos termos do artigo 16, II, da IN n.º 1.022/10. Essa tributação é definitiva, não sendo tais ganhos adicionados aos rendimentos sujeitos ao ajuste anual, para fins do imposto de renda.

(b) No caso de pessoa jurídica não-financeira tributada pelos regimes do lucro real, presumido ou arbitrado, o imposto de renda incidirá sobre o ganho líquido, à alíquota de 15%, que deverá ser apurado e recolhido pelo próprio Quotista até o último dia útil do mês subsequente ao da percepção do rendimento, nos termos do artigo 16, I, b, c.c. artigo 55, §2º, ambos da IN n.º 1.022/10. Essa tributação será considerada antecipação do imposto de renda devido, conforme explicado no item a.1, supra. No caso das Quotistas optantes pelo regime do lucro real anual, os pagamentos antecipados previstos nesta Cláusula poderão ser apurados em conjunto com os balanços ou balancetes de redução ou suspensão previstos no artigo 35 da Lei n.º 8.981/95, hipótese em que fica dispensado o seu pagamento em separado. Sobre esses rendimentos não incidem o PIS e a COFINS, segundo os mesmos fundamentos indicados no item a.1, supra.

As perdas apuradas nas operações de que trata o item anterior poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos nos meses subsequentes, em operações da mesma natureza, conforme disciplinado pelo artigo 72, §4º da Lei n.º 8.981/95 e artigo 53 da IN n.º 1.022/10.

#### Tributação dos não residentes

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento tributário cabível em relação às pessoas físicas residentes ou domiciliadas no País, nos termos do artigo 78 da Lei n.º 8.981/95 e do artigo 66 da IN n.º 1.022/10. Note-se, contudo que há um regime especial de tributação aplicável aos investidores externos cujos recursos adentrem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, especificamente, a Resolução CMN 2.689. Os rendimentos auferidos estão sujeitos à incidência do IRF à alíquota de 15%, somente por ocasião do resgate de Quotas, na forma do artigo 81 da Lei 8.981/95, do artigo 11 da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e do artigo 16 da Medida Provisória n.º 2.189-49, de 23 de agosto de 2001 e artigo 68 da IN n.º 1.022/10.

No caso de investidor domiciliado em país com tributação favorecida (paraíso fiscal), serão aplicáveis as mesmas normas previstas para as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil, não sendo admitido o regime especial supra referido.

#### IOF sobre operações com valores mobiliários (IOF-Títulos)

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como a respectiva liquidação, estão sujeitas ao IOF-Títulos, na forma prevista no Decreto n.º 6.306/07.

Atualmente, somente há incidência de IOF-Títulos na hipótese de resgate e/ou amortização das Quotas antes de 30 dias, a contar da data do investimento no Fundo. Durante esse período, incide a alíquota de 1% ao dia, sobre base de cálculo regressiva constante de tabela anexa ao Decreto n.º 6.306/07, sendo o imposto limitado ao rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas Quotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada. Mantida a atual regra de cobrança do IOF-Títulos, assim, é improvável sua incidência sobre rendimento dos Quotistas do Fundo.

A alíquota do IOF-Títulos pode, contudo, ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do Poder Executivo, até a alíquota máxima de 1,5% ao dia.

#### IOF sobre operações de câmbio (IOF-Câmbio)

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, que invistam no país, as liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos para aplicação no mercado financeiro e de capitais, estão sujeitas à alíquota de 6% do IOF, com fundamento no artigo 15-A, XII, do Decreto nº 6.306/07. A operação de câmbio para retorno de recursos para o exterior está atualmente sujeita ao IOF-Câmbio à alíquota zero, de acordo com o disposto no artigo 15-A, XVI, do Decreto n.º 6.306/07.

## ATENDIMENTO AOS QUOTISTAS

Aplicando no Fundo, o Quotista receberá uma cópia deste Prospecto e do Regulamento, que devem ser lidos com atenção. Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou ao Regulamento, para obtenção de cópia do Regulamento, bem como do histórico de performance do Fundo, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, por meio do telefone (11) 5029-1456, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou utilizar o “Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) Itaú”, por meio do telefone 0800 728 0728, o qual estará disponível em Dias Úteis durante 24 horas. Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à “Ouvidoria Corporativa Itaú”, por meio do telefone 0800 570 0011, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou também mediante o envio de correspondência à Administradora, na Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala poderão contatar a Administradora por meio do telefone 0800 722 1722, em serviço que estará disponível todos os Dias Úteis, das 9 às 18 horas.

### Política de Divulgação de Informações aos Quotistas

A divulgação de qualquer informação de relevância para os condôminos do Fundo será realizada através de correspondência, correio eletrônico ou através do Periódico.

### Exemplares deste Prospecto

Os investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto, nos seguintes endereços:

#### **Administradora**

INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal

CEP 04344-902, São Paulo – SP

Telefone: (11) 5029-4062

Site: [www.intrag.com.br](http://www.intrag.com.br) (neste *website* acessar “Fundos de Investimento” “Fundos Estruturados”, clicar no item “Prospectos”, selecionar em “FIDC Good Card – Prospecto Definitivo”)

#### **Coordenador Líder**

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, parte

CEP 04538-132, São Paulo – SP

Telefone: (11) 3708-8508

Site: <http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp> (neste *website* acessar “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card – Prospecto Definitivo”)

#### **Comissão de Valores Mobiliários – CVM**

##### Rio de Janeiro

Rua Sete de Setembro, n.º 111, 2º andar

CEP 20050-901, Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3554 8686

##### São Paulo

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º andar

CEP 01333-010, São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146 2000

Site: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) (neste *website* acessar “Acesso Rápido – Ofertas Registradas”, clicar em “2012 - Entrar”, acessar “Quotas de FIDC”, clicar em “Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card”, acessar “Prospecto Definitivo”)



## **CETIP S.A. – Mercados Organizados**

### São Paulo

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 1º andar

CEP 01452-001, São Paulo – SP

Telefone: (11) 3111 1400

### Rio de Janeiro

Avenida República do Chile, n.º 230, 11º andar

CEP 20031-919, Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276 7474

Site: [www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) (neste *website* acessar “Comunicados e Documentos”, clicar em “Prospectos”, selecionar “Prospectos de Fundos de Investimento – Cotas de Fundos Fechados”, em seguida, clicar em “Good Card FIDC”)

## **Disposições Gerais**

Para fins do disposto no Regulamento, considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida entre a Administradora e os Quotistas, inclusive para convocação de Assembleias Gerais de Quotistas e procedimentos de consulta formal.

Para solução amigável de conflitos entrar em contato com o SAC Itaú, pelo número 0800 728 0728, todos os dias, 24 horas por dia. Se desejar a reavaliação da solução apresentada, recorrer à Ouvidoria Corporativa Itaú, pelo número 0800 570 0011, nos Dias Úteis, das 9h às 18h, Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, Dias Úteis, das 9h às 18h, pelo número 0800 722 1722.

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao Fundo ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

**Este Prospecto e o Regulamento estão disponíveis aos Quotistas, por meio físico e eletrônico, na sede da Administradora e do Coordenador Líder.**

**Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e a Oferta poderão ser obtidos junto à Administradora, ao Coordenador Líder e à CVM.**

## FATORES DE RISCO

*Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que, nessa hipótese, a Administradora, o Cedente e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela baixa liquidez das Quotas do Fundo no mercado secundário; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos do Regulamento.*

Os investimentos nas Quotas não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Coordenador Líder, do Cedente, de suas respectivas Partes Relacionadas ou do FGC.

### Riscos de Mercado

O Fundo, os Ativos Financeiros, o Cedente e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, consequentemente, também na economia do Brasil. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Devedores e eventuais garantidores, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Devedores e seus garantidores, se houver, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito, podendo impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas do Fundo.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

### Riscos de Crédito

Risco de Descasamento entre as Taxas de Atualização das Quotas Sênior e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito, aplicando uma taxa de desconto determinada conforme o Contrato de Cessão. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atrelada à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e (ii) das Quotas Sênior. Além disso, o Fundo não realizará operações com derivativos para proteção das posições mantidas à vista. Caso a Taxa DI eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, o Cedente e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

*Risco de Crédito Relativo aos Direitos de Crédito.*

Decorre da capacidade dos Devedores e dos garantidores, se houver, em honrar seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Devedores poderá afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Devedores e/ou pelos garantidores, se for o caso, e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

*Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros.*

O risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros decorre da capacidade de pagamento dos devedores ou emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos negativos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

*Riscos de Liquidez*

*Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros.*

Diversos motivos e condições atípicas de mercado podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

#### *Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito.*

O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

#### *Liquidez Relativa ao Investimento em Fundo Fechado.*

O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quórum de deliberação estabelecido acima e no Capítulo XXI do Regulamento e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ademais, os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário, bem como, caso os Quotistas precisem vender suas Quotas, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Quotista.

#### *Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário.*

Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

#### *Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates.*

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos Devedores ou por seus garantidores, se houver; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante e o Cedente estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e o Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### *Riscos Operacionais*

##### *Falhas de Procedimentos.*

Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelo Agente de Cobrança ou pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

#### *Documentos Comprobatórios.*

As Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratec e armazenadas eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Campo Bom, sede da Embratec, permanecem disponíveis para consulta no website do Município de Campo Bom por 6 (seis) anos. Após transcorrido este prazo, a consulta a tais Notas Fiscais Eletrônicas somente poderá ser realizada mediante a solicitação ao Município de Campo Bom de envio de arquivo em meio magnético.

Caso o Fundo adquira Direitos de Crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas há mais de 6 (seis) anos, o Cedente deverá solicitar ao Município de Campo Bom o arquivo magnético de tais Notas Fiscais Eletrônicas. Não é possível precisar quanto tempo levará para o Município fornecer referido arquivo magnético. Existe também o risco de tal arquivo não ser localizado, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade, inclusive a cobrança, dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Embora o Regulamento e o Contrato de Cessão estabeleçam a obrigatoriedade de o Cedente informar ao Custodiante o cancelamento ou anulação das Notas Fiscais Eletrônicas e, caso aplicável, informar ao Custodiante a emissão de nova Nota Fiscal Eletrônica em substituição à anulada ou cancelada, não há garantias de que tais informações serão prestadas de forma adequada pelo Cedente, o que poderá trazer perdas ao Fundo.

Também não há garantias de que, na verificação periódica, no mínimo trimestral dos Documentos Comprobatórios por amostragem, o Custodiante identificará eventuais Notas Fiscais Eletrônicas canceladas ou anuladas. É possível ainda que Notas Fiscais Eletrônicas de amostras já verificadas pelo Custodiante venham a ser canceladas ou anuladas após tal verificação periódica. Assim, poderá haver dificuldades no exercício pleno pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas, o que poderá gerar perdas ao Fundo.

Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento. O Custodiante realizará verificação periódica, no mínimo trimestral, dos Documentos Comprobatórios por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo (i) está sujeita à inexistência de qualquer um ou de todos os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e/ou (ii) poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Além disso, os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais, e, portanto, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será consideravelmente mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que, a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento do Direito de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do Tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 a 5 anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelo Cedente à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

#### Risco de Sistemas.

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, do Município de Campo Bom, do Agente de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer erro venha a acontecer, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

#### Risco de Descontinuidade

##### Risco de Liquidação Antecipada do Fundo.

Caso ocorra um Evento de Liquidação, as Quotas deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os Quotistas, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas Quotas, poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.

##### Risco Relativo ao Resgate das Quotas Sênior em Direitos de Crédito.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, caso o Fundo não disponha de recursos disponíveis para o pagamento do resgate das Quotas, as Quotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito, conforme autorizado pelo artigo 15 da Instrução CVM 356. Nesse caso, os titulares das Quotas Sênior poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos de Crédito recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores e/ou seus garantidores, se for o caso, em relação aos Direitos de Crédito.

#### Outros Riscos

##### Risco de Originação.

A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Do mesmo modo, os Contratos de Emissão do Cartão Good Card poderão ser resilidos antecipadamente por uma das Partes, de forma que os pagamentos devidos poderão ser antecipados, ou, até mesmo, questionados em razão do término prematuro dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos. Em caso de ocorrência de um evento de resolução de cessão, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, a cessão de Direitos de Crédito será considerada resolvida e o Cedente deverá restituir o Fundo pelo valor correspondente ao preço de aquisição dos Direitos de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do preço de aquisição aplicada *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data da efetiva baixa. Caso o Cedente descumpra com a obrigação de restituição mencionada acima, o Fundo poderá sofrer prejuízos.

##### Risco do Originador.

A existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelo Cedente; e (b) pelo descumprimento, pelo Cedente, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na

rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que o Cedente conseguirá originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois a quantidade de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios pode ser afetada por diversos fatores, inclusive, no caso de Operações de Gestão de Frotas, devido à variação da cotação do petróleo no mercado nacional e, no caso de Operações de Gestão de Frotas e também de Operações de Gestão de Benefícios, devido a alta competitividade do mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil.

#### Riscos Relacionados ao Recebimento dos Direitos de Crédito.

O Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, transferirá eletronicamente, conforme instrução do Custodiante, a titularidade dos registros eletrônicos dos boletos bancários relativos aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma que os recursos decorrentes dos boletos bancários disponibilizados pelo Cedente aos seus Devedores para pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que tais recursos transitem em conta corrente de titularidade do Cedente. Não há garantias que o Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, cumprirá com tais obrigações, o que poderá trazer perdas ao Fundo, podendo inclusive, o Fundo, ter que incorrer em custos para conseguir recuperar seus direitos.

#### Risco de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos.

A Embratrec, na qualidade de Agente de Cobrança, será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em benefício do Fundo. Caso o Agente de Cobrança receba diretamente quaisquer pagamentos dos Devedores no âmbito da cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos de propriedade do Fundo, existe o risco do Agente de Cobrança não repassar imediatamente tais valores ao Fundo. Na hipótese de instauração de processos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial, intervenção ou qualquer outro procedimento de insolvência do Agente de Cobrança, há a possibilidade dos recursos porventura recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados, podendo resultar em cobrança por via judicial, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Não há como assegurar que o Agente de Cobrança atuará de acordo com o disposto no Regulamento ou com o Contrato de Cobrança, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e os Quotistas.

Caso os Quotistas decidam destituir a Embratrec de suas atividades como Agente de Cobrança, o Custodiante assumirá ou contratará terceiros para assumir as funções de Agente de Cobrança. Em caso de cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Custodiante ou terceiro contratado como Agente de Cobrança poderá precisar de informações adicionais sobre os serviços prestados aos Devedores e os débitos contraídos pelos Devedores junto ao Sistema Good Card que estejam em posse do Cedente.

Caso o Cedente não preste as informações solicitadas tempestivamente, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos pode ser prejudicada. O Fundo pode sofrer prejuízos, inclusive decorrentes da interrupção, ainda que temporária, da prestação dos serviços de cobrança pela Embratrec.

#### Risco de Ausência de Notificação dos Devedores.

Os Devedores não serão formalmente notificados acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo. Em função disso, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente ao Cedente, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

#### Risco do Registro Intempestivo dos Termos de Cessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Cessão, os Termos de Cessão devem ter o seu processo de assinatura iniciado semanalmente e devem ser levados a registro nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Cedente e do Fundo. O registro tempestivo de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão de Direitos de Crédito, de modo que caso o Cedente celebre nova operação dos mesmos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com terceiros, a primeira operação registrada prevaleça. O registro intempestivo do Termo de Cessão poderá representar risco ao Fundo em

relação aos Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a realização intempestiva do registro implicará o risco do registro da cessão ser posterior ao registro de cessão contratada com outro cessionário. Além disso, o Fundo poderá não reaver Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e posteriormente, mas antes do registro do Termo de Cessão, cedidos a terceiros, ou valores em relação a Direitos de Crédito pagos a terceiros de boa-fé adquirentes, no período anterior ao registro do Termo de Cessão, dos mesmos Direitos de Crédito cedido ao Fundo, podendo, desta forma, afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

#### Riscos e Custos de Cobrança.

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, o Agente de Cobrança, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

#### Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos de Crédito.

Os Devedores podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem alterar o cronograma de recebimento de recursos estruturado pelo Fundo, e, conseqüentemente, o fluxo de compra e venda de Direitos de Crédito.

#### Risco Decorrente da Precificação dos Ativos.

Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

#### Inexistência de Garantia de Rentabilidade.

O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos Quotistas, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Cedente, pelo FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

#### Inexistência de Garantias por parte do Cedente.

Os Direitos de Crédito não contam com garantia do Cedente e, assim, o Cedente não assume qualquer responsabilidade pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Devedores e de seus garantidores, se houver, não contando com nenhum outro mecanismo de garantia. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Devedores e/ou garantidores, se for o caso, e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e/ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.



Risco de Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos de Crédito.

O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou liquidação extrajudicial do Cedente, conforme o caso. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior de determinadas causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Cedente, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, se restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente. Nestas hipóteses, os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Riscos de Originação / Modificações ao Contrato de Emissão do Cartão Good Card.

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pelo Cedente em decorrência da realização de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios nos termos dos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card celebrados com os Devedores. O Cedente poderá, unilateralmente, anular ou cancelar as Notas Fiscais Eletrônicas, bem como realizar alterações aos termos e às condições dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora e/ou dos Quotistas e, no caso de Contratos de Emissão do Cartão Good Card, desde que tais alterações estejam em conformidade e não afetem a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimentos do Fundo, ou afete o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente. O Cedente somente informará à Administradora e ao Custodiante qualquer alteração aos documentos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações a tais documentos poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.

Riscos Relacionados às Operações que Envolvam a Administradora como Contraparte do Fundo.

Conforme previsto no Artigo 7, Parágrafo 2º do Regulamento, há a possibilidade do Fundo contratar operações em que a Administradora, bem como suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem como contraparte do Fundo. Nesse caso, a Administradora e suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, poderão se encontrar em situação de conflito de interesses com o Fundo, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

*Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo.*

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisados, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Devedores dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo, bem como a capacidade do Cedente de originar Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtida com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e seu preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

*Risco de Fungibilidade.*

O Banco Itaú BBA S.A., como prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, deverá, mediante instrução do Custodiante, transferir eletronicamente a titularidade dos registros dos boletos bancários relativos aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma que os recursos decorrentes do seu pagamento sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que as mesmas transitem em conta corrente de titularidade do Cedente. Não obstante, caso haja alguma falha na obrigação do Custodiante em notificar o

Banco Itaú BBA S.A. ou do Banco Itaú BBA S.A. como prestador de serviços de cobrança bancária ou ainda caso por qualquer razão os Devedores, que não serão notificados sobre a cessão ao Fundo, paguem os Direitos de Crédito diretamente ao Cedente, poderá haver o risco de fungibilidade decorrente da ausência de segregação de recursos de pagamentos dos Direitos de Crédito com outros recursos do Cedente.

*Risco de Governança.*

Caso o Fundo venha a emitir novas Quotas Sênior ou caso seja criada uma nova classe de Quotas, mediante deliberação em Assembleia Geral, os novos quotistas, podem modificar a relação de poderes para alteração do Regulamento.

*Risco de Concentração.*

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, ou de Devedores ou coobrigados de um mesmo Grupo Econômico, no limite de 2% (dois por cento) de seu Patrimônio Líquido. Além disso, os Direitos de Crédito serão cedidos por apenas um Cedente. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas. O fato de o Fundo adquirir Direitos de Crédito de apenas um Cedente impacta o risco de descontinuidade e liquidação antecipada do Fundo.

*Risco Relacionado aos Direitos de Crédito não incluem Encargos Financeiros.*

Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não incluem os Encargos Financeiros devidos pelos Devedores em caso de atraso no pagamento das Notas Fiscais Eletrônicas, nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, os quais, caso devidos, permanecem de propriedade do Cedente. Assim, caso os Devedores deixem de pagar tempestivamente os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, o Fundo poderá cobrar dos Devedores apenas o valor de principal da Nota Fiscal Eletrônica que dá origem aos Direitos de Crédito, não podendo cobrar nenhum Encargo Financeiro, o que poderá trazer prejuízos financeiros ao Fundo e aos Quotistas.

*Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo.*

A Administradora envidará melhores esforços para compor a carteira do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerado como tal a carteira com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia da Administradora que conseguirá manter o Fundo como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

*Risco relacionado ao eventual conflito de interesses decorrente do fato de a Administradora, o Custodiante, o Agente Escriurador e o Coordenador Líder pertencem ao mesmo grupo econômico.*

A Administradora, o Custodiante, o Agente Escriurador e o Coordenador Líder pertencem ao mesmo grupo econômico.

*Outros Riscos.*

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

O Regulamento prevê que o Cedente será responsável, nos termos do Contrato de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III do Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios realizadas nos termos dos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card celebrados com os Devedores. Para realizar Operações de Gestão de Frotas e/ou Operações de Gestão de Benefícios e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III do Regulamento. Nenhum sistema de controle, inclusive aqueles adotados pelo Cedente, garante que contratos como os Contratos de Emissão do Cartão Good Card e os Documentos Comprobatórios não serão emitidos mediante fraude, ou operações como as Operações de Gestão de Frota ou as Operações de Gestão de Benefícios, serão realizadas sem fraude, erros ou falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

## SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

### Contrato de Cessão

Contrato a ser firmado entre o Cedente e o Fundo, representado por sua Administradora, com interveniência do Custodiante.

Através do Contrato de Cessão, o Cedente promete, de forma irrevogável e irretroatável, a ofertar e ceder preferencialmente ao Fundo, e o Fundo adquirirá, na forma e respeitado o disposto no Contrato de Cessão e no Regulamento, de tempos em tempos, durante o prazo de duração do Fundo, Direitos de Crédito livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, de qualquer natureza, em quantidade que seja suficiente para que o Fundo cumpra sua política de investimento e composição da carteira definidas no Regulamento e mantenha no mínimo 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido alocado em Direitos de Crédito.

O compromisso e a obrigação do Cedente de cessão de Direitos de Crédito ao Fundo estão condicionados à originação, pelo Cedente, de Direitos de Crédito durante o prazo referido acima, mas sempre assumindo que o Cedente usará de seus melhores esforços e boa fé, bem como conduzirá os seus negócios de acordo com as mesmas práticas e estratégias de negócios utilizadas na data de celebração do Contrato de Cessão, para originar Direitos de Crédito suficientes para o cumprimento da obrigação acima referida.

O Cedente compromete-se a não realizar alterações na Política de Concessão de Crédito do Cedente, salvo se tal alteração for aprovada em Assembleia Geral.

O Cedente poderá realizar alterações nos termos e condições dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card desde que estas alterações não afetem a Política de Concessão de Crédito do Cedente e a política de investimentos do Fundo. O Cedente informará à Administradora e ao Custodiante qualquer alteração nestes documentos em até 2 (dois) Dias Úteis da sua implementação.

Nos termos dos artigos 287 e 893 do Código Civil e do Contrato de Cessão, a cessão ao Fundo dos Direitos de Crédito contempla (i) as Notas Fiscais Eletrônicas que o Cedente origina e detém contra seus Devedores em decorrência de (a) Operações de Gestão de Frotas e/ou (b) Operações de Gestão de Benefícios, e (ii) todos e quaisquer direitos, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas e ações relacionados aos Direitos de Crédito, exceto os Encargos Financeiros.

O Cedente poderá cancelar ou anular Notas Fiscais Eletrônicas representativas dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, informando ao Custodiante na mesma data da ocorrência sobre o cancelamento ou anulação de tais Notas Fiscais Eletrônicas e, caso aplicável, informando-o também sobre a emissão de novas Notas Fiscais Eletrônicas em substituição às anuladas ou canceladas, na mesma data em que for realizado o cancelamento ou anulação de tais Notas Fiscais Eletrônicas, observando também o prazo estabelecido no item 6.2 do Contrato de Cessão.

O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se, contudo, civil e criminalmente, (i) pela existência, certeza e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, até a liquidação integral dos mesmos; (ii) pela legalidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo; (iii) por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Devedores contra o Cedente, nos termos do artigo 294 do Código Civil; (iv) por quaisquer prejuízos sofridos pelo Fundo em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos que tenham qualquer vício em sua formação; e (v) pelas declarações falsas e/ou incorretas que prestarem no âmbito do Contrato de Cessão.

Pela cessão dos Direitos de Crédito objeto do Contrato de Cessão, o Fundo tornar-se-á titular dos Direitos de Crédito adquiridos e pagará ao Cedente, em contrapartida à cessão dos Direitos de Crédito, na Data de Aquisição, o Preço de Aquisição apurado na forma prevista no Contrato de Cessão, em razão do que o Cedente dará ao Fundo a mais ampla, geral, irrevogável e irretroatável quitação. O extrato contemplando o lançamento do depósito do Preço de Aquisição na conta do Cedente, indicado no Termo de Cessão, servirá como comprovante de quitação em favor do Fundo de sua obrigação de pagamento do Preço de Aquisição, nada mais sendo devido pelo Fundo ao Cedente a esse título.

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na sua respectiva Data de Aquisição, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade, ao procedimento para a formalização da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo nos termos do Contrato de Cessão, inclusive com o pagamento ao respectivo Cedente do Preço de Aquisição e inexistir qualquer violação ou infração por qualquer das Partes às disposições do Contrato de Cessão, do Regulamento e das demais normas aplicáveis.

#### Contrato de Custódia

É o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos de Crédito, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência do Cedente, até a Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior. O Contrato de Custódia estabelece, entre outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no artigo 38 da Instrução CVM 356.

#### Contrato de Escrituração das Quotas

É o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo.

#### Contrato de Distribuição

É o Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Sênior, sob o Regime de Garantia Firme, de Emissão do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora, o Cedente e o Coordenador Líder, cuja cópia encontra-se disponível aos interessados para consulta na sede do Coordenador Líder.

#### Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco

É o Contrato de Prestação de Serviços de Classificação de Risco para Classificação de Risco de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, celebrado entre o Cedente, o Fundo e a Agência de Classificação de Risco.

## **ADMINISTRADORA, COORDENADOR LÍDER, CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR DO FUNDO**

### **Administradora**

O Fundo é administrado pela **INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, CEP 04344-902, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, ou qualquer de suas sucessoras ou cessionárias, devidamente autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração e gestão de carteiras de valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993.

A Administradora deverá administrar o Fundo empregando, no exercício de sua atividade, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade e observância de seu dever fiduciário. Observadas as limitações do Regulamento e da regulamentação aplicável, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (ii) o registro dos Quotistas;
  - (iii) o livro de atas da Assembleia Geral;
  - (iv) o livro de presença dos Quotistas;
  - (v) os demonstrativos trimestrais de que trata o artigo 8º, Parágrafo 4º da Instrução CVM 356;
  - (vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - (vii) os relatórios dos Auditores Independentes.
- b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
- c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar do Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- d) divulgar, trimestralmente, no Periódico referido no inciso anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, a rentabilidade no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação entre a mesma e o Fundo;

- h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- i) informar aos Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- j) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo VIII do Regulamento.

#### Substituição e Renúncia da Administradora

A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quórum de deliberação conforme disposto no Artigo 61 do Regulamento.

Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o parágrafo acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora ou (ii) não obtiver quórum suficiente, observado o disposto no Regulamento, para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação do Fundo, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.

A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação acerca de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos do Regulamento.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo IX do Regulamento.

#### Vedações à Administradora

É vedado à Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se, sob qualquer outra forma, nas operações praticadas pelo Fundo;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste.

As vedações de que tratam os itens (i) a (iii) acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das suas Afiliadas, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas. Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Bacen e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- b) realizar operações em mercados de derivativos;

- c) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos no Regulamento;
- d) aplicar recursos diretamente no exterior;
- e) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- f) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas no Regulamento;
- g) vender Quotas do Fundo a prestação;
- h) vender Quotas do Fundo para instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- i) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- j) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- k) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no inciso II do artigo 39 da Instrução CVM 356;
- l) obter ou conceder empréstimos; ou
- m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

### **Gestora da Carteira do Fundo**

Sem prejuízo de sua responsabilidade na qualidade de Administradora do Fundo, a Administradora também prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a Taxa de Administração e, portanto, nenhum contrato específico de gestão da carteira do Fundo foi celebrado.

Para informações sobre os mecanismos de substituição do gestor, vide seção “Administradora – Substituição e Renúncia da Administradora” na página 65 deste Prospecto.

### **Custodiante**

O Fundo contratou Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, bem como pela verificação por amostragem, em periodicidade no mínimo trimestral, dos Documentos Comprobatórios que lastreiam os Direitos de Crédito, de acordo com o Anexo V do Regulamento e com a regulamentação em vigor.

Não obstante o disposto no Artigo 12 do Regulamento, o Custodiante é responsável (i) pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do parágrafo acima; (ii) pela verificação da existência dos Documentos Comprobatórios, bem como sua formalização, de acordo com os itens relacionados no Anexo V, item (iv), do Regulamento; e (iii) pelas demais obrigações previstas no artigo 38 da Instrução CVM 356.



O Cedente enviará ao Custodiante através de arquivo eletrônico, em até 1 (um) Dia Útil contado de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, as chaves de acesso a cada Nota Fiscal Eletrônica que representa os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Antes de ser realizada a primeira cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, o Cedente fornecerá ao Custodiante informações que permitam o acesso pelo Custodiante ao website do Município de Campo Bom. Além disso, o Cedente se comprometeu, nos termos do Contrato de Cessão, a fornecer ao Custodiante, na mesma data da ocorrência, informações sobre eventuais Notas Fiscais Eletrônicas canceladas ou anuladas e, conforme o caso, informações sobre as novas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas em substituição às Notas Fiscais Eletrônicas canceladas ou anuladas.

O Cedente colocará à disposição do Custodiante, em até 3 (três) Dias Úteis da solicitação do Custodiante neste sentido, todas as informações e documentos adicionais referentes aos Direitos de Crédito, inclusive os Contratos de Emissão do Cartão Good Card, que sejam necessários para que desempenhe as atribuições previstas no Contrato de Custódia, no Regulamento e no Contrato de Cessão, bem como para que o Custodiante desempenhe, caso o Agente de Cobrança seja destituído de suas funções, as atividades de Agente de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.

Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, observando os critérios fixados conforme Anexo V do Regulamento, comunicando o resultado desta verificação à Administradora, aos Auditores Independentes, ao Cedente e à Agência Classificadora de Risco.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos do Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia.

No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Agente de Cobrança exercer referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 21 do Regulamento.

#### Coordenador Líder

O Fundo contratou com o Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, para prestar serviços de assessoria financeira para captação de recursos no mercado de capitais e realizar a estruturação e a distribuição pública das Quotas Sênior de Emissão do Fundo, por meio do Contrato de Distribuição.

O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Quotas Sênior nos termos da Instrução CVM n.º 400 no que for aplicável e da Instrução CVM 356, sendo que o Coordenador Líder realizará tal distribuição sob o regime de garantia firme.

#### Agente Escriturador

O Fundo contratou Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, para prestar os serviços de escrituração de Quotas do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Escrituração.

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 22 do Regulamento.

**Auditor Independente**

O Fundo contratou a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.271/0001-29, devidamente cadastrada na CVM, para prestar os serviços de auditoria independente.

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 23 do Regulamento.

**Agência de Classificação de Risco**

O Fundo contratou a Fitch Ratings do Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra n.º 904, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33, devidamente autorizada, para prestar os serviços de classificação de risco.

Para maiores informações, por gentileza, vide Artigo 24 do Regulamento.

## AS QUOTAS

### Quotas

As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu Patrimônio Líquido do Fundo. As Quotas do Fundo serão da classe Quotas Sênior e da classe Quotas Subordinadas.

As Quotas serão escriturais e nominativas e mantidas em conta de depósitos em nome de seus respectivos Quotistas.

As Quotas não serão resgatáveis, exceto por ocasião da liquidação do Fundo ou de sua amortização conforme o disposto no Regulamento ou por decisão da Assembleia Geral de Quotistas.

### Classes das Quotas

O Fundo deverá emitir Quotas Sênior e Quotas Subordinadas.

### Quantidade de Quotas Sênior

Serão emitidas 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior.

### Valor das Quotas Sênior

O Valor das Quotas Sênior será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

### Quotas Sênior

As Quotas Sênior são as Quotas que não são subordinadas a nenhuma outra Quota para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados. Os critérios para a distribuição dos recursos às Quotas Sênior estão previstos no respectivo Suplemento.

O Fundo emitirá na Primeira Emissão, 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), nos termos do Suplemento consolidado ao Regulamento como Anexo VII.

Não serão realizadas novas emissões de Quotas Sênior além da referida acima, exceto se houver decisão nesse sentido dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.

As Quotas Sênior serão distribuídas no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

### Quotas Subordinadas

As Quotas Subordinadas são aquelas que se subordinam às Quotas Sênior para fins de amortização, resgate e distribuição de resultados, observado o índice de subordinação. Portanto, o resgate das Quotas Subordinadas somente deverá ocorrer após o resgate completo das Quotas Sênior.

O Fundo emitirá Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, em montante necessário para atender à Relação Mínima. As Quotas Subordinadas serão subscritas exclusivamente pela Embratex.

As Quotas Subordinadas não se subordinam entre si para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão, na forma prevista no Regulamento.

## Meta de Rentabilidade

O Fundo buscará atingir para as Quotas Sênior a rentabilidade correspondente a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, conforme definido em procedimento de *bookbuilding*, calculada à base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis.

As Quotas Subordinadas não possuem meta de rentabilidade e terão seu valor calculado com base no valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido o somatório do valor de todas as Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

Para maiores informações, por gentileza, vide Suplemento.

## Emissão e Integralização das Quotas

As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma do Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados e/ou pela Cedente, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), via SF administrado e operacionalizado pela CETIP, e/ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, servindo o comprovante de transferência como recibo de quitação ou por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo, no caso de Quotas Subordinadas.

As Quotas Sênior do Fundo serão objeto de oferta pública, nos termos da Instrução CVM 400. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas exclusivamente pela Embratrec.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

No ato de subscrição de Quotas, o subscritor (i) assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelo Distribuidor) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.

O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as Quotas custodiadas no SF será expedido pela CETIP extrato em nome do titular.

As Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

Não será cobrada taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída pela Administradora.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou

b) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data “T”;

$VQS_{T-1}$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”. Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$  valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;

$VAP_{T-1}$  valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;

$DI_{T-1}$  Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data “T”. Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DIT-1 = 12,00$ ; e

$Spread_{Sn}$  Fator Spread das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então  $Spread_{Sn} = 0,50$ .

Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Cedente, da Administradora ou do Custodiante em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, quando da amortização ou do resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, calculado conforme descrito acima, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, cada Quota Subordinada terá seu Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que o referido valor corresponderá ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao somatório do valor de todas as Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XIII do Regulamento.

#### Amortização e Resgate das Quotas

As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto no Regulamento e no Suplemento, e serão resgatadas integralmente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas no Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.

A Amortização Periódica ocorrerá, respeitado o disposto abaixo, nas datas “T” indicadas no Suplemento.

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização “T”;

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização “T”;

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização “T”;

SVAE<sub>T-1</sub> somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor unitário (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização “T”;

VUE Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

PPS<sub>T</sub> percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização “T”, conforme definido no respectivo Suplemento; e

AM<sub>T</sub> amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização “T” e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$

A Administradora deverá constituir reserva para pagamento antes de cada Data de Amortização, podendo, para tanto, interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização, de forma que o valor de tal reserva mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento seja (i) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 15 (quinze) dias antes de cada Data de Amortização, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.

A Administradora poderá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida no Regulamento. A partir dessa data e até a liquidação do Fundo, o Fundo poderá não estar mais enquadrado na Alocação Mínima.

Exceto no caso previsto acima, caso (i) ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos e (ii) caso a Embratel não subscreva Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior.

A Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.

A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.

Caso a relação expressa em valores percentuais entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor total das Quotas Subordinadas seja superior a 16% (dezesseis por cento) do Patrimônio Líquido (“Excesso de Cobertura”), o Quotista Subordinado poderá solicitar à Administradora a amortização parcial das Quotas Subordinadas, do montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

- (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e pelo Regulamento;
- (ii) até a data da amortização, não esteja em curso qualquer dos Eventos Avaliação e/ou Eventos de Liquidação;
- (iii) depois de computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o valor total de Direitos de Crédito devidos por cada Devedor seja igual ou inferior a 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e

(iv) depois de computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Devedores seja igual ou inferior a 16% (dezesesseis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

A Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada, devendo o pagamento da amortização ser realizado por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN no Dia Útil imediatamente subsequente.

O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas em Circulação.

Para fins do aqui previsto, enquanto o valor unitário da Quotas for superior ao seu Valor Unitário de Emissão, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de juros.

A partir do momento que a Quota a ser amortizada ou resgatada tiver um valor igual ou inferior ao seu Valor Unitário de Emissão, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de principal.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XIV do Regulamento.

#### Plano de Distribuição

Foi adotado o procedimento diferenciado de distribuição, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, tendo a Oferta sido efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, levando-se em consideração as relações com os clientes do Coordenador Líder e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e do Banco Topázio, observado, entretanto, que o Coordenador Líder se comprometeu a direcionar a Oferta a investidores com perfil de risco adequado, bem como a observar o tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos.

Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Quotas Sênior, não será permitida a colocação de Quotas Sênior perante investidores que sejam (a) controladores ou administradores do Fundo; (b) controladores ou administradores do Coordenador Líder; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima (em conjunto, “Pessoas Vinculadas”), sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

#### Regime de Colocação

O Coordenador Líder realizará, em regime de garantia firme, a colocação e subscrição de 4.000 (cento e vinte) Quotas Sênior, no valor de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), ao Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, conforme o disposto no Regulamento.

As Quotas Sênior serão colocadas pelo Coordenador Líder em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”).

A garantia firme descrita acima é válida por até 31 de dezembro de 2012, podendo tal prazo ser estendido a critério exclusivo do Coordenador Líder, mediante comunicação prévia, por escrito, do Coordenador Líder à Administradora e ao Cedente.

Sem prejuízo do disposto acima, as Quotas Sênior serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, respeitado o Prazo de Colocação e as condições deste Prospecto, do Contrato de Distribuição, do Regulamento e do Contrato de Cessão.

As Quotas Sênior somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas, de forma que o Fundo atenda, na forma prevista no Regulamento, à Relação Mínima. As Quotas Sênior que não forem colocadas junto aos Investidores Qualificados serão integralmente subscritas pelo Coordenador Líder, observado disposto acima.

Os Investidores Qualificados poderão subscrever as Quotas Sênior a partir do primeiro Dia Útil do Prazo de Colocação, no qual se dará a publicação do Anúncio de Início.

No ato de subscrição das Quotas Sênior, o subscritor (i) assinará o Termo de Adesão e o boletim individual de subscrição, que será autenticado pelo Coordenador Líder; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Coordenador Líder, Administrador ou pelo Agente Escriturador nos termos do Regulamento. No ato de subscrição de que trata este parágrafo, o subscritor das referidas Quotas Sênior ainda entregará ao Coordenador Líder declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

No ato de subscrição das Quotas Sênior, o Coordenador Líder deverá:

- (i) entregar ao subscritor exemplar atualizado do Regulamento, do Suplemento e do Prospecto;
- (ii) obter a assinatura do subscritor no Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento, incluindo declaração de investidor qualificado, e no boletim individual de subscrição respectivo, utilizando os modelos fornecidos pelo Administrador; e
- (iii) obter do subscritor cópia dos documentos listados no Anexo I ao Contrato de Distribuição, conforme o caso.

Não há, nem será constituído, fundo de manutenção de liquidez ou de sustentação para as Quotas Sênior.

Registro da distribuição e negociação das Quotas

As Quotas Sênior serão subscritas de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas Sênior.

As Quotas Sênior serão registradas para negociação no mercado secundário no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta

Na hipótese de (a) divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; ou (b) a Oferta ser suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; o investidor que já tiver aderido à Oferta deverá ser diretamente comunicado por escrito a respeito e poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de comunicação direta por escrito pelos Coordenadores sobre a modificação efetuada, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicada por escrito sobre a suspensão da Oferta, no caso da alínea (b) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do valor de integralização, referido valor integralizado será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de 10 (dez) Dias



Úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pelo Fundo.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente por escrito a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi diretamente comunicada por escrito a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do valor de integralização, referido valor integralizado será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

#### Suspensão da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “Cancelamento ou Revogação da Oferta”, na página 75 deste Prospecto. A Administradora e/ou os Coordenadores deverão dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do valor de integralização, o referido valor integralizado será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da respectiva revogação.

#### Cancelamento ou Revogação da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

#### Custos da distribuição

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Sênior:

<b>Custos da Oferta</b>	<b>Montante</b>	<b>(%) sobre o montante da Oferta</b>
Comissão de Estruturação das Quotas Sênior.....	R\$676.500,00	0,677%
Comissão de Colocação das Quotas Sênior.....	R\$676.500,00	0,677%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Sênior.....	R\$500.000,00	0,50%
Auditoria.....	R\$60.000,00	0,060%
Classificação de Risco.....	R\$45.000,00	0,05%
Assessor Legal.....	R\$380.000,00	0,38%
Despesas Gerais ( <i>impressões e publicações</i> ).....	R\$50.000,00	0,05%
Taxa para Registro na CVM.....	R\$82.870,00	0,08%
<b>Total dos Custos da Oferta.....</b>	<b>R\$ 2.388.000,00</b>	<b>2,388%</b>

Os custos relativos à distribuição das Quotas Sênior, referentes à taxa ANBIMA, bem como, às despesas para registro perante o cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Fundo e deduzidos do Patrimônio Líquido.

<b>Custos que serão suportados pelo Fundo</b>	<b>Montante</b>	<b>(%) sobre o montante do Patrimônio Líquido estimado<sup>(1)</sup></b>
Taxa ANBIMA.....	R\$7.500,00 <sup>(2)</sup>	0,0025%
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos....	R\$30.000,00	0,03%
<b>Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo .....</b>	<b>R\$37.500,00</b>	<b>0,0325%</b>

<sup>(1)</sup> O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Emissão é de R\$125.000.000,00.

<sup>(2)</sup> 0,002% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$7.500,00 e o máximo de R\$35.000,00.

<b>Custo Unitário de Distribuição</b>		
<b>Preço por Quota (R\$)</b>	<b>Custo por Quota (R\$)</b>	<b>% em Relação ao Valor Nominal Unitário da Quota</b>
<b>R\$ 25.000,00</b>	<b>R\$ 606,38</b>	<b>2,4255%</b>
<i>*Com base no Preço de Emissão das Quotas da Primeira Emissão</i>		

<b>Montante Total da Oferta (R\$)</b>	<b>Custo Máximo da Distribuição (R\$)</b>
<b>R\$ 100.000.000,00</b>	<b>R\$ 2.425.500,00</b>

## Cronograma da distribuição pública de Quotas Sênior

Encontra-se abaixo um cronograma estimado e tentativo das etapas da distribuição pública de Quotas Sênior, informando seus principais eventos a partir da data de registro automático da Oferta na CVM e disponibilização deste Prospecto aos investidores:

Eventos	Datas <sup>(*)</sup> (**) (***)(****)
Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. ....	10 de setembro de 2012
Publicação do Aviso ao Mercado .....	17 de setembro de 2012
Início das apresentações a potenciais investidores .....	17 de setembro de 2012
Encerramento das apresentações a potenciais investidores .....	21 de setembro de 2012
Coleta de intenções e fixação da remuneração ( <i>bookbuilding</i> ).....	24 de outubro de 2012
Protocolo de atendimento às exigências da CVM .....	21 de novembro de 2012
Obtenção do registro da Oferta na CVM .....	06 de dezembro de 2012
Disponibilização do Prospecto Definitivo .....	07 de dezembro de 2012
Publicação do Anúncio de Início. ....	11 de dezembro de 2012
Liquidação da Oferta .....	13 de dezembro de 2012
Publicação do Anúncio de Encerramento .....	17 de dezembro de 2012

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos ou adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora e do Coordenador Líder.

(\*\*) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre os procedimentos aplicáveis a eventual cancelamento, suspensão, revogação ou modificação da Oferta, bem como sobre os procedimentos aplicáveis a eventual devolução e reembolso aos investidores daí decorrentes, vide seções “Manifestação de Revogação da Aceitação à Oferta”, “Modificação da Oferta”, “Suspensão da Oferta” e “Cancelamento ou Revogação da Oferta”, nas páginas 74 a 75 deste Prospecto.

(\*\*\*) Para informações sobre a subscrição e forma de integralização das Quotas Sênior, vide seção “Quotas – Emissão e Integralização das Quotas” na página 70 deste Prospecto Definitivo.

## Modificação da Oferta

O Coordenador Líder reserva-se o direito de, a qualquer momento até a data de integralização das Quotas Sênior do Fundo, propor ao Cedente modificações de quaisquer termos, condições, estrutura, prazos, taxas de juros, remuneração ou demais características do Fundo ou das Quotas, caso entenda que tais modificações sejam necessárias para refletir as condições de mercado daquele momento e garantir o exercício da garantia firme de colocação das Quotas Sênior.

## Ordem de alocação de recursos

Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior e até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência, observado o artigo 38, parágrafo 8º do Regulamento:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- c) na ausência de um Evento de Avaliação, formação de reserva para pagamento de cada amortização de Quotas Sênior, conforme o Parágrafo 3º do Artigo 38 do Regulamento;
- d) pagamentos dos valores referentes à amortização das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme o Artigo 36 e Artigo 38 do Regulamento;
- e) após o pagamento de todas as amortizações de Quotas Sênior, formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas Sênior, conforme o Parágrafo 4º do Artigo 38 do Regulamento;
- f) pagamento dos valores referentes ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme o Artigo 36 do Regulamento; e
- g) pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme o Artigo 37 e no Parágrafo 7º do Artigo 38 do Regulamento.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XVII do Regulamento.

#### Pagamento dos valores devidos pelo Fundo aos Quotistas

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 46 do Regulamento, o Agente Escriturador, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior, e (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme o Regulamento, conforme o caso.

A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia nos sistemas acima mencionados.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.

Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas no Artigo 54 e no Artigo 55 do Regulamento, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.

Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XV do Regulamento.

## OS DIREITOS DE CRÉDITO

### Características dos Direitos de Crédito

São os direitos de crédito performados livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames, representados pelas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratrec e devidas pelos Devedores em decorrência da realização de (a) Operações de Gestão de Frotas e (b) Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros, permanecendo os direitos relacionados a tais Encargos Financeiros propriedade do Cedente, de forma a cumprir com a política de investimento definida no Regulamento, que se enquadrem nos Critérios de Elegibilidade.

### Políticas de concessão de crédito e de cobrança

O Cedente deverá observar a Política de Concessão de Crédito conforme estabelecida no Anexo III do Regulamento. A Política de Concessão de Crédito para a aceitação de clientes no Sistema Good Card considera as características do produto associado, gestão de convênios com desconto em folha ou gestão de frotas, determinando o limite necessário a partir de dados operacionais relevantes. A análise de viabilidade do limite solicitado contempla análise da empresa através de informações públicas e obtidas em *bureau* de crédito, de seu balanço, setor e região de atuação e de seus acionistas/quotistas controladores, além referências de parceiros de negócios.

Reanálise de limites são conduzidas sempre que eventos o exijam, por solicitação da área de acompanhamento de operações, financeiro, comercial ou por iniciativa da própria área de crédito. Devedores com atraso de 10 (dez) dias são bloqueados automaticamente. Valores superiores a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou com divergências de opinião são discutidos e resolvidos pelo Colegiado de Crédito, formado pelo Diretor de Crédito, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Comercial.

O Cedente será responsável pela emissão dos boletos bancários aos Devedores. Os registros dos boletos bancários referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo terão a titularidade alterada eletronicamente para o Fundo pelo Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de prestador de serviço de cobrança bancária para o Cedente após a efetiva aquisição. Desta forma o pagamento dos boletos bancários decorrentes dos Direitos de Crédito do Fundo, pelos Devedores, serão creditados diretamente ao Fundo, sem que tais recursos transitem em conta corrente de titularidade do Cedente.

A Embratrec, na qualidade de Agente de Cobrança será responsável, nos termos da Política de Cobrança descrita no Anexo IV do Regulamento e do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos cedidos por ela ao Fundo.

A Embratrec terá a opção, mas não a obrigação, de adquirir Direitos de Crédito por ela originalmente cedidos ao Fundo, cujo pagamento esteja em atraso, pelo seu respectivo valor exigível, nos termos do Contrato de Cessão.

### Informações e estatísticas sobre inadimplimentos, perdas e pré-pagamento

A carteira do Fundo está sujeita a atrasos e pré-pagamentos nos moldes da legislação em vigor aplicável a empréstimos a pessoas físicas. Embora o Cedente possa exercer a opção de compra de certos Direitos de Crédito inadimplidos nos termos do Regulamento, o Fundo não conta com garantia do Cedente, do Administrador, do Custodiante ou do Coordenador Líder e, portanto, em caso de inadimplência dos Direitos de Crédito, o Patrimônio Líquido do Fundo, inclusive as Quotas Sênior, poderá ser afetado.

Abaixo é possível encontrar uma análise histórica estimada da carteira. Não há qualquer garantia de que atrasos, perdas e pré-pagamento irão se manter dentro de tais níveis no futuro. É importante ressaltar também que tais informações não levam em conta o efeito da sazonalidade e eventualmente, o que pode distorcer significativamente os dados da tabela abaixo:

Período de Análise: Julho de 2007 a Março de 2012

Faixas	Benefícios			Frota			Consolidado		
	Σ do Valor dos Títulos - R\$(000)	%	% Acumulada	Σ do Valor dos Títulos - R\$(000)	%	% Acumulada	Σ do Valor dos Títulos - R\$(000)	%	% Acumulada
<b>Total sob análise</b>	<b>2.324.595</b>			<b>6.281.434</b>			<b>8.606.029</b>		
(+) Juros	5.295			16.423			21.717		
(-) Desconto	2.764			7.532			10.297		
(-) Cancelamentos	31.547			111.236			142.783		
(-) Títulos a vencer após 31 de março de 2012	39.308			62.802			102.111		
<b>Títulos vencidos e/ou liquidados até 31 de março de 2012</b>	<b>2.256.270</b>			<b>6.116.285</b>			<b>8.372.555</b>		
<b>Títulos pagos antecipadamente</b>	<b>207.104</b>	<b>9,2%</b>		<b>391.723</b>	<b>6,4%</b>		<b>598.827</b>	<b>7,2%</b>	
de 30 a 60 dias	331	0,0%	0,00%	-	0,0%	0,00%	331	0,0%	0,00%
de 15 a 30 dias	4.554	0,2%	0,2%	2.718	0,0%	0,00%	7.272	0,1%	0,1%
de 1 a 15 dias	202.219	9,0%	9,2%	389.005	6,4%	6,4%	591.224	7,1%	7,2%
<b>Títulos liquidados no vencimento</b>	<b>935.197</b>	<b>41,4%</b>	50,6%	<b>2.325.836</b>	<b>38,0%</b>	44,4%	<b>3.261.033</b>	<b>38,9%</b>	46,1%
<b>Títulos vencidos e liquidados com atraso</b>	<b>1.049.804</b>	<b>46,5%</b>		<b>3.200.408</b>	<b>52,3%</b>		<b>4.250.212</b>	<b>50,8%</b>	
de 1 a 15 dias	938.409	41,6%	92,2%	2.703.560	44,2%	88,6%	3.641.969	43,5%	89,6%
de 15 a 30 dias	60.372	2,7%	94,9%	200.971	3,3%	91,9%	261.343	3,1%	92,7%
de 30 a 60 dias	25.018	1,1%	96,0%	141.430	2,3%	94,2%	166.448	2,0%	94,7%
de 60 a 90 dias	10.348	0,5%	96,5%	59.556	1,0%	95,2%	69.904	0,8%	95,5%
de 90 a 120 dias	4.370	0,2%	96,7%	28.612	0,5%	94,5%	32.982	0,4%	95,9%
de 120 a 150 dias	3.212	0,1%	96,8%	16.876	0,3%	95,9%	20.088	0,2%	96,2%
de 150 a 180 dias	2.707	0,1%	96,9%	13.063	0,2%	96,2%	15.770	0,2%	96,4%
acima de 180 dias	5.369	0,2%	97,2%	36.340	0,6%	96,8%	41.709	0,5%	96,9%
<b>Títulos que apresentam pagamentos/baixas parciais</b>	<b>44.720</b>	2,0%	99,1%	<b>125.389</b>	2,1%	98,8%	<b>170.109</b>	2,0%	98,9%
<b>Títulos vencidos e não liquidados</b>	<b>17.474</b>	<b>0,8%</b>		<b>69.355</b>	<b>1,1%</b>		<b>86.830</b>	<b>1,0%</b>	
de 1 a 15 dias	6.555	0,3%	99,4%	27.459	0,4%	99,3%	34.014	0,4%	99,3%
de 15 a 30 dias	809	0,0%	99,5%	5.565	0,1%	99,3%	6.374	0,1%	99,4%
de 30 a 60 dias	977	0,0%	99,5%	7.999	0,1%	99,5%	8.976	0,1%	99,5%
de 60 a 90 dias	603	0,0%	99,5%	4.562	0,1%	99,6%	5.165	0,1%	99,5%
de 90 a 120 dias	1.059	0,0%	99,6%	2.743	0,0%	99,6%	3.802	0,0%	99,6%
de 120 a 150 dias	694	0,0%	99,6%	1.889	0,0%	99,6%	2.583	0,0%	99,6%
de 150 a 180 dias	545	0,0%	99,6%	2.212	0,0%	99,7%	2.757	0,0%	99,7%
acima de 180 dias	6.233	0,3%	99,9%	16.926	0,3%	99,9%	23.158	0,3%	99,9%
<b>Valor residual dos títulos que sofreram pagamentos/baixas parciais</b>	<b>1.970</b>	0,1%	100%	<b>3.574</b>	0,1%	100%	<b>5.544</b>	0,2%	100%

## Cessão dos Direitos de Crédito

O Cedente se compromete, em caráter irrevogável e irretratável, a ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, devendo sempre oferecer tais Direitos de Crédito preferencialmente ao Fundo, o qual adquirirá o montante de Direitos de Crédito compatível com as disponibilidades financeiras do Fundo no momento da oferta de Direitos de Crédito, observada a política de investimento e composição da carteira do Fundo definidas no Regulamento.

O Cedente não se responsabiliza pela solvência ou solvabilidade dos Devedores, responsabilizando-se, civil e criminalmente, (i) pela existência, certeza e exigibilidade dos Direitos de Crédito, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, até a liquidação integral dos mesmos; (ii) pela legalidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade e correta formalização dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo; (iii) por eventuais oposições ou exceções apresentadas pelos Devedores contra o Cedente, nos termos do artigo 294 do Código Civil; (iv) por quaisquer prejuízos sofridos pelo Fundo em razão de dificuldade ou impossibilidade de cobrança dos Direitos de Crédito adquiridos que tenham qualquer vício em sua formação; e (v) pelas declarações falsas e/ou incorretas que prestarem no âmbito do Contrato de Cessão.

Para maiores informações, por gentileza, vide Cláusula I, do Contrato de Cessão.

#### Preço de Aquisição dos Direitos de Crédito Elegíveis

Pela aquisição dos Direitos de Crédito, o Fundo pagará ao Cedente, conforme o caso, em moeda corrente nacional, em cada Data de Aquisição, conforme indicado em cada Termo de Cessão, apurado de acordo com os termos constantes do Anexo III do Contrato de Cessão.

O Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo para cada um dos Direitos de Crédito será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PA = \sum_i^n \frac{VN_i}{(1 + \text{Taxa de Cessão})^{\frac{T_i}{252}}}$$

onde:

PA: Preço de Aquisição arredondado na segunda casa decimal;

$VN_i$ : Valor nominal do Direito de Crédito “i” objeto de aquisição pelo Fundo;

$T_i$ : Número de dias úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito de Crédito “i”, exclusive;

Taxa de Cessão: Taxa calculada pelo Administrador, com arredondamento na segunda casa decimal, conforme a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de Cessão} = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{DI}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \times \left( 1 + \frac{TB}{100} \right)^{\frac{1}{252}} \times \left( 1 + \frac{SE}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times 100 \right\}$$

onde:

$DI_f$ : Taxa DI futura calculada na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, referente ao Direito de Crédito objeto de aquisição pelo Fundo com prazo de vencimento mais próximo à faixa de vencimento, constante na tabela abaixo, negociada e divulgada pela BM&FBOVESPA;

Faixas de Vencimento	Referência para Taxa DI Futura
Entre 1 e 22 Dias Úteis	Contrato DI futuro mais próximo de 30 dias corridos
Entre 23 e 42 Dias Úteis	Contrato DI futuro mais próximo de 60 dias corridos
Entre xx e xx Dias Úteis	Contrato DI futuro mais próximo de xxx dias corridos

TB: 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano sobre a Taxa DI, conforme definido no procedimento de *bookbuilding*; e

SE: Excesso de *Spread*, correspondente a 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento).

A redução da taxa de cessão estabelecida no Anexo III do Contrato de Cessão depende de prévia e expressa aprovação do Cedente e da Administradora, na qualidade de representante do Fundo, bem como da prévia ciência e aprovação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. A Administradora se compromete a convocar uma Assembleia Geral para deliberar acerca da redução da taxa de cessão, caso a redução da taxa de cessão venha a ser solicitada pelo Cedente ou pelo Fundo, representado pela Administradora.

Para maiores informações, por gentileza, vide Anexo III do Contrato de Cessão.

#### Critérios de Elegibilidade

O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que sejam pessoas jurídicas;
- b) os Direitos de Crédito devem ter cobrança registrada no Banco Itaú BBA S.A.;
- c) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores, considerados em conjunto com os Devedores de seu respectivo Grupo Econômico que, na respectiva Data de Aquisição, sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo que representem, no máximo, 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, considerado o somatório do valor total exigível de Direitos de Crédito depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo;
- d) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Devedores, observado que Devedores de um mesmo Grupo Econômico serão considerados 1 (um) Devedor para fins deste item, deverá ser igual ou inferior a 16% (dezesseis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- e) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos por prazo superior a 10 (dez) dias;
- f) os Direitos de Crédito são e serão devidos por Devedores que, na respectiva Data de Aquisição, não estejam em processo de recuperação judicial requerida e homologada, que não tenham pedido de falência contra si apresentado, nem tenham tido falência decretada;
- g) cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento (i) de até 30 (trinta) dias corridos contados da Data de Aquisição, e (ii) anterior à Data de Resgate da série mais longa; e
- h) os Direitos de Crédito devem ter valor nominal de, no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais).

A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo Cedente e pelo Fundo, do Contrato de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão.

O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas por meio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre o Cedente e o Custodiante, e serão mantidas pelo Custodiante.

Havendo proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade, esta deverá ser submetida à apreciação do Custodiante previamente à sua aprovação em Assembleia Geral.

Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referidas propostas e, ainda assim, estas sejam aprovadas pela Assembleia Geral, o Custodiante permanecerá em suas funções até que seja substituído, não respondendo, todavia, pela verificação dos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos.

O Cedente é o responsável pela existência, certeza, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, correta formalização e exigibilidade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, até a liquidação integral dos Direitos de Crédito.



Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo V do Regulamento.

#### Procedimento para verificação do lastro dos Direitos de Crédito

A verificação do lastro dos Direitos de Crédito deverá ser feita mediante utilização chave de acesso ao sistema da prefeitura, a ser enviada ao Custodiante pelo Cedente. O Custodiante, na verificação do lastro, considerará exclusivamente as informações oficiais do Município de Campo Bom, disponibilizadas mediante a utilização das chaves de acesso no website do Município de Campo Bom. Tais informações oficiais prevalecerão sobre quaisquer outras informações divergentes a que o Custodiante venha a ter acesso.

A verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pelo Custodiante por amostragem, observados os seguintes parâmetros:

- a) o Custodiante irá utilizar a amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de validação de lastro dos Documentos Comprobatórios, e a amostra será selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto dos Documentos Comprobatórios, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;
- b) para seleção da amostragem pelo Custodiante, será empregada técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (software ACL), que permite ao Custodiante utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:
  - i. Grau de Confiança: 95% (noventa e cinco por cento);
  - ii. Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).
- c) se o Custodiante espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável;
- d) a análise dos Documentos Comprobatórios será realizada mediante utilização das chaves de acesso às Notas Fiscais Eletrônicas, fornecidas pelo Cedente. Referidas chaves de acesso serão inseridas no campo apropriado do *website* do Município de Campo Bom para verificação pelo Custodiante da existência das Notas Fiscais Eletrônicas, bem como sua formalização de acordo com os itens abaixo relacionados:
  - 1. Nota Fiscal Eletrônica com campos preenchidos;
  - 2. Número da Nota Fiscal Eletrônica;
  - 3. Número do CNPJ do sacado/devedor da Fatura;
  - 4. Nome do sacado/devedor na Nota Fiscal Eletrônica;
  - 5. A Data de Vencimento na Nota Fiscal Eletrônica;
  - 6. Valor da Nota Fiscal Eletrônica.

#### Limite de Concentração

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, ou de Devedores ou coobrigados de um mesmo Grupo Econômico, no limite de 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

## Formalização da Cessão

Para a formalização de cada operação de cessão e aquisição de Direitos de Crédito entre o Cedente e o Fundo, será observado o seguinte procedimento:

- a) os Direitos de Crédito serão ofertados ao Fundo mediante a entrega, pelo Cedente ao Custodiante, em qualquer Dia Útil, por meio eletrônico, de arquivo magnético contendo as características dos Direitos de Crédito que o Cedente está disposto a transferir ao Fundo (“Arquivo Magnético”);
- b) o envio ao Custodiante do Arquivo Magnético caracterizará a oferta, irrevogável e irretratável, de cessão, ao Fundo, dos Direitos de Crédito listados no respectivo Arquivo Magnético. O Arquivo Magnético será considerado entregue ao Custodiante na data em que estiver disponível para processamento até às 12:30 horas;
- c) após receber o Arquivo Magnético, o Custodiante deverá: (c.i) verificar e validar o atendimento pelos Direitos de Crédito constantes do Arquivo Magnético aos Critérios de Elegibilidade; e (c.ii) selecionar os Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que atendam os Critérios de Elegibilidade até o limite da disponibilidade financeira de interesse do Fundo para aquisição dos Direitos de Crédito, informada pela Administradora através da página eletrônica da Internet [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), até às 12:30 horas da mesma data do recebimento do Arquivo Magnético pelo Custodiante;
- d) após a conclusão do procedimento descrito na alínea (c) acima, o Custodiante colocará à disposição do Cedente e da Administradora, através da página eletrônica da Internet [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), e por meio de arquivo eletrônico (CNAB 400) retorno o Cedente, (d.i) o Relatório de Direitos de Créditos Elegíveis; e (d.ii) a relação dos Direitos de Crédito rejeitados, com o respectivo motivo da rejeição identificado individualmente;
- e) após ter acesso ao Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, o Cedente enviará à Administradora, por meio eletrônico, o Termo de Cessão preparado na forma do Anexo V do Contrato de Cessão, devidamente assinado pelos representantes legais do Cedente e após a confirmação de recebimento do referido Termo de Cessão, o Cedente e a Administradora, na qualidade de representante do Fundo renunciam ao direito de arrendimento com relação à cessão;
- f) caso a Administradora receba o Termo de Cessão na forma prevista da alínea (e) acima até as 15:00 horas da data da cessão, a Administradora autorizará o Custodiante até às 15:30hs a providenciar o pagamento da compra dos Direitos de Crédito ao Cedente na mesma data. Na hipótese do Termo de Cessão ser enviado após as 15:00 horas ou a autorização ao Custodiante ser enviada após as 15:30 horas, o pagamento da compra dos Direitos de Crédito ocorrerá no Dia Útil imediatamente posterior; e
- g) na Data de Aquisição, o Custodiante enviará solicitação ao Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, para que este efetue a transferência de titularidade dos boletos bancários referente aos Direitos de Crédito relacionados no Relatório de Direitos de Créditos Elegíveis para o Fundo.

A cessão dos Direitos de Crédito do Cedente para o Fundo será considerada realizada na Data de Aquisição.

A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada semanalmente pela celebração, pelo Cedente e pelo Fundo, dos respectivos Termos de Cessão. As vias originais de cada Termo de Cessão serão registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da sede da Administradora e da sede do Cedente. Para maiores informações, por gentileza, vide Cláusula III do Contrato de Cessão.

## **Acréscimo, remoção e substituição de Direitos de Crédito**

Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo não serão, por qualquer razão, substituídos por outros, mesmo que de igual natureza.

Na hipótese de inadimplemento dos Direitos de Crédito pelos respectivos Devedores, não poderão ser acrescidos aos valores originais dos Direitos Creditórios inadimplidos os Encargos Moratórios, conforme descrito no Contrato de Cessão, os quais não serão objeto de cessão para o Fundo.

Os Direitos de Crédito poderão ser removidos caso o Cedente exerça a faculdade de recompra de Direitos de Crédito Inadimplidos, conforme descrito na Cláusula 7.1 e seguintes do Contrato de Cessão. Ainda, poderá haver remoção de Direitos de Crédito na ocorrência de um Evento de Resolução, observado o disposto na Cláusula VI do Contrato de Cessão.

#### **Reforços de crédito e garantias existentes**

O Fundo adotará os seguintes mecanismos de reforço de crédito:

(i) o Fundo emitirá Quotas Subordinadas em montante necessário para atender à Relação Mínima, que deverão ser subscritas pela Embratel; e

(ii) manutenção de reserva de amortização, exclusivamente para pagamento antes de cada Data de Amortização, podendo, para tanto, interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização, de forma que o valor de tal reserva mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento seja (i) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 15 (quinze) dias antes de cada Data de Amortização, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica. A Administradora poderá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento. A partir dessa data e até a liquidação do Fundo, o Fundo poderá não estar mais enquadrado na Alocação Mínima.

Além do disposto acima, o Fundo não conta com qualquer outro mecanismo de reforço de crédito, seguro ou garantia que possa ajudar ou facilitar o pagamento dos valores devidos aos Quotistas a título de amortização ou resgate das Quotas.

## A ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

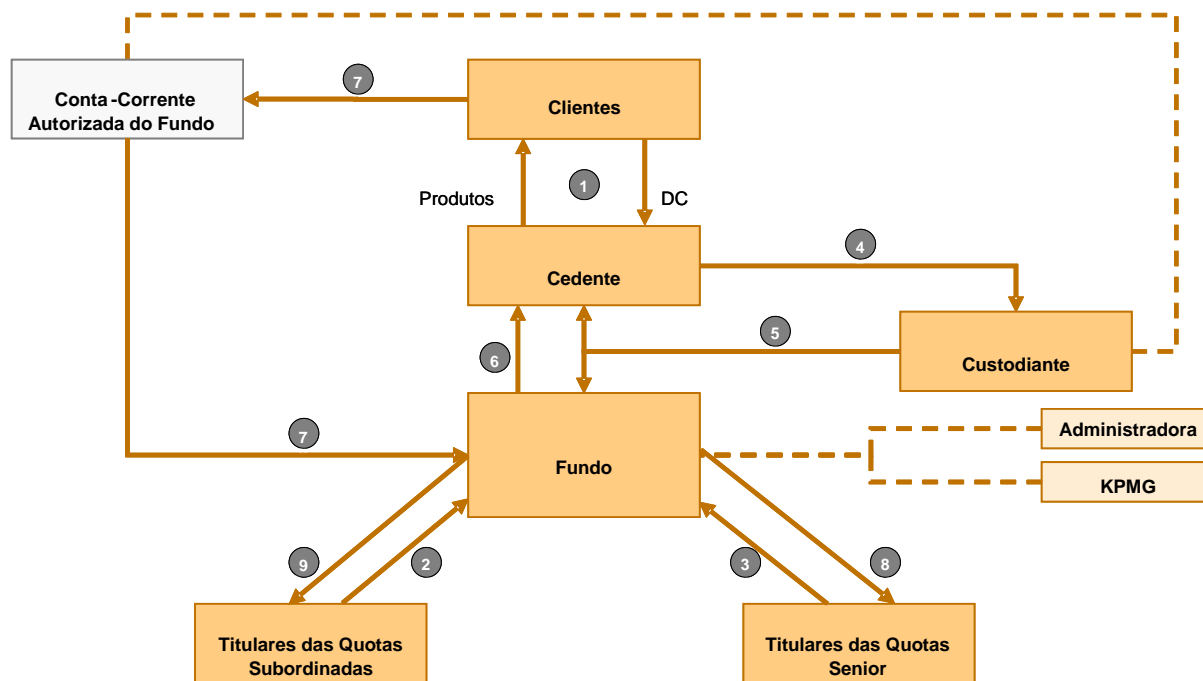
Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas Sênior e Quotas Subordinadas.

### Resumo da Estrutura

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis e/ou (ii) de Ativos Financeiros. Os termos e condições da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Cessão (para mais informações, vide seção “Os Direitos de Crédito” na página 79 deste Prospecto).

De forma a captar os recursos necessários para aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, o Fundo emitirá na Primeira Emissão Quotas Sênior e Quotas Subordinadas, sendo que a classe de Quotas Sênior será de 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais), perfazendo, na data da Primeira Emissão, o montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e a classe de Quotas Subordinadas será de tantas Quotas Subordinadas quantas forem necessárias para atender à Relação Mínima.

### Estrutura do fundo



1. O Cedente realiza as Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros aos Devedores e, assim, geram os Direitos de Créditos.

2. Até a Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior deverão ter sido subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas no valor que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, *pro forma*, a emissão das Quotas Sênior, atenda a Relação Mínima.

3. Na Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior, as Quotas Sênior são subscritas e integralizadas após as Quotas Subordinadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, até o montante em que o Fundo, depois de computada, *pro forma*, a referida emissão, atenda a Relação Mínima.
4. Nos termos do Contrato de Cessão, o Cedente oferece Direitos de Crédito ao Fundo. Os Direitos de Crédito são enviados pelo Cedente, por meio eletrônico ou magnético, diretamente ao Custodiante, para que este verifique o atendimento, pelos Direitos de Crédito ofertados, aos Critérios de Elegibilidade.
5. Verificado e constatado o atendimento, pelos Direitos de Crédito, aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante coloca à disposição do Cedente e da Administradora, relatórios referente aos Direitos de Crédito Elegíveis adquiridos pelo Fundo.
6. O Fundo efetua, nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento do Preço de Aquisição ao Cedente.
7. Na data de vencimento dos Direitos de Crédito, os Devedores realizam o pagamento por meio da rede bancária, diretamente na Conta do Fundo mantida no Custodiante.
8. Nas Datas de Amortização ou na Data de Resgate, o Fundo realiza os pagamentos, conforme o caso, da Amortização Periódica ou do valor de resgate aos titulares das Quotas Sênior.
9. As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, observado os termos do Regulamento.

#### **Política de Investimento e de Composição da carteira do Fundo**

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento, sem prejuízo da possibilidade de aquisição de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos no Regulamento, também descritos na seção “Os Direitos de Crédito” na página 79 deste Prospecto.

Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações assegurados aos seus titulares, sendo certo que os Direitos de Crédito não incluem os Encargos Financeiros, permanecendo os direitos relacionados a tais Encargos Financeiros propriedade do Cedente, nos termos do Contrato de Cessão e respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e o Cedente.

Os Direitos de Crédito e Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos na Conta do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Bacen ou pela CVM.

O Auditor de Conformidade realizará, trimestralmente, às expensas do Cedente, auditoria junto ao Cedente para verificar que os Direitos de Crédito foram objeto da utilização, pelos Devedores, do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referente a Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito, observados os Critérios de Elegibilidade. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade suficientes para atingir a Alocação Mínima, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral. Se e quando tal autorização for obtida pela Administradora, os Quotistas serão comunicados do fato por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, ou (iii) publicação de aviso no Periódico do Fundo utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados:

- a) moeda corrente nacional;
- b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- c) créditos securitizados pelo Bacen;
- d) fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos ou lastreados pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas ou por suas Afiliadas; e
- e) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens (b), (c) e (d) acima, contratadas com Instituições Autorizadas e/ou suas Afiliadas.

Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, a Administradora deverá observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo, descritos no Regulamento.

O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, ou de Devedores ou coobrigados de um mesmo Grupo Econômico, no limite de 2% (dois por cento) de seu Patrimônio Líquido.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste item serão observados (i) diariamente, em relação aos Ativos Financeiros e (ii) em cada Data de Aquisição, em relação aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos, com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo.

O Fundo não realizará: (i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) operações em mercado de derivativos; e (iii) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou suas Afiliadas, atuem na condição de contraparte desde que tais operações sejam realizadas em condições de mercado.

As aplicações no Fundo estão sujeitas a perdas patrimoniais e não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo IV do Regulamento.

### **Resolução da Cessão**

Considerar-se-á resolvida a cessão de qualquer Direito de Crédito, operada de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação ao Cedente, conforme o caso, e sem qualquer ônus e/ou custo para o Fundo, na hipótese de ocorrência dos seguintes Eventos de Resolução:

- a) caso qualquer Direito de Crédito seja reclamado por terceiros que demonstrem serem comprovadamente titulares da propriedade, ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tal Direito de Crédito previamente à aquisição do referido Direito de Crédito pelo Fundo;
- b) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, que qualquer Direito de Crédito não possui origem legal ou não seja indevidamente amparado por Documentos Comprobatórios;

- c) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, que os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo tenham sido formalmente originados em data posterior à Data de Aquisição;
- d) caso qualquer Direito de Crédito não seja pago integralmente pelo respectivo Devedor em decorrência de descumprimento, pelo Cedente, conforme o caso, de suas obrigações por comprovado dolo ou culpa do Cedente;
- e) caso seja verificado, a qualquer tempo, pelo Cedente, pela Administradora e/ou pelo Custodiante, que o Direito de Crédito cedido ao Fundo não atendia plenamente aos Critérios de Elegibilidade quando de sua cessão ao Fundo;
- f) caso ocorra o cancelamento da venda que originou o Direito de Crédito;
- g) caso ocorra o cancelamento ou anulação de qualquer Nota Fiscal Eletrônica, nos termos do item 1.3.1 do Contrato de Cessão; e
- h) falsidade de qualquer das declarações do Cedente prevista no Contrato de Cessão.

Sem prejuízo da resolução da Cessão, o Cedente, conforme o caso, deverá notificar a Administradora, por meio e-mail até 16:00 horas, o valor total dos Direitos de Crédito objeto de resolução de cessão, segregando o montante referente aos Direitos de Crédito vencidos e a vencer, bem como o motivo da ocorrência. Na mesma data do recebimento da notificação do Cedente, a Administradora confirmará na página eletrônica da Internet [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br), até 18:00 horas. Tendo sido confirmado o Evento de Resolução, conforme notificado pelo Cedente, o Cedente deverá enviar ao Custodiante, por meio de arquivo eletrônico até às 7:00 horas do Dia Útil imediatamente seguinte, a lista dos Direitos de Crédito afetados pelo Evento de Resolução, cuja cessão será resolvida nos termos deste item.

Na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Resolução da cessão e mediante recebimento do arquivo eletrônico mencionada acima, o Custodiante providenciará a baixa dos Direitos de Créditos objeto de qualquer Evento de Resolução, e colocará à disposição no site [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br) relatório discriminando os Direitos de Crédito baixados e o valor correspondente ao Preço de Aquisição destes Direitos Creditórios atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do Preço de Aquisição aplicada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data da efetiva baixa.

Na mesma data em que o Custodiante colocar à disposição no site [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br) o relatório referente à baixa dos Direitos de Crédito listados no arquivo eletrônico enviado pelo Cedente, o Cedente deverá restituir ao Fundo o valor total de que trata o parágrafo acima, por meio de Transferência Eletrônica Disponível - TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central.

Independentemente do envio da comunicação, o Cedente, conforme o caso, estará obrigado a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, em até 3 (três) Dias Úteis imediatamente após a ocorrência de qualquer Evento de Resolução, o montante correspondente ao Preço de Aquisição do Direito de Crédito cedido ao Fundo, cuja cessão tiver sido resolvida nos termos do Contrato de Cessão, atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do Preço de Aquisição *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de restituição dos valores devidos. Nesse caso o Cedente em questão sub-rogar-se-á, automaticamente, em todos os direitos inerentes ao Direito de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida nos termos do Contrato de Cessão.

Para maiores informações, por gentileza, vide Cláusula VI do Contrato de Cessão.

### **Eventos de Resilição do Contrato de Cessão**

São considerados Eventos de Resilição quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) decretação de falência do Cedente; pedido de autofalência, por parte do Cedente; pedido de falência formulado por terceiros em face do Cedente e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; apresentação de pedido, por parte do Cedente, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; ingresso do Cedente em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência do Cedente, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- b) declaração judicial da dissolução e/ou liquidação do Cedente;
- c) falsidade de qualquer das declarações previstas no Contrato de Cessão;
- d) existência de evidência de que o Cedente tenha (i) emitido ou permitido, deliberadamente, com culpa ou dolo, a emissão de Direitos de Crédito sem lastro ou (ii) oferecido ao Fundo Direitos de Crédito sobre os quais recaiam ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos previamente à sua oferta ao Fundo, ou que tenham sido objeto de outra cessão para terceiros ou (iii) cedido Direitos de Crédito constituídos sem a observância da Política de Concessão de Crédito; e
- e) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.

Para maiores informações, por gentileza, vide Cláusula VIII do Contrato de Cessão.

### **Resilição do Contrato de Cessão pelo Cedente**

O Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão mediante comunicação ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para o Cedente, somente na hipótese de:

- (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos impostos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de originação de Direitos de Crédito ou das operações previstas no Contrato de Cessão;
- (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral que, comprovadamente, alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para o Cedente; ou
- (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos de Crédito ora pactuada pelo Cedente.

O exercício do direito de resilição não eximirá o Cedente do integral e pontual cumprimento das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas e que sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações.



Na hipótese de resilição, o Fundo adotará as providências estabelecidas no Capítulo XIX e seguintes do Regulamento.

Para maiores informações, por gentileza, vide Cláusula IX do Contrato de Cessão.

#### **Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios**

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, caso o Fundo não disponha de recursos disponíveis para o pagamento do resgate das Quotas, as mesmas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito, conforme autorizado pelo artigo 15 da Instrução CVM 356.

#### **Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo**

Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral.

#### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com o Manual de Precificação de Ativos do Custodiante disponibilizado no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br); e (ii) enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos de Crédito, estes serão contabilizados e registrados, todo Dia Útil, com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

O Custodiante constituirá, de acordo com orientação da Administradora, provisão para os Direitos de Crédito de acordo com a legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.

O Fundo terá escrituração contábil própria.

Para maiores informações, por gentileza, vide Capítulo XVIII do Regulamento.

### **UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos obtidos pelo Cedente com a distribuição das Quotas serão destinados para fomentar o crescimento de operações com a rede afiliada Good Card através de soluções de antecipação de reembolso ou operações de crédito, impulsionando estabelecimentos varejistas de pequeno e médio porte.

## **VISÃO GERAL DO SETOR**

### **Sistema Financeiro Nacional**

O Sistema Financeiro Nacional é composto, basicamente, por (i) órgãos normativos, tais como o Conselho Monetário Nacional o Conselho Nacional de Seguros Privados e o Conselho de Gestão da Previdência Complementar; (ii) entidades supervisoras, como o Bacen, a CVM, a Superintendência de Seguros Privados, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar, os quais, observadas suas respectivas áreas de atuação e competências, supervisionam, regulam e exercem fiscalização sobre as operadoras do SFN: instituições financeiras, bolsas de valores, sociedades seguradoras e entidades de previdência complementar, dentre outras.

### **Setor privado**

O setor privado do SFN engloba, dentre outros, os bancos múltiplos, comerciais, de desenvolvimento e de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras), as sociedades de crédito imobiliário, as sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades de câmbio, as sociedades de arrendamento mercantil, as agências de fomento, as companhias hipotecárias e as sociedades de financiamento imobiliário.

### **Setor público**

Não obstante o processo de privatização parcial de instituições bancárias do setor público, ocorrido na década de 90, o Governo Federal e os governos estaduais ainda controlam importantes bancos comerciais e instituições financeiras, com o propósito de fomentar o desenvolvimento da economia, principalmente no que tange aos setores industrial e agrícola. Essas instituições mantêm uma boa parcela do total de depósitos e do total de ativos do SFN e possuem uma forte participação em cadernetas de poupança, letras hipotecárias e financiamentos rurais e imobiliários. Adicionalmente, os bancos de desenvolvimento atuam como agências de desenvolvimento regional.

São considerados integrantes do setor público do SFN: (i) os bancos de desenvolvimento, que atuam na esfera federal (como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES), estadual e regional; (ii) as caixas econômicas, atuantes na esfera federal (como a Caixa Econômica Federal) e estadual; e (iii) os bancos comerciais, os bancos múltiplos, e demais instituições financeiras cuja maioria do capital votante é detida, de forma direta ou indireta pela União ou por uma ou mais unidades da federação.

### **Cartões de Pagamento**

A partir da década de 1990, o mercado de cartões de pagamento observou grande expansão no Brasil devido a vários fatores, tais como: (i) possibilidade de emissão de cartões de crédito de mais de uma bandeira por um mesmo emissor; (ii) surgimento de novos emissores de cartões; (iii) estabilidade econômica trazida pelo Plano Real; e (iv) o comércio eletrônico.

O modelo preponderante no setor de cartões de pagamento no Brasil é o de associação, no qual as bandeiras, as adquirentes e os emissores, cada um com papéis específicos, atuam de forma integrada sob as regras estabelecidas pelas bandeiras. Nesse modelo, as adquirentes são responsáveis pelo credenciamento dos estabelecimentos, como também pela captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das Transações.

As adquirentes também oferecem operações de antecipação de recebíveis, pelas quais os estabelecimentos solicitam aos adquirentes o recebimento correspondente às transações realizadas com cartões de crédito antes do período negociado e contratado com cada estabelecimento. Os Estabelecimentos que contratam este serviço pagam uma taxa de desconto, calculada com base no valor antecipado aos Estabelecimentos.

As adquirentes podem ainda oferecer aos estabelecimentos serviços adicionais relativos à captura de transações de cartões, como, por exemplo, serviços vinculados às transações com cartões *Private Label* realizadas nos próprios estabelecimentos. Para usufruir destes serviços, os estabelecimentos, via de regra, pagam às adquirentes determinadas taxas e/ou tarifas estipulados de acordo com o tipo de serviço prestado.

A Embrattec acredita que o crescimento da quantidade de transações com cartões de débito, cartões de crédito e cartões de benefícios, vinculados à conta corrente do portador, seja resultado da crescente “bancarização” da população brasileira decorrente da estabilidade econômica e o crescimento nas taxas de emprego, bem como da renda da população brasileira nos últimos anos tornaram acessíveis diversos serviços financeiros a uma maior faixa da população, e também pela mudança dos hábitos dos consumidores brasileiros.

### **Cartões de Benefícios (Alimentação, Refeição, Combustíveis)**

Outro segmento em expansão, dentro do mercado de cartões, é a substituição dos vouchers de refeição e alimentação por cartões de benefícios. As principais vantagens são a redução de custos da tramitação do papel, a redução das fraudes, causadas por roubos, facilidade de uso, eliminação dos contravales, rapidez no pagamento e a redução do custo operacional das empresas por meio do autosserviço.

Seguindo esta tendência, o vale combustível também investe na migração para a versão eletrônica. O Grupo VR, adquirido em 2007 pela francesa Sodexo, já trocou boa parte de sua base de vales-refeição em papel pelos cartões dotados com chips, e agora está distribuindo o Vale Combustível Smart VR, destinado a empresas que trabalham com reembolso de gastos com combustível. Ao contrário do que ocorre com os vales refeição eletrônicos, entretanto, as transações serão *on-line*. No caso dos tíquetes refeição, as transações não são processadas em tempo real na central da VR em decorrência do grande volume de operações nos horários de pico. Além do Grupo VR, outras três das 17 operadoras de tíquetes no mercado brasileiro apostam na migração da base de usuários para o meio eletrônico: Ticket (do Grupo Accor), Bonus e Banquet. O Grupo Accor, que está entre as três maiores operações de refeição-convênio do país, foi o pioneiro na migração dos *vouchers* de papel para *smart cards*.

Em 2006, o mercado de tíquete de refeição ou *vouchers* completou 30 anos e a discussão está em torno da necessidade de desconcentração regional dos negócios, que estão concentrados 77% apenas em algumas cidades das regiões Sul e Sudeste.

O Cedente, no tocante às Operações de Gestão de Frotas, presta serviços de:

- a. Abastecimentos, que controla o abastecimento da frota, a performance dos veículos e seus condutores via web online em tempo real, através do cartão da Ecofrotas (Good Card);
- b. Manutenção, cujo cadastro padronizado de grupo de peças, peças e mão de obra, possibilita o comparativo entre orçamentos em todo Brasil. R\$/hora e números de horas via sistema facilitam a auditoria eletrônica do processo em segundos. O sistema avisa quando uma peça ou mão de obra ainda estão na garantia, para evitar custos desnecessários. Definição do valor máximo por ordem de serviço a ser aprovado e número de aprovadores por cada nível hierárquico dos gestores;
- c. Relatório de Inteligência de Frota, que possibilita ao gestor da frota tomar decisões estratégicas, táticas e operacionais com base em indicadores de alta precisão, gerados através de uma base de dados Business Intelligence. A metodologia de geração dos indicadores e emissão de CO é desenvolvida em conjunto com a Key associados e validada pela KPMG;
- d. Abastecimento e Manutenção, que consiste na consultoria especializada em Operações de Gestão de Frotas, que através da metodologia “6 Sigma” transforma os indicadores em ações táticas para redução dos custos e impactos ambientais de forma sistemática, criando um processo de melhoria contínua;
- e. Terceirização da Gestão de Abastecimento e de Manutenção, no qual o cliente terceiriza a mão de obra para a gestão de abastecimento com a Ecofrotas. Através de profissionais especializados e treinados constantemente, que utilizam a política estabelecida, o cliente não precisa manter estrutura própria dedicada para gestão de sua frota;
- f. Gestão de Documentos e Multas, que consiste na terceirização da gestão de documentos veiculares, carteira de habilitação (CNH) e multas por despachantes especializados, evitando o custo de autuação e apreensão de veículos;
- g. Assistência 24 horas, que possibilita atendimento 24 horas para condutores e veículos em situações de pane ou sinistros. São disponibilizados serviço de guincho, profissionais especializados e uma rede nacional de oficinas credenciadas;

- h. Logística e Automação Tributária, que fornece serviço de recolhimento e conferência de notas fiscais, gerando melhor controle e agilidade dos processos tributários;
- i. Integração de Dados, que possibilita a comunicação entre os bancos de dados da Ecofrotas e do cliente, permitindo que as informações capturadas pelo sistema Ecofrotas sejam importadas pelo sistema interno do cliente, conforme layout definido;
- j. Meio de Pagamento eletrônico, aceito na rede de postos e oficinas (Good Card), possibilitando a automação de todo o processo de ajuda de custo aos colaboradores, inserção de limites ou créditos, assim como relatórios via web online em tempo real; e
- k. Consultoria Especializada de Frota, que consiste em projetos personalizados por demanda de cliente, conduzidos por consultores especialistas em Operações de Gestão de Frotas. Garante o alinhamento entre os níveis estratégico, tático e operacional, maximizando os resultados de curto, médio e longo prazo.

## O CEDENTE DOS DIREITOS DE CRÉDITO

O Cedente dos Direitos de Crédito é a **Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.**, com sede na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Machado de Assis, n.º 50, prédio 3, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.506.307/0001-57.

### Histórico do Grupo

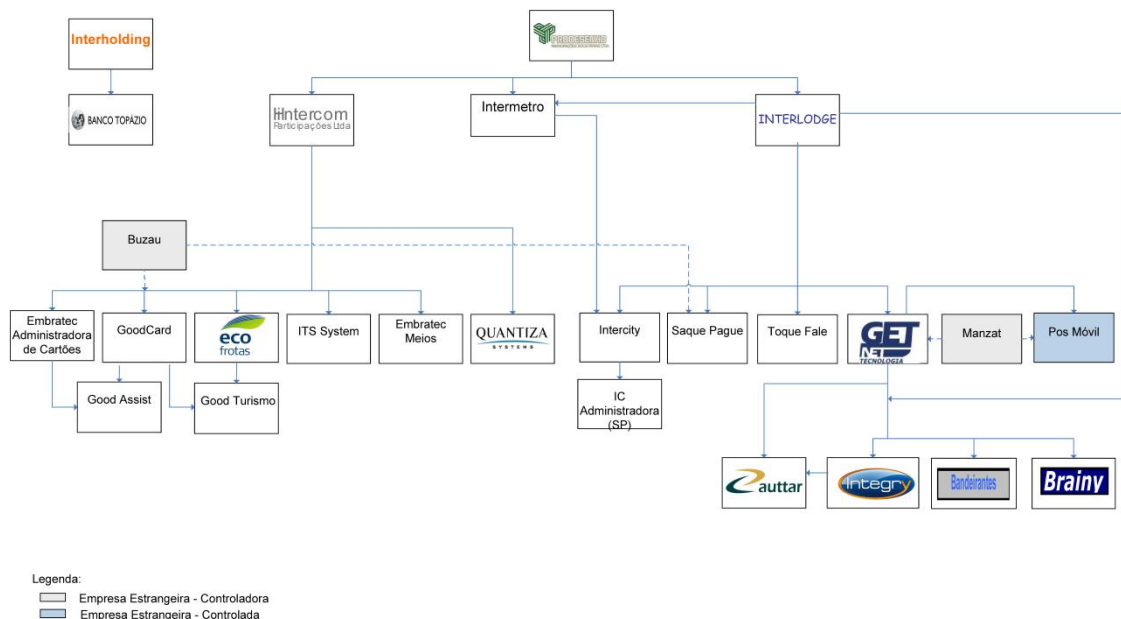
A Família Ernesto Corrêa da Silva, em 1980, iniciou sua atuação por meio da criação da empresa Prodesenho de Calçados S/C Ltda. com foco em controlar as operações iniciais de agenciamento de produção de calçados no Brasil. Diversificando sua atuação, nos 2 anos seguintes iniciou a investir em empresas de exploração mineral e imóveis – a Metropolitana Mineração Ltda., a Metro Mineração Ltda., a Proplast – Produtos Plásticos Ltda., a A.J. Rossetto & Cia Ltda. e a Metropolitana Construções, Incorporações e Locação de Bens Ltda. A atividade de mineração foi mantida até a transferência da operação calçadista para o polo industrial chinês, em 1989. No passado, iniciou atividades agropecuárias relacionadas à agricultura e criação de gado, por meio da Ana Paula Agropastoril Ltda., que fazia o abate e a comercialização das carnes.

Em 1998 iniciou as atividades no segmento hoteleiro, através da bandeira Intercity, inicialmente administrando imóveis próprios.

Em 2002, a área de credenciamento de rede e autorização de transações, percebida como uma oportunidade de negócio pela própria dificuldade de início da operação da Embrattec, foi desmembrada e deu origem à GetNet. Primeiramente uma empresa de captura eletrônica e credenciamento de rede para cartões, logo entrou no ramo de distribuição de recarga telefônica celular pré-paga. Conforme notícia veiculada no jornal Valor Econômico, em 06 de maio de 2011, a GetNet, junto com o Santander, é vista como a 3ª maior rede de estabelecimentos do Brasil, atrás apenas de Cielo e Redecard, e, em parceria com o Santander, passou a capturar as bandeiras Visa e Mastercard no final do duopólio de captura e processamento anteriormente existente até junho de 2009.

Em 2004, a Interholding Participação Ltda. foi criada para a constituição da Topázio Financeira e recebeu o aporte do Sr. Ernesto Correa da Silva Filho para a capitalização da transformação em banco múltiplo. Não existem eventos relevantes associados à ela.

### Organograma do Grupo



## O Cedente

A Embrattec é uma empresa de destaque no mercado nacional, sendo sua atividade principal voltada para a emissão e administração de cartões de débito e crédito, de convênios e de meios de pagamento em geral.

A Embrattec, atenta às demandas do mercado, está sempre oferecendo produtos inovadores e à procura do aprimoramento de soluções inteligentes para seus clientes, pois acredita que o crescimento de seu cliente é o seu próprio crescimento.

A Embrattec administra as unidades de negócios, “Ecofrotas” e “Ecobenefícios”, ambas com foco no desenvolvimento de soluções corporativas e sustentáveis, para as Operações de Gestão de Frotas e de Gestão de Convênios, respectivamente.

Dados de Contato:

### **Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.**

Rua Machado de Assis, n.º 50, prédio 02

CEP 93700-960– Campo Bom, RS

website: [www.embratec.com.br](http://www.embratec.com.br)

Telefone: (55-51) 3590-7900

Fax: (55-51) 3590-7910

Responsável: José Luiz Gradashi Von Helden

e-mail: [Jose.halden@ecofrotas.com.br](mailto:Jose.halden@ecofrotas.com.br)

### **Linha do Tempo**

A Embrattec foi fundada em 1999 com a missão de oferecer serviços inovadores e eficazes às empresas, unindo tecnologia de ponta e conhecimento de mercado. O maior diferencial, o desenvolvimento de uma plataforma tecnológica com operação on-line e em tempo real. Dentre seus principais clientes estão Casas Bahia, Danone, TAM e Grupo Silvio Santos, entre outros.

O primeiro cartão lançado pela Embrattec foi voltado a atender as empresas que subsidiam medicamentos e acompanham tratamento médico de seus colaboradores. Em seguida, a Embrattec ingressou no mercado de gestão de frotas com um sistema focado na redução de despesas com manutenção e abastecimento. no mercado de gestão de frotas.

Desde 2008 até 2011, em decorrência da crescente demanda, a Embrattec começou a implantação e passou a atuar por meio de duas unidades de negócios, gestão de frotas e gestão de benefícios.

A unidade de negócios de gestão de frotas passou a atuar sob o nome Ecofrotas, posicionando-se pioneiramente em gestão de frotas voltada à preservação do meio ambiente, lançando metodologia inovadora de medição e redução de emissão de CO2.

A unidade de negócios de gestão de benefícios passou a atuar sob o nome Ecobenefícios, com foco na economia e no consumo consciente, especializada em soluções sustentáveis para a área de recursos humanos e benefícios corporativos de empresas, visando a promoção do consumo consciente, melhor qualidade de vida das pessoas e aumento da produtividade. Mediante a utilização dos Cartões Good Card, as empresas antecipam salários e benefícios aos colaboradores, e ainda definem o limite de crédito a ser disponibilizado a seus colaboradores. Desenvolvidos de acordo com o perfil e necessidade de cada empresa, estimulam o consumo consciente e o uso adequado do salário, evitando endividamentos por parte dos seus colaboradores.

### **Estratégia**

A Embrattec tem como estratégia para o seu objetivo de liderar o mercado de gestão de convênios, o desenvolvimento de soluções inovadoras e de alta tecnologia para Gestão de Frotas e de Benefícios por meio da prestação de serviços de excelência que gerem resultado econômico, ecológico e social para clientes, acionistas, colaboradores e sociedade

### **Principais Produtos**

A Embrattec é responsável pela emissão e administração de cartões de crédito, atuando sob a bandeira Good Card. Os Cartões Good Card de emissão da Embrattec podem ser utilizados em mais de 150 mil Estabelecimentos Credenciados em todo território nacional, conforme autorizado, caso a caso, pelas empresas contratantes dos Cartões Good Card.



### Operações de Gestão de Benefícios

Dentre os tipos de cartões oferecidos pela Embratec, por meio da unidade de negócios “Ecobenefícios” estão: o Good Card Plus, o Good Card Alimentação, o Good Card Refeição, o Good Card Farmácia, o Good Card Med, o Good Card Premium, o Ecofrotas Gestão Sustentável de Frotas e o Ecofrotas Meio de Pagamento. Cada um dos tipos de cartões oferecidos pela Embratec atende à necessidade específica dos Devedores.

O Cartão Good Card Plus possibilita a realização de compras na rede credenciada Good Card, conforme previamente aprovado pelo gestor de recursos humanos da empresa contratante, através de um cartão magnético com limites individuais de crédito, pré-determinados pela empresa contratante. O prazo médio para pagamento é de 40 dias e permite o pagamento via débito em folha de pagamento, conforme acordado com a empresa contratante.

O Cartão Good Card Alimentação é um cartão magnético desenvolvido para atender ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e substitui os vales de papel, oferece liberação de crédito em tempo real e vantagens como redução de custos e compra fracionada.

O Cartão Good Card Refeição é um cartão magnético desenvolvido para uso em padarias, lanchonetes e afins, oferece liberação de crédito em tempo real e vantagens como redução de custos e compra fracionada.

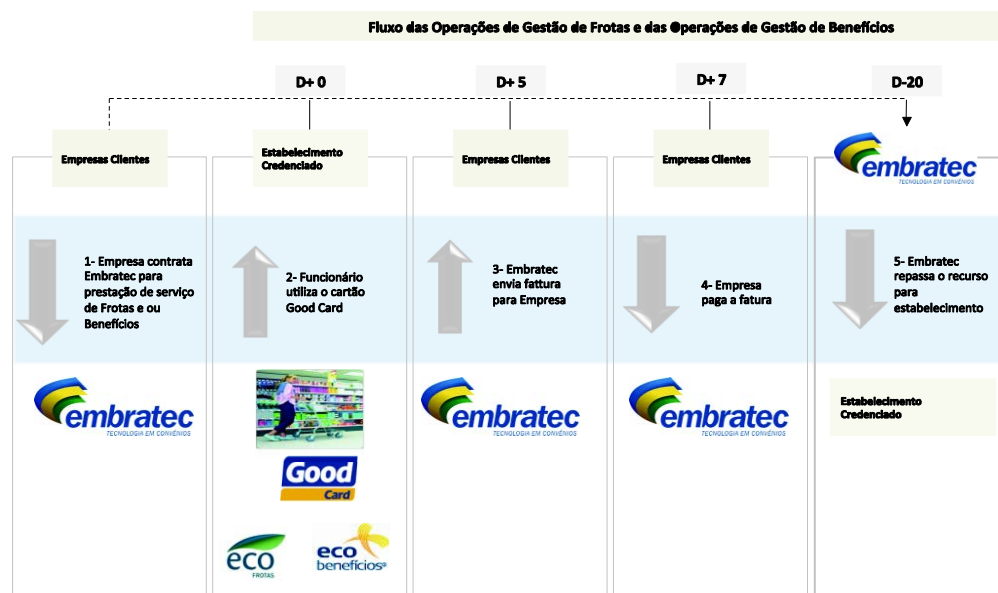
O Cartão Good Card Premium é um cartão magnético com créditos cumulativos que atende empresas que praticam política de premiação e campanhas de incentivo.

### Operações de Gestão de Frotas

Dentre os tipos de cartões oferecidos pela Embratec, por meio da unidade de negócios “Ecobenefícios” estão:

O Cartão Good Card Fuel é um cartão magnético aceito na rede de serviços automotivos Good Card, possibilitando a automação de todo o processo de ajuda de custo aos colaboradores da empresa contratante, inserção de limites ou créditos em relatórios online e em tempo real.

O Cartão Good Card Fuel Control é um cartão magnético aceito na rede de serviços automotivos Good Card, permitindo controlar o abastecimento da frota, a performance dos veículos e seus condutores em relatórios online e em tempo real, conforme métricas de controle estabelecidas pela empresa contratante.





### **Coobrigações em cessões de crédito**

A Embratrec não possui, na data deste Prospecto, operações de cessão de créditos. A estratégia da Embratrec não utiliza cessão de créditos como fonte de captação.

### **Composição do Capital Social**

Na data deste Prospecto, o capital social da Embratrec corresponde a R\$52.393.081,00 (cinquenta e dois milhões trezentos e noventa e três mil oitenta e um reais), dividido em 52.393.081 (cinquenta e dois milhões trezentos e noventa e três mil e oitenta e uma) quotas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.

### **Sócios**

A tabela a seguir apresenta informações acerca da composição societária da Embratrec, na data deste Prospecto:

Sócios	Quotas	Valor (R\$)	%
Buzau Inversiones AA S.A.	32.861.807	32.861.807,00	62,72
Anajec Empreendimentos e Participações Ltda.	10.478.616	10.478.616,00	20,00
Haroldo Pimentel Stumpf	181.052	181.052,00	0,34
Intercom Participações Societárias BOZ Ltda.	8.871.606	8.871.606,00	16,94
Total	52.393.081	52.393.081,00	100,00

### **Administração**

A gestão e administração da Embratrec é feita pelo administrador, não sócio, Sr. Marcos Schoemberger.

### **Conselho Fiscal**

A sociedade não possui Conselho Fiscal.

### **Balanco e demonstrativo de resultados**

As demonstrações financeiras da Embratrec relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2011 encontram-se detalhadas no Anexo F ao presente Prospecto.

### **Outras Informações**

Demais informações públicas sobre a Embratrec podem ser obtidas por meio do website [www.embratrec.com.br](http://www.embratrec.com.br).

### **Recuperação de crédito**

A política de cobrança de Devedores no Sistema Good Card considera a classificação geral do Devedor. A análise do nível de inadimplência dos Devedores no Sistema Good Card considera a classificação geral do Devedor. A análise do nível de inadimplência é gerada pelo analista financeiro, e, na sua ausência, pelo auxiliar de cobrança, sendo que tal análise classifica os Devedores entre AAA e C.

Não poderão ser concedidos descontos, abatimentos ou prorrogações de prazo pelo Agente de Cobrança no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança deve ser efetuada pelo valor exigível.

A cobrança dos Devedores ocorre conforme abaixo:

#### **1. Cobrança de Devedores AAA**

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratrec via contato telefônico e e-mail, caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;

- Envolvimento do executivo de contas;
- Bloqueio dos cartões após análise do gerente financeiro (valor da Nota Fiscal Eletrônica e período em que o Devedor se encontra impontual), caso trate-se de Devedores públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa) dias do vencimento do título, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações; e
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento do título. Caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é negativado (A negativação não é obrigatória).
  - a) Os Devedores AAA não possuem *flag* automático de bloqueio.

## 2. Cobrança de Devedores A

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratec via contato telefônico e e-mail, caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;
- Envolvimento do executivo de contas;
- Bloqueio dos cartões em até 10 (dez) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento em alguns casos pontuais, o Devedor não é bloqueado) de acordo com a parametrização do cadastro do Devedor, caso trate-se de clientes públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa) dias do vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações;
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é negativado);
- Encaminhamento para cobrança terceirizada em período médio de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, caso não haja negociação em andamento; e
- Encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica para cobrança jurídica após 60 (sessenta) dias de permanência na cobrança terceirizada, a critério do gerente financeiro.
  - a) Os Devedores A possuem *flag* de bloqueio automático.

## 3. Cobrança de Devedores BBB e B

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratec via contato telefônico e e-mail, caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;
- Pode haver envolvimento do executivo de contas ou célula de fidelização;
- Bloqueio dos cartões em até 10 (dez) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento em alguns casos pontuais, o Devedor não é bloqueado) de acordo com a parametrização do cadastro do Devedor, caso trate-se de Devedores públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa) dias do vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações;
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é negativado);

- Encaminhamento para cobrança terceirizada em período médio de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, caso não haja negociação em andamento; e
- Encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica para cobrança jurídica após 60 (sessenta) dias de permanência na cobrança terceirizada, a critério do gerente financeiro.
  - a) Em casos em que o Devedor apresentar uma situação de insolvência, o mesmo poderá ser encaminhado ao escritório de cobrança terceirizada em um período inferior ao mencionado acima.
  - b) Em casos em que não for possível a localização do Devedor, o mesmo pode ser enviado ao escritório de cobrança jurídica sem a necessidade de envio anterior ao escritório de cobrança terceirizada.

#### 4. Cobrança de Devedores C

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratec via contato telefônico e e-mail (uma vez que não seja possível contatar o Devedor até o prazo de envio do comunicado de bloqueio, o mesmo receberá apenas o comunicado), caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;
- Pode haver envolvimento da célula de fidelização;
- Bloqueio dos cartões em até 10 (dez) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é bloqueado), caso trate-se de Devedores públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa) dias do vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações;
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento em alguns casos pontuais, o Devedor não é negativado);
- Encaminhamento para cobrança terceirizada em período médio de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, caso não haja negociação em andamento; e
- Encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica para cobrança jurídica após 60 (sessenta) dias de permanência na cobrança terceirizada, a critério do gerente financeiro.
  - a) Em casos em que o Devedor apresentar uma situação de insolvência, o mesmo poderá ser encaminhado ao escritório de cobrança terceirizada em um período inferior ao mencionado acima.
  - b) Em casos em que não for possível a localização do Devedor, o mesmo pode ser enviado ao escritório de cobrança jurídica sem a necessidade de envio anterior ao escritório de cobrança terceirizada.
  - c) O envio de Devedores para o escritório de cobrança terceirizada ocorre, de acordo com as necessidades e existência de Notas Fiscais Eletrônicas que se enquadrem nos requisitos para envio.

#### Gerenciamentos e controle de riscos

O controle do Risco de Crédito no Banco Topázio consiste na avaliação das operações a partir de modelos de *rating*, amparada por informações que contemplem, pelo menos, os seguintes aspectos: (a) em relação ao cliente e seus garantidores: situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica; e (b) em relação à operação: natureza e finalidade da transação, características das garantias, particularmente quanto à suficiência de liquidez e valor.

O controle ocorre através do monitoramento mensal de indicadores de atraso, da qualidade da carteira, do nível de cobertura do Banco Topázio frente às operações de maior risco, dos níveis de concentração nos devedores, além da exigência de capital regulatório.

O controle do risco de crédito nas operações com cartão Good Card se dá através de diretrizes sobre segmentos econômicos específicos na aceitação de clientes, somado ao bloqueio de cartões automático após 10 (dez) dias de inadimplência. O esforço de cobrança divide-se entre ações internas e o uso de escritório de cobrança, utilizados conforme régua de cobrança que considera o produto, cliente e outras variáveis.

A tabela a seguir apresenta informações acerca de operações com partes relacionadas da Embratec:

	2011					
	Caixa e equivalentes	Ativo circulante	Passivo Circulante	Receita	Custo serviços prestados	Despesas administrativas
Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações HUA Ltda.	-	-	4.696	110	9.280	9.766
Banco Topázio S.A.	64.101	40	49.783	6.349	-	124
Intermetro Locações e Serviços Poah Ltda.	-	-	-	-	-	723
Intercom Participações Societárias B.O.Z. Ltda.	-	-	-	-	-	584
IC Soluções em Hotelaria Ltda.	-	-	-	5	-	246
Goodcard Licenciamentos QBUA Ltda.	-	1	-	-	-	-
Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA Ltda.	-	118	-	-	-	-
Empresa Brasileira de Meios de Pagamento HS Ltda.	-	69	282	-	-	4.189
Good Assis Plano Odontológico QAA Ltda.	-	34	-	-	-	-
Good Turismo e Negócios HL Ltda.	-	32	-	-	-	-
IT System Tecnologia e Processamento de Dados HH Ltda.	-	1.120	-	-	-	-
Quantiza Tecnologia da Informação Ltda.	-	1	-	-	-	-
	64.101	1.415	54.761	6.464	9.280	15.632

As principais operações com empresas do mesmo grupo econômico consistem basicamente em:

- Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações HUA Ltda.: A Getnet fornece basicamente o serviço de captura e processamento de transações trafegadas na rede Good Card. Fornece também o equipamento de captura à rede credenciada e faz a manutenção do sistema.
- Banco Topázio S.A.: O Banco Topázio é parceiro da Embratec na prestação de serviços com clientes e rede credenciada mediante acordo operacional. Atualmente sua principal operação é a antecipação de recebíveis, onde o Banco Topázio paga à rede descontando sua taxa de antecipação e posteriormente a Embratec reembolsa a mesma.
- Intermetro Locações e Serviços POAH Ltda.: Atualmente as operações entre as empresas se restringe à locação de salas comerciais.

- IC Soluções em Hotelaria Ltda.: A Embratel contrata serviços de hospedagem na rede Intercity e, por sua vez, a mesma contrata serviços da Embratel referentes às Operações de Gestão de Benefícios e às Operações de Gestão de Frotas.
- Intercom Participações Societárias BOZ Ltda.: A Intercom fornece serviços de assessoria administrativa referente a alterações contratuais, guarda de documentos (arquivamento) e serviços diversos que atendam a uma demanda específica (fusões, incorporações, etc.).
- Empresa Brasileira de Meios de Pagamento HS Ltda.: A Embratel fornece serviços relativos à administração da rede credenciada, tais como sinalização, credenciamento, digitação de documentos e *call center*.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as disposições contidas no Regulamento e neste Prospecto que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM.

Por ocasião da auditoria os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados pelo Auditor Independente para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Fica eleito o foro do domicílio dos Quotistas para dirimir e resolver todas as questões oriundas do Regulamento e que envolvam o Fundo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

No intuito de defender os interesses do Fundo e dos Quotistas, a Administradora adota Política de Direito de Voto em assembleias gerais de fundos investidos, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. Tal Política de Direito de Voto orienta as decisões da Administradora em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmem aos seus titulares o direito de voto. A íntegra da Política de Direito de Voto encontra-se registrada na ANBIMA e disponível na sede da Administradora e no *website* da Administradora: [www.intrag.com.br](http://www.intrag.com.br).

Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou ao Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, por meio do telefone (11) 5029-1456, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou utilizar o “Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) Itaú”, por meio do telefone 0800 728 0728, o qual estará disponível em Dias Úteis durante 24 horas. Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à “Ouvidoria Corporativa Itaú”, por meio do telefone 0800 570 0011, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou também mediante o envio de correspondência à Administradora, na Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala poderão contatar a Administradora por meio do telefone 0800 722 1722, em serviço que estará disponível todos os Dias Úteis, das 9 às 18 horas.

Os Anexos ao Regulamento constituem partes integrantes e inseparáveis do Regulamento e, em caso de divergência entre o previsto no Regulamento e em qualquer de seus Anexos, prevalecerão as disposições do Regulamento.

## **ANEXOS**

---

- Anexo A** - Instrumentos Particulares de Constituição e Alteração do Regulamento e Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card
- Anexo B** - Relatório de Classificação de Risco
- Anexo C** - Declaração da Administradora
- Anexo D** - Declaração do Coordenador Líder
- Anexo E** - Relatório da Empresa de Auditoria
- Anexo F** - Demonstrações Financeiras de Embratel

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

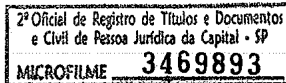


## **ANEXO A**

---

Instrumentos Particulares de Constituição e Alteração do Regulamento e Regulamento  
do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card

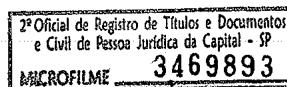
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



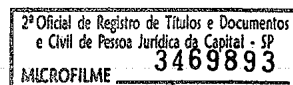
INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO

1. Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setúbal inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora ("Administrador"), neste ato representada na forma de seu contrato social, resolve:
  - a. constituir um fundo de investimento em direitos creditórios padronizado nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e da Instrução da CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 356/01"), em regime de condomínio fechado, que será denominado FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO ("Fundo");
  - b. aprovar o regulamento do Fundo, que segue anexo ao presente instrumento de constituição ("Regulamento");
  - c. nomear o Sr. LUCIANO COELHO DE MAGALHÃES NETTO, brasileiro, divorciado, economista, portador da cédula de identidade RG n.º 05.423.879-5 - IRP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 742.274.837-00, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Eudoro Villela, para ser o diretor do Administrador responsável, civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações relativas ao Fundo, nos termos do Regulamento;
  - d. assumir as funções de administração do Fundo e de gestão da carteira de investimentos do Fundo;
  - e. aprovar a contratação das seguintes instituições para a prestação de serviços ao Fundo:



- (i) Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para ser responsável pela custódia qualificada e controladoria do Fundo;
  - (ii) KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes Barros 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001.29, devidamente cadastrada na CVM, para ser responsável pela auditoria independente das demonstrações financeiras do Fundo;
  - (iii) Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra 904, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco, para ser responsável pela classificação de risco das Quotas Sênior (conforme definido abaixo) de emissão do Fundo; e
  - (iv) Itaú Corretora de Valores S.A.m com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, para prestar os serviços de escrituração das Quotas do Fundo;
- f. deliberar sobre a primeira emissão de quotas sênior do Fundo ("Primeira Emissão de Quotas Sênior"), composta por 4.000 (quatro mil) quotas sênior (sem considerar as Quotas Adicionais e as Quotas do Lote Suplementar, conforme permitido pelo artigo 14, parágrafo 2º e pelo artigo 24, da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, "Instrução CVM n.º 400") ("Quotas Sênior") e 210 (duzentos e dez) quotas subordinadas ("Quotas Subordinadas", sendo as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas referidas em conjunto como "Quotas"), correspondentes a frações ideais do patrimônio do Fundo. As Quotas terão a forma nominativa e serão escriturais, sendo que o preço inicial de emissão das Quotas corresponderá a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por Quota, totalizando a Primeira Emissão de Quotas Sênior o montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) e a primeira emissão de Quotas Subordinadas, o montante de até R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais). As Quotas terão as características e os direitos definidos no Regulamento ora aprovado, que segue anexo ao presente Instrumento de Constituição e no suplemento ao Regulamento referente à Primeira Emissão de Quotas Sênior, sendo que o parâmetro de rentabilidade a ser buscado pelo Fundo para remunerar as Quotas Sênior (Meta de



Rentabilidade) corresponderá a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa, a ser definido de acordo com o procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelo Distribuidor (conforme abaixo definido), na forma da regulamentação aplicável (procedimento de *bookbuilding*), observado o limite máximo de até 3,0% (três por cento) ao ano, e constará do suplemento ("Suplemento"). As Quotas Sênior serão objeto de distribuição pública nos termos da Instrução da CVM n.º 400 ("Oferta"), a qual (i) será destinada a Investidores Qualificados (conforme definidos no Regulamento); (ii) será intermediada por sociedades integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários; e (iii) dependerá de prévio registro perante a CVM. As Quotas Subordinadas não serão objeto de Oferta e serão subscritas unicamente por Embratex Good Card – Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração em Convênios HOM Ltda., com sede na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Machado de Assis, 50 – prédio 3, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.506.307/0001-57;

- g. aprovar a contratação do Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiros Faria Lima 3400, 4 andar, parte, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 17.298.092/0001-30, para ser responsável pela coordenação da Oferta ("Distribuidor");
- h. submeter à aprovação da CVM a presente deliberação de constituição do Fundo e de realização da Primeira Emissão, bem como os demais documentos exigidos pela Instrução CVM n.º 356/01 e pela Instrução CVM n.º 400/03, para a obtenção (i) do registro de funcionamento do Fundo e (ii) do registro da distribuição pública das Quotas Sênior.

- 2. Estando assim deliberado este instrumento de constituição do Fundo e aprovação da Primeira Emissão de Quotas Sênior e da primeira emissão de Quotas Subordinadas, vai o presente assinado em 6 (seis) vias de igual teor e forma.

Este instrumento de deliberação e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 05 de setembro de 2011

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos  
e Civil de Pessoa Jurídica da Capital - SP  
MICROFILME 3469893

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA

Nome: Luiz de Almeida Cardia  
Cargo: INTRAG DTVM LTDA  
CPF: 288.430.068-56  
RG: 18.870.298-6

Nome: Márcio F. Mendes  
Cargo: INTRAG DTVM LTDA  
CPF: 288.430.068-56 RG: 28.284.185-4

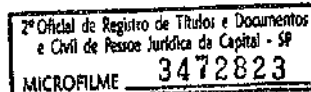
2º

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egidio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 7.052,99 Protocolado e prenotado sob o n. 3.469.893 em  
Estado R\$ 2.004,54 06/09/2011 e registrado, hoje, em microfilme  
Ipesp R\$ 1.484,84 sob o n. 3.469.893, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 371,21 São Paulo, 06 de setembro de 2011  
T. Justiça R\$ 371,21

Total R\$ 11.284,79

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO**

Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.298.854/0001-00 ("Fundo"), cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de setembro de 2011, sob o n.º 3469893 ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

(A) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembleia geral de quotistas; e

(B) a Administradora deseja fazer alguns ajustes no Regulamento do Fundo.

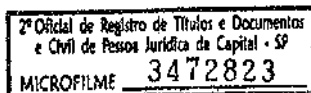
(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO" ("Primeiro Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

1. alterar o Artigo 2º do Regulamento e seu Parágrafo Único, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 2º O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito performados, de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Único Os Direitos de Crédito são decorrentes das Faturas emitidas pela Embratec e/ou pelo Banco Topázio e devidas pelos Devedores em decorrência da



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO DE 05.10.2011 DO FIDC TOPÁZIO

realização de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Moratórios, nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card. Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo pela Embratel e/ou pelo Banco Topázio, observada a política de investimento e os critérios de composição da carteira do Fundo descritos no Capítulo IV deste Regulamento, e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo."

2. alterar o Artigo 11, item "e" do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(e) os Direitos de Crédito cedidos pela Embratel e/ou pelo Banco Topázio poderão representar até 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, respeitados os limites previstos no Artigo 7, Parágrafo 1º, acima; e"

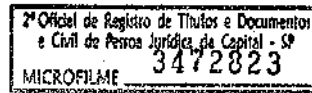
3. alterar o Artigo 14, Parágrafo 6º, item "a" do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"(a) Risco de Originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Do mesmo modo, os Contratos de Emissão do Cartão Good Card poderão ser resiliados antecipadamente por uma das Partes, de forma que os pagamentos devidos poderão ser antecipados, ou, até mesmo, questionados em razão do término prematuro dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos."

4. incluir novo Artigo 25 no Regulamento com a seguinte redação:

"Artigo 25 O Fundo contratou o Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, para atuar como distribuidor líder na Primeira Emissão."





INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO DE 05.10.2011 DO FIDC TOPÁZIO

5. tendo em vista a inclusão do Artigo 25, conforme item 4 acima, ajustar a numeração dos artigos seguintes.

6. alterar o Artigo 27 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 27 A Embratéc, na qualidade de Agente de Cobrança, será responsável, nos termos da Política de Cobrança descrita no Anexo IV deste Regulamento e do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos cedidos por ela e pelo Banco Topázio ao Fundo."

7. alterar o Artigo 43 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 43 Na hipótese de Quotas não custodiadas pela CETIP, a transferência privada de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Agente Escriturador."

8. incluir o item "s" no Artigo 52 do Regulamento, que terá a seguinte redação:

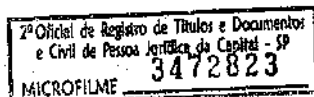
"(s) ocorrência de alteração do controle acionário, direto ou indireto, de qualquer dos Cedentes."

9. alterar o Artigo 61, Parágrafo 1º do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 1º As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (a), (b), (c), (d), (e), (f), (j), (n) e (p) do Artigo 57 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes."

10. alterar a definição de Contrato de Cobrança que consta do Anexo I - Definições, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"É o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e a Embratéc como Agente de Cobrança, com interveniência do Banco Topázio e do Custodiante."



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO DE 05.10.2011 DO FIDC TOPÁZIO

11. alterar o Anexo II – Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio, que passa a vigorar com a redação prevista no Anexo II do Regulamento anexo a este Primeiro Aditamento.

12. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento, incorporando as alterações descritas nos itens 1 a 11 acima, submetendo à CVM este Primeiro Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas do Fundo.

Este Primeiro Aditamento e o Regulamento com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 5 de outubro de 2011

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

  
SIRLENE DE FÁTIMA ARAÚJO  
Procuradora

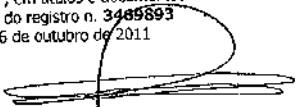
  
CLÁUDIO ITALO SCÔRA  
Procurador

Testemunhas:

1)   
MARIA ASSUNÇÃO RAMIRES DE MORAES  
RG-SSP/SP 3.943.589 - CPF 388.104.688-72

  
HELENA BROCHADO MACHADO TERRONI  
RG-SSP/SP 17.984.939 - CPF 021.974.528-51

2º  
2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Se - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 359,58 Protocolado e prenotado sob o n. 3.472.823 em  
Estado R\$ 102,42 06/10/2011 e registrado, hoje, em microfilme  
Ipsp R\$ 75,74 sob o n. 3.472.823, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 19,18 Averbado à margem do registro n. 3485893  
T. Justiça R\$ 19,18 São Paulo, 06 de outubro de 2011  
Total R\$ 576,10  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

  
Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado

2º ADIT. P.J

3 400 000

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO

Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.298.854/0001-00 ("Fundo"), cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de setembro de 2011, sob o n.º 3469893, conforme aditado pelo "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios", datado de 5 de outubro de 2011 e registrado no mesmo oficial de registro em 6 de outubro de 2011 e por este "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios" ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (A) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembleia geral de quotistas; e
- (B) a Administradora deseja alterar o Regulamento do Fundo;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS TOPÁZIO" ("Segundo Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

1. aprovar a alteração da denominação do Fundo para FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD.
2. alterar o Regulamento, para refletir a alteração, dentre outras, da definição de Direitos de Crédito, da definição de Documentos Comprobatórios, dos Critérios de

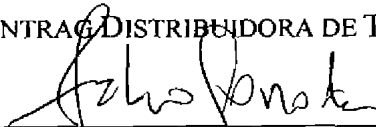
Elegibilidade, da alteração da denominação do Fundo, bem como a exclusão do Banco Topázio como Cedente, de forma que o Regulamento passará a vigorar com a redação constante do Anexo A ao presente instrumento; e


3. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento, submetendo à CVM este Segundo Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas do Fundo.

Este Segundo Aditamento e o Regulamento com seus anexos deverão ser averbados às margens do registro n.º 3469893 junto ao 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 23 de abril de 2012

INTRAC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

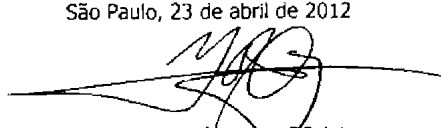
  
Nome: **Fabio Sonoda**  
Cargo: Gerente Fundos Estruturados II  
003803137

  
Nome: Cristine F. O. Bertolucci - 63279/A  
Cargo: Gerente de Produtos de Investimento-003541986

2º

Emol.	R\$ 371,48
Estado	R\$ 105,42
Ipesp	R\$ 78,27
R. Civil	R\$ 19,81
T. Justiça	R\$ 19,81
Total	R\$ 594,79
Selos e taxas Recolhidos p/verba	

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj. 110 - Sê - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP  
Protocolado e prenotado sob o n. **3.490.099** em  
**23/04/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **3.490.099**, em títulos e documentos.  
Averbado à margem do registro n. **3472823**  
São Paulo, 23 de abril de 2012

  
Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Marcelo S. Espedito - Escrevente Autorizado

INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.298.854/0001-00 ("Fundo"), cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de setembro de 2011, sob o n.º 3469893, conforme aditado pelo "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 5 de outubro de 2011, pelo "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 23 de abril de 2012 e registrado no mesmo oficial de registro, e por este "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card" ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (A) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembleia geral de quotistas; e
- (B) a Administradora deseja alterar o Regulamento do Fundo;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD" ("Terceiro Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

1. alterar o Parágrafo 1º do Artigo 7 do Regulamento, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo 1º O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, no limite de 2% (dois por cento) de seu Patrimônio Líquido."

2. alterar a definição de Direitos de Crédito para esclarecer que os direitos de crédito são representados por Notas Fiscais Eletrônicas, passando tal definição a vigorar com a seguinte redação:

"Direitos de Crédito: são os direitos de crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratel e devidas pelos Devedores em decorrência da realização de (i) Operações de Gestão de Frotas e (ii) Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros;"

3. realizar outros ajustes no Regulamento, tendo em vista as alterações acima; e

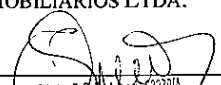
4. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento, submetendo à CVM este Segundo Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas do Fundo.

Este Terceiro Aditamento e o Regulamento com seus anexos deverão ser averbados às margens do registro n.º 3469893 junto ao 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.


São Paulo, 25 de abril de 2012

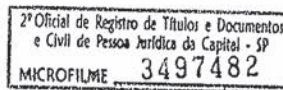
INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:   
Cargo: **Fabio Sonoda**  
Gerente Fundos Estruturados II  
003803137

Nome:   
Cargo: Cibele Cristine F. O. Maciel - 632731A  
Gerente de Produtos de Investimento - 003941988

2º  
2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 375,45 Protocolado e prenotado sob o n. **3.490.347** em  
Estado R\$ 106,55 **25/04/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
Ipesp R\$ 79,11 sob o n. **3.490.347**, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 20,02 Averbado à margem do registro n. **3490099**  
T. Justiça R\$ 20,02 São Paulo, 25 de abril de 2012  
Total R\$ 601,15  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

  
Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Douglas Soares Saugo - Escrivente Autorizado



INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.298.854/0001-00 ("Fundo"), cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de setembro de 2011, sob o n.º 3469893, conforme aditado pelo "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 5 de outubro de 2011, pelo "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 23 de abril de 2012, pelo "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", datado de 25 de abril de 2012, registrados no mesmo oficial de registro, e por este "Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card" ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

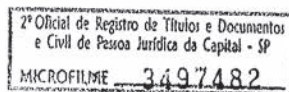
- (A) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembleia geral de quotistas; e
- (B) a Administradora deseja alterar o Regulamento do Fundo;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD" ("Quarto Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

1. alterar o Regulamento, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo A ao presente instrumento; e





2. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento, submetendo à CVM este Quarto Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas do Fundo.

Este Quarto Aditamento e o Regulamento com seus anexos deverão ser averbados às margens do registro n.º 3469893 junto ao 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 13 de julho de 2012

INTRAC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Fabio Sonoda  
Cargo: Gerente Fundos Estruturados II  
003803137

Nome: Gentil Domingues dos Santos  
Cargo: Oficial de Registro de Títulos e Documentos

2º  
Emol.  
Estado  
Ipsesp  
R. Civil  
T. Justiça

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé - CEP. 01006-010 - São Paulo/SP  
R\$ 396,81 Protocolado e prenotado sob o n. 3.497.482 em  
R\$ 112,61 13/07/2012 e registrado, hoje, em microfilme  
R\$ 83,61 sob o n. 3.497.482, em títulos e documentos.  
R\$ 21,16 Averbado à margem do registro n. 3490347  
R\$ 21,16 São Paulo, 13 de julho de 2012

Total R\$ 635,35

Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Marcelo S. Espedito - Escrevente Autorizado





INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.298.854/0001-00 ("Fundo"), cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de setembro de 2011, sob o n.º 3469893, conforme aditado pelo "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 5 de outubro de 2011, pelo "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 23 de abril de 2012, pelo "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", datado de 25 de abril de 2012, pelo "Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", datado de 13 de julho de 2012, todos registrados no mesmo oficial de registro; e por este "Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card" ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (A) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembleia geral de quotistas; e
- (B) a Administradora deseja alterar o Regulamento do Fundo;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD" ("Quinto Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).



RESOLVE:

1. alterar o Regulamento, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo A ao presente instrumento; e
2. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento, submetendo à CVM este Quinto Aditamento e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas do Fundo.

Este Quinto Aditamento e o Regulamento com seus anexos deverão ser averbados às margens do registro n.º 3469893 junto ao 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 16 de agosto de 2012

INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.


  
Nome: **Luiz de Almeida Cardia**  
CPF: 258.169.058-55  
RG: 18.870.255-6

  
Nome: **Cibele Cristina F. O. Bertolucci**  
Cargo: **Superintendente de Produtos de Investimento-002591998**

20

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egidio, 72 cj.110 - Sé - CEP: 01006-010 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 392,84  
Estado R\$ 111,48  
Ipsesp R\$ 82,77  
R. Civil R\$ 20,95  
T. Justiça R\$ 20,95  
Total R\$ 628,99  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verba

Protocolado e prenotado sob o n. **3.501.428** em  
**20/08/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
sob o n. **3.501.427**, em títulos e documentos.  
Averbado à margem do registro n. **3497482**  
São Paulo, 20 de agosto de 2012

  
Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado

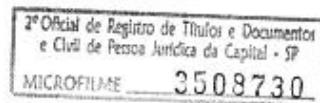
INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTO ADITAMENTO AO REGULAMENTO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

Por este instrumento particular, INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., instituição financeira devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para o exercício profissional de administração de carteira de títulos e valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 2003, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 14.298.854/0001-00 ("Fundo"), cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 6 de setembro de 2011, sob o n.º 3469893, conforme aditado pelo "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 5 de outubro de 2011, pelo "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", datado de 23 de abril de 2012, pelo "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", datado de 25 de abril de 2012, pelo "Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", datado de 13 de julho de 2012, pelo "Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", datado de 16 de agosto de 2012, todos registrados no mesmo oficial de registro; e por este "Instrumento Particular de Sexto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card" ("Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (A) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembleia geral de quotistas; e
- (B) a Administradora deseja alterar o Regulamento do Fundo;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Sexto Aditamento ao Regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD" ("Sexto Aditamento") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).



RESOLVE:

1. alterar o Regulamento, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo A ao presente instrumento; e
2. consolidar, conforme o Anexo A, o inteiro teor do Regulamento.

Este Sexto Aditamento e o Regulamento com seus anexos deverão ser averbados às margens do registro n.º 3501427 junto ao 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

São Paulo, 16 de novembro de 2012


INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:   
Cargo: **Odilon Ferraroni Teixeira**  
CPF: 174.199.158-73  
RG: 18.785.489

Nome:   
Cargo: **Luciano Coelho de Magalhães Neto**  
Diretor  
INTRAG OTVM LTDA

2º

2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e  
Civil de Pessoa Jurídica da Capital - CNPJ: 45.565.272/0001-77  
Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé - CEP: 01006-010 - São Paulo/SP  
Emol. R\$ 637,84 Protocolado e prenotado sob o n. **3.508.732** em  
Estado R\$ 181,29 **19/11/2012** e registrado, hoje, em microfilme  
Ipsop R\$ 134,29 sob o n. **3.508.730**, em títulos e documentos.  
R. Civil R\$ 33,57 Averbado à margem do registro n. **3501427**  
T. Justiça R\$ 33,57 São Paulo, 19 de novembro de 2012  
Total R\$ 1.030,56  
Selos e taxas  
Recolhidos  
p/verbas

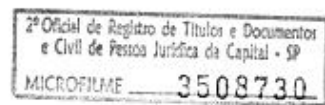
  
Gentil Domingues dos Santos - Oficial  
Douglas Soares Saugo - Escrevente Autorizado



Anexo A do Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## REGULAMENTO

DO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

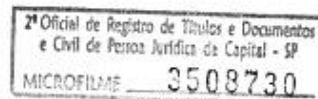
Datado de

16 de novembro de 2012

0

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

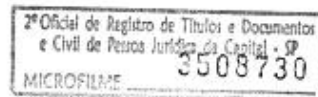




## ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO II - OBJETO	3
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	4
CAPÍTULO V - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	6
CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	8
CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO	8
CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA	22
CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	26
CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	26
CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA	28
CAPÍTULO XII - QUOTAS	29
CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	31
CAPÍTULO XIV - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	34
CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS	36
CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	37
CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	38
CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	39
CAPÍTULO XIX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	40
CAPÍTULO XX - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	49
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL	50
CAPÍTULO XXII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	54
CAPÍTULO XXIII - DISPOSIÇÕES FINAIS	55
ANEXO I - DEFINIÇÕES	57
ANEXO II - TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO	69
ANEXO III - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	89
ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD	90
ANEXO V - PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS	93
ANEXO VI - MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO	95

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



REGULAMENTO  
DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD, disciplinado pela Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (o "CMN"), pela Instrução CVM 356, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (o "Fundo"), será regido pelo presente Regulamento.

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

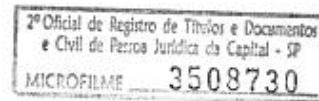
**Artigo 1** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, observado que a Primeira Emissão terá o prazo de 3 (três) anos e cada emissão seguinte terá prazo determinado de duração estipulado em seu respectivo Suplemento. O Fundo tem por objeto a captação de recursos para aquisição de Direitos de Crédito, conforme definido a seguir, de acordo com as disposições deste Regulamento.

Parágrafo Único Os termos iniciados em letra maiúscula utilizados neste Regulamento, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído no Anexo I ao presente Regulamento.

CAPÍTULO II - OBJETO

**Artigo 2** O Fundo é uma comunhão de recursos destinados preponderantemente à aquisição de Direitos de Crédito performados, de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV deste Regulamento.

Parágrafo Único Os Direitos de Crédito são representados pelas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratrec e devidos pelos Devedores em decorrência da realização de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros. Os Direitos de Crédito serão cedidos ao Fundo pela Embratrec, observada a política de investimento e os critérios de composição da carteira do Fundo descritos no Capítulo IV deste Regulamento, e deverão estar livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos ou gravames quando de sua cessão ao Fundo.



### CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

**Artigo 3** As Quotas do Fundo serão subscritas exclusivamente por Investidores Qualificados, conforme regulamentação da CVM em vigor, que busquem retorno de rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

### CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

**Artigo 4** O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seu Patrimônio Líquido preponderantemente na aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento, sem prejuízo da possibilidade de aquisição de Ativos Financeiros, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira do Fundo estabelecidos neste Regulamento.

**Parágrafo 1º** Os Direitos de Crédito serão adquiridos pelo Fundo juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas, garantias e ações assegurados aos seus titulares, sendo certo que os Direitos de Crédito não incluem os respectivos Encargos Financeiros, permanecendo os direitos relacionados a tais Encargos Financeiros de propriedade do Cedente, nos termos dos Contratos de Cessão e dos respectivos Termos de Cessão firmados entre o Fundo e o Cedente.

**Parágrafo 2º** Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, conforme o caso, em contas específicas abertas no SELIC em nome do Fundo, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN ou pela CVM.

**Parágrafo 3º** O Auditor de Conformidade realizará, trimestralmente, às expensas do Cedente, auditoria junto ao Cedente para averiguar se os Direitos de Crédito são oriundos da utilização, pelos Devedores do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referentes a Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card.

**Parágrafo 4º** Não obstante a diligência da Administradora em colocar em prática a política de investimento delineada neste Regulamento e do Custodiante em verificar os Critérios de Elegibilidade, a Administradora e o Custodiante não poderão ser responsabilizados pelo adimplemento ou não dos Direitos de Crédito, por eventual depreciação dos bens ou ativos integrantes da carteira do Fundo, ou por prejuízos





apurados na realização dos ativos que integram o patrimônio do Fundo, assumindo os Quotistas os riscos inerentes a este tipo de investimento. Não há garantia de que os objetivos do Fundo serão alcançados. O Custodiante é responsável pelo cumprimento de suas obrigações estabelecidas no Artigo 38 da Instrução CVM 356.

**Artigo 5** Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades do Fundo, este deverá ter alocado no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu Patrimônio Líquido em Direitos de Crédito ("Alocação Mínima"), observados os Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Capítulo V deste Regulamento. Caso o Fundo não disponha de Direitos de Crédito suficientes para atingir a Alocação Mínima, a Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este Artigo 5 por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembleia Geral. Se e quando tal autorização for obtida pela Administradora, os Quotistas serão comunicados do fato por meio de (i) carta endereçada a cada um dos Quotistas, (ii) correio eletrônico endereçado a cada um dos Quotistas, ou (iii) publicação de aviso no Periódico utilizado para veicular as informações referentes ao Fundo, conforme Capítulo XXII deste Regulamento.

**Artigo 6** A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos de Crédito será necessariamente alocada nos Ativos Financeiros a seguir relacionados ("Ativos Financeiros");

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) créditos securitizados pelo BACEN;
- (d) fundos de investimento classificados como referenciados DI ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos ou lastreados pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas ou por suas Afiliadas; e
- (e) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados nos itens (b), (c) e (d) acima, contratadas com Instituições Autorizadas e/ou suas Afiliadas.

**Artigo 7** Com relação aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, a Administradora deverá observar os limites de composição e diversificação da carteira do Fundo, descritos neste Regulamento.



Parágrafo 1º O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, ou de Devedores ou coobrigados de um mesmo Grupo Econômico, no limite de 2% (dois por cento) de seu Patrimônio Líquido.

Parágrafo 2º O Fundo poderá realizar operações nas quais a Administradora, suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou por suas Afiliadas, atuem na condição de contraparte, desde que tais operações sejam realizadas em condições de mercado.

Artigo 8 Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados (i) diariamente, em relação aos Ativos Financeiros e (ii) em cada Data de Aquisição, em relação aos Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo, sendo que, em ambos os casos, com base no patrimônio líquido do Fundo apurado no Dia Útil imediatamente anterior à data de cada cálculo.

Artigo 9 O Fundo não realizará: (i) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) operações em mercado de derivativos; e (iii) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia.

Artigo 10 As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) do Custodiante; (iii) do Cedente; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do FGC.

#### CAPÍTULO V – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 11 O Fundo somente adquirirá Direitos de Crédito que atendam, na Data de Aquisição, cumulativamente, os seguintes critérios de elegibilidade (os "Crêterios de Elegibilidade"):

- (a) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que sejam pessoas jurídicas;
- (b) os Direitos de Crédito devem ter cobrança registrada no Itaú BBA;
- (c) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores, considerados em conjunto com os Devedores de seu respectivo Grupo Econômico, que, na respectiva Data de Aquisição, sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo que representem no máximo 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo, considerado o somatório do valor total exigível de Direitos de Crédito depois de computada, *pro forma*, a aquisição de Direitos de Crédito pretendida pelo Fundo;



- (d) o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Devedores, observado que Devedores de um mesmo Grupo Econômico serão considerados 1 (um) Devedor para fins deste item, deverá ser igual ou inferior a 16% (dezesesseis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (e) os Direitos de Crédito devem ser devidos por Devedores que, na respectiva Data de Aquisição, não sejam devedores de outros Direitos de Crédito de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos por prazo superior a 10 (dez) dias;
- (f) os Direitos de Crédito são e serão devidos por Devedores que, na respectiva Data de Aquisição, não estejam em processo de recuperação judicial requerida e homologada, que não tenham pedido de falência contra si apresentado, nem tenham tido falência decretada;
- (g) cada um dos Direitos de Crédito deve possuir data de vencimento (i) de até 30 (trinta) dias corridos contados da Data de Aquisição, e (ii) anterior à Data de Resgate da série mais longa; e
- (h) os Direitos de Crédito devem ter valor nominal de no mínimo R\$50,00 (cinquenta reais).

Parágrafo 1º A aquisição dos Direitos de Crédito será formalizada pela celebração, pelo Cedente e pelo Fundo, do Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão.

Parágrafo 2º O Custodiante será a instituição responsável por verificar e validar o atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo.

Parágrafo 3º Todas as informações relacionadas aos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo que venham a ser disponibilizadas pelo Cedente ao Custodiante, a fim de que o Custodiante possa verificar o atendimento aos Critérios de Elegibilidade, devem ser enviadas por meio de arquivo eletrônico, em formato acordado entre o Cedente e o Custodiante, e serão mantidas pelo Custodiante.

Parágrafo 4º Havendo proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade, esta deverá ser submetida à apreciação do Custodiante previamente à sua aprovação em Assembleia Geral.

Parágrafo 5º Caso o Custodiante, por qualquer motivo, não concorde com referida proposta para alteração ou inclusão de Critérios de Elegibilidade e, ainda assim,





estas sejam aprovadas pela Assembleia Geral, o Custodiante permanecerá em suas funções até que seja substituído, não respondendo, todavia, pela verificação dos Critérios de Elegibilidade que tenham sido alterados ou incluídos.

Artigo 12 O Cedente é responsável pela existência, certeza, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade, validade, correta formalização e exigibilidade dos Direitos de Crédito por ele cedidos ao Fundo, até a liquidação integral dos Direitos de Crédito.

#### CAPÍTULO VI - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Artigo 13 O Cedente deverá observar a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III do presente Regulamento na concessão de crédito aos Devedores quando da realização de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, conforme o caso, que dão origem aos Direitos de Crédito que venham a ser por eles oferecidos ao Fundo.

#### CAPÍTULO VII - FATORES DE RISCO

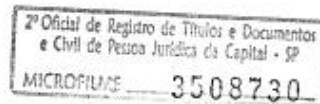
Artigo 14 Os Direitos de Crédito e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando a flutuações de mercado ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes. Antes de adquirir as Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis nos fatores de risco descritos a seguir. A materialização de qualquer dos riscos e incertezas apontados a seguir poderá gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, sendo que nessa hipótese a Administradora, o Cedente e o Custodiante não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela baixa liquidez das Quotas no mercado secundário; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas na Data de Resgate, nos termos deste Regulamento.

##### Parágrafo 1º Riscos de Mercado:

Risco de Mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, o Cedente e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do Brasil. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Devedores e eventuais garantidores, os setores





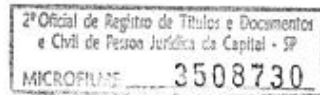
econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Devedores e seus garantidores, se houver, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito, podendo impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

#### Parágrafo 2º Riscos de Crédito

- (a) Risco de Descasamento entre as Taxas de Atualização das Quotas Sênior e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito, aplicando uma taxa de desconto determinada conforme o Contrato de Cessão. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atrelada à Taxa DI, conforme estabelecido neste Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Sênior. Além disso, o Fundo não realizará operações com derivativos para proteção das posições mantidas à vista. Caso a Taxa DI eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, o Cedente e o Custodiante



não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

- (b) Risco de Crédito Relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Devedores e dos garantidores, se houver, em honrar seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Devedores poderá afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Devedores e/ou pelos garantidores, se for o caso, e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- (c) Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. O risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros decorre da capacidade de pagamento dos devedores ou emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos emissores dos referidos ativos ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos negativos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer



natureza.

Parágrafo 3º Riscos de Liquidez:

- (a) Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos e condições atípicas de mercado podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas neste Regulamento.
- (b) Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.
- (c) Liquidez Relativa ao Investimento em Fundo Fechado. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XXI deste Regulamento e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ademais, os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário, bem como, caso os Quotistas precisem vender suas Quotas, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Quotista.
- (d) Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de





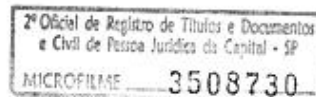
investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

- (c) Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates. A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos Devedores ou por seus garantidores, se houver; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante e o Cedente estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e o Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º Riscos Operacionais:

- (a) Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelo Agente de Cobrança ou pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.
- (b) Documentos Comprobatórios. As Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratex e armazenadas eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Campo Bom, sede da Embratex, permanecem disponíveis para consulta no *website* do Município de Campo Bom por 6 (seis) anos. Após transcorrido este prazo, a consulta a tais Notas Fiscais Eletrônicas somente poderá ser realizada mediante a solicitação ao Município de Campo Bom de envio de arquivo em meio magnético.



Caso o Fundo adquira Direitos de Crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas há mais de 6 (seis) anos, o Cedente deverá solicitar ao Município de Campo Bom o arquivo magnético de tais Notas Fiscais Eletrônicas. Não é possível precisar quanto tempo levará para o Município fornecer referido arquivo magnético. Existe também o risco de tal arquivo não ser localizado, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade, inclusive a cobrança, dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Embora este Regulamento e o Contrato de Cessão estabeleçam a obrigatoriedade de o Cedente informar ao Custodiante o cancelamento ou anulação das Notas Fiscais Eletrônicas e, caso aplicável, informar ao Custodiante a emissão de nova Nota Fiscal Eletrônica em substituição à anulada ou cancelada, não há garantias de que tais informações serão prestadas de forma adequada pelo Cedente, o que poderá trazer perdas ao Fundo.

Também não há garantias de que, na verificação periódica, no mínimo trimestral dos Documentos Comprobatórios por amostragem, o Custodiante identificará eventuais Notas Fiscais Eletrônicas canceladas ou anuladas. É possível ainda que Notas Fiscais Eletrônicas de amostras já verificadas pelo Custodiante venham a ser canceladas ou anuladas após tal verificação periódica. Assim, poderá haver dificuldades no exercício pleno pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas, o que poderá gerar perdas ao Fundo.

Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento. O Custodiante realizará verificação periódica, no mínimo trimestral, dos Documentos Comprobatórios por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo (i) está sujeita à inexistência de qualquer um ou de todos os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e/ou (ii) poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Além disso, os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos



extrajudiciais, e, portanto, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será consideravelmente mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que, a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento do Direito de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do Tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 a 5 anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelo Cedente à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

- (c) Risco de Sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, do Município de Campo Bom, do Agente de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer erro venha a acontecer, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

Parágrafo 5º Risco de Descontinuidade:

- (a) Risco de Liquidação Antecipada do Fundo. Caso ocorra um Evento de Liquidação, as Quotas deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os Quotistas, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas Quotas, poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.



- (b) Risco Relativo ao Resgate das Quotas Sênior em Direitos de Crédito. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, caso o Fundo não disponha de recursos disponíveis para o pagamento do resgate das Quotas, as Quotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito, conforme autorizado pelo Artigo 15 da Instrução CVM 356. Nesse caso, os titulares das Quotas Sênior poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos de Crédito recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores e/ou seus garantidores, se for o caso, em relação aos Direitos de Crédito.

Parágrafo 6º Outros Riscos:

- (a) Risco de Originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Do mesmo modo, os Contratos de Emissão do Cartão Good Card poderão ser resilidos antecipadamente por uma das Partes, de forma que os pagamentos devidos poderão ser antecipados, ou, até mesmo, questionados em razão do término prematuro dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos. Em caso de ocorrência de um evento de resolução de cessão, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, a cessão de Direitos de Crédito será considerada resolvida e o Cedente deverá restituir o Fundo pelo valor correspondente ao preço de aquisição dos Direitos de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do preço de aquisição aplicada *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data da efetiva baixa. Caso o Cedente descumpra com a obrigação de restituição mencionada acima, o Fundo poderá sofrer prejuízos.
- (b) Risco do Originador. A existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelo Cedente; e (b) pelo descumprimento, pelo Cedente, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da

impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que o Cedente conseguirá originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois a quantidade de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios pode ser afetada por diversos fatores, inclusive, no caso de Operações de Gestão de Frotas, devido à variação da cotação do petróleo no mercado nacional e, no caso de Operações de Gestão de Frotas e também de Operações de Gestão de Benefícios, devido a alta competitividade do mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil.

- (c) Riscos Relacionados ao Recebimento dos Direitos de Crédito. O Itaú BBA, na qualidade de prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, transferirá eletronicamente, conforme instrução do Custodiante, a titularidade dos registros eletrônicos dos boletos bancários relativos aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma que os recursos decorrentes dos boletos bancários disponibilizados pelo Cedente aos seus Devedores para pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que tais recursos transitem em conta corrente de titularidade do Cedente. Não há garantias que o Itaú BBA, na qualidade de prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, cumprirá com tais obrigações, o que poderá trazer perdas ao Fundo, podendo inclusive, o Fundo, ter que incorrer em custos para conseguir recuperar seus direitos.
- (d) Risco de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos. A Embratrec, na qualidade de Agente de Cobrança, será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em benefício do Fundo. Caso o Agente de Cobrança receba diretamente quaisquer pagamentos dos Devedores no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos de propriedade do Fundo, existe o risco de o Agente de Cobrança não repassar imediatamente tais valores ao Fundo. Na hipótese de instauração de processos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial, intervenção ou qualquer outro procedimento de insolvência do Agente de Cobrança, há a possibilidade dos recursos porventura recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados, podendo resultar em cobrança por via judicial, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Não há como assegurar que o Agente de Cobrança atuará de acordo com o disposto neste Regulamento ou com o Contrato de Cobrança, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e os Quotistas.

Caso os Quotistas decidam destituir a Embratrec de suas atividades como Agente de Cobrança, o Custodiante assumirá ou contratará terceiros para assumir as funções de Agente de Cobrança. Em caso de cobrança judicial

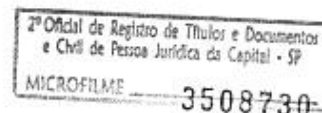


dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Custodiante ou terceiro contratado como Agente de Cobrança poderá precisar de informações adicionais sobre os serviços prestados aos Devedores e os débitos contraídos pelos Devedores junto ao Sistema Good Card que estejam em posse do Cedente. Caso o Cedente não preste as informações solicitadas tempestivamente, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos pode ser prejudicada. O Fundo pode sofrer prejuízos, inclusive decorrentes da interrupção, ainda que temporária, da prestação dos serviços de cobrança pela Embratel.

- (e) Risco de Ausência de Notificação dos Devedores. Os Devedores não serão formalmente notificados acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo. Em função disso, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente ao Cedente, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Quotas.
- (f) Risco do Registro Intempestivo dos Termos de Cessão. Conforme estabelecido no Contrato de Cessão, os Termos de Cessão devem ter o seu processo de assinatura iniciado semanalmente e devem ser levados a registro nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Cedente e do Fundo. O registro tempestivo de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão de Direitos de Crédito, de modo que caso o Cedente celebre nova operação dos mesmos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com terceiros, a primeira operação registrada prevaleça. O registro intempestivo do Termo de Cessão poderá representar risco ao Fundo em relação aos Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a realização intempestiva do registro implicará o risco do registro da cessão ser posterior ao registro de cessão contratada com outro cessionário. Além disso, o Fundo poderá não reaver Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e posteriormente, mas antes do registro do Termo de Cessão, cedidos a terceiros, ou valores em relação a Direitos de Crédito pagos a terceiros de boa-fé adquirentes, no período anterior ao registro do Termo de Cessão, dos mesmos Direitos de Crédito cedido ao Fundo, podendo, desta forma, afetar negativamente o patrimônio do Fundo.
- (g) Riscos e Custos de Cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite

total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, o Agente de Cobrança, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

- (h) Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos de Crédito. Os Devedores podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem alterar o cronograma de recebimento de recursos estruturado pelo Fundo e, consequentemente, o fluxo de compra e venda de Direitos de Crédito.
- (i) Risco Decorrente da Precificação dos Ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.
- (j) Inexistência de Garantia de Rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos Quotistas, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Cedente, pelo FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas neste Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.
- (k) Inexistência de Garantias por parte do Cedente. Os Direitos de Crédito não contam com garantia do Cedente e, assim, o Cedente não assume qualquer responsabilidade pela solvência dos Devedores dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Devedores e de seus garantidores, se houver, não contando com nenhum outro mecanismo de garantia. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Devedores e/ou



garantidores, se for o caso, e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e/ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

- (l) Risco de Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos de Crédito. O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou liquidação extrajudicial do Cedente, conforme o caso. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior de determinadas causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Cedente, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, se restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.
- (m) Riscos de Originação / Modificações ao Contrato de Emissão do Cartão Good Card. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pelo Cedente em decorrência da realização de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios nos termos dos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card celebrados com os Devedores. O Cedente poderá, unilateralmente, anular ou cancelar as Notas Fiscais Eletrônicas, bem como realizar alterações aos termos e às condições dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora e/ou dos Quotistas e, no caso de Contratos de Emissão do Cartão Good Card, desde que tais alterações estejam em conformidade e não afetem a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimentos do Fundo, ou afete o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente. O Cedente somente informará à Administradora e ao Custodiante qualquer alteração aos documentos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações a tais documentos poderão causar efeitos

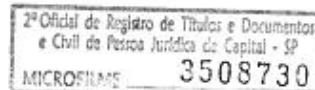


adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.

- (n) Riscos Relacionados às Operações que Envolvam a Administradora como Contraparte do Fundo. Conforme previsto no Artigo 7, Parágrafo 2º deste Regulamento, há a possibilidade do Fundo contratar operações em que a Administradora, bem como suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem como contraparte do Fundo. Nesse caso, a Administradora e suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, poderão se encontrar em situação de conflito de interesses com o Fundo, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.
- (o) Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisados, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Devedores dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo, bem como a capacidade do Cedente de originar Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtida com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e seu preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.
- (p) Risco de Fungibilidade. O Itaú BBA, como prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, deverá, mediante instrução do Custodiante, transferir eletronicamente a titularidade dos registros dos boletos bancários relativos aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma que os recursos decorrentes do seu pagamento sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que as mesmas transitem em conta corrente de titularidade do Cedente. Não obstante, caso haja alguma falha na obrigação do Custodiante em notificar o Itaú BBA ou do Itaú BBA como prestador de serviços de cobrança bancária ou ainda caso por qualquer razão os Devedores, que não serão notificados sobre a cessão ao Fundo, paguem os Direitos de Crédito diretamente ao Cedente, poderá haver o risco de fungibilidade decorrente da ausência de segregação de recursos de pagamentos dos Direitos de Crédito com outros recursos do Cedente.



- (q) Risco de Governança. Caso o Fundo venha a emitir novas Quotas Sênior ou caso seja criada uma nova classe de Quotas, mediante deliberação em Assembleia Geral, os novos quotistas podem modificar a relação de poderes para alteração deste Regulamento.
- (r) Risco de Concentração. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, ou de Devedores ou coobrigados de um mesmo Grupo Econômico, no limite de 2% (dois por cento) de seu Patrimônio Líquido. Além disso, os Direitos de Crédito serão cedidos por apenas um Cedente. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas. O fato de o Fundo adquirir Direitos de Crédito de apenas um Cedente impacta o risco de descontinuidade e liquidação antecipada do Fundo.
- (s) Risco Relacionado aos Direitos de Crédito não incluem Encargos Financeiros. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não incluem os Encargos Financeiros devidos pelos Devedores em caso de atraso no pagamento das Notas Fiscais Eletrônicas, nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, os quais, caso devidos, permanecem de propriedade do Cedente. Assim, caso os Devedores deixem de pagar tempestivamente os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, o Fundo poderá cobrar dos Devedores apenas o valor de principal da Nota Fiscal Eletrônica que dá origem aos Direitos de Crédito, não podendo cobrar nenhum Encargo Financeiro, o que poderá trazer prejuízos financeiros ao Fundo e aos Quotistas.
- (t) Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Administradora envidará melhores esforços para compor a carteira do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerado como tal a carteira com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia da Administradora que conseguirá manter o Fundo como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.
- (u) Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.



Este Regulamento prevê que o Cedente será responsável, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III deste Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios realizadas nos termos dos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card celebrados com os Devedores. Para realizar Operações de Gestão de Frotas e/ou Operações de Gestão de Benefícios e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III deste Regulamento. Nenhum sistema de controle, inclusive aqueles adotados pelo Cedente, garante que contratos como os Contratos de Emissão do Cartão Good Card e os Documentos Comprobatórios não serão emitidos mediante fraude, ou operações como as Operações de Gestão de Frota ou as Operações de Gestão de Benefícios, serão realizadas sem fraude, erros ou falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

#### CAPÍTULO VIII - ADMINISTRADORA

**Artigo 15** O Fundo será administrado por INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993, que será responsável também pela gestão da carteira do Fundo.

**Parágrafo Único** A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos, no mínimo, como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) deste Regulamento, (iii) das deliberações da Assembleia Geral, e (iv) dos deveres fiduciários de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.





Artigo 16 Observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares vigentes, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo, exercer os direitos inerentes aos Direitos de Crédito e aos outros ativos que integrem a carteira do Fundo.

Parágrafo 1º Incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem:
  - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (ii) o registro dos Quotistas;
  - (iii) o livro de atas da Assembleia Geral;
  - (iv) o livro de presença dos Quotistas;
  - (v) os demonstrativos trimestrais de que trata o Artigo 8º, Parágrafo 4º da Instrução CVM 356;
  - (vi) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e
  - (vii) os relatórios do Auditor Independente.
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio de instituição contratada, nos termos do Artigo 39, inciso III, da Instrução CVM 356;
- (c) entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-lo do nome do Periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;
- (d) divulgar, trimestralmente, no Periódico referido no inciso anterior, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, a rentabilidade no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência de Classificação de Risco;
- (e) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (f) fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras previstas na Instrução CVM 356, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação entre a mesma e o Fundo;



- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco do Fundo ou dos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (i) informar aos Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas do Fundo, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da sua ciência de tal fato; e
- (j) no caso de pedido ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, intervenção ou liquidação extrajudicial do Custodiante ou de qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados quaisquer recursos ou Direitos de Crédito da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos de Crédito para outra conta de depósitos, de titularidade do Fundo.

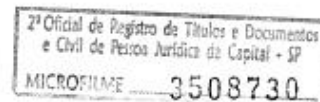
Parágrafo 2º É vedado à Administradora:

- (a) prestar fiança, aval, accite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas deste.
  - (i) As vedações de que tratam os itens (a) a (c) deste Parágrafo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das suas Afiliadas, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas; e
  - (ii) Excetuam-se do disposto no item anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 3º É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- (b) realizar operações em mercados de derivativos;

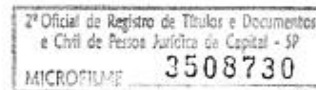




- (c) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (d) aplicar recursos diretamente no exterior;
- (e) adquirir Quotas do próprio Fundo;
- (f) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento;
- (g) vender Quotas do Fundo à prestação;
- (h) vender Quotas do Fundo para instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos de Crédito, exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;
- (i) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- (j) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (k) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto no inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356;
- (l) obter ou conceder empréstimos; ou
- (m) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Artigo 17 A Administradora cobrará uma taxa de administração equivalente ao valor mensal de R\$1.900,00 (mil e novecentos reais) acrescido de um dos seguintes valores, entre eles o maior: (i) valor fixo mensal de R\$10.000,00 (dez mil reais) ou (ii) 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado sobre o Patrimônio Líquido do Fundo ("Taxa de Administração").

Parágrafo 1º A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil do mês calendário subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à Data da 1ª Subscrição de Quotas, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente



decorridos entre a Data da 1ª Subscrição de e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Parágrafo 2º Todos os valores em reais constantes do *caput* deste Artigo serão corrigidos anualmente, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPC - FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) do ano anterior, ou na sua falta, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou, na falta de ambos, do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Artigo 18 A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

#### CAPÍTULO IX - SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

Artigo 19 A Administradora, por meio de publicação no Periódico utilizado para divulgar informações do Fundo, sempre com aviso prévio de 60 (sessenta) dias, poderá renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação do Fundo, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Artigo 61 deste Regulamento.

Artigo 20 Na hipótese de a Administradora renunciar às suas funções e a Assembleia Geral de que trata o Artigo 19 acima (i) não nomear instituição administradora habilitada para substituir a Administradora ou (ii) não obtiver quorum suficiente, observado o disposto no Artigo 61, para deliberar sobre a substituição da Administradora ou a liquidação do Fundo, a Administradora procederá à liquidação automática do Fundo, no prazo máximo de 40 (quarenta) dias a contar da data da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Único A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data da deliberação acerca de sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações atribuídos à Administradora, nos termos deste Regulamento.

#### CAPÍTULO X - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS



**Artigo 21** O Fundo contratou o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, para prestar os serviços de custódia qualificada e controladoria ao Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

**Parágrafo 1º** O Custodiante será responsável pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, em cada operação de aquisição de Direitos de Crédito pelo Fundo, bem como pela verificação por amostragem, em periodicidade, no mínimo, trimestral, dos Documentos Comprobatórios que lastreiam os Direitos de Crédito, de acordo com o Anexo V deste Regulamento e com a regulamentação em vigor.

**Parágrafo 2º** Não obstante o disposto no Artigo 12 acima, o Custodiante é responsável (i) pela verificação do atendimento dos Direitos de Crédito aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do Parágrafo 1º acima; (ii) pela verificação da existência dos Documentos Comprobatórios, bem como sua formalização, de acordo com os itens relacionados no Anexo V, item (iv), deste Regulamento; e (iii) pelas demais obrigações previstas no Artigo 38 da Instrução CVM 356.

**Parágrafo 3º** O Cedente enviará ao Custodiante através de arquivo eletrônico, em até 1 (um) Dia Útil contado de cada cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, as chaves de acesso a cada Nota Fiscal Eletrônica que representa os Documentos Comprobatórios dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

**Parágrafo 4º** Antes de ser realizada a primeira cessão de Direitos de Crédito ao Fundo, o Cedente fornecerá ao Custodiante informações que permitam o acesso pelo Custodiante ao *website* do Município de Campo Bom. Além disso, o Cedente se comprometeu, nos termos do Contrato de Cessão, a fornecer ao Custodiante, na mesma data da ocorrência, informações sobre eventuais Notas Fiscais Eletrônicas canceladas ou anuladas e, conforme o caso, informações sobre as novas Notas Fiscais Eletrônicas emitidas em substituição às Notas Fiscais Eletrônicas canceladas ou anuladas.

**Parágrafo 5º** O Cedente colocará à disposição do Custodiante, em até 3 (três) Dias Úteis da solicitação do Custodiante neste sentido, todas as informações e documentos adicionais referentes aos Direitos de Crédito, inclusive os Contratos de Emissão do Cartão Good Card, que sejam necessários para que desempenhe as atribuições previstas no Contrato de Custódia, no Regulamento e no Contrato de Cessão, bem como para que o Custodiante desempenhe, caso o Agente de Cobrança seja destituído de suas funções, as atividades de Agente de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos.



Parágrafo 6º Em decorrência da expressiva diversificação de Devedores e significativo volume de Direitos de Crédito a serem cedidos ao Fundo, o Custodiante verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos de Crédito por amostragem, observando os critérios fixados conforme Anexo V deste Regulamento, comunicando o resultado desta verificação à Administradora, ao Auditor Independente, ao Cedente e à Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo 7º O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais documentos do Fundo, observado o disposto no Contrato de Custódia.

Parágrafo 8º No âmbito dos serviços a serem prestados pelo Custodiante em relação ao Fundo, o Custodiante não será responsável, sob qualquer hipótese, pela indicação de Direitos de Créditos Inadimplidos a protesto ou pela inserção do nome dos Devedores de Direitos de Crédito Inadimplidos em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Agente de Cobrança exercer referidas atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

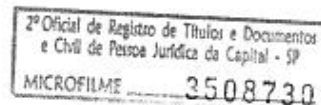
**Artigo 22** O Fundo contratou, como Agente Escriturador, a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, para prestar os serviços de escrituração das Quotas do Fundo, nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Escrituração.

**Artigo 23** Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes Barros 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001.29, devidamente cadastrada na CVM.

**Artigo 24** Como Agência de Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo foi contratada a Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra 904, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33, devidamente autorizada a prestar os serviços de classificação de risco.

**Artigo 25** O Fundo contratou o Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 4º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30, para atuar como Distribuidor na Primeira Emissão.

## CAPÍTULO XI - POLÍTICA DE COBRANÇA



**Artigo 26** O Cedente será responsável pela emissão dos boletos bancários aos Devedores. Os registros dos boletos bancários referentes aos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo terão a titularidade alterada eletronicamente para o Fundo pelo Itaú BBA como prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente após a efetiva aquisição. Desta forma o pagamento dos boletos bancários decorrentes dos Direitos de Crédito do Fundo, pelos Devedores, serão creditados diretamente ao Fundo na Conta do Fundo.

**Artigo 27** A Embratrec, na qualidade de Agente de Cobrança, será responsável, nos termos da Política de Cobrança descrita no Anexo IV deste Regulamento e do Contrato de Cobrança, pela implementação dos procedimentos de cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos cedidos ao Fundo.

**Parágrafo Único** A Embratrec terá a opção, mas não a obrigação, de adquirir Direitos de Crédito por ela originalmente cedidos ao Fundo, cujo pagamento esteja em atraso, pelo seu respectivo valor exigível, nos termos do Contrato de Cessão.

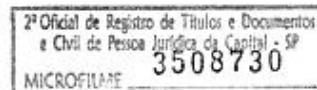
## CAPÍTULO XII - QUOTAS

**Artigo 28** O Fundo emitirá na Primeira Emissão 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, perfazendo o montante total de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), nos termos do Suplemento consolidado neste Regulamento como Anexo VII.

**Parágrafo 1º** Nos termos do Artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais) pode ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 600 (seiscentas) Quotas Sênior Suplementares, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da oferta, sempre mediante anuência conjunta do Distribuidor e do Cedente.

**Parágrafo 2º** Nos termos do Artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Sênior inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Sênior Suplementares) pode ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 800 (oitocentas) Quotas Sênior adicionais, nas mesmas condições das Quotas Sênior inicialmente ofertadas, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da oferta, sempre mediante anuência conjunta do Distribuidor e do Cedente.

**Parágrafo 3º** Não serão realizadas novas emissões de Quotas Sênior além da referida acima, exceto se houver decisão nesse sentido dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observadas as disposições legais aplicáveis.



Parágrafo 4º A Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior será a indicada no Suplemento e as Quotas Sênior terão seu valor calculado com base no Artigo 36 deste Regulamento.

Parágrafo 5º As Quotas Sênior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de amortização e resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);
- (c) Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 36 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá a 1 (um) voto.

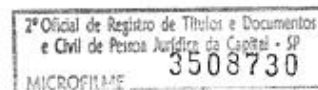
Parágrafo 6º As Quotas Sênior serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição.

Artigo 29 O Fundo emitirá na Primeira Emissão Quotas Subordinadas, com Valor Unitário de Emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada, em montante suficiente para manter o enquadramento à Relação Mínima, que serão subscritas pela Embratec.

Parágrafo 1º As Quotas Subordinadas têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Sênior para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior, admitindo-se que sua integralização, amortização e resgate sejam efetuados em Direitos de Crédito;
- (c) Valor Unitário de Emissão equivalente a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais);





- (d) Valor Unitário de Emissão calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37 deste Regulamento; e
- (c) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observado o disposto no Artigo 61 deste Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada corresponderá a 1 (um) voto.

Parágrafo 2º As Quotas Subordinadas não se subordinam entre si para efeito de resgate, e serão resgatadas na mesma data por seu Valor Unitário de Emissão, na forma prevista neste Regulamento.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas não possuem meta de remuneração.

**Artigo 30** As Quotas Subordinadas, na Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior deverão representar no mínimo 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido. As Quotas Subordinadas deverão, nos termos do disposto neste Regulamento e do Contrato de Promessa de Subscrição, ser subscritas pela Embratec sempre que as Quotas Subordinadas representarem menos que a Relação Mínima. A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Administradora.

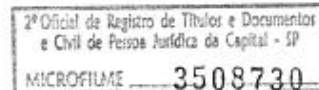
**Artigo 31** A não observância da Relação Mínima por período igual ou superior a 10 (dez) Dias Úteis sem que a Embratec subscreva Quotas Subordinadas, nos termos do Contrato de Promessa de Subscrição, de modo a restabelecer a Relação Mínima permitirá à Administradora realizar a Amortização Extraordinária de Quotas Sênior, nos termos dos Parágrafos 5º, 6º e 7º do Artigo 38 abaixo, sendo que a ocorrência da segunda Amortização Extraordinária de Quotas Sênior será caracterizada, para os fins deste Regulamento, como um Evento de Avaliação.

**Artigo 32** As Quotas terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares.

Parágrafo Único As Quotas Sênior serão passíveis de negociação nos termos do Capítulo XVI deste Regulamento.

### CAPÍTULO XIII - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

**Artigo 33** As Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma do Artigo 36 e Artigo 37 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados ou pela Embratec, conforme o caso, à disposição do Fundo (isto é, valor da Quota para o Dia Útil em questão), via SF – Módulo de Fundos administrado e operacionalizado pela CETIP,



e/ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de transferência como recibo de quitação ou por meio de transferência de Direitos de Crédito ao Fundo, no caso de Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único As Quotas Sênior da Primeira Emissão do Fundo serão objeto de oferta pública, nos termos da Instrução CVM 400. As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas exclusivamente pela Embratec.

**Artigo 34** A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas, o subscritor assinará (a) o boletim de subscrição (que será também assinado pelo Distribuidor) se comprometendo a integralizar as Quotas subscritas respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; (b) o Termo de Adesão; e (c) a declaração de Investidor Qualificado, se necessário.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito, emitido pelo Agente Escriturador, será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as disposições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista. Adicionalmente, para as quotas custodiadas eletronicamente no SF será expedido, pela CETIP, extrato em nome do titular.

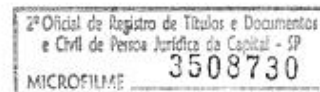
Parágrafo 3º As Quotas serão integralizadas à vista, no ato da subscrição.

**Artigo 35** Não será cobrada taxa de performance, taxa de ingresso ou taxa de saída pela Administradora.

**Artigo 36** A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior, seu respectivo Valor Unitário de Emissão será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores:

- (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Sênior em Circulação; ou
- (b) o valor obtido através da seguinte fórmula:





$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

- $VQS_T$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";
- $VQS_{T-1}$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;
- $VAE_{T-1}$  valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";
- $VAP_{T-1}$  valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";
- $DI_{T-1}$  Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DI_{T-1} = 12,00$ ; e
- $Spread_{Sn}$  Fator *Spread* das Quotas Sênior, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 0,50% ao ano, então  $Spread_{Sn} = 0,50$ .

Parágrafo Único Os critérios de determinação do valor das Quotas Sênior, definidos acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Sênior na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Cedente, da Administradora ou do Custodiante em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Sênior não farão jus, quando da amortização ou do resgate de suas Quotas Sênior, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas Sênior, calculado conforme o *caput* deste Artigo, na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o que representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Sênior.

**Artigo 37** A partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, conforme o caso, sendo que o referido valor corresponderá ao valor do Patrimônio Líquido do Fundo, deduzido ao somatório do

valor de todas as Quotas Sênior em Circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de cálculo.

#### CAPÍTULO XIV – AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

**Artigo 38** As Quotas do Fundo serão amortizadas conforme o disposto neste Capítulo e no Suplemento da respectiva emissão, e serão resgatadas integralmente na Data de Resgate. Na Data de Resgate, os valores mantidos na Conta do Fundo, observada a ordem de preferência das Quotas e a ordem de alocação de recursos previstas neste Regulamento, serão destinados ao pagamento do resgate das Quotas.

**Parágrafo 1º** A Amortização Periódica das Quotas Sênior ocorrerá, respeitado o disposto no Parágrafo 2º abaixo, nas datas "T" indicadas no Suplemento ("Datas de Amortização").

**Parágrafo 2º** Observada a ordem de alocação dos recursos prevista neste Regulamento e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Sênior, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAP_T = VQS_T - (VUE - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas Sênior, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$VUE$  Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior;

$PPS_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento; e

$AM_T$  amortização do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [VUE] \times PPS_T$$



Parágrafo 3º A Administradora deverá constituir reserva para pagamento antes de cada Data de Amortização, podendo, para tanto, interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização, de forma que o valor de tal reserva mantido em caixa e/ou aplicado exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento seja (i) a partir de 30 (trinta) dias antes de cada Data de Amortização equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica e (ii) a partir de 15 (quinze) dias antes de cada Data de Amortização, e até a realização da Amortização Periódica, equivalente a 100% (cem por cento) do valor da respectiva Amortização Periódica.

Parágrafo 4º A Administradora poderá interromper a aquisição de novos Direitos de Crédito 60 (sessenta) dias antes da Data de Resgate e constituir reserva para pagamento do resgate das Quotas. Os valores referentes à reserva deverão ser mantidos em caixa e/ou aplicados exclusivamente em Ativos Financeiros com liquidez diária, de acordo com a política de investimento estabelecida neste Regulamento. A partir dessa data e até a liquidação do Fundo, o Fundo poderá não estar mais enquadrado na Alocação Mínima prevista no Artigo 5 acima.

Parágrafo 5º Exceto no caso do Parágrafo 4º acima, (i) caso ocorra o desenquadramento da Alocação Mínima por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos e (ii) caso a Embratel não subscreva Quotas Subordinadas para atendimento da Relação Mínima, nos termos do Artigo 30 acima, de forma que a Relação Mínima deixe de ser observada por 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, a Administradora procederá à Amortização Extraordinária das Quotas Sênior.

Parágrafo 6º Para fins do previsto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora deverá comunicar aos titulares de Quotas Sênior o montante de Quotas Sênior a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Sênior, devendo o pagamento da Amortização Extraordinária ser realizado no Dia Útil imediatamente subsequente à referida comunicação.

Parágrafo 7º A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Sênior sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Sênior em Circulação.

Parágrafo 8º Caso a relação expressa em valores percentuais entre o valor total das Quotas Subordinadas e o valor do Patrimônio Líquido do Fundo seja superior a 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido ("Excesso de Cobertura"), o Quotista Subordinado poderá solicitar à Administradora a amortização parcial das Quotas Subordinadas, do montante que exceder o referido percentual, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:



- (i) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente e por este Regulamento;
- (ii) até a data de amortização, não esteja em curso qualquer dos Eventos de Avaliação e/ou Eventos de Liquidação;
- (iii) depois de computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o valor total de Direitos de Crédito devidos por cada Devedor seja igual ou inferior a 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo; e
- (iv) depois de computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o somatório do valor total de Direitos de Crédito devidos pelos 10 (dez) maiores Devedores seja igual ou inferior a 16% (dezesseis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Parágrafo 9º Para fins do previsto no Parágrafo 8º deste Artigo, a Administradora deverá comunicar a ocorrência de Excesso de Cobertura aos titulares de Quotas Subordinadas, o montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado e o valor a ser pago por Quota Subordinada, devendo o pagamento da amortização ser realizado por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN no Dia Útil imediatamente subsequente.

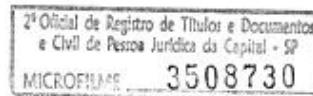
Parágrafo 10º O montante do Excesso de Cobertura a ser amortizado será rateado entre as Quotas Subordinadas em Circulação.

Parágrafo 11 Para fins do previsto neste Capítulo, enquanto o valor unitário da Quotas for superior ao seu Valor Unitário de Emissão, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de juros.

Parágrafo 12 A partir do momento que a Quota a ser amortizada ou resgatada tiver um valor igual ou inferior ao seu Valor Unitário de Emissão, qualquer pagamento ao Quotista será considerado pagamento de principal.

#### CAPÍTULO XV - PAGAMENTO AOS QUOTISTAS

Artigo 39 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 46 deste Regulamento, o Agente Escriturador, instruído pela Administradora, deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo relativos à amortização ou ao resgate de Quotas correspondentes (i) aos titulares das Quotas Sênior, e (ii) aos titulares



das Quotas Subordinadas, após o resgate integral das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme o Artigo 36 e Artigo 37 deste Regulamento, conforme o caso.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das amortizações e do resgate de Quotas em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, conforme o caso, ou por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED ou outra forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, para os titulares de Quotas que não estejam depositadas em custódia no sistema acima mencionado.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando das amortizações e do resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador, em cada Data de Amortização e na Data de Resgate.

Parágrafo 3º Os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, nas hipóteses previstas no Artigo 54 e Artigo 55 deste Regulamento, em Direitos de Crédito, neste último caso, fora do âmbito da CETIP.

Parágrafo 4º Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

#### CAPÍTULO XVI - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

**Artigo 40** As Quotas Sênior serão registradas para negociação no SF, administrado e operacionalizado pela CETIP, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes, sendo a liquidação financeira e a custódia eletrônica realizadas através da CETIP.

**Artigo 41** O Distribuidor, no caso da Primeira Emissão e as instituições intermediárias, no caso de futuras emissões, quando houver, serão responsáveis (i) por assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados, (ii) por cumprir (a) as disposições relacionadas a "suitability" conforme determina o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimento, bem como (b) as normas relacionadas à prevenção de lavagem de dinheiro, nos termos da Lei n.º 9.613/98, conforme alterada, e demais normas aplicáveis, e (iii) obter o cadastro dos adquirentes das Quotas, nos termos da Instrução CVM 301 e demais normas em vigor sobre cadastro de clientes ou normas que venham a alterá-las.

**Artigo 42** Quando não houver instituição intermediária na negociação de Quotas Sênior, o Quotista Sênior alienante será responsável por (i) enviar comunicação escrita à Administradora, juntamente com (a) declaração do Quotista adquirente de que este é um Investidor Qualificado e (b) cadastro atualizado do Quotista adquirente, nos termos da

Instrução CVM 301 e demais normas em vigor sobre cadastro de clientes ou normas que venham a alterá-las, (ii) obter de adquirentes de Quotas que ainda não sejam Quotistas (a) Termo de Adesão na forma do Anexo I a este Regulamento assinado, por meio do qual o investidor irá aderir aos termos e condições deste Regulamento, e (iii) enviar imediatamente à Administradora os documentos de que trata este item.

**Artigo 43** Na hipótese de Quotas não custodiadas pela CETIP, a transferência privada de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço serão processados pelo Agente Escriurador.

**Parágrafo Único** Quando não houver instituição intermediária, a transferência e o pagamento de que trata o *caput* somente serão efetuados após cumprimento do disposto no Artigo 42 acima.

**Artigo 44** Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

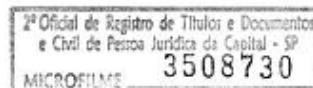
**Artigo 45** As Quotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública, bem como não serão negociadas nos mercados regulamentados, observado que podem ser alienadas de forma privada para sociedades que componham o mesmo Grupo Econômico do titular original das Quotas Subordinadas.

#### CAPÍTULO XVII - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

**Artigo 46** Diariamente, a partir da Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior até a liquidação integral das Obrigações do Fundo, a Administradora se obriga a utilizar os recursos disponíveis para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência, observado o artigo 38 parágrafo 8º deste Regulamento:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) provisionamento de recursos equivalentes ao montante estimado dos Encargos do Fundo, a serem incorridos na data de pagamento de Encargos do Fundo imediatamente subsequente à data em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) na ausência de um Evento de Avaliação, formação de reserva para pagamento de cada amortização de Quotas Sênior, conforme o Parágrafo 3º do Artigo 38 deste Regulamento;
- (d) pagamento dos valores referentes à amortização das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme o Artigo 36 e Artigo 38 deste Regulamento;





- (e) após o pagamento de todas as amortizações de Quotas Sênior, formação de reserva para pagamento do resgate das Quotas Sênior, conforme o Parágrafo 4º do Artigo 38 deste Regulamento;
- (f) pagamento dos valores referentes ao resgate das Quotas Sênior, nos montantes apurados conforme o Artigo 36 deste Regulamento; e
- (e) pagamento dos valores referentes às amortizações e ao resgate das Quotas Subordinadas, nos montantes apurados conforme o Artigo 37 e Parágrafo 7º do Artigo 38 deste Regulamento.

#### CAPÍTULO XVIII - METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

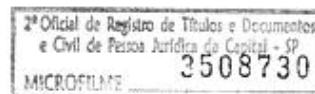
Artigo 47 O Patrimônio Líquido do Fundo corresponde à soma algébrica dos valores correspondentes aos ativos integrantes da carteira do Fundo, aos valores disponíveis em moeda corrente nacional e os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

Artigo 48 Os ativos que compõem a carteira do Fundo terão seus valores calculados todo Dia Útil, mediante a utilização dos seguintes critérios: (i) os Ativos Financeiros serão precificados pelo seu valor de mercado, de acordo com procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido na regulamentação em vigor (tais como o critério de marcação a mercado), e de acordo com o Manual de Precificação de Ativos do Custodiante disponibilizado no *website* [www.itaucustodia.com.br](http://www.itaucustodia.com.br); e (ii) enquanto não houver mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos de Crédito, estes serão contabilizados e registrados, todo Dia Útil, com base em seu custo de aquisição, com apropriação *pro rata die* de seus respectivos rendimentos pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Artigo 49 Os rendimentos auferidos com os Direitos de Crédito serão reconhecidos em razão do recebimento de seu valor pelo Fundo, computando-se a valorização e eventuais amortizações em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Artigo 50 O Custodiante constituirá, de acordo com orientação da Administradora, provisão para os Direitos de Crédito de acordo com a legislação aplicável e demais normas expedidas pelos agentes reguladores competentes.

Artigo 51 As demonstrações financeiras anuais do Fundo terão notas explicativas divulgando informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos Direitos de Crédito adquiridos.



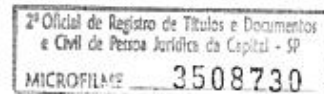
Parágrafo Único O Fundo terá escrituração contábil própria.

#### CAPÍTULO XIX - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 52 São considerados eventos de avaliação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Avaliação"):

- (a) não recomposição da Relação Mínima, nos termos do Artigo 31 deste Regulamento;
- (b) realização de duas Amortizações Extraordinárias de Quotas Sênior, nos termos dos Parágrafos 5º, 6º e 7º do Artigo 38 deste Regulamento;
- (c) rebaixamento da classificação de risco das Quotas Sênior em 2 (dois) níveis abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- (d) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (e) inobservância, pela Administradora, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, desde que, notificado pelo Custodiante após o Custodiante ter tomado conhecimento deste descumprimento, para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (f) impossibilidade, por qualquer motivo, de aquisição de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade por um prazo de 20 (vinte) dias consecutivos;
- (g) caso a reserva para pagamento das amortizações das Quotas mencionada no Parágrafo 3º do Artigo 38 deste Regulamento não seja constituída;
- (h) caso a Administradora verifique, no resultado das verificações de lastro realizadas pelo Custodiante, na auditoria trimestral realizada nos termos do Parágrafo 5º do Artigo 21 deste Regulamento, que mais de 5% (cinco por cento) dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo não estejam em conformidade com os parâmetros descritos no Anexo V;
- (i) inobservância pelo Agente de Cobrança, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento ou no Contrato de Cobrança, desde que, notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento,





não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;

- (j) inobservância, pelo Cedente, de seus deveres e obrigações previstos no Contrato de Cessão, desde que, notificado pelo Administrador ou pelo Custodiante para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- (k) inobservância, pelo Cedente, de seu dever de informar ao Custodiante, na mesma data da ocorrência, eventual cancelamento ou anulação de Notas Fiscais Eletrônicas;
- (l) caso qualquer alteração seja efetuada nos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, sem que o Cedente notifique a Administradora em até 5 (cinco) dias corridos;
- (m) caso a Administradora entenda que qualquer alteração efetuada nos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, sem a aprovação prévia pela Assembleia Geral nos termos do Artigo 57 abaixo, afeta a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimento do Fundo ou o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente;
- (n) na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;
- (o) caso a Administradora entenda que há uma situação de risco relevante para o Fundo não prevista neste Regulamento;
- (p) inadimplemento, por parte do Cedente, de qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu contra valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do respectivo inadimplemento;
- (q) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente os Quotistas;
- (r) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente,

dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos de Crédito pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos deste Regulamento;

- (s) verificação, pelo Auditor de Conformidade, mediante a auditoria mencionada no Parágrafo 3º do Artigo 4, de Direitos de Crédito que não foram objeto da utilização, pelos Devedores, do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referente a Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card;
- (t) ocorrência de alteração do controle acionário, direto ou indireto, do Cedente procedida fora do grupo de controle ao qual pertence o Cedente;
- (u) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F30 represente percentual superior a 10%;
- (v) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F60 represente percentual superior a 8%;
- (w) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F90 represente percentual superior a 8%;
- (x) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Atraso referente à faixa de atraso F120 represente percentual superior a 7%;
- (y) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Perda Acumulada represente percentual superior a 5%;
- (z) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo represente percentual superior a 20%;
- (aa) caso, em qualquer Data de Verificação, o Índice de Recompra represente percentual superior a 15%; ou
- (bb) caso, em qualquer Data de Verificação, Índice de Resolução represente percentual superior a 5%.

Parágrafo 1º Para fins dos itens (u), (v), (w) e (x) acima, o Índice de Atraso será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Atraso_{F,D} = \frac{PNP_{F,D}}{PT_D}$$

onde:

AtrasoF:D: é o Índice de Atraso calculado para a faixa de atraso *F* na data *D*;

PTD: é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito integrantes da carteira do Fundo na data referencial de cálculo *D* a vencer e vencidos e não pagos por até 180 (cento e oitenta) dias, excluído o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito integralmente provisionados como perda;

PNPF:D: é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito que contenham, na respectiva data referencial de cálculo *D*, data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a *D*, vencido e não pago conforme a respectiva faixa de atraso *F*;

*D*: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês;

*F*: Faixa de dias de atraso. As faixas de atraso *F* variam no seguinte conjunto:

F30: Faixa de atraso acima de 30 dias;

F60: Faixa de atraso acima de 60 dias;

F90: Faixa de atraso acima de 90 dias;

F120: Faixa de atraso acima de 120 dias.

Parágrafo 2º Para fins do item (y) acima, o Índice de Perda Acumulada será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

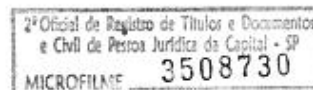
$$Perda_D = \frac{PAD}{P_n}$$

onde:

Perda *D*: Índice de Perda Acumulada calculado na data *D*;

PD: é o somatório do valor de face da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo *D*;

PAD: é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito que contenham, na respectiva data referencial de cálculo *D*, data de vencimento até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior a *D*, vencido e não pago por prazo superior a 180 dias, incluindo aqueles Direitos de Crédito passíveis de baixa e os Direitos de Crédito cedidos pelo Fundo a um 3º (terceiro), que estavam em



atraso;

D: Data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Parágrafo 3º Para fins do item (z) acima, o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$IPGC_D = \frac{PGC_D}{PG_D}$$

IPGC D: é o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo calculado na data D;

PGD: é o somatório do valor de liquidações/pagamentos dos Direitos de Crédito que tenham sido realizadas no mês anterior a data referencial de cálculo;

PGCD: é o somatório do valor de recursos recebidos pelo Cedente e transferidos ao Fundo, para liquidações dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo no mês anterior à data referencial de cálculo;

D: é a data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Parágrafo 4º Para fins do item (aa) acima, o Índice de Recompra, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Recompra_D = \frac{CM_D}{P_D}$$

Recompra D: é o Índice de Recompra acumulada calculada na data D.

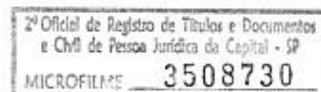
PD: é o somatório do valor de face da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo;

CMD: é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito cedidos a um terceiro, desde o início das atividades do Fundo, que no momento da alienação, estavam vencidos e não pagos;

D: é a data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Parágrafo 5º Para fins do item (bb) acima, o Índice de Resolução será calculado de acordo com a seguinte fórmula:





$$REsolução D = \frac{RECD}{PD}$$

REsolução D: é o Índice de Resolução acumulado calculada na data D;

RECD: é o somatório do valor de face dos Direitos de Crédito cuja cessão tenha sido resolvida, desde o início das atividades do Fundo;

PD: é o somatório do valor de face da totalidade dos Direitos de Crédito que tenham sido adquiridos pelo Fundo desde a primeira cessão realizada e até a data referencial de cálculo D;

D: é a data referencial de cálculo, correspondente ao primeiro dia útil de cada mês.

Parágrafo 6º O Índice de Atraso calculado na forma do Parágrafo 1º deste Artigo 52, o Índice de Perda Acumulada calculado na forma do Parágrafo 2º deste Artigo 52, o Índice de Pagamentos do Cedente ao Fundo calculado na forma do Parágrafo 3º deste Artigo 52, o Índice de Recompra calculado na forma do Parágrafo 4º deste Artigo 52, e o Índice de Resolução calculado na forma do Parágrafo 5º deste Artigo 52 deverão ser calculados pela Administradora mensalmente em cada Data de Verificação, com base nos parâmetros tempestivamente disponibilizados pelo Custodiante, e a respectiva memória de cálculo destes índices deverá ser enviada pela Administradora à Agência de Classificação de Risco até o 5º dia útil após a cada Data de Verificação.

Artigo 53 São considerados eventos de liquidação do Fundo quaisquer dos seguintes eventos (os "Eventos de Liquidação"):

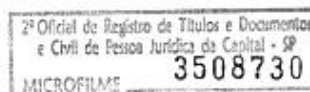
- (a) caso ocorra (i) a dissolução ou a liquidação do Cedente; (ii) a decretação de falência do Cedente; (iii) o pedido de autofalência, por parte do Cedente; (iv) o pedido de falência formulado por terceiros em face do Cedente e não devidamente solucionado, por meio de pagamento ou depósito, rejeição do pedido, suspensão dos efeitos da declaração de falência, ou por outro meio, nos prazos aplicáveis; (v) a apresentação de pedido, por parte do Cedente, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; (vi) o ingresso pelo Cedente em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de seu deferimento pelo juiz competente; ou (vii) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência do Cedente, incluindo acordo de credores, nos termos da legislação aplicável;
- (b) caso os Quotistas reunidos em Assembleia Geral, conforme Artigo 57 deste

Regulamento, não cheguem a acordo sobre qual índice deve substituir a Taxa DI, na hipótese de indisponibilidade por mais de 10 (dez) Dias Úteis, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI;

- (c) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- (d) em caso de renúncia da Administradora, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 40 (quarenta) dias;
- (e) caso o Cedente deixe de comunicar à Administradora e ao Custodiante em até 5 (cinco) Dias Úteis a ocorrência de Evento de Avaliação do qual o Cedente tenha conhecimento;
- (f) em caso de renúncia do Custodiante, sem que nova instituição assuma suas funções no prazo de até 30 (trinta) dias;
- (g) em caso de rescisão do Contrato de Cobrança;
- (h) em caso de rescisão do Contrato de Promessa de Subscrição pela Embratel;
- (i) em caso de rescisão do Contrato de Cessão; e
- (j) caso o Itaú BBA deixe de prestar serviços de cobrança bancária para o Cedente.

Artigo 54 Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará Assembleia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do Evento de Avaliação, podendo a Assembleia Geral deliberar (i) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembleia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembleia Geral nos termos do Artigo 59 deste Regulamento ou (ii) pela não liquidação do Fundo e pela adoção de medidas adicionais a serem tomadas pelo Fundo com relação a procedimentos, controles e prestadores de serviços do Fundo, de forma a minimizar potenciais riscos para o Fundo em virtude da ocorrência do respectivo Evento de Avaliação.

Parágrafo 1º Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.



Parágrafo 2º Caso a deliberação da Assembleia Geral determine a liquidação antecipada do Fundo, ou caso a mesma não seja instalada por falta de quorum, o Fundo resgatará todas as Quotas compulsoriamente, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento e os procedimentos previstos no Artigo 55 abaixo.

**Artigo 55** Na ocorrência de um Evento de Liquidação, a Administradora imediatamente interromperá a aquisição de Direitos de Crédito e convocará em até 10 (dez) Dias Úteis, para tanto, Assembleia Geral para deliberar sobre eventual liquidação antecipada do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.

Parágrafo 1º Na Assembleia Geral mencionada no Artigo 55 acima, os titulares de Quotas com direito a voto poderão optar, de acordo com o quorum de deliberação estabelecido no Parágrafo 4º do Artigo 61 deste Regulamento, por não liquidar antecipadamente o Fundo.

Parágrafo 2º Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral por falta de quorum, ou (ii) de ausência de aprovação pelos Quotistas pela não liquidação antecipada do Fundo, a Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos para liquidação do Fundo, com o consequente resgate compulsório de todas as Quotas do Fundo pelos Quotistas, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento.

Parágrafo 3º Na ocorrência de um Evento de Liquidação, no caso de decisão assemblear pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado aos Quotistas dissidentes, o resgate das Quotas Sênior por eles detidas, pelo seu valor, na forma prevista neste Regulamento. Caso o Fundo não tenha recursos, em moeda corrente nacional, suficientes para efetuar o resgate das Quotas Sênior dos Quotistas dissidentes, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da Assembleia Geral em questão, todos os recursos em moeda corrente nacional disponíveis no Fundo serão prioritariamente utilizados para o resgate de tais Quotas. Em observância ao Artigo 15 da Instrução CVM 356, é vedado ao Fundo realizar o resgate de Quotas detidas por Quotistas dissidentes com pagamento em Direitos de Crédito, exceto em caso de liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 4º Na hipótese de liquidação antecipada, todos os recursos destinados a reservas de amortização ou resgate constituídas na forma dos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 38 serão utilizadas no pagamento do resgate das Quotas do Fundo, observada a ordem de preferência prevista neste Regulamento. Em havendo insuficiência de recursos para o pagamento integral das Quotas Sênior, a Assembleia Geral deliberará sobre os procedimentos de resgate dessas



Quotas por meio da entrega de Direitos de Crédito, nos termos e condições constantes da legislação em vigor.

Parágrafo 5º Caso a Assembleia Geral referida no Parágrafo 4º acima não chegue a conclusão sobre os procedimentos a serem adotados para entrega dos Direitos de Crédito ou não seja instalada por falta de quorum, será constituído pelos titulares das Quotas em Circulação um condomínio nos termos do Artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por titular sobre o valor total das Quotas em Circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. A Administradora deverá notificar os Quotistas titulares das Quotas através de publicação no Periódico ou envio de carta ou correio eletrônico a cada Quotista, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos de Crédito, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro; e (ii) informar a proporção de Direitos de Crédito a que cada titular de Quotas fizer jus. Referido condomínio sucederá o Fundo em todos os seus direitos e obrigações, inclusive quanto à titularidade dos Direitos de Crédito existentes na data de constituição do referido condomínio. Realizados tais procedimentos, a Administradora estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizada a liquidar o Fundo perante as autoridades competentes.

Parágrafo 6º Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio mencionada no Parágrafo 5º acima, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Sênior que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas partes relacionadas, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.

Parágrafo 7º Caso seja deliberada a liquidação do Fundo, até o pagamento integral das Quotas Sênior, quer em dinheiro ou em Direitos de Crédito, ficará suspenso o resgate das Quotas Subordinadas, que somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Sênior.

Parágrafo 8º O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo pelo prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da notificação referida no Parágrafo 5º acima, dentro do qual o administrador do condomínio eleito pelos Quotistas ou ao qual essa função tenha sido atribuída nos termos do Parágrafo 6º acima indicará à Administradora, ao Custodiante e ao Cedente data, hora e endereço eletrônico para que seja feita a entrega, através de envio de arquivo eletrônico, dos Direitos de Crédito e respectivos Documentos Comprobatórios, conforme o caso. Expirado este prazo, a Administradora e o Cedente poderá promover a





consignação dos Direitos de Crédito e respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do Artigo 334 do Código Civil Brasileiro.

#### CAPÍTULO XX - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 56 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (os "Encargos do Fundo");

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e Obrigações do Fundo;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- i) despesas com a contratação de Agência de Classificação de Risco;
- j) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- k) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I do Artigo 31 da Instrução CVM 356.



**Parágrafo Único** As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

#### CAPÍTULO XXI - ASSEMBLEIA GERAL

**Artigo 57** Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembleia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão ou cisão do Fundo;
- (e) deliberar sobre a liquidação do Fundo, sem prejuízo do disposto no item (o) abaixo, observado o procedimento do Capítulo XV deste Regulamento;
- (f) aprovar qualquer alteração do Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos subitens abaixo, as quais se submetem a quoruns de deliberação específicos;
- (g) aprovar a substituição do Custodiante;
- (h) resolver se um Evento de Avaliação deve ser considerado um Evento de Liquidação, observado o disposto neste Regulamento;
- (i) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas Sênior do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos de Crédito, em caso de liquidação antecipada, observado o disposto neste Regulamento;
- (j) aprovar o aporte adicional de recursos para adoção dos procedimentos de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos;
- (k) alterar os critérios para apuração do valor das Quotas Sênior de que trata o Artigo 36 deste Regulamento ou os critérios de amortização estabelecidos no



Artigo 38 deste Regulamento e no Suplemento;

- (l) alterar os quoruns de deliberação das Assembleias Gerais, conforme previsto neste Capítulo;
- (m) aprovar a realização de alterações nos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, caso essas alterações afetem a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimentos do Fundo, ou o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente;
- (n) eleger e destituir o(s) representante(s) dos condôminos, nos termos do Artigo 64 abaixo;
- (o) resolver, na ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, se tal Evento de Liquidação não deve acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (p) aprovar a substituição do Auditor Independente e da Agência de Classificação de Risco; e
- (q) aprovar a substituição do Agente de Cobrança.

Artigo 58 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 59 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora; ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.

Parágrafo 2º A Assembleia Geral será considerada validamente instalada em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Quotistas, independentemente da classe à qual pertençam. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembleia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 60 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano.

Artigo 61 Os Quotistas titulares de Quotas Sênior terão direito a voto em todas as matérias indicadas no Artigo 57 acima, e, enquanto existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas somente terão direito a voto para deliberar sobre as matérias indicadas nos incisos (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g), (j), (k), (l), (m), (n) e (p) do Artigo 57 acima. Quando não mais existirem Quotas Sênior em Circulação, os Quotistas titulares de Quotas Subordinadas terão direito a voto para deliberar sobre todas as matérias indicadas no Artigo 57 acima. Todas as deliberações acima referidas serão tomadas em Assembleia Geral.

Parágrafo 1º As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (a), (b), (c), (d), (e), (f), (j), (n) e (p) do Artigo 57 acima e sobre quaisquer outras matérias que venham a ser objeto de aprovação em Assembleia Geral, que não expressamente indicadas neste Capítulo, dependerão de aprovação de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em Circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas dos presentes.





Parágrafo 2º As deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (h), (i) e (q) do Artigo 57 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, a maioria das Quotas Sênior em Circulação.

Parágrafo 3º Observado o disposto no Artigo 61 acima, as deliberações sobre as matérias indicadas nos incisos (g), (k), (l) e (m) do Artigo 57 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) de todas as Quotas em Circulação e com direito a voto, conforme o caso.

Parágrafo 4º As deliberações sobre a matéria indicada no inciso (o) do Artigo 57 acima dependerão, em primeira e segunda convocação, de aprovação de Quotistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Sênior em Circulação e com direito a voto.

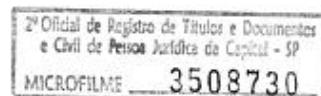
Parágrafo 5º Para os fins do disposto neste Capítulo, não terão direito a voto as Quotas Sênior que eventualmente sejam detidas pelo Cedente, ou que pertençam a controladores, controladas, coligadas ou subsidiárias do Cedente e seus respectivos diretores, conselheiros ou acionistas.

Artigo 62 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 63 As decisões da Assembleia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

Artigo 64 A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos condôminos do Fundo, observado, entretanto, que somente pode exercer as funções de representante de condôminos pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser condômino do Fundo ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos do Fundo;
- (ii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e



- (iii) não exercer cargo no Cedente.

## CAPÍTULO XXII – PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

**Artigo 65** A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora e nas instituições autorizadas a distribuir Quotas do Fundo, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

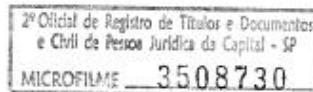
**Artigo 66** A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; (iii) o comportamento da carteira de Direitos de Crédito e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado; e (iv) a proporção entre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Sênior. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV, da Instrução CVM 356.

**Artigo 67** A Administradora deve enviar informe mensal à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, conforme modelo e conteúdo disponíveis na referida página, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês.

**Artigo 68** A Administradora deve enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras anuais do Fundo.

**Artigo 69** À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Sênior; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios das agências classificadoras de risco contratadas pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

**Parágrafo Único** A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo ou por meio de (ii)



correio eletrônico e carta enviados ao Quotista. Qualquer mudança, com relação ao Periódico, deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

#### CAPÍTULO XXIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 70** Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

**Artigo 71** O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembleia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

**Artigo 72** O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 30 de junho de cada ano.

**Artigo 73** As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pelo Auditor Independente e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM e ao disposto no Artigo 48 deste Regulamento.

**Artigo 74** Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 73 acima os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

**Artigo 75** Fica eleito o foro do domicílio do Quotistas para dirimir e resolver todas as questões oriundas do presente Regulamento e que envolvam o Fundo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**Artigo 76** No intuito de defender os interesses do Fundo e dos Quotistas, a Administradora adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais de fundos de investimento ("Política de Voto").

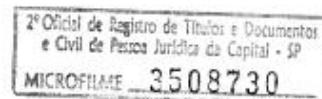
Parágrafo Único A íntegra da Política de Voto encontra-se registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais e disponível na sede da Administradora e no *website* da Administradora [www.intrag.com.br](http://www.intrag.com.br).

**Artigo 77** Para o esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou a este Regulamento, recomenda-se que os Quotistas contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, por meio do telefone (11) 5029-1456, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou utilizar o "Serviço de Atendimento ao



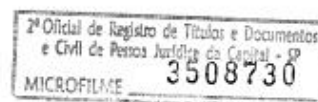
Cliente (SAC) Itaú", por meio do telefone 0800 728 0728, o qual estará disponível em Dias Úteis durante 24 horas. Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Corporativa Itaú", por meio do telefone 0800 570 0011, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou também mediante o envio de correspondência à Administradora, na Caixa Postal n.º 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala poderão contatar a Administradora por meio do telefone 0800 722 1722, em serviço que estará disponível todos os Dias Úteis, das 9 às 18 horas.





#### ANEXO I – DEFINIÇÕES

<u>Administradora:</u>	é INTRAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.418.140/0001-31, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM n.º 2.528, de 29 de julho de 1993;
<u>Afiladas:</u>	qualquer pessoa física, sociedade anônima, instituição, sociedade limitada, filial, sociedade de conta de participação, sociedade unipessoal, <i>joint venture</i> , associação ou outra entidade, que controle, seja controlado por ou esteja sob controle comum com uma outra pessoa;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Fitch Ratings Brasil Ltda., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Bela Cintra 904, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.813.375/0001-33;
<u>Agente de Cobrança:</u>	é a Embratex, que prestará serviços de cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos cedidos pelo Cedente ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, ou seu substituto, conforme aprovado em Assembleia Geral;
<u>Agente Escriturador:</u>	é Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Alocação Mínima:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5 deste Regulamento;
<u>Amortização Extraordinária:</u>	é a amortização parcial das Quotas Sênior de forma que o Fundo volte a estar enquadrado na Alocação Mínima ou a atender à Relação Mínima, conforme o caso, nos termos do Artigo



38 deste Regulamento;

Amortização Periódica: é a amortização parcial das Quotas Seniores promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do Artigo 38 deste Regulamento, e previstas no respectivo Suplemento das Quotas Seniores;

Assembleia Geral: é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI deste Regulamento;

Ativos Financeiros: têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 6 deste Regulamento;

Auditor de Conformidade: é o terceiro contratado pela Administradora, com a intervenção do Cedente, para realizar, trimestralmente, às expensas do Cedente, auditoria junto ao Cedente para averiguar se os Direitos de Crédito foram objeto da utilização, pelos Devedores do Sistema Good Card, para aquisição de produtos e serviços referentes a Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios nos Estabelecimentos Credenciados, em conformidade com as regras estabelecidas entre o Cedente e os respectivos Devedores nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card;

Auditor Independente: é KPMG Auditores Independentes, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes Barros 33, 17º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001.29, ou seu sucessor a qualquer título;

BACEN: é o Banco Central do Brasil;

Banco Topázio: é o Banco Topázio S.A, instituição financeira com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dezoito de Novembro 277, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.679.404/0001-00;



<u>Cartão Good Card:</u>	é o cartão oferecido pelo Cedente que permite ao seu titular e/ou beneficiários na aquisição de produtos e/ou serviços oferecidos pelos Estabelecimentos Credenciados, nos termos das Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, exclusivamente para o titular e/ou beneficiários do cartão, regendo-se por regras próprias, definidas nos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card;
<u>Cedente:</u>	é a Embratel;
<u>CETIP:</u>	é a CETIP S.A. – Mercados Organizados e seu sistema eletrônico para negociação de títulos e valores mobiliários;
<u>CMN</u>	tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente do Fundo mantida junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive para pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Cessão:</u>	é o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito e Outras Avenças celebrado entre a Administradora, em nome do Fundo, e a Embratel, com a interveniência e anuência do Custodiante;
<u>Contrato de Cobrança:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, celebrado entre o Fundo, representado pela Administradora e a Embratel como Agente de Cobrança, com interveniência do Custodiante;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência do Cedente. O Contrato de Custódia estabelece, entre



outras, as obrigações do Custodiante como custodiante dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356;

Contratos de Emissão do Cartão Good Card:

são os Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios e os Contratos de Emissão do Cartão Good Card Frotas, quando referidos em conjunto;

Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios:

são os contratos celebrados entre o Banco Topázio e a Embratrec, em conjunto, na qualidade de administradoras do Sistema Good Card, e o contratante, devidamente qualificado no termo de adesão, formulário complementar às cláusulas do Contrato de Emissão do Cartão Good Card Benefícios, no qual constarão os dados cadastrais e comerciais que deverão ser atendidos pelas partes. O objeto de tais Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios consiste na utilização, pelo contratante, do Sistema Good Card, por meio do qual serão fornecidos Cartões Good Card que credenciarão seus portadores à realização de Operações de Gestão de Benefícios;

Contratos de Emissão do Cartão Good Card Frotas:

são os contratos celebrados entre o Banco Topázio e a Embratrec, em conjunto, na qualidade de administradoras do Sistema Good Card, e o contratante, devidamente qualificado no termo de adesão, formulário complementar às cláusulas do Contrato de Emissão do Cartão Good Card Frotas, no qual constarão os dados cadastrais e comerciais que deverão ser atendidos pelas partes. O objeto de tais Contratos de Emissão do Cartão Good Card Frotas consiste na utilização, pelo contratante, do Sistema Good Card, por meio do qual serão fornecidos Cartões Good Card que credenciarão seus portadores à realização de Operações de Gestão de Frotas;

Contrato de Escrituração:

é o Contrato de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimentos, firmado entre o Agente





	Escriturador e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Promessa de Subscrição:</u>	é o Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas do Fundo e Outras Avenças celebrado entre Embratec e o Fundo, representado pela Administradora;
<u>Críticos de Elegibilidade:</u>	têm o significado que lhe é atribuído no Artigo 11 deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Itaú Unibanco, ou seu sucessor a qualquer título;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas:</u>	é a Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior ou a Data da 1ª Subscrição de Quotas Subordinadas, o que ocorrer primeiro;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo;
<u>Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas:</u>	é a data da 1ª subscrição de Quotas Subordinadas, em que os recursos são efetivamente colocados, pela Embratec, à disposição do Fundo;
<u>Data de Amortização:</u>	é cada uma das datas "T" indicadas no Suplemento de cada emissão, na qual será realizada a Amortização Periódica das Quotas Sênior, observadas as disposições do Regulamento;
<u>Data de Aquisição:</u>	é cada data em que o Custodiante verifica o atendimento dos Direitos de Crédito ofertados ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade e da disponibilização do Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis por meio da página eletrônica da Internet <a href="http://www.itaucustodia.com.br">www.itaucustodia.com.br</a> na forma descrita no Contrato de Cessão;
<u>Data de Resgate:</u>	no caso da Primeira Emissão, é a data que ocorrer



36 (trinta e seis) meses após a Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior em que se dará o resgate das Quotas Sênior, conforme definido no Suplemento. No caso das futuras emissões é a data definida no respectivo Suplemento;

Data de Verificação:

é o primeiro Dia Útil de cada mês;

Devedores:

são os clientes do Cedente que realizam Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão Benefícios através de seus empregados que utilizam os Cartões Good Card nos Estabelecimentos Credenciados;

Dia Útil:

qualquer dia que não seja sábado, domingo, dia declarado como feriado nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na praça em que o Custodiante é sediado ou em âmbito nacional, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente será considerado Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo ou dia declarado como feriado nacional. Caso as datas em que venham a ocorrer eventos nos termos deste Regulamento não sejam Dia Útil, conforme definição deste item, considerar-se-á como a data devida para o referido evento o Dia Útil imediatamente seguinte;

Direitos de Crédito:

são os direitos de crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratel e devidas pelos Devedores em decorrência da realização de (i) Operações de Gestão de Frotas e (ii) Operações de Gestão de Benefícios, em cada caso excluídos os Encargos Financeiros;

Direitos de Crédito Inadimplidos:

são os Direitos de Crédito vencidos e não pagos pelos Devedores;

Distribuidor:

é o Itaú BBA;

Documentos

são as Notas Fiscais Eletrônicas;



Comprobatórios:

Embratrec:

é a Embratrec Good Card – Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração em Convênios HOM Ltda., com sede na Cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Machado de Assis, 50 – prédio 3, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.506.307/0001-57;

Encargos do Fundo:

têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 56 deste Regulamento;

Encargos Financeiros:

são os encargos financeiros e os encargos moratórios decorrentes do inadimplemento dos Direitos de Crédito devidos pelos Devedores nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, os quais permanecem de posse e propriedade do Cedente, excluídos, assim, dos Direitos de Crédito;

Estabelecimento

Credenciado:

é, nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, o estabelecimento fornecedor de bens e serviços filiado ao Sistema Good Card, autorizado a receber o Cartão Good Card como meio de pagamento;

Eventos de Avaliação:

têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;

Eventos de Liquidação:

têm o significado que lhes é atribuído no Artigo 53 deste Regulamento;

Excesso de Cobertura:

tem o significado que lhes é atribuído no parágrafo 8º do Artigo 38 deste Regulamento;

FGC

é o Fundo Garantidor de Créditos;

Fundo:

tem o significado que lhe é atribuído no preâmbulo deste Regulamento;

Grupo Econômico:

é, em relação a qualquer pessoa, o grupo formado por seu controlador, sociedades por ela direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e





sociedades sob controle comum;

<u>Instituições Autorizadas:</u>	são as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A., Banco Votorantim S.A. e Banco Safra S.A.;
<u>Instrução CVM 301:</u>	é a Instrução n.º 301 da CVM, de 16 de abril de 1999, conforme alterada;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a Instrução n.º 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;
<u>Instrução CVM 400:</u>	é a Instrução n.º 400 da CVM, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
<u>Instrução CVM 409:</u>	é a Instrução n.º 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor, inclusive do artigo 109 da Instrução CVM 409, a investir em fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Itaú BBA:</u>	é o Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima, n.º 3400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30;
<u>Itaú Unibanco:</u>	é o Itaú Unibanco S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Itaúsa, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04;
<u>Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:</u>	é a meta e o limite de remuneração das Quotas Sênior, de acordo com o respectivo Suplemento;

Nota Fiscal Eletrônica:

é a nota fiscal eletrônica, documento exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, autorizado pela autoridade fiscal competente, com o intuito de documentar a operação de prestação dos serviços no âmbito de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios realizadas junto ao Sistema Good Card, a qual inclui os valores de reembolso dos débitos mensalmente contraídos pelos Devedores junto ao Sistema Good Card através da realização de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios.

Obrigações do Fundo:

são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais contratos por ele celebrados, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e do resgate das Quotas;

Operações de Gestão de Benefícios:

as operações de aquisição de bens, produtos e serviços em Estabelecimentos Credenciados de diversos setores, mediante a utilização dos Cartões Good Card bem como a contratação de serviços relacionados à gestão de benefícios dos Devedores nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card Benefícios;

Operações de Gestão de Frotas:

operações de aquisição de bens e produtos em Estabelecimentos Credenciados, tais como postos de abastecimento de combustível e oficinas mecânicas, mediante a utilização dos Cartões Good Card bem como a contratação de serviços relacionados à gestão de frotas dos Devedores nos termos do Contrato de Emissão do Cartão Good Card Frotas;

Patrimônio Líquido:

significa o somatório dos valores dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, subtraídas as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo referidos no Capítulo XX e às provisões referidas no Capítulo XVII deste Regulamento;

<u>Periódico:</u>	é o Diário Comércio, Indústria e Serviços;
<u>Política de Cobrança:</u>	é a política de cobrança adotada pelo Agente de Cobrança em face dos Devedores que estiverem inadimplentes no pagamento dos Direitos de Crédito Inadimplidos, descrita no Anexo IV ao Regulamento;
<u>Política de Concessão de Crédito:</u>	é a política de concessão de créditos descrita na forma do Anexo III a este Regulamento, que deve ser observada pelo Cedente na concessão de crédito aos Devedores quando da realização de Operações de Gestão de Frotas e Operações de Gestão de Benefícios, conforme o caso, que dão origem aos Direitos de Crédito;
<u>Primeira Emissão:</u>	é a emissão de Quotas Sênior da primeira série e a primeira emissão de Quotas Subordinadas do Fundo, na forma do Artigo 28 e do Artigo 29 deste Regulamento;
<u>Quotas Sênior:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo;
<u>Quotas Sênior Adicionais:</u>	são as quotas adicionais que podem ser acrescidas a quantidade de quotas sênior inicialmente ofertadas, nos termos do Artigo 14, parágrafo 2º da Instrução CVM 400;
<u>Quotas Sênior em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Sênior emitidas, excetuadas as Quotas Sênior canceladas ou resgatadas;
<u>Quotas Sênior Suplementares:</u>	são as quotas suplementares que podem ser acrescidas a quantidade de quotas sênior inicialmente ofertadas (sem considerar as Quotas Sênior Adicionais), nos termos do Artigo 24, da Instrução CVM 400;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as quotas subordinadas emitidas pelo Fundo, que serão subscritas e integralizadas pela Embratel;



<u>Quotas Subordinadas em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas Subordinadas emitidas, excetuadas as Quotas Subordinadas canceladas ou resgatadas;
<u>Quotas:</u>	são as Quotas Sênior e as Quotas Subordinadas;
<u>Quotas em Circulação:</u>	é a totalidade das Quotas emitidas, excetuadas as Quotas canceladas ou resgatadas;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Regulamento:</u>	é o presente regulamento do Fundo;
<u>Relação Mínima:</u>	é o percentual de Quotas Subordinadas em relação ao Patrimônio Líquido do Fundo, que deverá ser equivalente a 20% (vinte por cento);
<u>Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis:</u>	é a relação dos Direitos de Crédito elegíveis que o Fundo esteja disposto a adquirir em um determinado Dia Útil mediante a celebração do Contrato de Cessão, a qual deverá ser disponibilizada pelo Custodiante ao Cedente e a Administradora. O Relatório de Direitos de Crédito Elegíveis, cujo modelo encontra-se no Anexo IV ao Contrato de Cessão, identificará os Direitos de Crédito elegíveis que serão adquiridos pelo Fundo, os Devedores dos Direitos de Crédito elegíveis e o Preço de Aquisição;
<u>SELIC:</u>	é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
<u>SF:</u>	é o Módulo de Fundos – SF, administrado e operacionalizado pela CETIP;
<u>Sistema Good Card:</u>	é o conjunto de estabelecimentos comerciais, pessoas, procedimentos e tecnologias operacionais necessárias à utilização e administração dos Cartões Good Card;
<u>Suplemento:</u>	é o suplemento ao presente Regulamento emitido no âmbito de cada emissão, relativo às Quotas Sênior, o qual deverá conter as seguintes informações: (i) montante das Quotas Sênior, (ii)



quantidade de Quotas Sênior, (iii) preço de emissão, (iv) Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior, (v) Amortizações Periódicas, (vi) Data de Resgate, e (vii) Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior;

Taxa de Administração: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 17 deste Regulamento;

Taxa DI: são as taxas médias dos depósitos interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo, apuradas e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente, sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentas e cinquenta e dois) Dias Úteis;

Nas hipóteses de restrição de uso, ausência de publicação, suspensão do cálculo ou extinção da Taxa DI, a Administradora utilizará seu substituto legal ou, na sua falta, a taxa de juros média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, apurados pelo SELIC;

Termo de Adesão: é o "Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco" a ser assinado por cada Quotista no ato da primeira subscrição de Quotas relacionada a cada emissão;

Termo de Cessão: é o Termo de Cessão de Direitos de Crédito celebrado entre a o Fundo, representado pela Administradora, e o Cedente, elaborado de acordo com o modelo constante do Anexo V ao Contrato de Cessão, que regulará a cessão de Direitos de Crédito selecionados para aquisição pelo Fundo, bem como identificará tais Direitos de Crédito e o seu preço de aquisição.

Valor Unitário de Emissão: R\$25.000,00 na Data da 1ª Subscrição das Quotas Sênior e na Data da 1ª Subscrição das Quotas Subordinadas.





ANEXO II - TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO DO  
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

Pelo presente Termo de Adesão ao Regulamento e de Ciência de Risco do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card ("Termo de Adesão") e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no Artigo 23, Parágrafo Primeiro da Instrução 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adere, expressamente, de forma irrevogável e irretratável, sem quaisquer restrições, aos termos do regulamento do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD ("Regulamento"), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) possuir conhecimento sobre o mercado financeiro e de capitais suficiente para que não sejam aplicáveis a ele um conjunto de proteções legais e regulamentares conferidas a investidores não-qualificados;
- (c) ter recebido cópia do Regulamento tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (d) ter ciência da metodologia de avaliação dos ativos do Fundo e das Quotas de cada classe, das condições para realização dos investimentos, conforme descritos no Regulamento e no Prospecto, com os quais concorda;
- (e) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV, VII e VIII do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (f) ter ciência dos Fatores de Riscos atrelados ao Fundo os quais seguem abaixo transcritos:

(i) Riscos de Mercado:

Risco de Mercado: O Fundo, os Ativos Financeiros, o Cedente e os Devedores dos Direitos de Crédito estão sujeitos aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal.

O Governo Federal intervém frequentemente na política monetária, fiscal e cambial, e, conseqüentemente, também na economia do Brasil. As medidas que podem vir a ser adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia e controlar a inflação compreendem controle de salários e preços, desvalorização cambial, controle de capitais e limitações no comércio exterior, entre outras. O negócio, a condição financeira e os resultados dos Devedores e eventuais garantidores, os setores econômicos específicos em que atuam, os Ativos Financeiros do Fundo, bem como a originação e pagamento dos Direitos de Crédito podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como por: (i) flutuações das taxas de câmbio; (ii) alterações na inflação; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) alterações na política fiscal; e (v) outros eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil, ou os mercados internacionais.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do governo podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais nacional, afetando adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados dos Devedores e seus garantidores, se houver, bem como a liquidação dos Direitos de Crédito, podendo impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional. Dessa forma, as oscilações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.





(ii) Riscos de Crédito

Risco de Descasamento entre as Taxas de Atualização das Quotas Sênior e a Taxa de Rentabilidade dos Ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras primordialmente em Direitos de Crédito, aplicando uma taxa de desconto determinada conforme o Contrato de Cessão. Por outro lado, as Quotas Sênior serão atualizadas de acordo com a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior atrelada à Taxa DI, conforme estabelecido no Regulamento, e, assim, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de retorno (i) dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas Sênior. Além disso, o Fundo não realizará operações com derivativos para proteção das posições mantidas à vista. Caso a Taxa DI eleve-se substancialmente, os recursos do Fundo poderão ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade da rentabilidade pretendida das Quotas Sênior. Caso ocorram tais descasamentos, o Fundo poderá sofrer perdas, sendo que a Administradora, o Cedente e o Custodiante não se responsabilizam por quaisquer perdas sofridas pelos Quotistas, inclusive quando ocorridas em razão de tais descasamentos.

Risco de Crédito Relativo aos Direitos de Crédito. Decorre da capacidade dos Devedores e dos garantidores, se houver, em honrar seus compromissos pontual e integralmente, conforme contratados. Alterações no cenário macroeconômico ou nas condições financeiras dos Devedores poderá afetar adversamente os resultados do Fundo, que poderá não receber os Direitos de Crédito que compõem sua carteira. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Devedores e/ou pelos garantidores, se for o caso, e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de Crédito Relativo aos Ativos Financeiros. O risco de crédito relativo aos Ativos Financeiros decorre da capacidade de pagamento dos devedores ou emissores dos Ativos Financeiros ou das contrapartes do Fundo em operações com tais ativos. Alterações no cenário macroeconômico que possam comprometer a capacidade de pagamento, bem como alterações nas condições financeiras dos

emissores dos referidos ativos ou na percepção do mercado acerca de tais emissores ou da qualidade dos créditos, podem trazer impactos negativos significativos aos preços e liquidez dos ativos desses emissores, provocando perdas para o Fundo e para os Quotistas. Ademais, a falta de capacidade ou disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, acarretará perdas para o Fundo, podendo este, inclusive, incorrer em custos com o fim de recuperar os seus créditos. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos emissores dos Ativos Financeiros quando da liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Ativos Financeiros em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de Ativos Financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(iii) Riscos de Liquidez:

Liquidez Relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos e condições atípicas de mercado podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos às amortizações e ao resgate de suas Quotas nas datas estabelecidas no Regulamento.

Liquidez Relativa aos Direitos de Crédito. O investimento do Fundo nos Direitos de Crédito, tendo em vista que não existe, no Brasil, mercado secundário com liquidez para tais Direitos de Crédito, apresenta riscos associados à eventual venda desses Direitos de Crédito, uma vez que, caso o Fundo precise vender os Direitos de Crédito detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação de tais Direitos de Crédito poderá ser impactado por essa falta de liquidez, causando perda patrimonial para o Fundo.

Liquidez Relativa ao Investimento em Fundo Fechado. O Fundo é constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, de modo que as únicas formas que os Quotistas têm para se retirar antecipadamente do Fundo são: (i) aprovação da liquidação do Fundo em Assembleia Geral, observado o quorum de deliberação estabelecido no Capítulo XXI do Regulamento e/ou (ii) venda de suas Quotas no mercado secundário. Ademais, os fundos de investimento em direitos creditórios, tal como o Fundo, enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário, bem como, caso os Quotistas precisem vender suas Quotas, poderá não haver mercado comprador ou o preço de alienação das Quotas poderá refletir essa falta de liquidez, causando perda de patrimônio ao Quotista.

Liquidez para Negociação das Quotas em Mercado Secundário. Os fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, possuem aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Assim, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado secundário para negociação de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Insuficiência de Recursos para Pagamento de Amortizações e Resgates. A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e do resgate das Quotas é a liquidação: (i) dos Direitos de Crédito pelos Devedores ou por seus garantidores, se houver; e (ii) dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento desses recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, extrajudicial ou judicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar as amortizações e o resgate das Quotas na data programada, o que poderá acarretar prejuízo aos Quotistas.

Ademais, o Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros e aos mercados em que são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora



alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos de Crédito, devido à falta de liquidez no mercado secundário para a negociação dessa espécie de ativo. Considerando-se a sujeição das amortizações e do resgate das Quotas à liquidação dos Direitos de Crédito ou dos Ativos Financeiros, conforme descrito no Parágrafo acima, tanto a Administradora quanto o Custodiante e o Cedente estão impossibilitados de assegurar que as amortizações e o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido, nesta hipótese, pelo Fundo ou qualquer outra pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante e o Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

(iv) Riscos Operacionais:

Falhas de Procedimentos. Falhas nos procedimentos de cobrança e controles internos adotados pelo Custodiante, pelo Agente de Cobrança ou pelo Cedente podem afetar negativamente a qualidade dos Direitos de Crédito e sua respectiva cobrança.

Documentos Comprobatórios. As Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pela Embratec e armazenadas eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Campo Bom, sede da Embratec, permanecem disponíveis para consulta no *website* do Município de Campo Bom por 6 (seis) anos. Após transcorrido este prazo, a consulta a tais Notas Fiscais Eletrônicas somente poderá ser realizada mediante a solicitação ao Município de Campo Bom de envio de arquivo em meio magnético.

Caso o Fundo adquira Direitos de Crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas há mais de 6 (seis) anos, o Cedente deverá solicitar ao Município de Campo Bom o arquivo magnético de tais Notas Fiscais Eletrônicas. Não é possível precisar quanto tempo levará para o Município fornecer referido arquivo magnético. Existe também o risco de tal arquivo não ser localizado, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade, inclusive a cobrança, dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Embora o Regulamento e o Contrato de Cessão estabeleçam a obrigatoriedade de o Cedente informar ao Custodiante o cancelamento ou anulação das Notas Fiscais Eletrônicas e, caso aplicável, informar ao Custodiante a emissão de nova Nota Fiscal Eletrônica em substituição à anulada ou cancelada, não há garantias de que tais



informações serão prestadas de forma adequada pelo Cedente, o que poderá trazer perdas ao Fundo.

Também não há garantias de que, na verificação periódica, no mínimo trimestral dos Documentos Comprobatórios por amostragem, o Custodiante identificará eventuais Notas Fiscais Eletrônicas canceladas ou anuladas. É possível ainda que Notas Fiscais Eletrônicas de amostras já verificadas pelo Custodiante venham a ser canceladas ou anuladas após tal verificação periódica. Assim, poderá haver dificuldades no exercício pleno pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito representados por Notas Fiscais Eletrônicas, o que poderá gerar perdas ao Fundo.

Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos de Crédito e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, bem como pela validação dos Direitos de Crédito em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento. O Custodiante realizará verificação periódica, no mínimo trimestral, dos Documentos Comprobatórios por amostragem. Considerando que tal verificação é realizada por amostragem e somente após a cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, a carteira do Fundo (i) está sujeita à inexistência de qualquer um ou de todos os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo; e/ou (ii) poderá conter Direitos de Crédito cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo.

Além disso, os Documentos Comprobatórios não são títulos executivos extrajudiciais, e, portanto, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito não poderá se beneficiar da celeridade de um processo de execução, ficando ressalvada a cobrança pelas vias ordinárias, por meio da propositura de ação de cobrança ou ação monitória, por exemplo. Dessa forma, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito será consideravelmente mais demorada do que seria caso os Documentos Comprobatórios pudessem instruir uma execução judicial, uma vez que, a cobrança pelas vias ordinárias impõe ao credor a obrigação de obter uma sentença transitada em julgado reconhecendo o inadimplemento do Direito de Crédito, para que, somente depois, essa sentença possa ser executada. Esse procedimento, dependendo do Tribunal em que a cobrança se processa, pode demorar de 4 a 5 anos, em média. Adicionalmente, para a instrução do pedido judicial de cobrança, poderão ser

necessários documentos e informações adicionais que deverão ser fornecidos pelo Cedente à época, os quais, uma vez não apresentados ou apresentados extemporaneamente, poderão obstar ou prejudicar a cobrança judicial dos Direitos de Crédito, o que pode ocasionar perdas ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de Sistemas. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, não há garantia de que as trocas de informações entre os sistemas eletrônicos do Cedente, do Custodiante, do Município de Campo Bom, do Agente de Cobrança, da Administradora e do Fundo ocorrerão livre de erros. Caso qualquer erro venha a acontecer, a aquisição, cobrança ou realização dos Direitos de Crédito poderá ser adversamente afetada, prejudicando o desempenho do Fundo. Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante será responsável pela custódia dos Direitos de Crédito e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, para fins de cumprimento do disposto no Artigo 38 da Instrução CVM 356. Caso o Custodiante não exerça suas funções de acordo com os termos e condições do Contrato de Custódia, o Fundo poderá sofrer atrasos em seus pagamentos, os quais poderão ocasionar em atraso no cronograma de amortização ou resgate das Quotas ou até mesmo em perdas aos Quotistas e ao Fundo.

(v) Risco de Descontinuidade:

Risco de Liquidação Antecipada do Fundo. Caso ocorra um Evento de Liquidação, as Quotas deverão ser resgatadas, podendo ocasionar perdas para os Quotistas, que poderão não receber a rentabilidade esperada ou, ainda que consigam recuperar o capital investido nas Quotas, poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos investidos com a mesma remuneração proporcionada até então pelo Fundo.

Risco Relativo ao Resgate das Quotas Sênior em Direitos de Crédito. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, caso o Fundo não disponha de recursos disponíveis para o pagamento do resgate das Quotas, as Quotas poderão ser resgatadas mediante a dação em pagamento de Direitos de Crédito, conforme autorizado pelo Artigo 15 da Instrução CVM 356. Nesse caso, os titulares das Quotas Sênior poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos de Crédito recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores e/ou seus garantidores, se for o caso, em relação aos Direitos de Crédito.

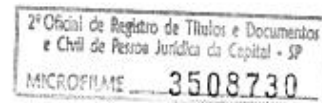


(vi) Outros Riscos:

Risco de Originação. A cessão de crédito pode ser invalidada ou tornar-se ineficaz por decisão judicial ou administrativa, afetando negativamente o patrimônio do Fundo. Os Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo podem apresentar vícios questionáveis juridicamente, podendo ainda apresentar irregularidades de forma ou conteúdo. Assim, poderia ser necessária decisão judicial para efetivação do pagamento relativo a tais Direitos de Crédito pelos Devedores, ou ainda poderia ser proferida decisão judicial desfavorável. Do mesmo modo, os Contratos de Emissão do Cartão Good Card poderão ser resilidos antecipadamente por uma das Partes, de forma que os pagamentos devidos poderão ser antecipados, ou, até mesmo, questionados em razão do término prematuro dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card. Em qualquer caso, o Fundo poderia sofrer prejuízos seja pela demora, seja pela ausência de recebimento de recursos. Em caso de ocorrência de um evento de resolução de cessão, conforme estabelecido no Contrato de Cessão, a cessão de Direitos de Crédito será considerada resolvida e o Cedente deverá restituir o Fundo pelo valor correspondente ao preço de aquisição dos Direitos de Crédito cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado pela taxa de desconto utilizada no cálculo do preço de aquisição aplicada *pro rata temporis* desde a respectiva data de aquisição até a data da efetiva baixa. Caso o Cedente descumpra com a obrigação de restituição mencionada acima, o Fundo poderá sofrer prejuízos.

Risco do Originador. A existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos de Crédito necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. Caso o Fundo não encontre novos Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade para aquisição, que pode ser ocasionado, principalmente (a) pela falta de geração de Direitos de Crédito que atendam aos Critérios de Elegibilidade pelo Cedente; e (b) pelo descumprimento, pelo Cedente, de sua obrigação de ceder Direitos de Crédito para o Fundo, poderá haver um impacto negativo na rentabilidade das Quotas em função da impossibilidade de aquisição de Ativos Financeiros com a rentabilidade proporcionada pelos Direitos de Crédito. Não há garantia de que o Cedente conseguirá originar e/ou ceder Direitos de Crédito suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima, pois a quantidade de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios pode ser afetada por diversos fatores, inclusive, no caso de Operações de Gestão de Frotas, devido à variação da cotação do





petróleo no mercado nacional e, no caso de Operações de Gestão de Frotas e também de Operações de Gestão de Benefícios, devido a alta competitividade do mercado para serviços financeiros e bancários no Brasil.

Riscos Relacionados ao Recebimento dos Direitos de Crédito. O Itaú BBA, na qualidade de prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, transferirá eletronicamente, conforme instrução do Custodiante, a titularidade dos registros eletrônicos dos boletos bancários relativos aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma que os recursos decorrentes dos boletos bancários disponibilizados pelo Cedente aos seus Devedores para pagamento dos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que tais recursos transitem em conta corrente de titularidade do Cedente. Não há garantias que o Itaú BBA, na qualidade de prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, cumprirá com tais obrigações, o que poderá trazer perdas ao Fundo, podendo inclusive, o Fundo, ter que incorrer em custos para conseguir recuperar seus direitos.

Risco de Cobrança de Direitos de Crédito Inadimplidos. A Embratrec, na qualidade de Agente de Cobrança, será responsável pela cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos, em benefício do Fundo. Caso o Agente de Cobrança receba diretamente quaisquer pagamentos dos Devedores no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos de propriedade do Fundo, existe o risco de o Agente de Cobrança não repassar imediatamente tais valores ao Fundo. Na hipótese de instauração de processos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial, intervenção ou qualquer outro procedimento de insolvência do Agente de Cobrança, há a possibilidade dos recursos porventura recebidos e ainda não transferidos ao Fundo serem bloqueados, podendo resultar em cobrança por via judicial, o que poderia afetar sua rentabilidade e levá-lo a perdas patrimoniais. Não há como assegurar que o Agente de Cobrança atuará de acordo com o disposto no Regulamento ou com o Contrato de Cobrança, o que poderá acarretar perdas para o Fundo e os Quotistas.

Caso os Quotistas decidam destituir a Embratrec de suas atividades como Agente de Cobrança, o Custodiante assumirá ou contratará terceiros para assumir as funções de Agente de Cobrança. Em caso de cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos, o Custodiante ou terceiro contratado como Agente de Cobrança poderá precisar de

informações adicionais sobre os serviços prestados aos Devedores e os débitos contraidos pelos Devedores junto ao Sistema Good Card que estejam em posse do Cedente. Caso o Cedente não preste as informações solicitadas tempestivamente, a cobrança judicial dos Direitos de Crédito Inadimplidos pode ser prejudicada. O Fundo pode sofrer prejuízos, inclusive decorrentes da interrupção, ainda que temporária, da prestação dos serviços de cobrança pela Embratex.

Risco de Ausência de Notificação dos Devedores. Os Devedores não serão formalmente notificados acerca da cessão de Direitos de Crédito ao Fundo. Em função disso, existe a possibilidade dos Devedores efetuarem pagamentos diretamente ao Cedente, que poderá não repassar tais valores ao Fundo, afetando negativamente o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Risco do Registro Intempestivo dos Termos de Cessão. Conforme estabelecido no Contrato de Cessão, os Termos de Cessão devem ter o seu processo de assinatura iniciado semanalmente e devem ser levados a registro nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes do Cedente e do Fundo. O registro tempestivo de operações de cessão de créditos tem por objetivo tornar pública a realização da cessão de Direitos de Crédito, de modo que caso o Cedente celebre nova operação dos mesmos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo com terceiros, a primeira operação registrada prevaleça. O registro intempestivo do Termo de Cessão poderá representar risco ao Fundo em relação aos Direitos de Crédito reclamados por terceiros que tenham sido ofertados ou cedidos pelo Cedente a mais de um cessionário. Assim, na hipótese de o Cedente contratar a cessão de um mesmo Direito de Crédito com mais de um cessionário, a realização intempestiva do registro implicará o risco do registro da cessão ser posterior ao registro de cessão contratada com outro cessionário. Além disso, o Fundo poderá não reaver Direitos de Crédito cedidos ao Fundo e posteriormente, mas antes do registro do Termo de Cessão, cedidos a terceiros, ou valores em relação a Direitos de Crédito pagos a terceiros de boa-fé adquirentes, no período anterior ao registro do Termo de Cessão, dos mesmos Direitos de Crédito cedido ao Fundo, podendo, desta forma, afetar negativamente o patrimônio do Fundo.

Riscos e Custos de Cobrança. Os custos incorridos com os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos e dos demais ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses ou garantias

dos Quotistas, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que seja deliberado pelos Quotistas em Assembleia Geral. A Administradora, o Agente de Cobrança, o Custodiante, o Cedente e quaisquer de suas respectivas Afiliadas, não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos, caso os titulares das Quotas Sênior e das Quotas Subordinadas deixem de aportar os recursos necessários para tanto.

Riscos Relacionados ao Pagamento Antecipado de Direitos de Crédito. Os Devedores podem pagar antecipadamente, ainda que sem descontos, os Direitos de Crédito. Tais pagamentos antecipados podem alterar o cronograma de recebimento de recursos estruturado pelo Fundo e, consequentemente, o fluxo de compra e venda de Direitos de Crédito.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos. Os ativos integrantes da carteira do Fundo serão avaliados de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado dos Ativos Financeiros, poderão causar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo. As variações acima referidas podem impactar negativamente o Patrimônio Líquido do Fundo e a rentabilidade das Quotas.

Inexistência de Garantia de Rentabilidade. O indicador de desempenho adotado pelo Fundo para a rentabilidade de suas Quotas é apenas uma meta estabelecida pelo Fundo, não constituindo a Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior qualquer garantia de rentabilidade mínima aos Quotistas, seja pela Administradora, pelo Custodiante, pelo Cedente, pelo FGC ou qualquer outra garantia. Caso os ativos do Fundo, incluindo os Direitos de Crédito, não constituam patrimônio suficiente para a valorização das Quotas Sênior, com base na Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior, a rentabilidade dos Quotistas será inferior às metas indicadas no Regulamento. Dados de rentabilidade verificados no passado com relação a qualquer fundo de investimento em direitos creditórios no mercado, ou ao próprio Fundo, não representam garantia de rentabilidade futura.

Inexistência de Garantias por parte do Cedente. Os Direitos de Crédito não contam com garantia do Cedente e, assim, o Cedente não assume qualquer responsabilidade pela solvência dos Devedores dos Direitos



de Crédito cedidos ao Fundo. Dessa forma, o Fundo depende apenas da capacidade de pagamento dos Devedores e de seus garantidores, se houver, não contando com nenhum outro mecanismo de garantia. O Fundo somente procederá à amortização e/ou ao resgate das Quotas em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos de Crédito sejam pagos pelos Devedores e/ou garantidores, se for o caso, e os respectivos valores sejam transferidos ao Fundo, não havendo qualquer garantia de que a amortização e/ou o resgate das Quotas ocorrerá integralmente nas datas programadas no Suplemento referente a cada emissão de Quotas. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Administradora, pelo Custodiante e/ou pelo Cedente, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de Invalidez ou Ineficácia da Cessão dos Direitos de Crédito.

O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos de Crédito serem alcançados por obrigações assumidas pelo Cedente e/ou em decorrência de recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência ou liquidação extrajudicial do Cedente, conforme o caso. A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior de determinadas causas de invalidez ou ineficácia da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos de Crédito consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos de Crédito, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos de Crédito, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelo Cedente, e (iv) na revogação ou resolução da cessão dos Direitos de Crédito ao Fundo, se restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente. Nestas hipóteses os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações do Cedente e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

Riscos de Originação / Modificações ao Contrato de Emissão do

Cartão Good Card. Os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo são representados por Notas Fiscais Eletrônicas emitidas pelo Cedente em decorrência da realização de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios nos termos dos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card celebrados com os Devedores. O Cedente poderá, unilateralmente, anular ou cancelar as Notas Fiscais Eletrônicas, bem como realizar alterações aos termos e

às condições dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, sem a necessidade de aprovação prévia da Administradora e/ou dos Quotistas e, no caso de Contratos de Emissão do Cartão Good Card, desde que tais alterações estejam em conformidade e não afetem a Política de Concessão de Crédito do Cedente, a política de investimentos do Fundo, ou afete o fluxo de pagamentos dos Direitos de Crédito originados pelo Cedente. O Cedente somente informará à Administradora e ao Custodiante qualquer alteração aos documentos após a sua implementação. Assim, dependendo de seu conteúdo e extensão, as modificações a tais documentos poderão causar efeitos adversos aos direitos, garantias e prerrogativas dos Direitos de Crédito de titularidade do Fundo estabelecidos ao tempo de sua cessão ao Fundo.

Riscos Relacionados às Operações que Envolvam a Administradora como Contraparte do Fundo. Conforme previsto no Artigo 7, Parágrafo 2º do Regulamento, há a possibilidade do Fundo contratar operações em que a Administradora, bem como suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, atuem como contraparte do Fundo. Nesse caso, a Administradora e suas Afiliadas, ou fundos de investimento administrados ou geridos pela Administradora ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, poderão se encontrar em situação de conflito de interesses com o Fundo, o que poderá causar prejuízos ao Fundo e aos Quotistas.

Risco de Rebaixamento da Classificação de Risco das Quotas Sênior do Fundo. Eventual rebaixamento na classificação de risco das Quotas Sênior poderá acarretar redução de liquidez das mesmas para negociação no mercado secundário. Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à carteira do Fundo são levados em consideração, tais como histórico de inadimplência. São analisados, também, fatores político-econômicos que podem afetar a condição financeira dos Devedores dos Direitos de Crédito que compõem a carteira do Fundo, bem como a capacidade do Cedente de originar Direitos de Crédito. Um eventual rebaixamento em classificações de risco obtida com relação às Quotas durante a vigência do Fundo poderá afetar negativamente a liquidez das mesmas e seu preço que poderá ser obtido em negociações no mercado secundário, causando prejuízo aos Quotistas.

Risco de Fungibilidade. O Itaú BBA, como prestador de serviços de cobrança bancária para o Cedente, deverá, mediante instrução do



Custodiante, transferir eletronicamente a titularidade dos registros dos boletos bancários relativos aos Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, de forma que os recursos decorrentes do seu pagamento sejam transferidos diretamente para a Conta do Fundo, sem que as mesmas transitem em conta corrente de titularidade do Cedente. Não obstante, caso haja alguma falha na obrigação do Custodiante em notificar o Itaú BBA ou do Itaú BBA como prestador de serviços de cobrança bancária ou ainda caso por qualquer razão os Devedores, que não serão notificados sobre a cessão ao Fundo, paguem os Direitos de Crédito diretamente ao Cedente, poderá haver o risco de fungibilidade decorrente da ausência de segregação de recursos de pagamentos dos Direitos de Crédito com outros recursos do Cedente.

Risco de Governança. Caso o Fundo venha a emitir novas Quotas Sênior ou caso seja criada uma nova classe de Quotas, mediante deliberação em Assembleia Geral, os novos quotistas podem modificar a relação de poderes para alteração do Regulamento.

Risco de Concentração. O Fundo poderá adquirir Direitos de Crédito de um mesmo Devedor, ou de coobrigação de uma mesma pessoa ou entidade, ou de Devedores ou coobrigados de um mesmo Grupo Econômico, no limite de 2% (dois por cento) de seu Patrimônio Líquido. Além disso, os Direitos de Crédito serão cedidos por apenas um Cedente. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas. O fato de o Fundo adquirir Direitos de Crédito de apenas um Cedente impacta o risco de descontinuidade e liquidação antecipada do Fundo.

Risco Relacionado aos Direitos de Crédito não incluem Encargos Financeiros. Os Direitos de Crédito a serem adquiridos pelo Fundo não incluem os Encargos Financeiros devidos pelos Devedores em caso de atraso no pagamento das Notas Fiscais Eletrônicas, nos termos dos Contratos de Emissão do Cartão Good Card, os quais, caso devidos, permanecem de propriedade do Cedente. Assim, caso os Devedores deixem de pagar tempestivamente os Direitos de Crédito cedidos ao Fundo, o Fundo poderá cobrar dos Devedores apenas o valor de principal da Nota Fiscal Eletrônica que dá origem aos Direitos de Crédito, não podendo cobrar nenhum Encargo Financeiro, o que poderá trazer prejuízos financeiros ao Fundo e aos Quotistas.



Risco de descaracterização do regime tributário aplicável ao Fundo. A Administradora envidará melhores esforços para compor a carteira do Fundo como um fundo de investimento de longo prazo para fins tributários, considerado como tal a carteira com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, nos termos da legislação aplicável. Todavia, não há garantia da Administradora que conseguirá manter o Fundo como de longo prazo para fins de aplicação do regime tributário a seus Quotistas.

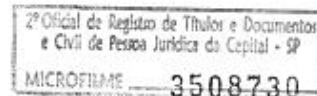
Outros Riscos. O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora ou do Custodiante, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos de Crédito e Ativos Financeiros, alteração na política monetária e alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

O Regulamento prevê que o Cedente será responsável, nos termos dos Contratos de Cessão, por somente ofertar ao Fundo Direitos de Crédito que tenham sido originados e formalizados de acordo com a Política de Concessão de Crédito estabelecida no Anexo III do Regulamento, porém referida Política de Concessão de Crédito pode ser insuficiente ou inadequada para garantir o pagamento dos Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Os Direitos de Crédito são originados no âmbito de Operações de Gestão de Frotas e de Operações de Gestão de Benefícios realizadas nos termos dos respectivos Contratos de Emissão do Cartão Good Card celebrados com os Devedores. Para realizar Operações de Gestão de Frotas e/ou Operações de Gestão de Benefícios e, por conseguinte, dispor de um limite de crédito, o cliente deve atender a alguns pré-requisitos estabelecidos na Política de Concessão de Crédito constante do Anexo III do Regulamento. Nenhum sistema de controle, inclusive aqueles adotados pelo Cedente, garante que contratos como os Contratos de Emissão do Cartão Good Card e os Documentos Comprobatórios não serão emitidos mediante fraude, ou operações como as Operações de Gestão de Frota ou as Operações de Gestão de Benefícios, serão realizadas sem fraude, erros ou falhas. Os eventos mencionados acima poderão ensejar o inadimplemento de Direitos de Crédito adquiridos pelo Fundo, o que poderá causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.



- (g) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (h) ter feito sua própria pesquisa, avaliação e investigação independentes sobre o Fundo e, considerando sua situação financeira e seus objetivos de investimento, decidiu prosseguir com a subscrição e integralização das Quotas. Para tanto, declara que teve acesso a todas as informações que julgou necessárias à tomada de decisão de investimento nas Quotas;
- (i) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (j) ter ciência de que os investimentos no Fundo não contam com a garantia da Administradora, do Custodiante, do Cedente, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Crédito (FGC);
- (k) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração e gestão da carteira de ativos do Fundo, respectivamente observando o disposto no Regulamento e na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (l) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações, amortizações e resgate, e ter ciência de que a Administradora poderá alterá-los, a seu exclusivo critério;
- (m) ter ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 26, Parágrafo Único, da Instrução CVM 356;
- (n) ter ciência de que o Periódico a ser utilizado para divulgação das informações do Fundo é o Diário Comércio, Indústria e Serviços, sendo facultado à Administradora alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia;
- (o) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;



- (p) estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- (q) ter ciência de que a Administradora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação dos Direitos de Crédito ou Ativos Financeiros do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Quotas;
- (r) ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em direitos creditórios não representa garantia de resultados futuros do Fundo;
- (s) reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos ou gravações, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora, prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- (t) reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile ou via e-mail, isentando desde já a Administradora de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (u) obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de amortizações ou resgates das Quotas de sua titularidade em caso de omissão ou irregularidade nessa documentação;
- (v) ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do Banco Central do Brasil e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (w) obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras solicitadas;
- (x) que os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro;

- (y) estar ciente da obrigação de, quando da alienação das Quotas de sua titularidade, (a) obter do respectivo adquirente (i) o Termo de Adesão devidamente assinado; (ii) a declaração de Investidor Qualificado; e (iii) o cadastro nos termos da Instrução CVM n.º 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada; e (b) enviar imediatamente à Administradora os documentos destacados neste item; e
- (z) ter recebido, lido e entendido o inteiro teor do Prospecto do Fundo.

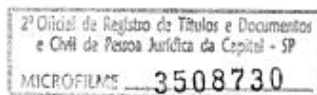
Fica eleito o Foro da sede ou domicílio do Quotista. Para a solução amigável de conflitos relacionados a este Termo de Adesão, esclarecimento de dúvidas ou envio de reclamações e sugestões relacionadas ao Fundo e/ou ao seu Regulamento, recomenda-se aos Quotistas que contatem o seu distribuidor de valores mobiliários. Se necessário, os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, por meio do telefone (11) 5029-1456, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou utilizar o "Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) Itaú", por meio do telefone 0800 728 0728, o qual estará disponível em Dias Úteis durante 24 horas. Se o Quotista, após a utilização dos canais acima relacionados, desejar a reavaliação da solução apresentada para o seu problema, ele deverá recorrer à "Ouvidoria Corporativa Itaú", por meio do telefone 0800 570 0011, o qual estará disponível em Dias Úteis, das 9 às 18 horas, ou também mediante o envio de correspondência, na Caixa Postal 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala poderão contatar o Administrador por meio do telefone 0800 722 1722, em serviço que estará disponível todos os Dias Úteis, das 9 às 18 horas.

[São Paulo], [•] de [•] de 20[•].

Denominação social do investidor:  
Nomes e cargos dos representantes legais:  
CNPJ/MF:  
E-mail:

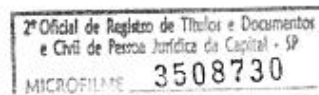
[INSERIR NOME DO QUOTISTA]

Testemunhas:



1. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F./MF:

2. \_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:  
C.P.F./MF:



### ANEXO III - POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

A Política de Concessão de Crédito para aceitação de clientes no Sistema Good Card considera as características do produto associado à gestão de convênios com desconto em folha ou gestão de frotas, determinando-se o limite necessário a partir de dados operacionais relevantes. A análise de viabilidade do limite solicitado contempla análise da empresa através de informações públicas e obtidas em bureau de crédito, de seu balanço, setor e região de atuação e de seus acionistas/quotistas controladores, além de referências de parceiros de negócio.

Re-análise de limites são conduzidas sempre que eventos o exijam, por solicitação da área de acompanhamento de operações, financeiro, comercial ou por iniciativa da própria área de crédito. Clientes em atraso por mais de 10 (dez) dias são bloqueados automaticamente. Valores superiores a R\$1 milhão ou com divergências de opinião são discutidos e resolvidos pelo Colegiado de Crédito, formado pelo Diretor de Crédito, Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Comercial.



ANEXO IV - DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE COBRANÇA DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

A política de cobrança de Devedores no Sistema Good Card considera a classificação geral do Devedor. A análise do nível de inadimplência é gerada pelo analista financeiro, e, na sua ausência, pelo auxiliar de cobrança, sendo que tal análise classifica os Devedores entre AAA e C.

Não poderão ser concedidos descontos, abatimentos ou prorrogações de prazo pelo Agente de Cobrança no âmbito da cobrança dos Direitos de Crédito Inadimplidos. A cobrança deve ser efetuada pelo valor exigível.

A cobrança dos Devedores ocorre conforme abaixo:

1- COBRANÇA DE DEVEDORES AAA

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratel via contato telefônico e e-mail, caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;
- Envolvimento do executivo de contas;
- Bloqueio dos cartões após análise do gerente financeiro (valor da Nota Fiscal Eletrônica e período em que o Devedor se encontra impontual), caso trate-se de Devedores públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa) dias do vencimento do título, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações; e
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento do título. Caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é negativado (A negativação não é obrigatória).
  - a. Os Devedores AAA não possuem *flag* automático de bloqueio.

2- COBRANÇA DE DEVEDORES A

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratel via contato telefônico e e-mail, caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;
- Envolvimento do executivo de contas;
- Bloqueio dos cartões em até 10 (dez) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento em alguns casos pontuais, o Devedor não é bloqueado) de acordo com a parametrização do cadastro do Devedor, caso trate-se de clientes públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa)



dias do vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações;

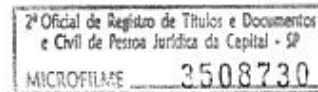
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é negativado);
- Encaminhamento para cobrança terceirizada em período médio de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, caso não haja negociação em andamento; e
- Encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica para cobrança jurídica após 60 (sessenta) dias de permanência na cobrança terceirizada, a critério do gerente financeiro.
  - a. Os Devedores A possuem *flag* de bloqueio automático.

3- COBRANÇA DE DEVEDORES BBB E B

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratec via contato telefônico e e-mail, caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;
- Pode haver envolvimento do executivo de contas ou célula de fidelização;
- Bloqueio dos cartões em até 10 (dez) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento em alguns casos pontuais, o Devedor não é bloqueado) de acordo com a parametrização do cadastro do Devedor, caso trate-se de Devedores públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa) dias do vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações;
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é negativado);
- Encaminhamento para cobrança terceirizada em período médio de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, caso não haja negociação em andamento; e
- Encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica para cobrança jurídica após 60 (sessenta) dias de permanência na cobrança terceirizada, a critério do gerente financeiro.
  - a. Em casos em que o Devedor apresentar uma situação de insolvência, o mesmo poderá ser encaminhado ao escritório de cobrança terceirizada em um período inferior ao mencionado acima.
  - b. Em casos em que não for possível a localização do Devedor, o mesmo pode ser enviado ao escritório de cobrança jurídica sem a necessidade de envio anterior ao escritório de cobrança terceirizada.

4- COBRANÇA DE DEVEDORES C

- Vencimento da Nota Fiscal Eletrônica;
- Cobrança Embratec via contato telefônico e e-mail (uma vez que não seja possível contatar o Devedor até o prazo de envio do comunicado de bloqueio, o mesmo receberá apenas o comunicado), caso trate-se de Devedores públicos será enviada notificação de suspensão dos serviços a partir de 90 (noventa) dias da Nota Fiscal Eletrônica vencida e não paga;
- Pode haver envolvimento da célula de fidelização;
- Bloqueio dos cartões em até 10 (dez) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento, o Devedor não é bloqueado), caso trate-se de Devedores públicos haverá o bloqueio dos cartões após 90 (noventa) dias do vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, mediante análise do gerente financeiro e do coordenador de licitações;
- Negativação do Devedor junto ao SERASA em média 15 (quinze) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica (caso exista uma negociação em andamento em alguns casos pontuais, o Devedor não é negativado);
- Encaminhamento para cobrança terceirizada em período médio de 30 (trinta) a 45 (quarenta e cinco) dias após o vencimento da Nota Fiscal Eletrônica, caso não haja negociação em andamento; e
- Encaminhamento da Nota Fiscal Eletrônica para cobrança jurídica após 60 (sessenta) dias de permanência na cobrança terceirizada, a critério do gerente financeiro.
  - a. Em casos em que o Devedor apresentar uma situação de insolvência, o mesmo poderá ser encaminhado ao escritório de cobrança terceirizada em um período inferior ao mencionado acima.
  - b. Em casos em que não for possível a localização do Devedor, o mesmo pode ser enviado ao escritório de cobrança jurídica sem a necessidade de envio anterior ao escritório de cobrança terceirizada.
  - c. O envio de Devedores para o escritório de cobrança terceirizada ocorre, de acordo com as necessidades e existência de Notas Fiscais Eletrônicas que se enquadrem nos requisitos para envio.



#### ANEXO V – PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

A verificação do lastro deverá ser feita mediante utilização chave de acesso ao sistema da prefeitura, a ser enviada ao Custodiante pelo Cedente. O Custodiante, na verificação do lastro, considerará exclusivamente as informações oficiais do Município de Campo Bom, disponibilizadas mediante a utilização das chaves de acesso no *website* do Município de Campo Bom. Tais informações oficiais prevalecerão sobre quaisquer outras informações divergentes a que o Custodiante venha a ter acesso.

A verificação do lastro dos Direitos de Crédito será realizada pelo Custodiante por amostragem, observados os seguintes parâmetros:

(i) o Custodiante irá utilizar a amostragem estatística para aplicação dos procedimentos de validação de lastro dos Documentos Comprobatórios, e a amostra será selecionada com a finalidade de que os resultados obtidos possam ser estendidos ao conjunto dos Documentos Comprobatórios, de acordo com a teoria da probabilidade ou as regras estatísticas;;

(ii) para seleção da amostragem pelo Custodiante, será empregada técnica de seleção aleatória utilizando rotina automática (*software* ACL), que permite ao Custodiante utilizar o resultado dos testes da amostra para realizar inferências sobre a população, definindo-se o seguinte critério para seleção da amostra:

(a) Grau de Confiança: 95% (noventa e cinco por cento);

(b) Limite de Erro Tolerável: 5% (cinco por cento).

(iii) se o Custodiante espera que a população contenha erro superior ao Limite de Erro Tolerável, será necessário examinar amostra maior, para concluir que o erro real da população não exceda o Erro Tolerável;

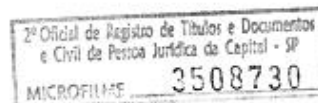
(iv) a análise dos Documentos Comprobatórios será realizada mediante utilização das chaves de acesso às Notas Fiscais Eletrônicas, fornecidas pelo Cedente. Referidas chaves de acesso serão inseridas no campo apropriado do *website* do Município de Campo Bom para verificação pelo Custodiante da existência das Notas Fiscais Eletrônicas, bem como sua formalização de acordo com os itens abaixo relacionados:

1. Nota Fiscal Eletrônica com campos preenchidos;
2. Número da Nota Fiscal Eletrônica;
3. Número do CNPJ do sacado/devedor da Fatura;
4. Nome do sacado/devedor na Nota Fiscal Eletrônica;



5. A Data de Vencimento na Nota Fiscal Eletrônica;
6. Valor da Nota Fiscal Eletrônica;





ANEXO VI - MODELO DE SUPLEMENTO DAS  
QUOTAS SÊNIOR DA [•] SÉRIE DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS  
GOOD CARD

Montante das Quotas Sênior: R\$[•] ([•] reais).

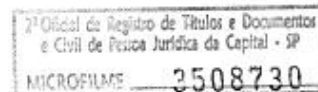
Quantidade de Quotas Sênior: [•] ([•]).

Preço de Emissão: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada.

Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior ("D"): é a data da 1ª (primeira) subscrição de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.

Amortização Periódica: [•] ([•]) amortizações trimestrais a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior, sendo que nas [•] ([•]) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as [•] ([•]) primeiras datas (T) representam amortizações trimestrais da remuneração. O valor unitário da [•]ª ([•]) última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado (PPST) equivalente a 100% (cem por cento), conforme tabela abaixo.

Quantidade de Amortizações Periódicas	Data de Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
[•]ª	3 meses após D	0,0%
[•]ª	6 meses após D	0,0%
[•]ª	9 meses após D	0,0%
[•]ª	12 meses após D	0,0%
[•]ª	15 meses após D	0,0%
[•]ª	18 meses após D	0,0%
...	[•] meses após D	...
[•]ª	[•] meses após D	0,0%
[•]ª	[•] meses após D	0,0%
[•]ª	[•] meses após D	0,0%



[•] <sup>n</sup>	[•] meses após D	0,0%
[•] <sup>n</sup>	[•] meses após D <sup>(*)</sup>	100%

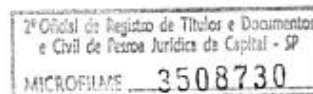
(\*) Data de Resgate.

**Data de Resgate:** é a data que ocorrer [•] ([•]) meses após a Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior, na qual se dará o resgate das Quotas.

**Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:** Taxa DI acrescida de Fator *Spread* de [•]% ([•]) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, em [•], sob o n.º [•]).





ANEXO VI - SUPLEMENTO DAS QUOTAS SÊNIOR DA 1ª SÉRIE DO FUNDO DE INVESTIMENTO  
EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

Montante das Quotas Sênior: R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).

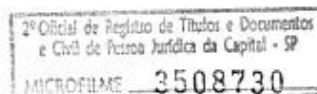
Quantidade de Quotas Sênior: 4.000 (quatro mil).

Preço de Emissão: R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada.

Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior ("D"): é a data da 1ª (primeira) subscrição de Quotas Sênior, em que os recursos são efetivamente colocados, pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo.

Amortização Periódica: 12 (doze) amortizações trimestrais a contar da Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior, sendo que nas 11 (onze) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0% (zero por cento). Dessa forma, as 11 (onze) primeiras datas (T) representam amortizações trimestrais da remuneração. O valor unitário da 12ª (décima segunda) última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Sênior a ser amortizado (PPST) equivalente a 100% (cem por cento), conforme tabela abaixo.

Quantidade de Amortizações Periódicas	Data de Amortização (T)	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª	3 meses após D	0,0%
2ª	6 meses após D	0,0%
3ª	9 meses após D	0,0%
4ª	12 meses após D	0,0%
5ª	15 meses após D	0,0%
6ª	18 meses após D	0,0%
7ª	21 meses após D	0,0%
8ª	24 meses após D	0,0%
9ª	27 meses após D	0,0%
10ª	30 meses após D	0,0%
11ª	33 meses após D	0,0%



12ª                      36 meses após D<sup>(\*)</sup>                      100%

(\*) Data de Resgate.

**Data de Resgate:** é a data que ocorrer 36 (trinta e seis) meses após a Data da 1ª Subscrição de Quotas Sênior, na qual se dará o resgate das Quotas.

**Meta de Rentabilidade das Quotas Sênior:** Taxa DI acrescida de Fator *Spread* de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, calculada por Dia Útil à base de 1/252 (um inteiro e duzentos e cinquenta e dois avos).

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", registrado sob o nº 3469893 no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Capital, Estado de São Paulo, conforme alterado em 06 de outubro de 2011, 23 de abril de 2012, 25 de abril de 2012, 13 de julho de 2012 e 20 de agosto de 2012, respectivamente por meio do "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", "Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Topázio", do "Instrumento Particular de Terceiro Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", do "Instrumento Particular de Quarto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card" e do "Instrumento Particular de Quinto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", todos averbados no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Capital, Estado de São Paulo, às margens dos registros n.ºs 3469893, 3472823, 3490099, 3490347 e 3497482, respectivamente, e, em 16 de novembro de 2012, por meio do "Instrumento Particular de Sexto Aditamento ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card", que será averbado no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoa Jurídica da Capital, Estado de São Paulo, à margem do registro n.º 3501427.)

## **ANEXO B**

---

### Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## FIDC Good Card

1ª Emissão Sênior 2012 - 1

## Relatório de Rating Preliminar

## Neste Relatório

Estrutura de Capital	1
Resumo da Transação	1
Principais Fundamentos do Rating	1
Modelagem, Aplicação de Critério e	
Adequação de Dados	2
Estrutura da Transação	2
Estrutura Jurídica	3
Análise dos Ativos	3
Estrutura Financeira	6
Tranche Thickness	8
Monitoramento	9
Apêndice A: Critérios de Elegibilidade / Declarações da Embratel	10
Apêndice B: Principais Gatilhos	11
Apêndice C: Perfil do Cedente	12
Apêndice D: Resumo da Transação	13

## Pesquisa Relacionada

Fitch Atribui Rating Preliminar 'AAA(bra)(prel)' à 1ª Emissão de Cotas Seniores do FIDC Good Card, 21 de agosto de 2012

## Analistas

Ely Mizrahi  
+55 11 4504-2617  
ely.mizrahi@fitchratings.com

Benjamin Tano  
+55 11 4504-2619  
benjamin.tano@fitchratings.com

## Estrutura de Capital

Classe/Emissão	Montante (BRL MM)	Vencimento Final <sup>a</sup>	Rating	Reforço de Crédito (%)	Perspectiva	TT <sup>b</sup>
Sênior 2012-1	100,0	set/2015	AAA(bra)(prel)	20,0%	Estável	80%
Subordinada	25,0	set/2015	N.A.	--	--	--
<b>Total</b>	<b>125,0</b>					

O Rating Preliminar não configura atribuição de rating final e está baseado em informações fornecidas pelo emissor até 20 de agosto de 2012. O Rating Preliminar está condicionado ao recebimento dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

<sup>a</sup> Considerando que a primeira subscrição de cotas seja realizada no mês de setembro de 2012.

<sup>b</sup> Tranche Thickness (TT) Percentage – Relação entre montante da classe e saldo devedor da carteira que lastreia a emissão

## Resumo da Transação

Esta operação é uma securitização de recebíveis comerciais relativos a notas fiscais e às respectivas faturas emitidas pela Embratel Good Card – Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração em Convênios HOM Ltda. (Embratel) e provenientes de compras realizadas por meio de cartões de benefícios e de frotas. Estes cartões são fornecidos por empresas a seus funcionários e, conforme são utilizados em estabelecimentos comerciais conveniados, geram notas fiscais e faturas devidas pelas empresas. Tão logo as faturas são emitidas, não há componente de pagamento mínimo e a respectiva rolagem do saldo devedor, como observado em determinados créditos provenientes de cartões.

## Principais Fundamentos do Rating

**Performance da Carteira Elegível:** Inadimplência e cancelamentos são os principais riscos inerentes à carteira do fundo. Estes eventos guiaram a modelagem realizada pela Fitch para operações de recebíveis comerciais nesta análise. Desta forma, o reforço de crédito disponível para os investidores seniores suporta os resultados observados na modelagem quando aplicados ao cenário de estresse consistente com a categoria do rating preliminar atribuído.

**Reforço do Crédito:** Os investidores seniores se beneficiarão de um reforço de crédito mínimo inicial de 20,0% através da emissão de cotas subordinadas. Além deste reforço, os investidores seniores serão beneficiados por um excesso de *spread* estimado de aproximadamente 0,74% ao ano (a.a.) ao passo que o fundo realize cessões de crédito.

**Concentração de Devedores:** A estrutura do fundo proporciona um limite máximo de exposição individual (por grupo econômico) de 2,0% do patrimônio líquido (PL) do fundo. Ademais, a soma dos 10 maiores devedores estará limitada a 16,0% do PL da operação. Assim, considerando a maior exposição a concentração permitida, o reforço de crédito mínimo inicial será suficiente para cobrir a exposição aos 12 maiores devedores do fundo.

**Segregação do Fluxo de Pagamentos:** A estrutura a ser implementada nesta operação segrega devidamente os recebimentos do fundo aos do cedente, mitigando a exposição ao risco de fungibilidade ou de mistura do fluxo de caixa. Todo pagamento será feito por meio de boleto bancário, com cobrança registrada no Banco Itaú BBA S.A. (BBA), e direcionado a uma conta do fundo domiciliada no Itaú Unibanco S.A. (Itaú).

**Descasamento de Taxas de Juros:** O horizonte de descasamento de taxa de juros ao qual os investidores seniores desta operação estarão expostos será de até 30 dias. Assim, qualquer variação na taxa indexadora do passivo provocará um descasamento entre o rendimento prefixado dos direitos creditórios e o custo pós-fixado das cotas seniores. O reforço de crédito será suficiente para cobrir a exposição aplicada ao cenário de estresse 'AAA(bra)'.

## Modelagem, Aplicação de Critério e Adequação de Dados

### Modelagem

A Fitch utiliza modelos próprios para realizar a modelagem do fluxo de caixa. O modelo tem como objetivo simular cenários de estresse sobre as principais exposições observadas em relação aos créditos elegíveis e avaliar quanto o reforço de crédito disponível suporta cada classe de cota avaliada. O modelo é customizado pela agência para replicar a estrutura de capital presente na operação, além das características da carteira de créditos que lastreará as emissões.

### Suficiência de Informações/Adequação dos Dados

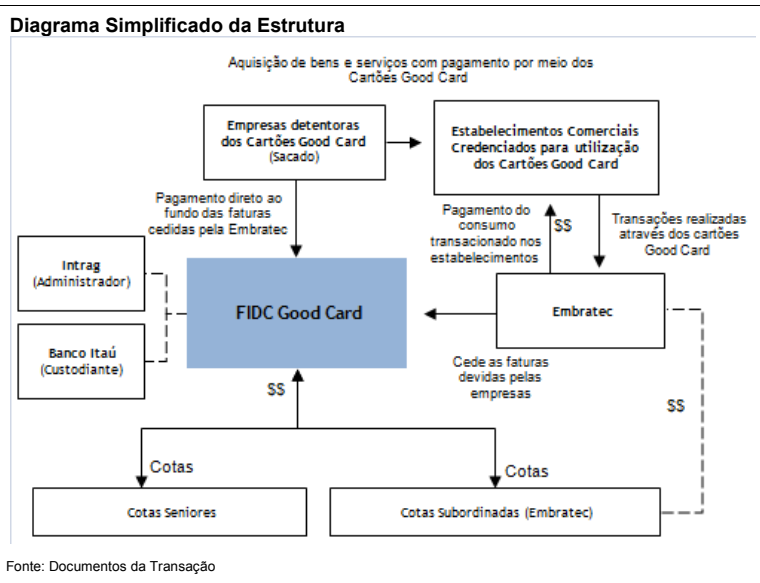
A Fitch recebeu informações do contas a receber da Embratel de julho de 2007 a março de 2012. As informações foram compiladas e tratadas pela KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. (KPMG). Além deste histórico, a agência recebeu também as minutas dos documentos relacionados à operação e realizou visitas às sedes da Embratel e do Banco Topázio S.A. (Banco Topázio). As informações providas foram suficientes e adequadas para realizar esta avaliação.

### Aplicação de Critério

A Fitch aplicou nesta análise as metodologias "Global Rating Criteria for Trade Receivables Securitizations", publicada em 30 de setembro de 2011, e "Global Structured Finance Rating Criteria", publicada em 6 de junho de 2012. Os relatórios estão disponíveis em 'www.fitchratings.com'.

### Estrutura da Transação

O objetivo desta operação é prover à Embratel uma linha de capital de longo prazo para melhorar seu perfil de financiamento. Para tanto, a empresa realizará cessões de direitos creditórios elegíveis presentes em seu contas a receber para o fundo, que por sua vez utilizará os recursos captados através das emissões de cotas para realizar o pagamento das cessões.



O FIDC Good Card é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. A estrutura do fundo terá duas classes de cotas: sênior e subordinada. O regulamento prevê a possibilidade de novas emissões de classe sênior, podendo ter condições diferentes (ou seja, prazo de vencimento, taxa de rendimento alvo, etc.).



porém de igual senhoria. O fundo será administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Intrag) e o Itaú realizará a custódia dos ativos. O banco, na qualidade de custodiante, contratou a Embratrec para realizar a guarda dos contratos de cartão Good Card, firmados com os sacados dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo e a cobrança dos créditos em atraso. O lastro dos direitos creditórios elegíveis ao fundo serão as notas fiscais emitidas em conjunto com as faturas. Todas as notas fiscais são emitidas eletronicamente e estão disponíveis no site da prefeitura de São Leopoldo Rio Grande do Sul.

O FIDC emitirá duas classes distintas de cotas, que serão lastreadas primordialmente pelos direitos creditórios adquiridos da Embratrec. O montante da primeira emissão de cotas seniores será de até BRL100,0 milhões, com vencimento em 36 meses, contados a partir da primeira subscrição de cotas da respectiva classe.

Ao mesmo tempo, o FIDC emitirá até BRL25,0 milhões em cotas de classe subordinada, que deverão perfazer, no mínimo, 20,0% do PL total do fundo. Esta emissão será integralizada unicamente pela Embratrec. Os investidores da primeira emissão de cotas seniores receberão pagamentos semestrais de juros e, no 36º mês após a primeira subscrição, será amortizada em parcela única o principal investido acrescido do montante remanescente de juros acumulados. O pagamento à Embratrec será *pro rata* ao dos investidores seniores, mas a empresa poderá solicitar a qualquer momento amortizações extraordinárias do montante que exceder 20,0% do PL. No entanto, para que esta amortização ocorra, condições estabelecidas na operação deverão ser atendidas.

#### Estrutura Jurídica

A Fitch está convicta de que um evento de insolvência do cedente não deverá afetar a integridade da estrutura do fundo, das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas, e de que o fundo será capaz de honrar seus compromissos com os investidores. A Fitch solicitou e recebeu uma minuta do parecer legal da assessoria jurídica da transação, atestando quanto à constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização.

#### Determinação de Vencimento Final

O Rating Preliminar atribuído reflete a capacidade esperada de pagamento pontual do principal investido, acrescido da taxa *benchmark* de juros anual a ser definida em processo de *bookbuilding* nas datas de amortização estabelecidas. O seu vencimento final estimado será em setembro de 2015, caso a primeira subscrição de cotas seniores seja em setembro de 2012.

#### Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a Fitch confia na opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal e nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch e nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, eles devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

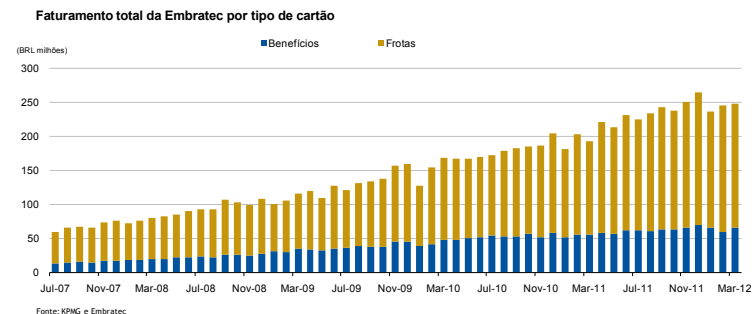
#### Análise dos Ativos

A bandeira dos cartões oferecidos pela Embratrec para empresas é a Good Card. A companhia prospecta e aprova estabelecimentos comerciais que possam aceitar os cartões como forma de pagamento. Além disso, a Embratrec controla as transações realizadas nos estabelecimentos e cobra essas transações das empresas que forneceram os cartões a seus funcionários. O Banco Topázio é responsável pelo pagamento das transações realizadas com os cartões aos estabelecimentos e, com a Embratrec, realiza a análise de crédito das empresas que oferecem cartões Good Card a seus funcionários.

A Embratrec atua principalmente nos segmentos de frotas e benefícios. Os cartões

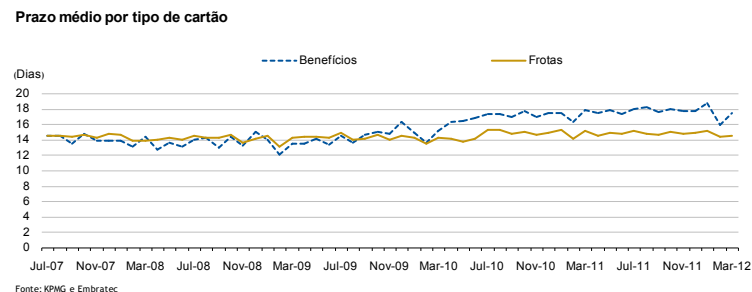
relacionados a benefícios podem ser utilizados em estabelecimentos comerciais credenciados, como farmácias, restaurantes e supermercados. Já os cartões de frotas são em sua maioria utilizados em postos de combustível credenciados.

O gráfico abaixo apresenta o faturamento total mensal da Embratec por segmento de atuação. "Frotas" representa aproximadamente 75%. Neste segmento, os funcionários das empresas que firmaram contrato recebem os cartões para abastecer o veículo comercial e, em média, após duas semanas, a Embratec emite uma fatura e nota fiscal para a companhia em que o motorista ou funcionário trabalha.



Desde o início das operações da Embratec, a representatividade do segmento de benefícios tem sido inferior ao de frotas. Conforme o caso, a exposição ao risco de crédito também pode ser menor, já que os cartões podem ser pré-pagos ao invés de pós-pagos. No entanto, esta modalidade não esteve no escopo da análise, pois não será elegível para a operação.

O gráfico abaixo apresenta o prazo médio de pagamento das faturas emitidas pela Embratec, por segmento. Após março de 2010, houve um aumento de aproximadamente quatro dias em relação ao prazo médio das faturas do segmento de benefícios.

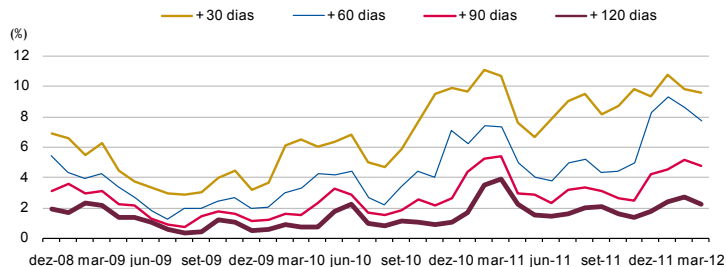


### Inadimplência e Perda

Como parte do processo de análise de uma carteira de recebíveis comerciais performados, a Fitch busca compreender qual é a migração da inadimplência pelas faixas de atraso do contas a receber da empresa e, tão logo seja identificada a faixa que melhor reflita o ponto sem retorno, é estabelecida a *proxy* de perda. O não pagamento de uma fatura presente no contas a receber da Embratec que esteve relacionado a uma questão de crédito, está contemplado nos gráficos apresentados abaixo.

### Embratel - Inadimplência Histórica

(Percentual do faturamento no mês de origem)



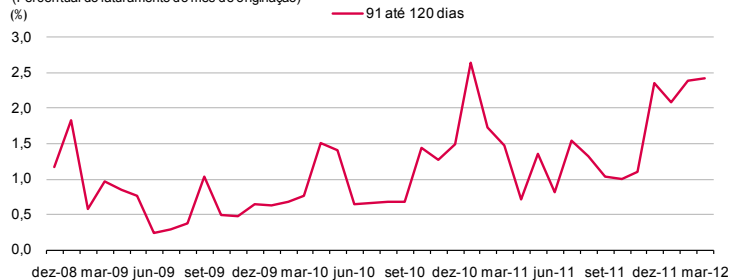
Fonte: KPMG e Embratel

A partir do segundo semestre de 2010 a Embratel passou a oferecer os cartões Good Card a empresas do setor público e esta ação impactou negativamente a performance do contas a receber da empresa. As faixas de créditos em atraso acima de 30 dias e acima de 60 dias foram as mais afetadas, de forma que a faixa de 30 dias migrou de um patamar de 6% para 10% e a faixa de 60 dias, de 4% para 8%. Entretanto, é possível observar que há também um impacto, em menor proporção, nas faixas de créditos em atraso acima de 90 e 120 dias. Conforme informado pelos responsáveis da Embratel, este efeito se dá pelo comportamento de pagamento das empresas do setor público, que normalmente pagam em atraso.

Ainda pelo gráfico acima é possível verificar que há uma migração de créditos em atraso acima de 90 dias para créditos em atraso acima de 120 dias, porém em menor escala do que as faixas anteriores. Desta forma, para fins da *proxy* de perda desta operação, consideramos a faixa de créditos em atraso entre 91 e 120 dias. Também em linha com o estabelecido no regulamento do FIDC, que provisionará como perda integral créditos em atraso por mais de 90 dias.

### Proxy de Perda

(Percentual do faturamento do mês de origem)



Fonte: KPMG e Embratel

### Exposição a Devedores

Nesta operação, apenas pessoas jurídicas estabelecidas no Brasil poderão ser devedores de direitos creditórios passíveis de cessão da Embratel ao fundo. Além disso, o fundo estabelece outros critérios e condições para que devedores presentes no conta a receber da Embratel possam figurar entre os devedores do FIDC.

Nesta operação, não há a necessidade de a Fitch avaliar um devedor para que ele se torne elegível para a cessão. Desta forma, a fim de reduzir a exposição a determinados devedores e a seus respectivos conglomerados econômicos, o fundo estabelece, tanto no momento de aquisição quanto nas condições de amortização de cotas subordinadas, critérios relativos a concentrações por devedor. Assim, um único devedor não poderá representar mais de 2% do

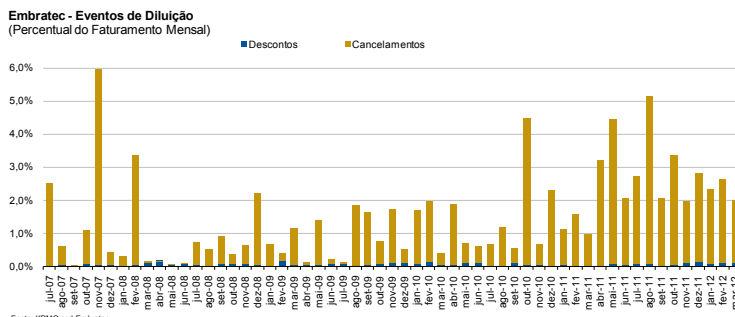
PL do fundo, e a soma dos 10 maiores não poderá ser superior a 16% do PL.

Considerando o cenário mais agressivo de composição da carteira do fundo em relação à concentração de sacados, o reforço de crédito mínimo será suficiente para cobrir perdas provenientes de até os 12 maiores devedores presentes. Assim, a cobertura de devedores proporcionada pelo reforço de crédito mínimo em benefício aos cotistas seniores condiz com a categoria de rating preliminar atribuída a esta classe.

#### Eventos de Diluição

Em grande parte, recebíveis comerciais performados estão expostos a eventos que diluem o valor nominal do pagamento. Estes eventos não estão relacionados a questões de crédito e sim a disputas comerciais entre as partes que o originaram. Tais disputas variam conforme a natureza do direito creditório securitizado; neste caso, faturas de cartões de frotas e benefícios. Neste contexto, foi identificado que o contas a receber da Embratel possui exposições a diluição por questões relacionadas a cancelamentos e descontos concedidos após a emissão da respectiva fatura.

A Fitch apurou com os responsáveis pela Embratel que os motivos geradores de descontos e cancelamentos são similares, porém a resolução das questões se dá pelo cancelamento e pela respectiva emissão de nova fatura ou concessão de desconto em fatura. Tais eventos estão ligados principalmente ao não reconhecimento de uma transação (ou seja, *charge back*) ou a tarifas cobradas erroneamente.



Conforme observado no gráfico acima, cancelamentos são mais representativos do que descontos, indicando que como solução de disputas comerciais, o cancelamento tem sido a alternativa mais praticada. Segundo as informações recebidas pela agência sobre o momento dos cancelamentos, com base na data em que a nota fiscal é emitida, e aproximadamente 20% destes eventos ocorrem um dia após a data de emissão.

A exposição dos investidores seniores a estes eventos será no caso de uma fatura ser cedida ao fundo e posteriormente cancelada, há perda de direito ao recebimento de pagamento do crédito que o fundo adquiriu. Visto que o fundo poderá adquirir os direitos creditórios a partir de um dia após a data de emissão da respectiva fatura, está parcialmente exposto a este potencial risco. Assim, em sua modelagem, a agência também quantificou estes eventos e os submeteu ao cenário de estresse condizente com o rating preliminar atribuído às cotas seniores do fundo.

#### Estrutura Financeira

##### Reforço de Crédito

##### Subordinação

Os investidores das cotas seniores contarão com uma subordinação mínima de 20,0% do PL e por um excesso de *spread* de aproximadamente 0,74% a.a.

A relação mínima de 20,0% do PL será apurada diariamente pelo custodiante e caso fique abaixo do mínimo por 10 dias úteis permitirá ao administrador realizar uma amortização extraordinária de cotas seniores. Na ocorrência de segunda amortização extraordinária será

declarado um evento de avaliação. Assim, uma assembleia geral de cotistas deverá ser convocada para deliberar se o evento de avaliação constitui um evento de liquidação antecipada da operação.

#### Excesso de Spread

O excesso de *spread* disponível, após absorver qualquer tipo de perda inicial da operação, deverá ser alocado para as cotas subordinadas, que por sua vez poderão solicitar e receber extraordinariamente amortizações deste excesso, caso determinadas condições forem atendidas na operação.

Para estimar o excesso de *spread* de 0,74% a.a., a Fitch considerou Certificado de Depósito Interbancário (CDI) igual a 8,0% a.a., aproximadamente 51,0% do PL do fundo investido em direitos creditórios e o restante em títulos que rentabilizem 100% do CDI, custos e despesas estimadas em um cenário de estresse (taxa de administração, custódia, cobrança e outros) equivalentes a 1,0% a.a. e, por fim, a representatividade de 80,0% das cotas seniores na operação e a rentabilidade alvo de CDI acrescida de 2,25% a.a..

No entanto, considerando as mesmas premissas citadas acima e o PL do fundo investido totalmente em direitos creditórios, o excesso de *spread* gerado deverá ser de aproximadamente 2,2% a.a.

#### Reserva para Amortização Sênior

O administrador deverá compor uma reserva para o pagamento das amortizações das cotas seniores de forma que em até trinta dias antes de cada pagamento programado, o fundo deverá ter o equivalente a 50,0% do montante devido e, 15 dias antes, 100%.

Na última amortização programada de cotas seniores, automaticamente será composta uma reserva para fazer frente ao pagamento devido, já que os créditos presentes na carteira do fundo vencerão obrigatoriamente trinta dias antes da respectiva data. Assim, o fundo contará com o equivalente a 100% do montante devido em caixa ou aplicado em ativos de alta liquidez.

Os recursos do fundo que não estiverem investidos em créditos poderão ser aplicados em títulos de emissão do Tesouro Nacional e em fundos classificados como referenciados DI ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária. Estes fundos deverão ter o patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos ou lastreados pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil, e que sejam administrados pelas instituições autorizadas estabelecidas no regulamento do FIDC.

É vedado ao fundo adquirir títulos emitidos pelo Banco Topázio ou ainda cotas de fundos administrados pela instituição, que na visão da agência, alinha melhor os interesses econômicos entre as partes desta operação.

#### Descasamento de Taxas de Juros

O indexador que rentabilizará as cotas seniores (passivo da operação) do fundo será o CDI. No entanto, os créditos serão adquiridos a uma taxa de desconto, gerando uma remuneração fixa entre o preço de aquisição e o valor pago pelo devedor. Logo, há uma exposição ao descasamento de taxas de juros.

O prazo máximo do crédito elegível será de 30 dias e a cada nova aquisição de direitos creditórios realizada, qualquer variação do CDI deverá ser ajustada. A Fitch incorporou em sua modelagem um cenário de aumento do CDI condizente com o Rating Preliminar atribuído.

#### Modelagem

Além da cobertura de devedores, a Fitch avalia, através do cálculo da reserva dinâmica, qual cenário de estresse o reforço de crédito presente na operação é capaz de suportar. Assim, foi calculada a reserva dinâmica desta análise com base nas informações de desempenho histórico apresentada pela carteira de créditos elegíveis da Embratel.

#### Excesso de Spread (a.a.)

(a) Rendimento da Carteira (51% do PL investido em créditos)	10,08%
(b) Rendimento Cotas Seniores	8,34%
(c) Custo e Despesas	1,00%
(a-b-c) Excesso de Spread	0,74%
Elaboração: Fitch Ratings	

A reserva dinâmica é resultado das reservas para perdas, de diluições e para custos da transação e descasamento de taxa de juros. No cálculo destas reservas, foi considerado o cenário de estresse compatível com a categoria de rating 'AAA(bra)'. O resultado de cada reserva no último mês de observação (março de 2012) foi:

- Reserva para Perdas – 9,30%;
- Reserva para Diluições – 10,25%; e
- Reserva para Custos da Transação e Descasamento de Taxa de Juros – 0,47%.

Assim, a Fitch verificou que o reforço de crédito presente no fundo é suficiente para cobrir os resultados do cálculo da reserva dinâmica, aplicados ao cenário de estresse condizente com a categoria de Rating Preliminar atribuído à classe sênior do FIDC.

#### Recompra de Crédito e Resolução de Cessão

A recompra ou resolução de cessão nesta operação não será obrigatória. A análise não deu crédito para esta ação. A Embratel terá preferência na recompra de um direito creditório cedido por ela ao fundo. O valor pago por uma resolução de cessão ou recompra de um crédito em atraso deverá ser equivalente a seu valor nominal e, caso o direito creditório ainda não tenha vencido, o valor será igual ao preço de aquisição atualizado até a data do pleito.

Tanto os eventos relacionados a recompra quanto a resolução de cessão serão monitorados através de gatilhos estabelecidos na estrutura do fundo e caso resultem em percentual superior ao estabelecido, será convocada uma assembleia geral de cotistas para deliberar se o evento de avaliação resulta num evento de liquidação antecipada do FIDC. Mais detalhes sobre estes gatilhos estão no Apêndice B deste relatório.

#### Desvio ou Mistura do Fluxo de Caixa (*Commingling*)

A estrutura atual de recebimento da Embratel, anterior à implementação do FIDC, consiste na emissão de boletos bancários direcionados para uma conta de titularidade da empresa. Tão logo o FIDC entre em atividade, os pagamentos dos direitos creditórios continuarão a ser realizados através de boletos bancários. Porém, quando forem cedidos ao FIDC, serão emitidos com cobrança registrada no BBA e direcionados para uma conta de titularidade do fundo. Esta regra integra um dos critérios de elegibilidade presentes no regulamento do fundo.

Assim, quando um devedor de direito creditório cedido ao fundo realizar o pagamento do boleto bancário, o recurso será depositado diretamente em uma conta de titularidade do fundo domiciliada no Itaú. Logo, há segregação completa entre os recebimentos de créditos do fundo e da Embratel.

Após 10 dias da data de vencimento do boleto bancário, do crédito cedido ao fundo, a Embratel, na qualidade de agente de cobrança dos créditos inadimplidos, deverá realizar a cobrança do respectivo crédito e para tanto, indicar uma conta de titularidade do fundo para o devedor quitar o pagamento em atraso. Caso o devedor realize um pagamento do direito creditório cedido ao fundo em contas de titularidade da Embratel, a empresa deverá transferir estes recursos para a conta de titularidade do fundo em até três dias úteis, contados da data do recebimento.

Esta forma de pagamento não é a padrão estabelecida no fundo. A operação conta com um gatilho de performance que visa medir mensalmente este evento. Este gatilho será acionado caso o montante de créditos cedidos ao fundo e pagos pelo cedente seja, no mês de referência do cálculo, superior a 20% do volume total de créditos pagos ao fundo. Mais detalhes sobre este gatilho serão apresentados no Apêndice B deste relatório.

#### Tranche Thickness

A Fitch incluiu o novo cálculo do percentual de *tranche thickness* (relação entre o montante da classe e o saldo devedor da carteira que lastreia a emissão) em sua análise da cota sênior, conforme listado na primeira página deste relatório. Essa medida proporciona mais clareza para os usuários dos ratings da Fitch sobre a severidade de perda que deve ocorrer no evento



de inadimplência das cotas seniores. Para receber mais informações a respeito desta análise, consulte o relatório especial da Fitch "Structured Finance Tranche Thickness Metrics", publicado em 29 de julho de 2011 e disponível em [www.fitchratings.com](http://www.fitchratings.com).

O percentual de *tranche thickness* (TT%) é igual à razão entre o tamanho de classe original para o equilíbrio e garantia original da emissão. O TT% é um cálculo feito apenas no início da operação e não será atualizado.

### **Monitoramento**

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação até seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que o Rating Preliminar atribuído continua refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas responsáveis.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente desempenho aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do Rating Preliminar, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas, no site da Fitch.

**Apêndice A: Critérios de Elegibilidade / Declarações da Embratel**

O FIDC deverá adquirir direitos creditórios até seu vencimento final, ou seja, ao passo que os créditos sejam pagos pelos devedores, novos créditos serão cedidos pela Embratel. No entanto, para que estes créditos sejam adquiridos, deverão atender previamente à cessão os critérios de elegibilidade listados no quadro abaixo. A verificação dos critérios de elegibilidade são de responsabilidade do Itaú.

**Critérios de Elegibilidade**

- Direitos creditórios devem ser devidos por pessoas jurídicas;
- Os créditos deverão ter cobrança registrada no Itaú BBA;
- A concentração máxima de créditos devidos por um devedor, considerando seu grupo econômico, não poderá ser superior a 2% do PL do fundo;
- A soma dos créditos devidos pelos 10 maiores devedores, considerando seu grupo econômico, não poderá ser superior a 16% do PL do fundo;
- O devedor não poderá estar inadimplente com o fundo por mais de 10 dias;
- O devedor não poderá estar em processo de recuperação judicial requerida ou homologada e também não poderá ter pedido de falência apresentado ou decretado.
- A data de vencimento do crédito deverá ser de até 30 dias corridos, contados da data de aquisição e anterior à data de resgate da série de cotas seniores mais longa.

Elaboração: Fitch Ratings

Além dos critérios de elegibilidade, a Embratel verificará, previamente à cessão para o fundo, determinadas condições presentes no contrato de cessão, estabelecidas como atos declaratórios do cedente.

**Declarações do Cedente**

- Os créditos serão devidos por devedores que não sejam devedores de outros créditos de titularidade da Embratel vencidos e não pagos, e não se encontrem inadimplentes em quaisquer outras obrigações, de qualquer natureza, contratadas com a Embratel;
- Os créditos são e serão devidos por devedores que tenham sido devedores de, no mínimo, duas notas fiscais eletrônicas tempestivamente liquidadas junto à Embratel;
- Todos os créditos terão origem legal, estarão amparados pelos documentos comprobatórios e serão originados de acordo com a política de concessão de crédito estabelecida no regulamento do fundo;
- Os créditos ofertados não foram objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa do conhecimento da Embratel, por parte dos devedores e/ou por quaisquer terceiros, que possa, direta ou indiretamente, comprometer a característica de títulos líquidos, certos e exigíveis;
- Os representantes legais ou mandatários que assinam o contrato de cessão e/ou as pessoas autorizadas têm poderes contratuais, estatutários e / ou legitimamente outorgados para assumir em nome da Embratel as obrigações estabelecidas no contrato de cessão;
- Os créditos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza;
- Os créditos foram e serão originados e registrados em sistemas eletrônicos adotados pela Embratel, que dispõe de controles para impedir a criação em duplicidade e / ou sem lastro de um efetivo crédito.

Elaboração: Fitch Ratings

**Apêndice B: Principais Gatilhos**

A estrutura do FIDC conta com gatilhos ligados a eventos de avaliação. Este gatilhos serão calculados mensalmente pela Intrag, que deverá enviar o cálculo à Fitch. Dentre os gatilhos, se destaca:

- Créditos em atraso por mais do que 30 dias (exceto os acima de 180 dias) que representem percentual superior a 10% da carteira de créditos do fundo;
- Créditos em atraso por mais do que 60 dias (exceto os acima de 180 dias) que representem percentual superior a 8% da carteira de créditos do fundo;
- Créditos em atraso por mais do que 90 dias (exceto os acima de 180 dias) que representem percentual superior a 8% da carteira de créditos do fundo;
- Créditos em atraso por mais do que 120 dias (exceto os acima de 180 dias) que representem percentual superior a 7% da carteira de créditos do fundo;
- Créditos em atraso acima de 180 dias e créditos em atraso recomprados, que representem percentual superior a 5% do total de cessões realizadas pelo fundo;
- O montante de créditos de titularidade do fundo, pagos em contas do cedente durante o mês de cálculo, que for superior a 20% do total de pagamentos recebidos pelo fundo no respectivo mês;
- O montante de créditos recomprados em atraso, desde o início da operação, que for superior a 15% do total de créditos cedidos ao fundo no mesmo período;
- O montante de créditos que foram cedidos ao fundo e posteriormente tiveram a cessão resolvida, desde o início da operação represente percentual superior a 5% do total de créditos cedidos ao fundo no mesmo período.

Elaboração: Fitch Ratings

Caso um dos gatilhos citados acima resulte em percentual superior ao estabelecido, o administrador do fundo deverá convocar uma assembleia geral de cotistas para deliberar se o evento de avaliação será um evento de liquidação antecipada. Neste interim, o cedente não poderá realizar amortizações de cotas subordinadas.

**Apêndice C: Perfil do Cedente**

Fundada em 1999, a Embratec foca soluções corporativas para benefícios de pagamento, principalmente de frotas e benefícios. O negócio consiste em associações com postos de gasolina e drogarias, que pagam uma taxa de acordo com a utilização dos serviços, e com empresas que contratam a Embratec para poder usar esta rede associada. A Embratec fornece cartões às companhias para serem utilizados por seus funcionários no reabastecimento de veículos e na compra de produtos em farmácias, por exemplo.

O negócio se baseia nos pagamentos pelos usuários do cartão e na liquidação, pela Embratec, do montante devido aos associados. Isso gera um *float* de cerca de 30 dias em nome da Embratec.

A empresa procura expandir suas operações por meio da diversificação geográfica e a associação com a rede de postos Shell. De acordo com os responsáveis pela empresa, a gestão da Embratec agrega valor aos clientes, pois fornece relatórios automatizados sobre a eficiência dos fretes e, assim, há economia na manutenção de fretes e prevenção de fraudes, resultando em controle de custos.

O crescimento esperado da Embratec deve ser orgânico nos próximos anos e os responsáveis pela empresa informaram que não haverá injeção de capital adicional proximamente. A empresa também não pretende emitir dívida para financiar o crescimento por aquisições.

A empresa conta com ciclo operacional positivo no sentido de financiar suas necessidades de capital de giro. Conforme haja aumento de receita, o fluxo de caixa de operações será positivo, como observado nos últimos anos. O crescimento observado das receitas é reflexo também da expansão não apenas na base de clientes, mas sobre os preços crescentes de combustíveis (principalmente do etanol).

O aumento da escala é refletido em margens e geração de caixa mais fortes. No entanto, apesar da baixa alavancagem financeira, a liquidez é um ponto sensível, considerando que, apesar da forte posição de caixa, o agravamento da inadimplência pode levar a empresa a um cenário de estresse com fluxo de caixa negativo, criando necessidades de empréstimos de capital de giro.

A alavancagem financeira é muito baixa e consiste principalmente em investimentos capex (*hardware*) e em pequenas necessidades de capital de giro, com custo baixo, embora a posição de caixa permita que a empresa não precise de empréstimos bancários, enquanto o ciclo de capital de giro é positivo.

## Apêndice D: Resumo da Transação

## FIDC Good Card

ABS/Brasil

## Estrutura de Capital

Classe/Série	Rating	Perspectiva	Total (%)	Montante (BRL MM)	Reforço de Crédito <sup>a</sup> (%)	Taxa de Juros	Freq. de Pagamento	Período de Carência	Vencimento Final <sup>b</sup>	ISIN
Sênior 2012-1	AAA(bra)(prel)	Estável	80,0	100,0	20,0	CDI+Spread	Semestral	6 meses	Setembro/2015	--
Subordinada	NA	--	20,0	25,0	--	--	--	--	Setembro/2015	--
<b>Total</b>			<b>100,0</b>	<b>125,0</b>						
<b>Fundo de Reserva Inicial</b>	--			<b>Reforço de Crédito Inicial<sup>a</sup></b>	20,0%					
<b>Período de Revolução</b>		Até o vencimento final		<b>Derivativos/Swaps</b>	--					
<b>Regime de Amortização<sup>c</sup></b>		Pro-rata		<b>Excesso de Spread<sup>d</sup></b>	0,74%					

<sup>a</sup> Reforço de crédito na forma de sobrecolateralização, calculada sobre o saldo devedor da carteira de BRL125 milhões.<sup>b</sup> Considerando a primeira subscrição no mês de setembro de 2012.<sup>c</sup> Estrutura de amortização entre as classes seniores e subordinadas.<sup>d</sup> Disponível para a classe mais sênior.

## Informações Relevantes

Detalhes	Partes
<b>Data Estimada de Emissão</b>	setembro de 2012
<b>Pais/Classe dos Ativos</b>	Brasil/ABS/Recebíveis Comerciais
<b>Pais da SPE</b>	Brasil
<b>Analistas</b>	Ely Mizrahi
	+55-11-4504-2617
	Benjamin Tano
	+55-11-4504-2619
<b>Analista de Monitoramento</b>	Kleber Oliveira
	+55-11-4504-2613

## Principais Fundamentos do Rating

**Performance da Carteira Elegível:** Inadimplência e cancelamentos são os principais riscos inerentes à carteira do fundo. Estes eventos guiaram a modelagem realizada pela Fitch para operações de recebíveis comerciais nesta análise. Desta forma, o reforço de crédito disponível para os investidores seniores suporta os resultados observados na modelagem quando aplicados ao cenário de estresse condizente com a categoria do rating preliminar atribuído.

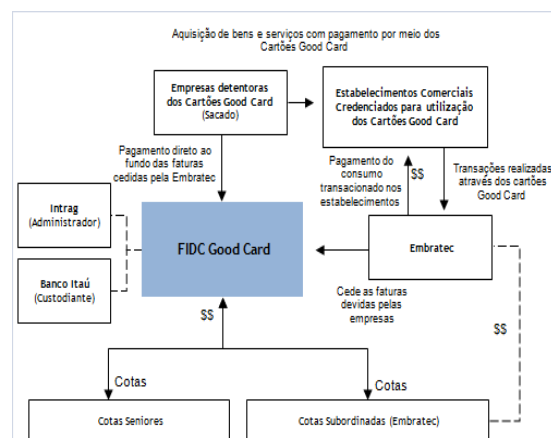
**Reforço do Crédito:** Os investidores seniores se beneficiarão de um reforço de crédito mínimo inicial de 20,0% através da emissão de cotas subordinadas. Além deste reforço, os investidores seniores serão beneficiados por um excesso de *spread* estimado de aproximadamente 0,74% ao ano (a.a.) ao passo que o fundo realize cessões de crédito.

**Concentração de Devedores:** A estrutura do fundo proporciona um limite máximo de exposição individual (por grupo econômico) de 2,0% do patrimônio líquido (PL) do fundo. Ademais, a soma dos 10 maiores devedores estará limitada a 16,0% do PL da operação. Assim, considerando a maior exposição a concentração permitida, o reforço de crédito mínimo inicial será suficiente para cobrir a exposição aos 12 maiores devedores do fundo.

**Segregação do Fluxo de Pagamentos:** A estrutura a ser implementada nesta operação segrega devidamente os recebimentos do fundo aos do cedente, mitigando a exposição ao risco de fungibilidade ou de mistura do fluxo de caixa. Todo pagamento será feito por meio de boleto bancário, com cobrança registrada no Banco Itaú BBA S.A. (BBA), e direcionado a uma conta do fundo domiciliada no Itaú Unibanco S.A. (Itaú).

**Descasamento de Taxas de Juros:** O horizonte de descasamento de taxa de juros ao qual os investidores seniores desta operação estarão expostos será de até 30 dias. Assim, qualquer variação na taxa indexadora do passivo provocará um descasamento entre o rendimento prefixado dos direitos creditórios e o custo pós-fixado das cotas seniores. O reforço de crédito será suficiente para cobrir a exposição aplicada ao cenário de estresse 'AAA(bra)'.

## Diagrama Simplificado da Estrutura



Os ratings acima foram solicitados pelo, ou em nome do, emissor, e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação dos ratings.

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM [WWW.FITCHRATINGS.COM](http://WWW.FITCHRATINGS.COM). OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE, SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2012 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone:

1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e *underwriters* e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como será conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado será oferecido e vendido e/ou em que o emitente esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch será obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e predições sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação será de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

---

**ANEXO C**

Declaração da Administradora

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**

**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.418.140/0001-31, na qualidade de instituição administradora do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD ("Fundo")**, vem declarar, no âmbito da distribuição pública das quotas sênior ("**Quotas Sênior**") da primeira emissão do Fundo ("**Oferta**"), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM n.º 400/03**"), que: (a) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações relativas ao Fundo prestadas por ocasião do registro da Oferta junto à CVM e fornecidas ao mercado durante a Oferta; e (b) o prospecto preliminar e o prospecto definitivo da Oferta (i) foram e serão elaborados de acordo com as normas pertinentes; e (ii) contêm e conterão, na data de início da Oferta, as informações do Fundo necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior e do Fundo, dos fatores de riscos relacionados ao Fundo e inerentes aos investimentos nas Quotas Sênior e de quaisquer outras informações do Fundo relevantes e necessárias para uma tomada de decisão de investimento fundamentada.

São Paulo, 5 de setembro de 2012

  
**INTRAG DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Por:

Cargo:

**Luiz de Almeida Cardia**  
CPF: 258.169.058-58  
RG: 18.870.255-6

Por:

Cargo:

**Cibele Cristina F. O. Bortolotto**  
CPF: 028.418.140-00  
Gerente de Produtos de Investimento-000541333

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## **ANEXO D**

---

Declaração do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



## DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de 4.000 (quatro mil) Quotas Sênior de única série (sem considerar as quotas adicionais e as quotas do lote suplementar), com valor unitário de emissão de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) ("Oferta"), do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Good Card ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, que (i) o prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Sênior a serem ofertadas, do Fundo e quaisquer outras informações relevantes, permitindo uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Sênior; (ii) o prospecto preliminar foi e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (iii) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito Fundo no âmbito da Oferta sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Sênior.

São Paulo, 23 de abril de 2012

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:   
Cargo:  João De Biasi  
Diretor

  
Marcelo Marangon  
Diretor Executivo



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **ANEXO E**

---

Relatório da Empresa de Auditoria

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





*cutting through complexity*

MINUTA

ADVISORY

# Banco Topázio S.A.

Revisão especial da carteira de  
recebíveis

7 de fevereiro de 2012

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel  
Fax Nacional  
Internet

MINUTA

55 (11) 2183-3000  
55 (11) 2183-3001  
www.kpmg.com.br

Ao  
Banco Topázio S.A.  
Porto Alegre - RS

7 de fevereiro de 2012

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos da nossa proposta para prestação de serviços profissionais datada de 15 de dezembro de 2011, a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. (KPMG) apresenta as suas constatações sobre a revisão especial da carteira de recebíveis do Banco Topázio S.A. ("Topázio" ou "Banco Topázio"). Tais recebíveis são representados por faturas emitidas contra as empresas que fornecem cartões de benefícios e cartões de frota a seus funcionários.

Nossos trabalhos foram realizados em três fases distintas, sendo: (i) primeira fase compreendendo o faturamento originado no período de 1º de julho de 2007 e 30 de junho de 2010; (ii) segunda fase compreendendo o faturamento do período de 1º de julho de 2010 e 30 de abril de 2011; (iii) terceira fase compreendendo o faturamento do período de 1º de maio de 2011 e 30 de setembro de 2011.

A primeira fase teve como objetivo gerar informações sobre as características históricas dos recebíveis, bem como levantar informações sobre os procedimentos operacionais e os respectivos controles relacionados à emissão, ao monitoramento e à cobrança dos recebíveis. A segunda e a terceira fases teve como objetivo confirmar a manutenção das características dos recebíveis observados na primeira fase dos trabalhos.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de bases de dados geradas pelo Topázio para o período sob análise. Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Nossos trabalhos referentes a primeira fase foram executados no período de 9 de setembro a 17 de setembro de 2010 e tiveram como base o sistema de controles internos vigente naquela data. A segunda fase do trabalho foi executada no período de 1 de junho a 5 de setembro de 2011. A terceira fase foi executada no período de 22 de dezembro a 7 de fevereiro de 2012.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes do Topázio e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio das partes envolvidas no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Pedro Vitor Zago  
Sócio

Fernando Omori  
Gerente sênior

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago  
Sócio  
Tel.: +55 (11) 2183-3290  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

Fernando Omori  
Gerente sênior  
Tel.: +55 (11) 2183-3381  
Fax: +55 (11) 2183-3001  
fjomori@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e base para preparação das informações	3
Principais constatações	4
Apresentação da carteira – Performance	13
Apresentação da carteira – Demográficos	21
Integridade de registros na base de dados	23
Descrição dos procedimentos para análise de crédito e cobrança dos recebíveis	24
<b>Anexos</b>	
Anexos I - Amostra utilizada no teste de integridade da base de dados	28
Anexo II - Política de Crédito	28



Esta seção apresenta, as principais constatações decorrentes da compilação dos dados fornecidos:  
 O recebíveis analisados foram segregados em dois grupos distintos para fins de análise:

Situação	Frotas	Benefícios
Volume financeiro histórico analisado - R\$(000)	5.087.816	1.914.205
Quantidade de títulos	363.903	236.125
Ticket médio até 30 de setembro de 2011	13.981	8.107
Média mensal de origemação (volume financeiro) - R\$ (000)	99.761	37.533

Descrição dos produtos

Os cartões ofertados às empresas contam com a bandeira Good Card e são administrados pela empresa Embratrec Good Card - Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração em Convênios HOM Ltda., responsável pelo credenciamento da rede conveniada de estabelecimentos que aceitam os cartões Good Card. O Banco Topázio é o responsável pelo reembolso financeiro à rede de estabelecimentos conveniada, bem como pelas análises de aceitação e cadastro das empresas que desejam contratar este tipo de serviço para seus funcionários. Os produtos ofertados são elaborados de acordo com o perfil e as necessidades de cada empresa nos segmentos Benefícios e de Gestão de Abastecimento e Manutenção de frotas, com foco na redução de despesas com abastecimento e gestão de benefícios, que oferecem praticidade aos setor de Recursos Humanos na gestão de benefícios oferecidos aos seus colaboradores.

Em relação ao volume financeiro e à quantidade de faturas por tipo de produto, verificamos que o segmento de frotas representa 73% da carteira, enquanto que as faturas do segmento de benefícios representam 27%.



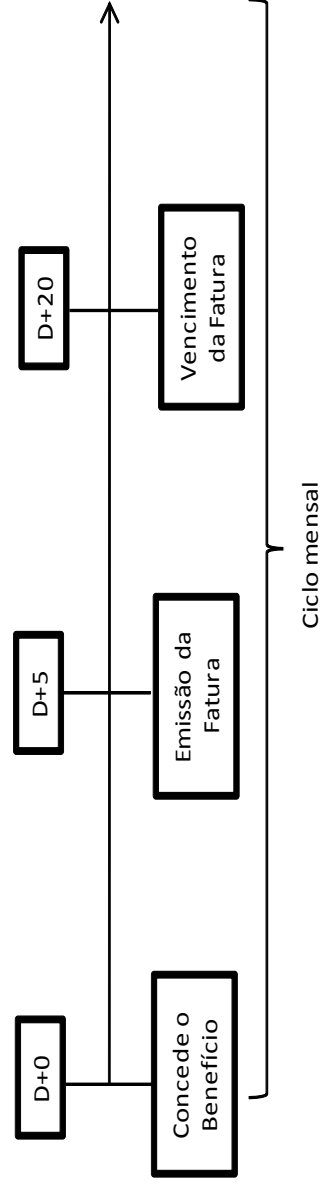
Conforme informado por representantes do Banco Topázio, o risco de crédito dos segmentos de frotas e benefícios é tratado diferentemente:

No segmento de frotas o consumo ocorre antes, onde o cliente efetua o abastecimento de seus veículos nos postos conveniados, e as faturas são fechadas em ciclos quinzenais. Nesse segmento, o cliente opta por efetuar o monitoramento detalhado dos valores gastos pela frota — esta modalidade é chamada de “*fuel control*”— ou não realiza este controle e efetua o controle com base na fatura recebida do Banco Topázio. Este modelo apresenta uma maior probabilidade de diluição de caixa, além do cliente poder discordar dos valores apresentados nas faturas. Os postos de combustíveis devem ser reembolsados pela Embratec.

Para o segmento de benefícios o risco de crédito é um pouco menor, uma vez que os limites inseridos nos cartões de alimentação, refeição etc. são preestabelecidos e pagos na modalidade pré ou pós pagos, dependendo da análise de crédito e do tipo de contrato firmado. Nas transações efetuadas pelo cartão “plus” o risco de crédito também é baixo, pois o débito para pagamento é efetuado diretamente na folha de pagamento do funcionário e possui limites individuais para cada um dos funcionários da empresa contratante, de acordo com um percentual do salário.

A tabela a seguir apresenta o timeline médio\* das principais operações para os segmentos Frotas e Benefícios.

#### Benefícios (Vale alimentação):

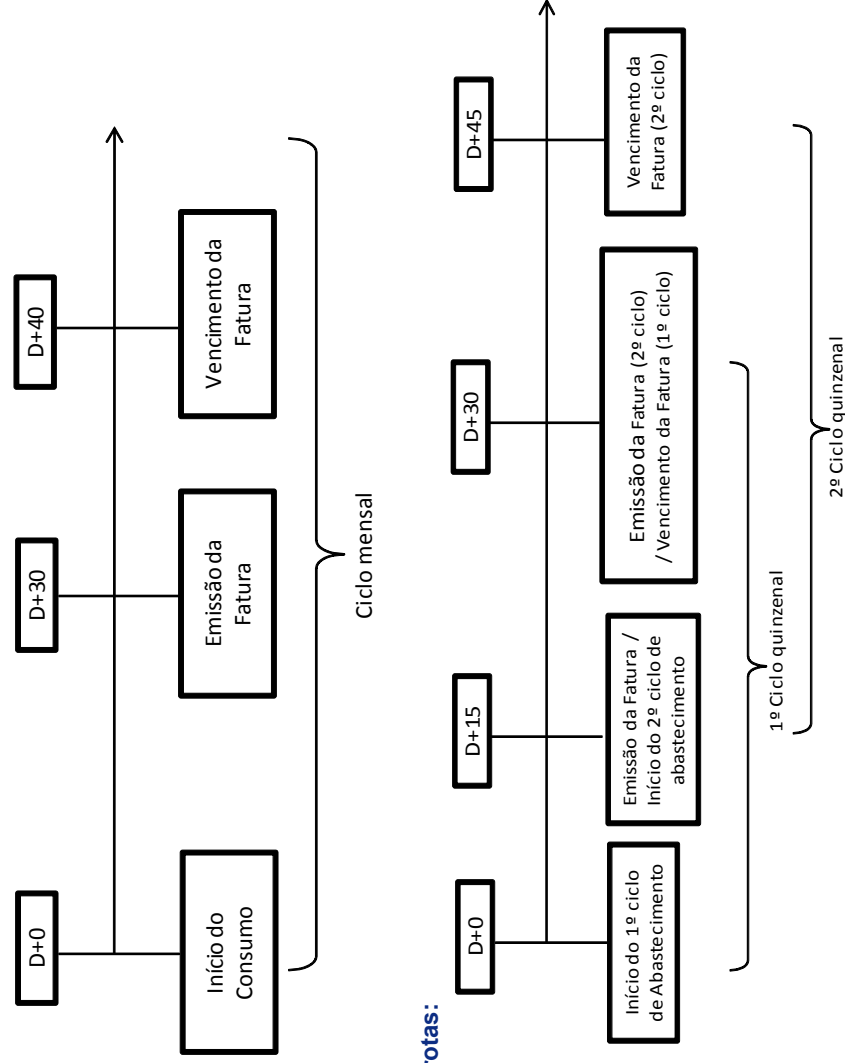


\* Realizado com base no prazo médio calculado e informações obtidas junto a representantes do Banco Topázio

## Principais constatações (cont.)

MINUTA

### Benefícios (Plus):



## Principais constatações (cont.)

MINUTA

No segmento de benefícios, os limites inseridos nos cartões de alimentação, refeição etc. são preestabelecidos, para as transações efetuadas pelo cartão “plus” o pagamento é efetuado diretamente na folha de pagamento do funcionário e possui limites individuais para cada um dos funcionários da empresa contratante, de acordo com um percentual do salário. A responsabilidade pelos dados cadastrais dos funcionários concentra-se no Departamento de Recursos Humanos das empresas contratantes. De acordo com representantes do Banco Topázio, parte dos cartões de benefícios são vendidos no modelo de pré-pagamento, onde o cliente recebe os créditos nos cartões de seus funcionários mediante conferência do recebimento de sua fatura. A seguir, a representatividade de cada produto no segmento de benefícios:

Período	Plus - R\$ (000)	AH %	Alimentação - R\$ (000)	AH %	Refeição - R\$ (000)	AH %	Outros - R\$ (000)	AH %	Total - R\$ (000)	AV %
Jul/07	10.859	86,2%	1.087	8,6%	2	0,0%	649	5,2%	12.597	0,7%
ago/07	11.550	85,5%	1.357	11,5%	15	0,1%	657	4,8%	13.579	0,8%
set/07	12.347	78,7%	2.581	16,1%	2	0,0%	753	4,9%	15.692	0,8%
out/07	12.659	87,3%	1.105	7,6%	2	0,0%	742	5,1%	14.507	0,8%
nov/07	13.693	83,2%	1.985	12,1%	1	0,0%	788	4,8%	16.468	0,9%
dez/07	12.191	75,0%	3.281	20,2%	1	0,0%	779	4,8%	16.253	0,8%
jan/08	14.122	81,1%	2.585	18,1%	1	0,0%	815	5,7%	17.623	0,9%
fev/08	14.907	82,9%	2.191	12,2%	1	0,0%	884	4,9%	17.984	0,9%
mar/08	15.725	82,0%	2.558	13,3%	1	0,0%	902	4,7%	19.187	1,0%
abr/08	15.792	82,2%	2.342	12,2%	80	0,4%	997	5,2%	19.211	1,0%
mai/08	16.991	82,5%	2.679	12,3%	77	0,4%	1.057	4,8%	19.804	1,1%
jun/08	16.990	82,5%	2.679	12,3%	77	0,4%	1.057	4,8%	19.804	1,1%
Jul/08	18.428	79,0%	3.410	14,6%	56	0,2%	1.445	6,2%	23.339	1,2%
ago/08	17.484	79,9%	3.633	16,6%	54	0,2%	1.720	3,3%	21.891	1,1%
set/08	20.815	79,2%	3.828	14,6%	55	0,2%	1.578	6,0%	26.276	1,4%
out/08	20.815	79,2%	3.828	14,6%	55	0,2%	1.578	6,0%	26.276	1,4%
nov/08	18.960	78,9%	3.854	14,6%	88	0,4%	1.123	4,7%	23.835	1,3%
dez/08	20.459	74,3%	5.264	19,1%	123	0,4%	1.705	6,2%	27.562	1,4%
Jan/09	26.244	83,6%	3.485	11,1%	114	0,4%	1.531	4,9%	31.374	1,6%
fev/09	24.699	82,4%	3.964	13,2%	126	0,4%	1.188	4,0%	29.977	1,6%
mar/09	26.125	82,4%	4.615	15,4%	107	0,3%	1.595	5,5%	32.442	1,7%
abr/09	27.444	82,3%	4.255	12,8%	105	0,3%	1.562	4,7%	33.367	1,7%
mai/09	26.125	82,0%	4.762	14,9%	101	0,3%	892	2,8%	31.879	1,7%
Jun/09	28.171	80,1%	5.135	14,6%	123	0,3%	1.729	4,9%	35.159	1,8%
Jul/09	27.217	76,2%	6.147	17,2%	310	0,9%	2.038	5,7%	35.713	1,8%
ago/09	28.171	76,2%	6.147	17,2%	310	0,9%	2.038	5,7%	35.713	1,8%
set/09	26.926	72,7%	7.660	20,7%	515	1,4%	1.945	5,3%	36.047	1,9%
out/09	28.424	77,0%	6.439	17,4%	337	0,9%	1.722	4,7%	36.922	1,9%
nov/09	30.819	68,5%	9.205	20,5%	1.101	2,4%	3.837	8,5%	44.962	2,3%
dez/09	32.105	67,4%	12.482	24,2%	1.022	2,3%	1.893	4,3%	47.502	2,4%
Jan/10	30.297	76,4%	6.394	17,2%	306	0,8%	1.672	4,1%	39.659	2,0%
fev/10	29.179	71,2%	9.206	22,5%	902	2,2%	1.672	4,1%	40.958	2,1%
mar/10	33.047	69,1%	11.584	24,2%	915	1,9%	2.248	4,7%	47.794	2,5%
abr/10	31.621	65,9%	13.488	28,1%	947	2,0%	1.915	4,0%	47.972	2,5%
mai/10	32.561	63,4%	15.268	29,9%	1.022	2,3%	2.138	4,2%	51.386	2,7%
Jun/10	32.009	60,5%	17.303	32,5%	1.463	2,8%	2.439	4,6%	53.271	2,8%
ago/10	32.321	61,9%	16.137	30,9%	1.369	2,6%	2.392	4,6%	52.219	2,7%
set/10	33.197	62,9%	15.717	29,8%	1.281	2,4%	2.550	4,8%	52.744	2,8%
out/10	32.561	61,4%	15.268	29,9%	1.369	2,6%	2.439	4,6%	53.047	2,7%
nov/10	32.721	63,3%	14.831	28,7%	1.139	2,2%	2.979	5,8%	51.669	2,7%
dez/10	32.581	55,9%	20.246	34,7%	1.124	1,9%	4.370	7,5%	58.320	3,0%
Jan/11	33.160	65,1%	14.159	27,8%	767	1,5%	2.841	5,6%	50.927	2,7%
fev/11	33.249	65,8%	16.646	30,5%	989	1,8%	2.405	4,9%	54.525	2,9%
mar/11	33.249	65,8%	16.646	30,5%	989	1,8%	2.405	4,9%	54.525	2,9%
abr/11	35.074	60,3%	19.378	33,3%	1.085	1,9%	2.619	4,5%	58.156	3,0%
mai/11	34.616	61,3%	18.007	31,9%	1.022	1,8%	2.780	4,9%	56.426	2,9%
Jun/11	37.484	60,4%	20.171	32,5%	1.123	1,8%	3.276	5,3%	62.053	3,2%
Jul/11	36.815	61,8%	18.650	31,9%	1.182	2,0%	2.954	5,0%	59.601	3,1%
ago/11	36.890	61,8%	18.650	31,9%	1.182	2,0%	2.954	5,0%	59.601	3,1%
set/11	38.949	61,6%	19.739	31,2%	1.275	2,0%	3.222	5,1%	63.185	3,3%
Total	1.324.345	69,2%	465.683	24,3%	26.757	1,4%	97.421	5,1%	1.914.205	100,0%

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 11.945.888/0001-00, com sede em São Paulo, SP, inscrita no CNPJ nº 11.945.888/0001-00, sob o nome fantasia “KPMG Financial Risk & Actuarial Services”.  
 KPMG é uma marca registrada da KPMG Network (“KPMG Network”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.  
 (KPMG 12332)

Revisão especial da carteira de recebíveis

7

## Principais constatações (cont.)

## MINUTA

Para os contratos de comercialização relativos à gestão de frota, o cliente solicita um limite de crédito total e opta em possuir o controle de 100% dos valores gastos pela frota ("fuel control") ou efetua o controle com base nos valores das faturas apresentadas pela Embratel. O consumo de combustível ocorre antes, onde o cliente efetua o abastecimento de seus veículos nos postos conveniados e o faturamento ocorre no prazo de 15 dias. O cliente possui 15 dias para efetuar o pagamento da fatura. A seguir, a representatividade de cada produto no segmento de frotas:

Período	Fuel Control - R\$ (000)	AH %	Fuel - R\$ (000)	AH %	Carta Frete - R\$ (000)	AH %	Total - R\$ (000)	AV %
ago/07	45.311	97,2%	1.109	2,4%	183	0,4%	46.603	0,9%
set/07	48.791	97,7%	1.015	2,0%	162	0,3%	50.967	1,0%
out/07	50.185	97,7%	1.033	2,0%	179	0,3%	51.997	1,0%
nov/07	55.233	97,7%	1.037	1,8%	275	0,5%	56.546	1,1%
dez/07	57.510	97,6%	1.052	1,8%	346	0,6%	58.909	1,2%
jan/08	51.731	97,7%	1.030	1,9%	190	0,4%	52.951	1,0%
fev/08	55.877	97,8%	1.110	1,9%	119	0,2%	57.105	1,1%
mar/08	55.447	97,7%	1.045	1,9%	253	0,5%	56.745	1,1%
abr/08	61.491	97,9%	1.145	1,8%	212	0,5%	62.848	1,2%
mai/08	61.149	98,0%	1.157	1,9%	101	0,2%	62.408	1,2%
jun/08	66.099	98,1%	1.218	1,8%	61	0,1%	67.377	1,3%
jul/08	67.735	98,1%	1.244	1,8%	64	0,1%	69.044	1,4%
ago/08	69.615	98,2%	1.210	1,7%	65	0,1%	70.890	1,4%
set/08	75.029	97,9%	1.542	2,0%	81	0,1%	76.652	1,5%
out/08	75.029	97,9%	1.542	2,0%	78	0,1%	76.652	1,5%
nov/08	73.590	98,3%	1.097	1,5%	189	0,3%	74.875	1,5%
dez/08	78.619	97,6%	1.581	2,0%	332	0,4%	80.532	1,6%
jan/09	67.797	98,0%	1.315	1,9%	97	0,1%	69.210	1,4%
fev/09	73.816	98,2%	1.256	1,7%	98	0,1%	75.170	1,5%
mar/09	74.705	97,6%	1.639	1,9%	164	0,2%	76.508	1,6%
abr/09	81.635	98,1%	1.639	1,9%	192	0,2%	83.466	1,7%
mai/09	75.715	98,1%	1.397	1,8%	62	0,1%	77.174	1,5%
jun/09	90.010	97,8%	2.000	2,2%	51	0,1%	92.061	1,8%
jul/09	82.948	97,9%	1.740	2,1%	10	0,0%	84.698	1,7%
ago/09	89.615	97,6%	2.205	2,4%	23	0,0%	91.843	1,8%
set/09	94.161	97,8%	1.864	2,0%	22	0,0%	96.168	1,9%
out/09	95.116	97,8%	2.046	2,1%	42	0,0%	97.164	2,0%
nov/09	109.239	98,0%	2.069	1,9%	137	0,1%	111.475	2,2%
dez/09	112.413	97,9%	2.093	1,8%	286	0,2%	114.792	2,3%
jan/10	86.654	97,8%	1.852	2,1%	87	0,1%	88.592	1,7%
fev/10	109.916	97,8%	2.380	2,1%	62	0,1%	112.358	2,2%
mar/10	117.596	97,8%	2.407	2,0%	207	0,2%	120.380	2,3%
abr/10	112.264	98,0%	2.077	2,0%	209	0,2%	114.550	2,1%
mai/10	114.264	98,0%	2.232	1,9%	41	0,0%	116.537	2,3%
jun/10	115.780	98,1%	2.232	1,9%	25	0,0%	118.038	2,3%
jul/10	116.510	98,0%	2.328	2,0%	23	0,0%	118.861	2,3%
ago/10	123.771	97,7%	2.830	2,2%	25	0,0%	126.627	2,5%
set/10	126.893	97,8%	2.732	2,1%	25	0,0%	129.651	2,5%
out/10	127.116	97,8%	2.672	2,1%	127	0,1%	130.915	2,5%
nov/10	130.968	97,8%	2.729	2,0%	262	0,2%	133.959	2,6%
dez/10	142.158	97,9%	2.887	2,0%	132	0,1%	145.177	2,9%
jan/11	127.196	97,6%	3.005	2,3%	170	0,1%	130.370	2,6%
fev/11	145.001	97,6%	3.523	2,4%	50	0,0%	148.574	2,9%
mar/11	134.404	97,7%	3.019	2,2%	93	0,0%	137.516	2,7%
abr/11	153.340	97,8%	3.198	2,1%	224	0,2%	156.762	3,0%
mai/11	153.133	97,9%	3.194	2,0%	126	0,1%	156.453	3,1%
jun/11	165.548	97,9%	3.468	2,1%	36	0,0%	169.052	3,3%
jul/11	158.255	97,8%	3.469	2,1%	28	0,0%	161.751	3,2%
ago/11	169.151	97,7%	3.900	2,3%	26	0,0%	173.077	3,4%
set/11	175.454	97,9%	3.782	2,1%	11	0,0%	179.247	3,5%
<b>Total</b>	<b>4.979.115</b>	<b>97,9%</b>	<b>102.628</b>	<b>2,0%</b>	<b>6.073</b>	<b>0,1%</b>	<b>5.087.816</b>	<b>100,0%</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.940.888/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. KPMG é uma marca registrada da KPMG Network, uma rede global de membros da KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 12332)

Revisão especial da carteira de recebíveis

8

## Principais constatações (cont.)

MINUTA

Os cartões de benefícios de refeição, alimentação etc. são conduzidos conforme regras do Programa de Assistência ao Trabalhador (PAT).

O que existe entre a Embratel e o Banco Topázio é um acordo comercial entre as partes, no qual a Embratel é responsável por efetuar todo o processamento das operações e enviar ao Banco Topázio os saldos para liquidação dos valores na rede conveniada (frotas e benefícios).

A tabela abaixo apresenta a evolução da carteira sob análise segregada entre os segmentos benefícios e frotas:

Mês	2007	2008	Δ %	2009	Δ %	Benefícios		2010	Δ %	2011	Δ %	Total	AV %
Janeiro	-	18.432	-	31.374	70,2%	-	-	38.659	23,2%	50.927	31,7%	139.392	7,3%
Fevereiro	-	17.984	-	29.977	66,7%	-	-	40.958	36,6%	54.525	33,1%	143.444	7,5%
Março	-	19.187	-	34.496	79,8%	-	-	47.794	38,5%	54.760	14,6%	156.236	8,2%
Abril	-	19.211	-	33.367	73,7%	-	-	47.972	43,8%	58.156	21,2%	158.705	8,3%
Maio	-	21.804	-	31.879	46,2%	-	-	50.153	57,3%	56.426	12,5%	160.262	8,4%
Junho	-	21.908	-	35.159	60,5%	-	-	51.386	46,2%	62.053	20,8%	170.507	8,9%
Julho	12.597	23.339	85,3%	35.713	53,0%	-	-	53.271	49,2%	62.110	16,6%	187.030	9,8%
Agosto	14.036	21.891	56,0%	38.494	75,8%	-	-	52.219	35,7%	59.636	14,2%	186.277	9,7%
Setembro	15.692	26.276	67,4%	37.046	41,0%	-	-	52.744	42,4%	63.185	19,8%	194.943	10,2%
Outubro	14.507	25.552	76,1%	36.922	44,5%	-	-	56.421	52,8%	-	-	133.402	7,0%
Novembro	16.468	24.042	46,0%	44.962	87,0%	-	-	51.669	14,9%	-	-	137.141	7,2%
Dezembro	16.253	27.562	69,6%	44.732	62,3%	-	-	58.320	30,4%	-	-	146.867	7,7%
<b>Total</b>	<b>89.553</b>	<b>267.188</b>	<b>198,4%</b>	<b>434.120</b>	<b>62,5%</b>	<b>601.567</b>	<b>38,6%</b>	<b>521.778</b>	<b>-</b>	<b>1.914.205</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

Mês	2007	2008	Δ %	2009	Δ %	Frotas		2010	Δ %	2011	Δ %	Total	AV %
Janeiro	-	52.951	-	69.210	30,7%	-	-	88.592	28,0%	130.370	47,2%	341.123	6,7%
Fevereiro	-	57.105	-	75.170	31,6%	-	-	112.358	49,5%	148.574	32,2%	393.206	7,7%
Março	-	60.850	-	80.618	32,5%	-	-	120.380	49,3%	137.521	14,2%	399.369	7,8%
Abril	-	62.813	-	86.372	37,5%	-	-	119.081	37,9%	162.905	36,8%	431.171	8,5%
Maio	-	62.408	-	77.174	23,7%	-	-	116.537	51,0%	156.453	34,3%	412.572	8,1%
Junho	-	67.377	-	92.061	36,6%	-	-	118.038	28,2%	169.052	43,2%	446.529	8,8%
Julho	46.603	69.044	48,2%	84.698	22,7%	-	-	118.861	40,3%	161.751	36,1%	480.957	9,5%
Agosto	50.967	70.890	39,1%	91.843	29,6%	-	-	126.627	37,9%	173.077	36,7%	513.404	10,1%
Setembro	51.519	79.917	55,1%	96.168	20,3%	-	-	129.615	34,8%	179.247	38,3%	536.466	10,5%
Outubro	51.346	76.646	49,3%	100.149	30,7%	-	-	128.612	28,4%	-	-	356.753	7,0%
Novembro	56.546	74.875	32,4%	111.475	48,9%	-	-	133.959	20,2%	-	-	376.855	7,4%
Dezembro	58.909	80.532	36,7%	114.792	42,5%	-	-	145.177	26,5%	-	-	399.410	7,9%
<b>Total</b>	<b>315.890</b>	<b>815.408</b>	<b>158,1%</b>	<b>1.079.730</b>	<b>32,4%</b>	<b>1.457.836</b>	<b>35,0%</b>	<b>1.418.952</b>	<b>-</b>	<b>5.087.816</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

A tabela a seguir apresenta, a origem mensal segregada entre os segmentos benefícios e Frotas com as seguintes informações (i) quantidade de clientes que tiveram faturas emitidas; (ii) quantidades de faturas emitidas; e (iii) valor faturado total;

# Principais constatações (cont.)

MINUTA

Período	Benefícios		Somatório do valor das faturas - R\$ ('000)	Frota		Somatório do valor das faturas - R\$ ('000)	Consolidado	
	Quantidade de clientes	Quantidade de faturas		Quantidade de clientes	Quantidade de faturas		Quantidade de faturas	Somatório do valor das faturas - R\$ ('000)
jul/07	1.670	1.910	12.597	1.455	3.666	46.603	5.576	59.200
ago/07	1.760	2.062	14.036	1.518	3.795	50.967	5.857	65.003
set/07	1.870	2.168	15.692	1.589	3.946	51.519	6.114	67.211
out/07	1.998	2.304	14.507	1.657	4.156	51.346	6.460	65.853
nov/07	2.100	2.409	16.468	1.712	4.269	56.546	6.678	73.014
dez/07	2.234	2.622	16.253	1.760	4.399	58.909	7.021	75.162
jan/08	2.350	2.823	18.432	1.802	4.440	52.951	7.263	71.383
fev/08	2.392	2.766	17.984	1.843	4.528	57.105	7.284	75.089
mar/08	2.447	2.839	19.157	1.889	4.661	60.850	7.700	80.037
abr/08	2.112	2.519	19.211	1.934	4.521	62.813	7.440	82.024
mai/08	2.613	3.505	21.804	1.977	5.020	62.406	8.525	84.212
jun/08	2.979	3.176	21.908	2.011	5.064	67.577	8.260	89.285
jul/08	2.773	3.280	23.339	2.065	5.239	68.944	8.519	92.383
ago/08	2.516	3.156	21.101	2.033	5.102	61.890	8.189	85.182
set/08	2.958	3.792	26.276	2.222	5.962	79.917	9.738	102.712
out/08	3.003	3.557	26.552	2.274	5.814	76.616	9.371	105.182
nov/08	2.758	3.336	24.042	2.224	5.546	74.875	8.882	103.186
dez/08	3.181	4.153	27.562	2.366	6.336	80.532	10.489	108.094
jan/09	3.582	4.237	31.374	2.396	6.012	69.210	10.249	109.584
fev/09	3.242	3.927	29.977	2.392	5.812	75.170	9.739	105.146
mar/09	3.657	4.847	34.496	2.539	6.934	86.618	11.781	115.114
abr/09	3.670	4.420	33.367	2.578	6.541	86.372	10.961	119.738
mai/09	3.390	4.216	31.879	2.520	6.155	77.174	10.371	109.052
jun/09	3.738	4.869	35.159	2.674	7.386	92.061	12.255	127.220
jul/09	3.849	4.850	35.713	2.714	6.968	84.698	11.818	120.411
ago/09	3.927	4.998	38.494	2.783	7.093	91.843	12.091	130.337
set/09	3.734	4.811	37.046	2.914	7.389	96.168	12.200	133.214
out/09	3.820	4.983	36.922	2.985	7.565	100.149	12.548	137.071
nov/09	3.931	5.229	44.962	3.028	7.663	111.475	12.892	156.437
dez/09	4.064	5.554	44.732	3.067	7.839	114.792	13.393	159.524
jan/10	3.772	5.033	38.659	2.899	6.970	88.592	12.003	127.251
fev/10	3.871	5.208	40.958	3.098	7.644	112.358	12.852	153.316
mar/10	4.111	6.144	47.794	3.177	8.926	120.380	15.070	168.174
abr/10	4.086	5.573	47.972	3.248	8.125	119.081	13.698	167.053
mai/10	4.109	5.661	50.153	3.336	8.246	116.537	13.907	166.691
jun/10	4.130	5.607	51.386	3.418	8.394	118.038	13.907	166.691
jul/10	4.220	5.886	53.271	3.498	8.542	118.861	14.001	169.424
ago/10	4.223	5.745	52.219	3.579	8.728	126.627	14.473	172.132
set/10	4.329	5.927	52.744	3.650	8.848	129.615	14.775	178.846
out/10	4.433	6.247	56.421	3.752	9.017	128.612	15.264	182.359
nov/10	4.405	5.918	51.669	3.837	9.187	133.959	15.105	185.628
dez/10	4.576	6.736	58.320	3.924	9.462	145.177	16.198	203.497
jan/11	4.469	6.063	50.927	3.930	9.345	130.370	15.408	181.298
fev/11	4.491	6.186	54.525	4.045	9.536	148.574	15.722	203.099
mar/11	4.512	6.279	54.760	4.118	9.664	137.551	15.943	192.281
abr/11	4.525	6.247	58.156	4.265	9.889	162.905	16.136	221.061
mai/11	4.493	6.306	56.426	4.340	10.087	156.453	16.393	212.879
jun/11	4.569	6.346	62.053	4.441	10.325	169.052	16.671	231.106
jul/11	4.671	6.760	62.110	4.670	10.596	161.751	17.356	231.106
ago/11	4.631	6.480	59.636	4.671	10.809	173.077	17.289	232.861
set/11	4.699	6.568	63.185	4.824	11.124	179.247	17.692	242.432
Total		236.125	1.914.205		363.903	5.087.816	600.028	7.002.022

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.908.240/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. KPMG é uma marca registrada da KPMG Network, uma rede global de firmas de contabilidade e auditoria, todas as quais são membros da KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 12932)

Revisão especial da carteira de recebíveis

10

## Principais constatações (cont.)

MINUTA

Em relação à performance histórica desta carteira de recebíveis, de um total de R\$ 7.002 milhões de títulos analisados, observamos os seguintes indicativos de perda:

- Para os produtos do segmento de frota, observamos que até a quarta quinzena existe recebimento, estabilizando a partir deste momento, indicando que os procedimentos de cobrança possuem pouca eficácia após este período, vide tabela pág. 16 (Matriz triangular). Desta forma, o indicativo de perda seria para aqueles não liquidados até esta data, aproximadamente, R\$ 17.126 mil vencidos entre 61 e 180 dias, o que representa 0,3%. Caso seja adicionado o valor dos títulos vencidos a mais de 180 dias, teríamos aproximadamente R\$ 25.854 mil, representando 0,5% do segmento.
- Para os produtos do segmento de benefícios, observamos que até a terceira quinzena existe recebimento, estabilizando a partir deste momento, indicando que os procedimentos de cobrança possuem pouca eficácia após este período, vide tabela pág. 16 (Matriz triangular). Desta forma, o indicativo de perda seria para aqueles não liquidados até esta data, aproximadamente, R\$ 4.695 mil vencidos entre 46 e 180 dias, o que representa 0,3%. Caso seja adicionado o valor dos títulos vencidos a mais de 180 dias, teríamos aproximadamente R\$ 11.427 mil, representando 0,6% do segmento.

Além dos indicativos mencionados acima, conforme informado por representantes do Banco Topázio, alguns clientes demonstraram, no decorrer do período analisado, pagamentos/baixas parciais em relação ao total de faturamento. Os valores pagos/baixados parcialmente para o segmento frota foi de R\$ 119.018 mil, sendo o valor residual da fatura (ainda em aberto) R\$ 3.113 mil e para o segmento benefícios R\$ 44.029 mil de pagamentos/baixas parciais e R\$ 1.793 mil relativos ao residual. Abaixo apresentamos um quadro resumo do valor residual segregado por tipo de produto e motivo (informado por representantes do Banco Topázio) dos pagamentos/baixas parciais.

Tipo	Valor residual			
	Benefícios	Frotas	Consolidado	AV%
Não justificado	196	1.643	1.839	37%
Valor do título em aberto- Retenção de imposto	755	719	1.474	30%
Crédito indevido	356	3	359	7%
Valor pago efetuado em depósito	39	303	342	7%
Regra do repasse	253	-	253	5%
Isenção de encargos (indevidos)	102	42	144	3%
Valor em aberto baixado como desconto	29	47	76	2%
Isenção de taxa (indevida)	27	41	68	1%
Isenção de taxa (devida)	-	49	49	1%
Tarifa bancária	6	3	9	0%
Outros	30	263	293	6%
<b>Total</b>	<b>1.793</b>	<b>3.113</b>	<b>4.906</b>	<b>100%</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.940.858/0001-07, com sede no Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ nº 06.940.858/0001-07, uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD05 12932)



## Principais constatações (cont.)

MINUTA

Adicionalmente, com o objetivo apresentar a exposição do risco de crédito dos clientes existente na carteira, efetuamos uma projeção das operações ativas existentes na carteira de clientes que apresentam operações vencidas e não liquidadas. Nossa projeção considerou primeiramente dois aspectos sendo: (i) "arrasto" das operações ativas de clientes com atraso superior a 180 dias e (ii) "arrasto" das operações ativas de clientes com atraso superior a 90 dias. Abaixo, apresentamos o resultado de nossas análises:

Efeito "arrasto" dos sacados com transações vencidas a mais de 180 dias			
	Benefícios	Frota	Consolidado
Total de vencidos e não liquidados - R\$ (000)	6.733	8.729	15.461
Títulos a vencer dos mesmos CNPJ - R\$ (000)	10.554	10.349	20.903
Títulos vencidos dos mesmos CNPJ's (vencidos a menos de 180 dias) - R\$(000)	2.631	10.839	13.470
<b>Total</b>	<b>19.918</b>	<b>29.917</b>	<b>49.834</b>
<b>Representatividade - Total sob análise</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,59%</b>	<b>0,71%</b>

Efeito "arrasto" dos sacados com transações vencidas a mais de 90 dias			
	Benefícios	Frota	Consolidado
Total de vencidos e não liquidados - R\$ (000)	8.433	20.230	28.663
Títulos a vencer dos mesmos CNPJ - R\$ (000)	12.097	12.509	24.606
Títulos vencidos dos mesmos CNPJ's (vencidos a menos de 90 dias) - R\$(000)	4.472	21.884	26.356
<b>Total</b>	<b>25.003</b>	<b>54.622</b>	<b>79.625</b>
<b>Representatividade - Total sob análise</b>	<b>1,31%</b>	<b>1,07%</b>	<b>1,14%</b>

A seguir, apresentamos as demais tabelas relacionadas à análises de performance da carteira.

# Apresentação da carteira - Performance

## Aging - Distribuição dos prazos de pagamento dos títulos sob análise

MINUTA

Faixas	Benefícios		Frota		Consolidado	
	Σ do Valor dos Títulos - R\$(000)	%	Σ do Valor dos Títulos - R\$(000)	%	Σ do Valor dos Títulos - R\$(000)	%
<b>Total sob análise</b>	<b>1.914.205</b>		<b>5.087.816</b>		<b>7.002.022</b>	
(+) Juros	4.042		12.822		16.864	
(-) Desconto	1.268		1.885		3.153	
(-) Cancelamentos	7.851		9.128		16.980	
(-) Títulos a vencer após 30 de setembro de 2011	38.966		60.477		99.444	
<b>Títulos vencidos e/ou liquidados até 30 de setembro de 2011</b>	<b>1.870.162</b>		<b>5.029.148</b>		<b>6.899.310</b>	
<b>Títulos liquidados antecipadamente</b>	<b>174.723</b>	<b>9,3%</b>	<b>340.966</b>	<b>6,8%</b>	<b>515.689</b>	<b>7,5%</b>
acima de 180 dias	1	0,0%	-	0,0%	1	0,0%
de 30 a 60 dias	288	0,0%	-	0,0%	288	0,0%
de 15 a 30 dias	3.439	0,2%	1.334	0,0%	4.773	0,1%
de 1 a 15 dias	170.994	9,1%	339.632	6,8%	510.626	7,4%
<b>Títulos liquidados no vencimento</b>	<b>899.454</b>	<b>48,1%</b>	<b>2.230.399</b>	<b>44,3%</b>	<b>3.129.853</b>	<b>45,4%</b>
<b>Títulos vencidos e liquidados com atraso</b>	<b>731.040</b>	<b>39,1%</b>	<b>2.268.933</b>	<b>45,1%</b>	<b>2.999.973</b>	<b>43,5%</b>
de 1 a 15 dias	650.722	34,6%	1.922.491	38,2%	2.573.213	37,3%
de 15 a 30 dias	43.643	2,3%	138.017	2,7%	181.661	2,6%
de 30 a 60 dias	19.483	1,0%	100.644	2,0%	120.127	1,7%
de 60 a 90 dias	7.294	0,4%	40.850	0,8%	48.144	0,7%
de 90 a 120 dias	2.480	0,1%	19.570	0,4%	22.050	0,3%
de 120 a 150 dias	1.831	0,1%	12.063	0,2%	13.884	0,2%
de 150 a 180 dias	2.186	0,1%	9.178	0,2%	11.363	0,2%
acima de 180 dias	3.402	0,2%	26.130	0,5%	29.531	0,4%
<b>Títulos que apresentam pagamentos/baixas parciais</b>	<b>44.029</b>	<b>2,4%</b>	<b>119.018</b>	<b>2,4%</b>	<b>163.047</b>	<b>2,4%</b>
<b>Títulos vencidos e não liquidados</b>	<b>19.123</b>	<b>1,0%</b>	<b>66.718</b>	<b>1,3%</b>	<b>85.841</b>	<b>1,2%</b>
de 1 a 15 dias	4.123	0,2%	24.951	0,5%	29.075	0,4%
de 15 a 30 dias	2.412	0,1%	4.590	0,1%	7.001	0,1%
de 30 a 60 dias	2.540	0,1%	11.323	0,2%	13.863	0,2%
de 60 a 90 dias	1.615	0,1%	5.625	0,1%	7.240	0,1%
de 90 a 120 dias	1.269	0,1%	5.916	0,1%	7.185	0,1%
de 120 a 150 dias	319	0,0%	3.305	0,1%	3.623	0,1%
de 150 a 180 dias	113	0,0%	2.281	0,0%	2.393	0,0%
acima de 180 dias	6.733	0,4%	8.729	0,2%	15.461	0,2%
<b>Valor residual dos títulos que sofreram pagamentos/baixas parciais</b>	<b>1.793</b>	<b>0,1%</b>	<b>3.113</b>	<b>0,1%</b>	<b>4.906</b>	<b>0,1%</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.940.888/0001-00, sob o nome comercial de KPMG Brasil, filiada à KPMG Network, uma rede mundial de firmas de contabilidade independente e afiliadas, afiliadas à KPMG Cooperative ("KPMG Internacional"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPD5 12932)

## Apresentação da carteira - Performance (cont.)

### Prazo médio de cancelamentos

MINUTA

Prazo médio (em dias)	Benefícios	AH %	AV %	Frota	AH %	AV %	Consolidado	AV %
<b>0</b>	1.366	70,6%	17,4%	570	29,4%	6,2%	1.935	11,4%
<b>1</b>	1.297	68,6%	16,5%	593	31,4%	6,5%	1.890	11,1%
<b>2</b>	1.243	33,4%	15,8%	2.478	66,6%	27,1%	3.720	21,9%
<b>3</b>	498	55,7%	6,3%	397	44,3%	4,3%	895	5,3%
<b>4</b>	118	15,7%	1,5%	634	84,3%	6,9%	753	4,4%
<b>5</b>	1.044	47,3%	13,3%	1.162	52,7%	12,7%	2.206	13,0%
<b>6 a 10</b>	1.039	46,5%	13,2%	1.197	53,5%	13,1%	2.236	13,2%
<b>11 a 25</b>	521	32,7%	6,6%	1.072	67,3%	11,7%	1.593	9,4%
<b>26 a 35</b>	523	44,3%	6,7%	657	55,7%	7,2%	1.181	7,0%
<b>26 a 95</b>	113	33,7%	1,4%	223	66,3%	2,4%	337	2,0%
<b>Acima de 96</b>	88	37,7%	1,1%	145	62,3%	1,6%	233	1,4%
<b>Total</b>	<b>7.851</b>	<b>46,2%</b>	<b>100%</b>	<b>9.128</b>	<b>53,8%</b>	<b>100%</b>	<b>16.980</b>	<b>100%</b>

# Apresentação da carteira - Performance (cont.)

Matriz triangular e desvio-padrão - Percentual de inadimplência em ciclos quinzenais

MINUTA

Quinzena de vencimento	Benefícios			Frota			Benefícios			Frota		
	Média de Recebimentos - %	Δ %	Desvio-padrão - %	Média de Recebimentos - %	Δ %	Desvio-padrão - %	Média de Recebimentos - %	Δ %	Desvio-padrão - %	Média de Recebimentos - %	Δ %	Desvio-padrão - %
1ª Quinzena	96,2%	12,26%	8,3%	74,3%	26,40%	13,7%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,2%
2ª Quinzena	96,8%	1,8%	1,6%	93,9%	2,6%	2,6%	99,6%	0,00%	0,5%	99,8%	0,00%	0,2%
3ª Quinzena	98,0%	1,19%	1,6%	95,5%	1,8%	1,8%	99,6%	0,00%	0,5%	99,8%	0,00%	0,2%
4ª Quinzena	98,4%	0,49%	1,2%	97,0%	1,16%	1,4%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,2%
5ª Quinzena	98,8%	0,32%	1,0%	97,5%	0,68%	1,3%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,2%
6ª Quinzena	98,9%	0,17%	0,9%	98,0%	0,43%	1,1%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,2%
7ª Quinzena	99,1%	0,13%	0,9%	98,3%	0,31%	1,0%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,2%
8ª Quinzena	99,1%	0,09%	0,8%	98,5%	0,25%	0,9%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,3%
9ª Quinzena	99,2%	0,04%	0,8%	98,6%	0,21%	0,8%	99,6%	0,03%	0,5%	99,8%	0,00%	0,3%
10ª Quinzena	99,2%	0,04%	0,7%	98,5%	0,14%	0,7%	99,6%	0,00%	0,5%	99,8%	0,00%	0,3%
11ª Quinzena	99,3%	0,06%	0,7%	99,0%	0,11%	0,7%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,3%
12ª Quinzena	99,3%	0,03%	0,7%	99,3%	0,13%	0,6%	99,6%	0,00%	0,5%	99,8%	0,00%	0,3%
13ª Quinzena	99,4%	0,04%	0,7%	99,3%	0,05%	0,6%	99,6%	-0,01%	0,5%	99,8%	0,00%	0,3%
14ª Quinzena	99,4%	0,01%	0,7%	99,3%	0,06%	0,6%	99,6%	0,04%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
15ª Quinzena	99,4%	0,02%	0,7%	99,3%	0,06%	0,5%	99,6%	-0,01%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
16ª Quinzena	99,4%	0,02%	0,7%	99,3%	0,04%	0,5%	99,7%	0,02%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
17ª Quinzena	99,4%	0,01%	0,6%	99,4%	0,05%	0,5%	99,6%	0,00%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
18ª Quinzena	99,4%	0,00%	0,6%	99,5%	0,04%	0,5%	99,6%	0,00%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
19ª Quinzena	99,4%	0,00%	0,7%	99,5%	0,04%	0,5%	99,6%	0,00%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
20ª Quinzena	99,4%	0,01%	0,7%	99,5%	0,03%	0,5%	99,6%	0,00%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
21ª Quinzena	99,4%	0,01%	0,7%	99,5%	0,03%	0,4%	99,6%	-0,01%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
22ª Quinzena	99,5%	0,02%	0,6%	99,5%	0,04%	0,4%	99,6%	-0,01%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
23ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,5%	0,04%	0,4%	99,6%	0,00%	0,4%	99,8%	0,00%	0,3%
24ª Quinzena	99,5%	0,01%	0,6%	99,5%	0,02%	0,4%	99,6%	0,00%	0,4%	99,8%	-0,01%	0,3%
25ª Quinzena	99,5%	0,01%	0,6%	99,5%	0,01%	0,4%	99,7%	0,04%	0,4%	99,8%	0,01%	0,3%
26ª Quinzena	99,5%	0,01%	0,6%	99,7%	0,03%	0,4%	99,7%	-0,01%	0,4%	99,8%	0,04%	0,2%
27ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,7%	0,03%	0,4%	99,7%	0,04%	0,3%	99,8%	0,00%	0,2%
28ª Quinzena	99,5%	0,03%	0,6%	99,7%	0,00%	0,4%	99,7%	0,00%	0,3%	99,8%	0,03%	0,1%
29ª Quinzena	99,5%	-0,01%	0,6%	99,7%	0,01%	0,4%	99,7%	0,01%	0,3%	99,8%	0,00%	0,1%
30ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,7%	0,00%	0,4%	99,7%	0,00%	0,3%	99,8%	-0,01%	0,1%
31ª Quinzena	99,5%	-0,01%	0,6%	99,7%	0,00%	0,4%	99,7%	0,00%	0,3%	99,8%	-0,01%	0,1%
32ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,7%	0,01%	0,3%	99,7%	-0,01%	0,3%	99,8%	-0,01%	0,1%
33ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,7%	0,00%	0,3%	99,7%	0,01%	0,3%	99,8%	0,01%	0,1%
34ª Quinzena	99,5%	0,01%	0,6%	99,7%	0,01%	0,3%	99,7%	-0,02%	0,3%	99,8%	0,00%	0,1%
35ª Quinzena	99,5%	-0,01%	0,6%	99,7%	0,01%	0,3%	99,7%	-0,01%	0,4%	99,8%	0,01%	0,1%
36ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,7%	0,01%	0,3%	99,7%	0,01%	0,4%	99,8%	0,02%	0,1%
37ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,7%	0,01%	0,3%	99,7%	0,01%	0,4%	99,8%	0,00%	0,1%
38ª Quinzena	99,5%	0,01%	0,6%	99,5%	0,00%	0,3%	99,7%	0,04%	0,4%	99,8%	0,00%	0,1%
39ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,5%	0,00%	0,3%	99,7%	-0,02%	0,4%	99,8%	0,01%	0,1%
40ª Quinzena	99,5%	0,02%	0,6%	99,5%	0,01%	0,3%	99,7%	0,04%	0,4%	99,8%	0,01%	0,1%
41ª Quinzena	99,5%	0,00%	0,6%	99,5%	0,01%	0,3%	99,7%	-0,01%	0,4%	99,8%	0,01%	0,1%
42ª Quinzena	99,5%	0,03%	0,5%	99,5%	0,02%	0,3%	99,7%	-0,01%	0,4%	99,8%	0,02%	0,1%
43ª Quinzena	99,6%	0,02%	0,5%	99,5%	0,00%	0,3%	99,7%	-0,02%	0,4%	99,8%	-0,01%	0,1%
44ª Quinzena	99,6%	0,04%	0,5%	99,5%	0,00%	0,3%	99,7%	-0,03%	0,4%	99,8%	0,00%	0,1%
45ª Quinzena	99,6%	0,00%	0,5%	99,5%	0,02%	0,2%	99,6%	-0,02%	0,4%	99,8%	0,01%	0,1%
46ª Quinzena	99,6%	0,01%	0,5%	99,5%	0,00%	0,2%	99,6%	-0,04%	0,5%	99,8%	0,02%	0,1%
47ª Quinzena	99,6%	0,00%	0,5%	99,5%	0,00%	0,2%	99,6%	-0,02%	0,5%	99,8%	0,01%	0,1%
48ª Quinzena	99,6%	0,01%	0,5%	99,5%	0,00%	0,2%	99,6%	-0,04%	0,6%	99,8%	0,02%	0,0%
49ª Quinzena	99,6%	0,00%	0,5%	99,5%	0,00%	0,2%	99,5%	-0,01%	0,7%	100,0%	0,01%	0,0%
50ª Quinzena	99,6%	-0,01%	0,5%	99,5%	0,00%	0,2%	99,3%	-0,19%	0,9%	100,0%	0,02%	0,0%
51ª Quinzena	99,6%	0,00%	0,5%	99,5%	0,00%	0,2%	100,0%	0,63%	0,83%	100,0%	0,02%	0,02%

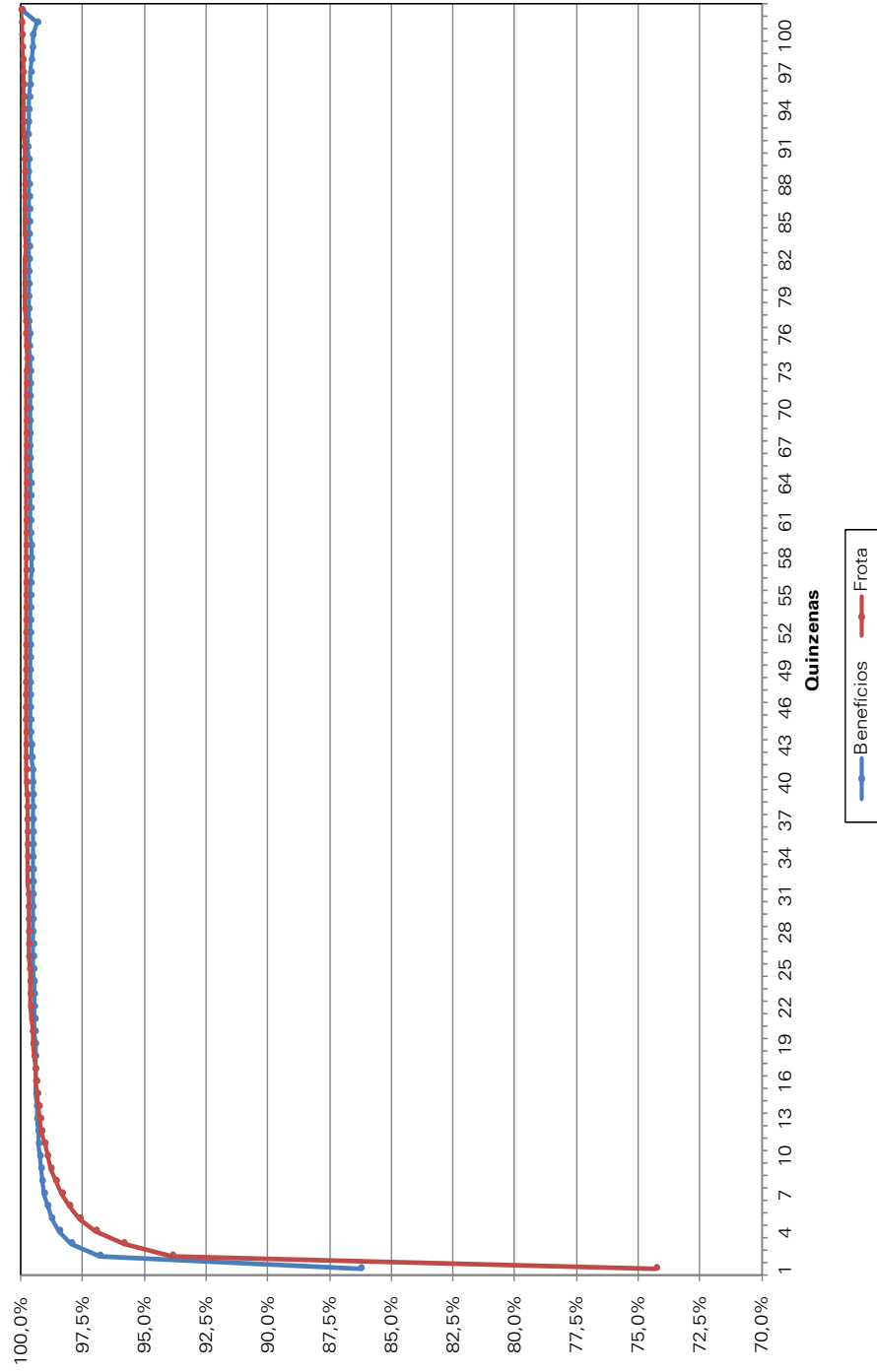
© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 11.947.888/0001-00, com sede no Rio de Janeiro, RJ, sob o nome comercial "KPMG Financial Risk & Actuarial Services".  
KPMG Financial Risk & Actuarial Services é uma entidade suíça ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.  
(KPMG 12332)

Revisão especial da carteira de recebíveis

## Apresentação da carteira - Performance (cont.)

MINUTA

Matriz triangular e desvio-padrão - Percentual de inadimplência em ciclos quinzenais (cont.)



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.908.418/0001-07, sob o nome comercial "KPMG Brasil".  
KPMG Brasil é uma entidade suíça, uma entidade suíça, inscrita no CNPJ nº 06.908.418/0001-07, sob o nome comercial "KPMG Brasil".  
(KPMG 12932)

# Apresentação da carteira - Performance (cont.)

MINUTA

A seguir apresentamos uma segregação por segmento e tipo de produto das operações vencidas e não liquidadas:

Situação	Benefícios							
	Alimentação - R\$ (000)	Empresarial - R\$ (000)	Farma - R\$ (000)	Good Med - R\$ (000)	Plus - R\$ (000)	Premium - R\$ (000)	Refeição - R\$ (000)	Total Benefícios - R\$ (000)
Títulos vencidos até 3 dias	608	-	-	65	1.712	10	5	2.399
Títulos vencidos de 4 a 7 dias	450	-	4	8	174	6	0	641
Títulos vencidos de 8 a 15 dias	605	44	-	0	403	20	11	1.083
Títulos vencidos de 16 a 30 dias	221	31	-	150	1.822	164	24	2.412
Títulos vencidos de 31 a 60 dias	1.541	1	2	0	969	23	3	2.540
Títulos vencidos de 61 a 90 dias	1.310	1	-	-	225	73	6	1.615
Títulos vencidos de 91 a 120 dias	865	1	-	5	352	6	40	1.269
Títulos vencidos de 121 a 150 dias	70	4	-	0	175	21	48	319
Títulos vencidos de 151 a 180 dias	25	-	0	2	83	2	1	113
Títulos vencidos acima de 180 dias	4.085	56	-	3	2.072	395	121	6.733
<b>Total</b>	<b>9.779</b>	<b>138</b>	<b>6</b>	<b>233</b>	<b>7.988</b>	<b>720</b>	<b>258</b>	<b>19.123</b>

Situação	Frota				
	Fuel - R\$ (000)	Fuel Control - R\$ (000)	Carta Frete - R\$ (000)	Total Frota - R\$ (000)	Consolidado - R\$ (000)
Titulos vencidos até 3 dias	95	7.661	-	7.756	10.156
Titulos vencidos de 4 a 7 dias	10	3.698	-	3.707	4.349
Titulos vencidos de 8 a 15 dias	75	13.413	-	13.488	14.570
Titulos vencidos de 16 a 30 dias	118	4.472	-	4.590	7.001
Titulos vencidos de 31 a 60 dias	39	11.284	-	11.323	13.863
Titulos vencidos de 61 a 90 dias	45	5.579	-	5.625	7.240
Titulos vencidos de 91 a 120 dias	8	5.908	-	5.916	7.185
Titulos vencidos de 121 a 150 dias	8	3.296	-	3.305	3.623
Titulos vencidos de 151 a 180 dias	10	2.271	-	2.281	2.393
Titulos vencidos acima de 180 dias	241	8.484	3	8.729	15.461
<b>Total</b>	<b>649</b>	<b>66.066</b>	<b>3</b>	<b>66.718</b>	<b>85.841</b>

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.940.888/0001-00, com sede no Rio de Janeiro, RJ, sob o nome comercial "KPMG Brasil".  
KPMG Brasil é uma entidade suíça, "Tous les droits réservés. Imprimé no Brasil."  
(KPMG 12932)

# Apresentação da carteira - Performance (cont.)

MINUTA

Análise individual dos clientes com operações vencidas e não liquidadas :

#	Cliente	Parcelas vencidas - R\$ (000)											Total -		Total faturado 51		Total faturado últimos	
		até 3 dias	4 a 7 dias	8 a 15 dias	16 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	151 a 180 dias	acima de 180 dias	R\$	%	meses - R\$(000)	3 meses - R\$(000)	meses - R\$(000)	3 meses - R\$(000)	
1	LEAO AMBIENTAL S/A	-	172	429	177	766	600	811	325	231	-	3.511	4,05%	9.533	1.358			
2	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE	-	-	-	-	-	-	99	-	-	2.912	3.011	3,51%	12.716	46			
3	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS SA	1.024	-	1.199	-	619	-	-	-	-	-	2.842	3,31%	32.353	6.347			
4	CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SP SABESP	764	137	406	-	505	677	200	-	-	-	2.689	3,13%	6.643	5.868			
5	ELETRIPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAUL	1.194	-	33	-	-	-	1.426	-	-	-	2.654	3,05%	6.1114	3.936			
6	AES SUL DISTRIBUIDORA GAUCHA DE ENERGIA S/A	510	-	-	-	498	350	414	387	0	-	2.160	2,52%	14.210	1.434			
7	EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL SA ENERSU	-	394	-	-	320	288	364	345	-	-	1.711	1,95%	15.746	1.005			
8	TELEFONICA BRASIL S.A.	-	-	146	176	356	228	412	227	-	-	1.545	1,80%	3.310	1.956			
9	CE GOV POLICIA MILITAR DO CEARA	-	-	-	-	1.516	-	-	-	-	-	1.516	1,77%	32.063	2.992			
10	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	-	-	712	-	95	187	81	101	51	202	1.429	1,67%	22.857	2.085			
11	VALE S.A.	-	-	574	-	780	59	-	10	-	-	1.424	1,66%	11.409	1.988			
12	LEAO E LEAO LTDA	19	35	196	208	409	215	303	-	-	0	1.384	1,61%	4.027	1.307			
13	DELTA LOCAÇÃO DE SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	-	-	-	-	580	641	-	-	-	-	1.220	1,42%	4.385	600			
14	NOVA CASA BAHIA S/A	1.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.141	1,33%	5.717	3.391			
15	CFO ENGENHARIA LTDA	-	75	345	367	304	-	-	-	-	31	1.122	1,31%	5.172	2.111			
16	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	84	4	82	-	165	134	122	345	16	-	952	1,11%	23.359	3.450			
17	HIGIETEC - HIGIENIZACAO E TERCEIRIZACAO LTDA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	937	937	1,09%	2.845	-			
18	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ	-	-	353	246	223	-	-	-	-	64	886	1,03%	59.188	3.567			
19	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A	-	205	-	-	201	174	180	89	-	-	848	0,99%	2.808	580			
20	ESPIRITO SANTO SECRETARIA DE EST DE SEGURANCA PUBL	-	-	830	-	-	-	-	-	-	-	830	0,97%	23.366	2.435			
21	COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS	-	-	248	-	-	239	322	-	-	-	809	0,94%	7.549	698			
22	CADBURY BRASIL COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA.	-	-	95	133	364	166	-	-	-	-	758	0,88%	16.854	847			
23	ABILITY TECNOLOGIA E SERVICOS S/A	-	-	-	-	-	-	-	718	-	-	745	0,87%	35.343	2.330			
24	ALTIMA A-TECNOLOGIA E SERVICOS DE MANUTENCAO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	738	738	0,86%	5.286	-			
25	LOGA - LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	-	2	-	45	401	286	-	-	-	-	734	0,86%	4.397	527			
26	COMPANHIA ENERGETICA DO MARANHAO	-	151	-	23	286	232	-	-	-	-	691	0,81%	11.184	914			
27	NORCONTROL ENGENHARIA LTDA	-	-	-	-	-	-	-	1	1	682	684	0,80%	4.795	-			
28	FERROVIA CENTRO-ATLANTICA SA	-	-	245	-	225	213	-	-	-	-	683	0,80%	6.682	745			
29	COMPANHIA DE ENERGIA ELETRICA DO ESTADO DO TOCANTIN	-	194	-	-	-	148	161	173	1	1	677	0,75%	3.976	837			
30	INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A	111	-	140	123	282	-	-	-	-	-	657	0,77%	9.929	1.127			
Demais 2.539 clientes		5.308	2.980	8.537	5.504	4.969	2.406	2.289	1.619	1.374	9.867	44.852	52,25%	2.386.980	236.192			

© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 11.947.888/0001-00, sob o nome comercial de KPMG Brasil. KPMG Brasil é uma entidade suíça ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 12932)



## Apresentação da carteira - Performance (cont.)

MINUTA

A seguir, buscamos apresentar a relação de clientes ativos na base de dados fornecida em 30 de setembro de 2011, ou seja, clientes que apresentaram faturamento durante o mês de setembro/11. Adicionalmente, identificamos o valores totais faturados e pagos durante o período analisado e relacionamos esta relação de clientes ativos com a base de operações vencidas e não liquidadas. A seguir apresentamos os resultados obtidos:

#	Cliente	Valor da fatura - R\$ (000)	AV %	Valor pago - R\$ (000)	Diferença	Faturamento total - R\$ (000)	Somatório do Valor pago - R\$ (000)	Diferença	Realizado %	Operações vencidas e não liquidadas
1	ARM TELECOMUNICACOES E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	8.479	3,50%	8.479	-	144.402	143.204	1.199	99,17%	236 0,4%
2	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICACOES S/A	5.018	2,07%	5.018	-	91.762	91.748	14	99,98%	13 0,0%
3	NOKIA SIEMENS NETWORKS SERVICOS LTDA	3.634	1,50%	3.613	21	48.426	48.328	98	99,80%	12 0,0%
4	ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVICOS SA	2.223	0,92%	2.223	0	32.353	32.349	4	99,99%	2.842 4,2%
5	TEL TELECOMUNICACOES LTDA	2.096	0,86%	2.096	-	23.638	23.638	-	100,00%	- 0,0%
6	CIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SP SABESP	2.051	0,85%	1.499	552	6.643	5.380	1.263	80,98%	2.689 4,0%
7	VOTORANTIM CIMENTOS SA	1.966	0,81%	1.966	-	17.255	17.255	0	100,00%	- 0,0%
8	ERICSSON GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTD	1.767	0,73%	1.767	-	26.596	26.586	10	99,96%	27 0,0%
9	GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA	1.685	0,70%	1.685	-	31.484	31.490	6	100,02%	16 0,0%
10	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	1.442	0,59%	1.386	56	22.412	22.015	397	98,23%	303 0,4%
11	ELETPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAUL	1.228	0,51%	33	1.194	61.114	35.329	25.785	57,81%	2.654 3,9%
12	COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	1.218	0,50%	1.143	75	59.188	58.581	608	98,97%	886 1,3%
13	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	1.176	0,48%	1.151	25	23.359	22.541	817	96,50%	952 1,4%
14	EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRACAO D	1.151	0,47%	1.151	0	30.530	30.497	33	99,89%	33 0,0%
15	NOVA CASA BAHIA SA	1.141	0,47%	1.141	-	5.717	5.717	-	100,00%	1.141 1,7%
16	TNL CONTAX SA	1.122	0,46%	1.122	-	23.214	23.271	58	100,25%	- 0,0%
17	PROTEGE SA PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES	1.108	0,46%	1.108	-	50.935	50.870	66	99,87%	- 0,0%
18	GREMIO RECREATIVO ESPORTIVO CLASSISTA TAM	1.105	0,46%	1.105	-	56.028	56.038	10	100,02%	- 0,0%
19	BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIME	1.101	0,45%	1.101	-	30.325	30.325	-	100,00%	- 0,0%
20	NESTLE BRASIL LTDA	1.019	0,42%	1.020	-	40.134	40.151	17	100,04%	539 0,8%
21	SADIA S.A.	957	0,39%	957	-	41.294	41.405	111	100,27%	- 0,0%
22	SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	949	0,39%	949	-	25.697	15.056	10.641	58,59%	- 0,0%
23	RODORAPIDO TRANSPORTES LTDA	888	0,37%	895	-	8.599	8.612	14	100,16%	0 0,0%
24	GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TR	878	0,36%	878	0	21.691	21.721	30	100,14%	2 0,0%
25	ABILITY TECNOLOGIA E SERVICOS S/A	850	0,35%	440	410	35.343	35.001	342	99,03%	745 1,1%
26	VIC LOGISTICA LTDA	842	0,35%	842	-	7.418	7.418	0	100,00%	- 0,0%

\* O somatório do valor pago, é composto por: (i) faturas pagas; (ii) juros; (iii) multa; e (iv) pagamentos parciais.

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.940.888/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. KPMG é uma marca registrada da KPMG Network, uma rede global de firmas de contabilidade e consultoria, todas as quais são membros da KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 12932)

# Apresentação da carteira - Performance (cont.)

MINUTA

#	Cliente	Valor da fatura - R\$ (000)	AV %	set/11 Valor pago -R\$ (000)	Diferença	Faturamento total - R\$ (000)	Somatório do Valor pago - R\$ (000)	Diferença	Realizado %	Operações vencidas e não liquidadas	%
27	JAD LOGISTICA LTDA	836	0,34%	836	-	18.221	18.062	158	99,13%	-	0,0%
28	ESPRIITO SANTO SECRETARIA DE EST DE SEGURANCA PUBL	830	0,34%	830	-	23.366	23.366	1	100,00%	830	1,2%
29	CFO ENGENHARIA LTDA	829	0,34%	493	336	5.172	4.164	1.008	80,51%	1.122	1,7%
30	SOUZA CRUZ S/A	819	0,34%	819	-	9.988	10.006	18	100,18%	-	0,0%
31	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA F	813	0,34%	797	16	11.514	11.377	137	98,81%	126	0,2%
32	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPAR	800	0,33%	773	27	14.913	14.629	284	98,09%	482	0,7%
33	PERSONAL SERVICE RECURSOS HUMANOS ASSESSORIA EMPR	762	0,31%	762	-	26.922	26.356	566	97,90%	551	0,8%
34	MAHLE METAL LEVE S.A.	745	0,31%	738	7	48.152	48.016	136	99,72%	2	0,0%
35	TRANZERO TRANSPORTADORA DE VEICULOS LTDA	744	0,31%	744	-	25.314	25.314	0	100,00%	-	0,0%
36	WURTH DO BRASIL PECAS DE FIXACAO LTDA	729	0,30%	729	-	29.092	29.079	13	99,96%	-	0,0%
37	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	709	0,29%	402	307	22.857	21.269	1.588	93,05%	1.429	2,1%
38	SCOPIUS TECNOLOGIA LTDA.	700	0,29%	700	0	19.903	19.903	0	100,00%	-	0,0%
39	BRINKS SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA	694	0,29%	696	- 2	24.512	24.582	69	100,28%	42	0,1%
40	LABORATORIOS PFIZER LTDA	682	0,28%	706	- 24	3.256	3.279	24	100,73%	40	0,1%
41	RIO GRANDE ENERGIA SA	678	0,28%	521	157	38.889	36.034	855	97,88%	497	0,7%
42	TRANSPORTES IMEDIATO LTDA	665	0,27%	655	10	13.664	13.647	16	99,88%	265	0,4%
43	NACIONAL GAS BUTANO DISTRIBUIDORA LTDA	663	0,27%	663	-	34.090	34.102	11	100,03%	-	0,0%
44	POLICIA CIVIL	646	0,27%	646	-	15.335	15.019	316	97,94%	-	0,0%
45	MUNICIPIO DE SOBRAL/PREFEITURA MUNICIPAL	637	0,26%	637	-	788	788	-	100,00%	-	0,0%
46	VALE S.A.	636	0,26%	622	14	11.409	10.831	578	94,83%	1.424	2,1%
47	ACHE LABORATORIOS FARMACEUTICOS SA	627	0,26%	627	-	13.643	13.643	0	100,00%	624	0,9%
48	LOJAS RENNER SOCIEDADE ANONIMA	626	0,26%	626	-	16.278	16.278	-	100,00%	-	0,0%
49	TELEFONICA BRASIL S.A.	626	0,26%	291	334	3.310	1.785	1.525	53,93%	1.545	2,3%
50	TEL TELECOMUNICACOES LTDA	625	0,26%	625	-	9.879	9.880	1	100,01%	-	0,0%
Demais clientes 8.563		178.216	73,51%	178.217	- 0	4.573.192	4.542.494	30.798	99,33%	45.180	67,1%
Total		242.432	100,00%	238.923	3.510	5.977.213	5.898.366	78.847	98,68%	67.309	100,0%

\* O somatório do valor pago, é composto por: (i) faturas pagas; (ii) juros; (iii) multa; e (iv) pagamentos parciais.

Revisão especial da carteira de recebíveis 20

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.940.888/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. KPMG é uma marca registrada da KPMG Network, uma rede global de membros da KPMG Network ("KPMG Network"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 12932)

# Apresentação da carteira - Demográficos

MINUTA

Apresentamos, a seguir, as principais análises demográficas observadas para a carteira de recebíveis do Banco Topázio, segregadas entre os segmentos Benefícios/Frotas e por produtos. Os quadros abaixo apresentam: (i) somatório do valor das faturas; (ii) Quantidade de faturas; (iii) Prazo médio ponderado; e (iv) Ticket médio

Produto	Somatório do valor das faturas - R\$ (000)	Benefícios			Prazo médio ponderado	Ticket médio
		AV %	Quantidade de faturas	AV %		
PLUS	1.324.357	69,19%	164.140	69,51%	13 dias	8.068
ALIMENTAÇÃO	465.683	24,33%	59.577	25,23%	23 dias	7.816
GOOD MED	60.286	3,15%	3.760	1,59%	12 dias	16.033
PREMIUM	27.487	1,44%	4.095	1,73%	13 dias	6.712
REFEIÇÃO	26.757	1,40%	3.532	1,50%	16 dias	7.576
EMPRESARIAL	8.779	0,46%	576	0,24%	10 dias	15.241
FARMA	679	0,04%	413	0,17%	13 dias	1.644
COBRAND	114	0,01%	31	0,01%	13 dias	3.682
CESSÃO DE MÃO DE OBRA	64	0,00%	1	0,00%	28 dias	63.909
Total	1.914.205	100,00%	236.125	100,00%	16 dias	8.107

Produto	Frotas					
	Somatório do valor das faturas - R\$ (000)	AV %	Quantidade de faturas	AV %	Prazo médio ponderado	Ticket médio
FUEL CONTROL	4.979.115	97,86%	340.722	93,63%	14 dias	14.613
FUEL	102.628	2,02%	22.398	6,15%	13 dias	4.582
CARTA FRETE	6.073	0,12%	783	0,22%	3 dias	7.756
Total	5.087.816	100,00%	363.903	100,00%	14 dias	13.981

© 2011 KPMG Financial Risk & Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.940.888/0001-00, com sede em São Paulo, SP, Brasil. KPMG é uma marca registrada da KPMG Network ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. (KPMG 12932)

## Conciliação dos saldos contábeis com a base de dados

MINUTA

### Conciliação da base de dados

A base de dados sujeita à análise foi-nos fornecida pela área de Tecnologia da Embratec, contemplando todas as operações correspondentes ao período de 1º de abril de 2007 a 30 de setembro de 2011.

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela Embratec com os respectivos balancetes contábeis. Para tanto, selecionamos como data-base de conciliação 30 de setembro de 2011.

Conciliação efetuada em R\$(000).

	Títulos a vencer após 30 de setembro de 2011	99.444
Títulos a vencidos e não liquidados (emitidos após 01 de julho de 2007)		85.841
	<b>Total</b>	<b>185.285</b>
	Saldo contábil - 30/9/2011	183.594
	<b>Diferença</b>	-1.691
		-0,92%

A fim de verificarmos a existência dos documentos requeridos pelo Banco Topázio para formalização de suas operações, selecionamos uma amostra, através da aplicação da fórmula matemática abaixo, para verificação dos documentos existentes:

$$n_o = \frac{1}{E_o^2} \qquad n = \frac{N \times n_o}{N + n_o}$$

Eo = erro amostral tolerável (10%)    N = tamanho da população  
Intervalo de Confiança = 95%

Foram selecionados cem contratos para execução de nossos testes.

- Para as faturas vencidas e a vencer, verificamos um total de 50 faturas, sendo 25 a vencer e 25 vencidas.
- Para as faturas liquidadas, verificamos o relatório de retorno bancário (francesa), confirmando o recebimento da fatura. Para os dias correspondentes ao recebimento dessas faturas, verificamos o extrato bancário neste dia. Foi observado um total de 50 faturas. Apresentamos, a seguir, o resultado da aplicação desse procedimento:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não aplicável	Não apresentado	Total
Verificação "CNPJ"	98	-	-	2	100
Verificação "Razão social"	98	-	-	2	100
Verificação "Data de vencimento"	98	-	-	2	100
Verificação "Data de emissão"	98	-	-	2	100
Verificação "Valor da fatura"	97	1*	-	2	100

\* A fatura recebida apresentava um valor de R\$ 363,00, enquanto que na base de dados recebida, identificamos um valor de R\$ 36.187,00.

O Anexo I contém a relação analítica dos cem itens testados.

## Descrição dos procedimentos para análise de crédito e cobrança dos recebíveis

### • Análise de crédito

Conforme descrito na política de crédito e risco do Banco Topázio, para análise de crédito de pessoas jurídicas é necessário que sejam informados os seguintes dados:

- Referência bancária (banco e agência).
- Limite de crédito desejado pelo cliente para operação.
- Balanço Patrimonial da empresa dos últimos dois anos e último balanete para créditos superiores a R\$ 40 mil.
- Descrição comercial do cliente.

### • Itens a serem analisados na concessão de crédito

- Análise dos cinco "C" do crédito, sendo eles: caráter, capital, capacidade, condições e colateral.
- Consulta a restrições.
- Informações públicas da Empresa.
- Referências comerciais e/ou bancárias.

### • Classificação de rating

O cliente é classificado de acordo com a tabela de *rating* abaixo especificada. À medida que o histórico do cliente for sendo estruturado, a determinação da classificação do *rating* poderá sofrer alterações, tanto para melhor como para pior.

<b>Classificação (Rating)</b>	<b>Descrição</b>
AAA	Crédito de baixíssimo risco concedido a clientes com capacidade financeira extremamente forte.
A	Crédito concedido a cliente com forte capacidade financeira, embora mais sensíveis a mudanças no ambiente econômico do que as categorias superiores.
BBB	Crédito concedido a cliente com capacidade financeira adequada, embora mais sensíveis a mudanças no ambiente econômico do que as categorias superiores.
	Crédito considerado mais arriscado do que as categorias superiores, concedido a clientes com capacidade financeira duvidosa e suscetível a mudanças no ambiente econômico e com solidez insuficiente para operar num ambiente econômico adverso.
B	
C	Crédito altamente arriscado, que oferece alto risco de não-pagamento ou com pagamento de juros e de principal já em atraso.

## Descrição dos procedimentos para análise de crédito e cobrança dos recebíveis (cont.)

- **Limite de crédito**

O limite de crédito concedido deverá considerar a natureza da operação proposta para o cliente, conforme segmento de atuação e modalidade de uso do produto:

**Frotas:** tipo e quantidade de veículos; consumo esperado por veículo; idade da frota; gasto de manutenção esperado da frota.

**Benefícios:** quantidade de funcionários; limite médio de consumo por cartão.

Em caso de recusa de limite pelo setor de crédito, poderão ser solicitados novos tipos de documentos de acordo com a situação percebida do cliente.

Toda e qualquer solicitação de liberação de cartões que tiveram seus limites de créditos excedidos, são automaticamente bloqueados e, por esse motivo deverão ter sua situação analisada e obrigatoriamente liberada pela área Financeira.

- **Bloqueio de clientes**

Todo e qualquer cliente que não cumprir com o pagamento das suas obrigações conforme o vencimento estabelecido terá automaticamente bloqueado seu limite de crédito ou a suspensão de serviços a partir do 10º dia corrido do vencimento.

Tratando-se de clientes do Mercado Público, aplica-se a mesma determinação de bloqueio, porém respeitando o prazo de 90 dias corridos a partir do vencimento.

- **Restrições para análise e manutenção de clientes**

É necessário que a Empresa tenha mais de um ano de atividade a partir da data de sua fundação para embasar análise do seu potencial de crédito. Somente em casos de um dos sócios ou acionistas possuir participação em outra empresa com solidez financeira, poderá ser aprovado um limite de crédito de até 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido nos primeiros seis meses, monitorado regularmente.

### **Levantamento dos procedimentos de cobrança**

Os procedimentos de cobrança do Banco Topázio e da Embratec têm por finalidade manter as boas características de adimplência da carteira e inibir a inadimplência.

Os analistas de cobrança monitoram diariamente os títulos vencidos por meio de relatórios gerenciais.

### **Contas a receber/baixa**

A maioria das transações é realizada por boleto bancário, sendo enviado um arquivo para o Banco arrecadador, para a geração dos boletos e posterior encaminhamento aos clientes. Depois de pago, o Banco arrecadador envia para a Embratec o arquivo-retorno para processamento da baixa automática dos títulos.

Diariamente, são identificados nos extratos os pagamentos realizados por meio de depósito bancário (na maioria dos casos em razão de pagamento antecipado e renegociações). A baixa desses títulos são efetuadas manualmente.



## **Anexos I - Amostra utilizada no teste de integridade da base de dados**

## Anexo II - Política de Crédito

## I - Amostra utilizada no teste de integridade da base de dados



O – Amostra  
usada no teste de in

## II - Política de Crédito



P – Política de  
Crédito

## MINUTA

### Contato

**Pedro Vitor Zago**

**Sócio**

+55 (11) 2183-3290

pzago@kpmg.com.br

**Fernando Omori**

**Gerente sênior**

+55 (11) 2183-3381

fjomori@kpmg.com.br



© 2011 KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

O nome KPMG, o logotipo e "cutting through complexity" são marcas registradas ou comerciais da KPMG International.

---

**ANEXO F**

Demonstrações Financeiras de Embratel

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Empresa Brasileira de Tecnologia e  
Administração de Convênios HOM Ltda.**

Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de  
Convênios HOM Ltda.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 – 56

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**KPMG Assurance Services Ltda.**  
Av. Borges de Medeiros, 2.233 - 8º andar  
90110-150 - Porto Alegre, RS - Brasil  
Caixa Postal 199  
90001-970 - Porto Alegre, RS - Brasil

Central Tel 55 (51) 3303-6000  
Fax 55 (51) 3303-6001  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas da  
Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.  
Campo Bom - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

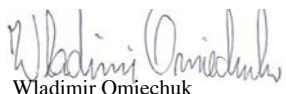


### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 02 de abril de 2012

KPMG Assurance Services Ltda.  
CRC 2SP023228/O-4-F-RS

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wladimir Omiechuk'.

Wladimir Omiechuk  
Contador CRC 1RS041241/O-2

Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2011	31/12/2010	Passivo	Nota	31/12/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	107.022	83.261	Fornecedores		3.869	1.699
Contas a receber de clientes	6	282.546	212.421	Rede credenciada a pagar	13	341.416	270.171
Estoque		1.661	643	Adiantamentos de clientes	14	38.306	25.906
Impostos a recuperar	7	4.244	2.539	Arrendamento mercantil a pagar	17	2.122	591
Adiantamentos		6.238	995	Empréstimos a pagar		1.200	-
Partes relacionadas	15	1.415	688	Obrigações e provisões trabalhistas		4.531	5.277
Despesas antecipadas		678	545	Impostos a pagar		2.474	1.229
Outros créditos		363	68	Partes relacionadas	15	54.761	41.769
		<u>404.167</u>	<u>301.160</u>	Outras contas a pagar		1.520	731
						<u>450.199</u>	<u>347.373</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		1.408	567	Arrendamento mercantil a pagar	17	1.017	339
Impostos a recuperar	7	127	127	Empréstimos a pagar		600	-
Impostos diferidos	8	9.364	10.051	Provisões para contingências	16	325	259
Outros créditos		562	-	Impostos diferidos	8	2.877	-
Propriedade para investimento	9	4.066	3.868	Outras contas a pagar		214	173
Imobilizado	10	34.294	6.674			<u>5.033</u>	<u>771</u>
Intangível	11	23.142	31.396	<b>Patrimônio líquido</b>			
Diferido	12	5.096	8.903	Capital social	19	52.393	52.393
		<u>78.059</u>	<u>61.586</u>	Prejuízos acumulados		(25.399)	(37.791)
						<u>26.994</u>	<u>14.602</u>
		<u>482.226</u>	<u>362.746</u>			<u>482.226</u>	<u>362.746</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010
<b>Receita</b>	20	117.056	95.094
<b>Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>		<u>(50.119)</u>	<u>(36.252)</u>
<b>Lucro bruto</b>		66.937	58.842
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Com vendas	21	(57.479)	(50.254)
Administrativas e gerais	21	(15.479)	(13.637)
Outras receitas operacionais		7.667	550
Outras despesas operacionais		<u>(184)</u>	<u>(2)</u>
<b>Lucro operacional</b>		1.462	(4.501)
Despesas financeiras	22	(2.669)	(1.830)
Receitas financeiras	22	<u>18.698</u>	<u>9.153</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		17.491	2.822
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>(5.099)</u>	<u>(1.640)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>12.392</u></u>	<u><u>1.182</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	52.393	(38.973)	13.420
Lucro líquido do exercício	-	1.182	1.182
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	52.393	(37.791)	14.602
Lucro líquido do exercício	-	12.392	12.392
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	52.393	(25.399)	26.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
<b>Lucro líquido do exercício</b>	12.392	1.182
<b>Ajustes por:</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.564	505
Depreciação e amortização	2.800	9.103
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.398	4.994
Provisão para contingências	66	(311)
Juros e encargos sobre financiamentos	232	186
Amortização de ativos diferidos	3.807	4.967
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Aumento em contas a receber	(77.523)	(64.181)
Aumento nos estoques	(1.018)	(115)
Aumento em impostos a recuperar	(1.705)	(1.223)
(Aumento) redução em outras ativos circulantes e não circulantes	(7.801)	885
Aumento em fornecedores e rede credenciada a pagar	73.415	71.796
Aumento em adiantamentos de clientes	12.400	928
(Redução) aumento em salários e férias a pagar	(746)	689
Aumento em impostos a recolher	1.907	701
Aumento em outros passivos circulantes e não circulantes	13.822	15.385
Juros pagos sobre empréstimos	(230)	(186)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(662)	(953)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>42.118</b>	<b>44.352</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(49.615)	(15.713)
Baixa de imobilizado	27.449	182
Aquisição de propriedades para investimento	(198)	(3.868)
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(22.364)</b>	<b>(19.399)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos tomados	5.884	1.200
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.877)	(773)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>4.007</b>	<b>427</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.761</b>	<b>25.380</b>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício (Nota 5)	83.261	57.881
No fim do exercício (Nota 5)	107.022	83.261
	<b>23.761</b>	<b>25.380</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

*(Em milhares de Reais)*

#### 1 Contexto operacional

Constituída em 18 de outubro de 1999, a Empresa Brasileira de Tecnologia e Administração de Convênios HOM Ltda. (“Empresa”) administra cartões-convênio nos segmentos de benefícios e de frotas. A Empresa tem sede na Rua Machado de Assis, nº 50, prédio 2, na cidade de Campo Bom (RS) e filiais nas cidades de São Leopoldo (RS), São Paulo (SP), Curitiba (PR), Campinas (SP), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Franca (SP), Fortaleza (CE), Recife (PE), Salvador (BA), Campo Bom (RS) e Goiânia (GO).

No segmento de benefícios, os cartões-convênio (farmácia, supermercado, postos de combustíveis e outros) possibilitam a compra para desconto em folha de pagamento com o salário do mês subsequente, e a linha de vale refeição e alimentação está vinculada ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

No segmento de frotas, os cartões-convênio controlam as despesas com abastecimento e manutenção, numa operação totalmente *on-line*, facilitando a administração e controle de grandes contingentes de veículos.

#### 2 Base de preparação

##### *a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)*

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 02 de abril de 2012.

##### *b. Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

# Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

### **c. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e use premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 9 - classificação de propriedade para investimento

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 – realização de impostos diferidos
- Nota 10 - vida útil de bens do ativo imobilizado
- Nota 11 - vida útil de componentes do ativo intangível
- Nota 12 – ativo diferido
- Nota 16 – contingências

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC, exceto nos casos indicados em contrário.

# Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### **a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

### **b. Instrumentos financeiros**

#### *i. Ativos financeiros não derivativos*

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Empresa tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

#### *ii. Passivos financeiros não derivativos*

A Empresa reconhece outros passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.



## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Empresa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil a pagar, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

#### *iii. Ajuste ao valor presente em ativos e passivos financeiros*

Como os saldos das contas de clientes, rede credenciada a pagar e partes relacionadas com o Banco Topázio a pagar (nota explicativa 06) são de uma relevância considerável, pequenas alterações nos prazos de vencimento produzem variações relevantes no floating financeiro.

Para representar adequadamente os saldos supracitados a Empresa considera as na adoção da taxa de ajuste a valor presente com base na sua taxa média de captação. A taxa é aplicada sobre o saldo de rede credenciada a pagar considerando o prazo médio de pagamento da rede. Para o saldo de contas a receber são considerados os vencimentos originais, ajustados utilizando a mesma taxa de desconto.

#### *iv. Instrumentos financeiros derivativos*

A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos nas datas-base apresentadas.

### **c. Imobilizado**

#### *i. Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Empresa não fez opção em utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme práticas contábeis anteriores (BRGAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do pronunciamento CPC 27 (Ativo Imobilizado). Além disso, a Empresa entende que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### *ii. Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### *iii. Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Empresa irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

• Aparelhos de telecomunicação	6 anos
• Benfeitoria em imóveis de terceiros	30 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Instalações	15 anos
• Máquinas e equipamentos	10 anos
• Móveis e utensílios	11 anos
• Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### iv. *Reclassificação para propriedade para investimento*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é reclassificada como propriedade para investimento. A Empresa adota a política de manter o método do custo para mensuração das propriedades para investimento.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### **d. Ativos intangíveis**

A Empresa realiza o reconhecimento de ativos intangíveis relacionados principalmente a *softwares*.

##### **i. Softwares**

A Empresa adota a política de reconhecimento de despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento de *softwares* para uso em suas operações. Estas despesas incluem gastos com terceiros contratados para o desenvolvimento dos sistemas operacionais utilizados pela Empresa e gastos com mão de obra interna de desenvolvimento.

Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:

- a.** Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda;
- b.** Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo;
- c.** Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos futuros;
- d.** Disponibilidade de recursos técnicos financeiros para a conclusão do ativo intangível;
- e.** Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Empresa efetuou revisão da vida útil dos *softwares* e após análise de equipe técnica interna considerou que os *softwares* contabilizados como ativo intangível possuem sua vida útil indefinida.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Assim, de acordo com o CPC 04, os ativos intangíveis com definição de vida útil indefinida não devem ser amortizados de forma linear. Em contrapartida, conforme exposto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida comparando o seu valor recuperável com o seu valor contábil: (a) anualmente; e (b) sempre que existam indícios de que o ativo intangível pode ter perdido valor.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Empresa considerou que o valor contábil de seus *softwares* não excede seu valor recuperável, e, desta forma, nenhuma provisão para redução a valor recuperável foi registrada durante o exercício.

#### *ii. Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com *ágio* gerado internamente e *marcas*, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

#### *e. Propriedade para investimento*

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção, ou fornecimento de produtos, ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

A depreciação decorrente da utilização do método de custo para mensuração de propriedade para investimento é calculada da mesma forma mencionada anteriormente no item (c) Imobilizado.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### **f. Diferido**

Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada de forma linear por um prazo de 5 anos. A Empresa optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização, provisão para redução ao valor recuperável ou baixa contra resultado.

#### **g. Arrendamento mercantil**

##### *i. Arrendamento financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Empresa os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

##### *ii. Arrendamento operacional*

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

##### *iii. Determinando se um contrato contém um arrendamento*

No começo de um contrato a Empresa define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito a Empresa de controlar o uso do ativo subjacente.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Empresa separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos.

#### ***h. Estoques***

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas condições existentes.

#### ***i. Redução ao valor recuperável de ativos***

##### ***i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Empresa sobre condições de que a Empresa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Empresa considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individual são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.



## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Empresa utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

#### *ii. Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Não ocorreram indicações de perda nos exercícios apresentados e consequentemente, a Empresa e suas controladas não possuem provisão para irrecuperabilidade registrada nesses exercícios.

#### *j. Provisões*

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### ***k. Receita operacional***

##### *i. Serviços*

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras.

##### *ii. Receita de aluguel*

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do contrato de aluguel.

#### ***l. Subvenção governamental***

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Empresa irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Empresa por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

#### ***m. Receitas financeiras e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

#### ***n. Imposto de renda e contribuição social***

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os valores apresentados consideram a adoção ao Regime Tributário Transitório ("RTT"), pela Empresa, facultativo nos exercícios anteriores em 2008 e 2009 e obrigatório a partir do ano-calendário 2010, conforme Lei nº 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela própria Lei nº 11.941/09 que converteu a Medida Provisória nº 449/08.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### ***o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas***

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo essas:

- Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgação
- Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro
- Alterações ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas
- Alterações ao IAS 28 – Investimentos em associadas
- Alterações ao IAS 1 – apresentação das demonstrações financeiras
- Alterações ao IAS 19 – benefícios a empregados
- IFRS 10 – demonstrações financeiras consolidadas
- IFRS 11 – acordos em conjunto
- IFRS 12 – divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias, empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas;
- IFRS 13 – mensuração de valor justo
- IFRIC 20 – Custos relacionados a extração mineral

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Empresa não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

#### **4 Gerenciamento de risco financeiro**

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

- risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Empresa, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Empresa. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

#### ***Estrutura do gerenciamento de risco***

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Empresa. As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### ***a. Risco de crédito***

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de outros créditos.

#### ***Contas a receber de clientes e outros créditos***

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente ou do grupo comercial / financeiro do qual o mesmo faz parte. São levados em consideração o número de funcionários e o tamanho da frota do cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito. Geograficamente não há concentração de risco de crédito.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

A Empresa estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. Esta análise é efetuada primeiramente pelo analista de crédito, que avalia a capacidade de pagamento e pontualidade, histórico de compra junto à Empresa e a avaliação cadastral, referências bancárias e comerciais. As aprovações de créditos são realizadas conforme tabela de alçadas fixadas em políticas. Caso o crédito venha a ser reprovado em uma primeira análise, a solicitação é encaminhada para avaliação do comitê de crédito.

#### ***b. Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e otimização de seu retorno de caixa sobre investimentos. A Empresa garante que possui saldo suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

#### ***c. Risco de mercado***

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactem nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

#### **d. Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa.

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional, visando evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Empresa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Código de ética e conduta;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.



## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### *e. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

#### **5 Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	13	11
Bancos	9.152	12.985
Aplicações financeiras	<u>97.857</u>	<u>70.265</u>
	<u>107.022</u>	<u>83.261</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos apurados até 31 de dezembro de 2011. Os rendimentos são apropriados “*pro rata temporis*” e as aplicações realizadas em instituições financeiras em diversidade suficiente para evitar concentrações de disponibilidades.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

Aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados a uma taxa média ponderada de 89% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro 2011.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa 18.

#### 6 Contas a receber de clientes

<b>Circulante</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Cientes a receber - mercado interno	205.383	122.094
Ajuste a valor presente	(428)	(275)
Valores a faturar de clientes	98.251	103.864
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(20.660)</u>	<u>(13.262)</u>
Total	<u><u>282.546</u></u>	<u><u>212.421</u></u>

O montante apresentado como valores a faturar a clientes refere-se a transações processadas que representam valores de compras realizadas na rede credenciada à Empresa mas ainda não faturada a clientes, devido à data de corte do faturamento periódico.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a posição das contas a receber vencidas e a vencer é a seguinte:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Valores vencidos		
1 a 90 dias	63.023	25.992
91 a 180 dias	5.538	3.586
Acima de 180 dias	<u>20.905</u>	<u>17.488</u>
	89.466	47.066
A vencer	<u>115.489</u>	<u>74.753</u>
	204.955	121.819
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(20.660)</u>	<u>(13.262)</u>
<b>Total líquido</b>	<b><u>184.295</u></b>	<b><u>108.557</u></b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa refere-se a valores que a Empresa entende como risco de perda provável, mantendo a Empresa procedimentos de cobrança.

A exposição da Empresa a riscos de crédito está divulgada na nota explicativa 18.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 7 Impostos a recuperar

##### Circulante

	31/12/2011	31/12/2010
PIS/COFINS a recuperar	952	309
CSLL a recuperar	444	347
IRRF a recuperar	2.616	1.593
Outros	232	290
<b>Total</b>	<b>4.244</b>	<b>2.539</b>

##### Não Circulante

	31/12/2011	31/12/2010
PIS/COFINS a recuperar	127	127
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>127</b>

O saldo de IRRF a recuperar está substancialmente representado por imposto de renda retido na fonte conforme IN 177/87, que devido ao resultado do exercício, se transforma em impostos pagos a maior e, de acordo com as estimativas da administração, será compensado no ano de 2012.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 8 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Ativo não circulante</b>		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	31.047	31.047
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
<b>Sub-total</b>	<u>10.556</u>	<u>10.556</u>
Compensação no exercício	(687)	(505)
Compensação acumulada	<u>(1.192)</u>	<u>(505)</u>
<b>Total</b>	<u>9.364</u>	<u>10.051</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Ajuste de avaliação patrimonial por custo atribuído	5.224	-
Ajuste a valor presente	3.206	-
Outras diferenças temporárias	33	-
Alíquota de IRPJ e CSLL	34%	34%
<b>Sub-total</b>	<u>2.877</u>	<u>-</u>

A Empresa, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores até o exercício de 2007.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Empresa. Além do montante reconhecido até o exercício de 2007 a Empresa possui um saldo de R\$ 22.109 referente a prejuízos fiscais acumulados não registrados. Considerando as projeções de resultado, a administração decidiu manter o saldo de imposto diferido constituído até 2007, sendo que o registro adicional de impostos diferidos estará pautado em um histórico consistente de resultados tributáveis no futuro.

O saldo do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Além disso, a Empresa apresenta as seguintes diferenças temporárias para as quais não possui impostos diferidos registrados pelos motivos mencionados anteriormente:

	Base em 31/12/2011	34% Impostos Diferidos
<b>Natureza</b>		
Provisao para contingências trabalhistas	325	111
Provisao para créditos de liquidação duvidosa	2.750	935
Outras provisões	1.037	353
<b>Total</b>	<u>4.112</u>	<u>1.398</u>

As movimentações de imposto de renda e contribuição social diferidos durante os exercícios demonstrados foram integralmente reconhecidas no resultado.

As projeções indicam que o saldo de créditos tributários registrado contabilmente sobre prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2011 na Empresa será absorvido por lucros tributáveis estimados para os próximos 2 anos, conforme demonstrado abaixo:

Exercício	IRPJ	CSLL	TOTAL	% de Realização
2012	2.317	834	3.151	34%
2013	4.568	1.645	6.213	66%
<b>Total</b>	<u>6.885</u>	<u>2.479</u>	<u>9.364</u>	<u>100%</u>

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 9 Propriedades para investimentos

A Empresa adquiriu em janeiro de 2010 propriedades para investimentos. As propriedades para investimento incluem terrenos no valor de R\$ 1.742 e edificações no valor de R\$ 1.828 situados na cidade de Novo Hamburgo/RS.

Em maio de 2010 a Empresa recebeu de um cliente como dação em pagamento de títulos vencidos um imóvel situado no município de Xangri-lá/RS, o qual é parte de um condomínio residencial. Este imóvel foi registrado em propriedade para investimentos, no valor de R\$ 298, considerando a dívida do cliente e os custos de registro e impostos do referido imóvel.

Em dezembro de 2011 foi realizada uma integralização de capital para investimento na empresa Good Turismo e Negócios HL Ltda no valor de R\$ 198.

	31/12/2011	31/12/2010
Imóveis	3.868	3.868
Good Turismo e Negócios HL Ltda	198	-
<b>Total</b>	<b>4.066</b>	<b>3.868</b>



Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM  
Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

**10 Imobilizado**

**a. Composição do ativo imobilizado**

A composição do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está apresentada a seguir:

			31/12/2011	31/12/2010
Itens	Taxa de depreciação média ponderada % a.a.	Custo	Depreciação	Valor líquido
Aparelhos de telecomunicação	17%	791	(448)	343
Benfeitoria em imóveis de terceiros	3%	3.857	(514)	3.343
Computadores e periféricos	20%	11.518	(6.067)	5.451
Instalações	7%	16	(5)	11
Máquinas e equipamentos	10%	112	(55)	57
Móveis e utensílios	9%	2.894	(1.162)	1.732
Imobilizado em andamento		22.830	-	22.830
Garantia Estendida	20%	683	(156)	527
<b>Total</b>		<b>42.704</b>	<b>(8.407)</b>	<b>34.294</b>

Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM  
Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

**b. Movimentação do custo e depreciação**

A movimentação do valor residual líquido do ativo imobilizado da Empresa está apresentada abaixo:

Itens	Valor residual líquido em 31/12/2010	31/12/2011			Valor residual líquido em 31/12/2011
		Adição	Baixa	Depreciação	
Aparelhos de telecomunicação	344	116	(87)	(30)	343
Benfeitoria em imóveis de terceiros	2.207	1.252	(2)	(114)	3.343
Computadores e periféricos	2.793	3.922	(303)	(961)	5.451
Instalações	11	1	-	(1)	11
Máquinas e equipamentos	22	45	-	(10)	57
Móveis e utensílios	1.297	717	(50)	(232)	1.732
Imobilizado em andamento	-	22.830	-	-	22.830
Garantia estendida	-	683	-	(156)	527
<b>Total</b>	<b>6.674</b>	<b>29.566</b>	<b>(442)</b>	<b>(1.504)</b>	<b>34.294</b>

Os bens da Empresa são registrados pelo custo de aquisição e instalação. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas descritas nas tabelas. Os ativos da Empresa têm o seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a Empresa não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável. A avaliação é realizada com base, principalmente, em projeções de resultado e análise econômica e financeira do mercado de atuação da Empresa.

#### 11 Intangível

##### a. Composição do intangível

A composição do ativo intangível em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está apresentada a seguir:

Itens	31/12/2011		31/12/2010	
	Custo	Amortização	Valor líquido	Valor líquido
Softwares adquiridos de terceiros	12.187	(2.389)	9.798	2.478
Softwares desenvolvidos internamente	36.133	(22.934)	13.199	28.778
Marcas e patentes	145	-	145	140
<b>Total do Intangível</b>	<b>48.465</b>	<b>(25.323)</b>	<b>23.142</b>	<b>31.396</b>

Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM  
Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

**b. Movimentação do custo e amortização**

A movimentação de custo e amortização de intangível para saldos estão apresentados abaixo:

		31/12/2011			Valor residual líquido em 31/12/2011
	Valor residual líquido em 31/12/2010	Adições	Baixas	Amortização	
Softwares adquiridos de terceiros	2.478	8.690	(3.537)	2.167	9.798
Softwares desenvolvidos internamente	28.778	11.354	(23.470)	(3.463)	13.199
Marcas e patentes	140	5	-	-	145
<b>Total</b>	<b>31.396</b>	<b>20.049</b>	<b>(27.007)</b>	<b>(1.296)</b>	<b>23.142</b>

As contas do intangível da Empresa são compostas pelas licenças e gastos com a implantação dos sistemas comprados de terceiros e gastos com mão de obra interna no desenvolvimento de *softwares*.

Em sua revisão quanto às estimativas de vida útil para os *softwares* que compõem o saldo de ativo intangível, a Administração avaliou que os mesmos têm vida útil média de 5 anos. Essa avaliação considerou a utilização dos sistemas, manutenções, gastos com melhorias, receitas auferidas no período e projetadas para os próximos 5 anos.

A Empresa adotou critério para testes de redução ao valor recuperável desses ativos, em 2011, identificando que não houve necessidade de provisão.

As amortizações conforme quadro acima se referem ao período findo em 31 de dezembro de 2011.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 12 Diferido

	31/12/2011	31/12/2010
Gastos com desenvolvimento de novos mercados	17.894	17.894
Gastos com reestruturação da empresa	9.597	9.597
(-) Amortização acumulada	(22.395)	(18.588)
<b>Total</b>	<b>5.096</b>	<b>8.903</b>

Os valores reconhecidos são relativos a gastos com desenvolvimento de novos mercados, carteira de clientes, prospecção de vendas e reestruturação da empresa incorridos até 31 de dezembro de 2007, amortizados de forma linear por um prazo de 5 anos.

#### 13 Rede credenciada a pagar

	31/12/2011	31/12/2010
Rede credenciada a pagar	347.515	273.315
Ajuste a valor presente	(6.099)	(3.144)
<b>Total</b>	<b>341.416</b>	<b>270.171</b>

Esta conta registra as obrigações com a rede credenciada, sendo que na operação normal o cliente paga a Empresa e esta reembolsa a rede conveniada conforme seu prazo de vencimento estabelecido em contrato.

Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM  
Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

**14 Adiantamentos de clientes**

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Adiantamentos de clientes	38.306	25.906

A conta de adiantamento de clientes representa os créditos inseridos nos cartões convênios, pagos pelos clientes, porém não utilizados até a data do balanço.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 15 Partes relacionadas

A Empresa realiza operações com empresas do mesmo grupo empresarial, sendo na obtenção ou no fornecimento de prestação de serviços com as empresas ligadas. O total das operações realizadas entre as partes relacionadas está demonstrado abaixo:

	2011					
	Caixa e equivalentes	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita	Custo serviços prestados	Despesas administrativas
Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações HUA Ltda.	-	-	4.696	110	9.280	9.766
Banco Topázio S.A.	64.101	40	49.783	6.349	-	124
Intermetro Locações e Serviços Poah LTDA	-	-	-	-	-	723
Intercom Participações Societárias B.O.Z. Ltda	-	-	-	-	-	584
IC Soluções Hoteleiras	-	-	-	5	-	246
Goodcard Licenciamentos QBUA Ltda	-	1	-	-	-	-
Emp. Bras. de Tecnologia e Administração de Cartões BHOA Ltda	-	118	-	-	-	-
Empresa Brasileira de Meios de Pagamento HS Ltda	-	69	282	-	-	4.189
Good Assis Plano Odontológico QAA Ltda	-	34	-	-	-	-
Good Turismo e Negócios HL Ltda	-	32	-	-	-	-
ITS System Tecnologia e Processamento de Dados HH Ltda	-	1.120	-	-	-	-
Quantiza Tecnologia da Informação Ltda	-	1	-	-	-	-
	<u>64.101</u>	<u>1.415</u>	<u>54.761</u>	<u>6.464</u>	<u>9.280</u>	<u>15.632</u>



## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	2010					
	Caixa e equivalentes	Ativo circulante	Passivo circulante	Receita	Custo serviços prestados	Despesas administrativas
Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações HUA Ltda.	-	278	-	263	8.967	-
Banco Topázio S.A.	69.177	362	41.718	3.293		47
Metropolitana Incorporações e Locações de Bens Ltda.	-	-	-	-		446
Intercom Participações Societárias B.O.Z. Ltda	-	-	33	-	-	417
IC Soluções Hoteleiras	-	31	18	-	-	258
Good Assis Plano Odontológico QAA Ltda	-	1	-	-	-	-
Good Turismo e Negócios HL Ltda	-	16	-	-		
	<u>69.177</u>	<u>688</u>	<u>41.769</u>	<u>3.556</u>	<u>8.967</u>	<u>1.168</u>

A operação com as empresas do mesmo grupo econômico consistem basicamente em:

- Getnet Tecnologia em Processamento de Transações HUA Ltda: A Getnet fornece basicamente o serviço de captura e processamento de transações trafegadas na rede Goodcard. Fornece também o equipamento de captura à rede credenciada e faz a manutenção do sistema.
- Banco Topázio S.A: O Banco Topázio é parceiro da Empresa na prestação de serviços com clientes e rede credenciada mediante acordo operacional. Atualmente sua principal operação é a antecipação de recebíveis, onde a Topázio paga a rede descontando sua taxa de antecipação e posteriormente a Empresa reembolsa a mesma.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Intermetro Locações e Serviços POAH Ltda.: Atualmente as operações entre as empresas se restringe a locação de salas comerciais.
- IC Soluções em Hotelaria Ltda.: A Empresa contrata serviços de hospedagem na rede Intercity, e por sua vez a mesma contrata serviços da Empresa, referente à gestão de benefícios e frotas.
- Intercom Participações Societárias BOZ Ltda.: A Intercom fornece serviços de assessoria administrativa referente a alterações contratuais, guarda de documentos (arquivamento) e serviços diversos que atendam a uma demanda específica (fusões, incorporações, etc).
- Empresa Brasileira de Meios de Pagamento HS Ltda.: A empresa fornece serviços relativos a administração da rede credenciada tais como sinalização, credenciamento, digitação de documentos e *call center*.

#### 16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Empresa apresentava os seguintes saldos de depósitos judiciais e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Natureza	Provisões para riscos cíveis e trabalhistas	
	31/01/2011	31/12/2010
Trabalhista	251	185
Cível	74	74
	<u>325</u>	<u>259</u>

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

A Empresa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões esfera judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião de seus consultores legais externos.

Provisões de natureza trabalhista: consistem, principalmente, em reclamações trabalhistas de ex-empregados e estão vinculadas a discussões sobre verbas oriundas do contrato de trabalho.

Provisões de natureza cíveis: as principais ações estão relacionadas com indenizações por responsabilidade civil, custas e honorários, e decorrem das atividades operacionais das empresas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para contingências constituída, conforme apresentado, é suficiente para cobrir as perdas prováveis com os processos judiciais.

A Empresa também é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pela Administração e seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

<b>Tipo de processo</b>	<b>31/01/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Cíveis	542	215
Trabalhistas	445	633
	<b>987</b>	<b>848</b>

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 17 Arrendamento mercantil a pagar

A Empresa adquiriu determinados bens através de contratos de arrendamento mercantil, sendo estes classificados pela administração como arrendamento mercantil financeiro. O total a pagar referente aos contratos em aberto está demonstrado a seguir:

Contraparte	Vencimento	31/12/2011	31/12/2010
HSBC	2012	377	930
Itau	2013	2.762	-
		<b>3.139</b>	<b>930</b>
Passivo circulante		2.122	591
Passivo não circulante		1.017	339
<b>Total</b>		<b>3.139</b>	<b>930</b>

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2011 estão sujeitos a encargos de 0,19% a.m.

#### 18 Instrumentos financeiros

##### a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

# Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

		31/12/2011			31/12/2010		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
<b>Ativos</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	5	107.022		107.022	83.261		83.261
Contas a receber clientes	6	-	282.546	282.546		212.421	212.421
<b>Passivos</b>							
Arrendamento mercantil a pagar	17	-	(3.139)	(3.139)		(930)	(930)
Fornecedores		-	(3.869)	(3.869)		(1.699)	(1.699)
Rede credenciada a pagar	13	-	(341.416)	(341.416)		(270.171)	(270.171)
<b>Total</b>		<b>107.022</b>	<b>(65.878)</b>	<b>41.144</b>	<b>83.261</b>	<b>(60.559)</b>	<b>22.882</b>

### **b. Riscos de crédito**

#### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	5	107.022	83.261
Contas a receber clientes	6	303.206	225.683
<b>Total</b>		<b>410.228</b>	<b>308.944</b>

O vencimento de contas a receber de clientes está apresentada na nota explicativa 6, assim como provisão para redução a valor recuperável. Nos demais ativos financeiros não há montantes vencidos.

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### c. Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31 de dezembro de 2011 Em milhares de Reais	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>					
Fornecedores	3.869	3.869	3.869		
Rede credenciada a pagar	341.416	347.515	347.515		
Arrendamento mercantil a pagar	3.139	3.681	1.349	1.141	1.191
Adiantamentos de clientes	38.306	38.306	38.306		
Partes Relacionadas	54.761	54.761	54.761		
	<b>441.491</b>	<b>448.132</b>	<b>445.800</b>	<b>1.141</b>	<b>1.191</b>

#### d. Risco de taxa de juros

##### Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	31/12/2011	31/12/2010
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros	97.857	70.265
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Passivos financeiros	(4.939)	(930)

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### *Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa variável*

Para os saldos de aplicações financeiras mantidas em caixa e equivalentes de caixa, sujeitas a variação de taxa da CDI, a administração considerou no cenário provável a taxa da CDI na data de 31 de dezembro de 2011 sobre o % de variação de CDI médio ponderado a partir das características das aplicações mantidas pela Empresa (nota explicativa 5) de 89% da taxa CDI. O cenário I considera a desvalorização de 25% desta taxa e o cenário II considera desvalorização de 50%.

	<b>Receita anual sobre índice 31/12/2011</b>	<b>Taxa provável</b>	<b>Cenário I Redução de 25%</b>	<b>Cenário II Redução de 50%</b>
Ativos financeiros sujeitos a 89% da variação CDI: R\$ 97.857 (principal)	9,67%	9,67%	7,26%	4,84%
Projeção anual sobre ativo financeiro	9.467	9.467	7.100	4.733
Variação		-	(2.367)	(4.733)



## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### *e. Valor justo*

Os valores justos dos instrumentos financeiros obtidos através da metodologia acima, apresentados apenas para fins de demonstração, são como segue:

	<b>Valor contábil</b> <b>31/12/2011</b>	<b>Valor justo</b> <b>31/12/2011</b>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	107.022	107.022
<b>Total</b>	<b>107.022</b>	<b>107.022</b>
Passivos financeiros:		
Empréstimos e financiamentos	1.800	1.800
Arrendamento mercantil a pagar	3.139	3.139
<b>Total</b>	<b>4.939</b>	<b>4.939</b>

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Empresa:

Caixa e equivalentes de caixa: as aplicações financeiras possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, desta forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

Arrendamento mercantil: as operações de arrendamento mercantil foram consideradas pela Administração como instrumentos com valores próximos ao valor justo, sendo que instrumentos similares não teriam índices de correção diferentes de forma significativa.

# Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### *f. Hierarquia do valor justo*

Os instrumentos financeiros mensurados a valor justo são classificados pela Empresa como de nível 2 (inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)).

## 19 Patrimônio líquido

### *a. Capital social*

O capital social no valor de R\$ 52.393 (R\$ 52.393 em 2010), está composto de 52.393.081 cotas a um preço de exercício de R\$ 1,00 (Um real) por cota.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2011 compreende:

	Quantidade de ações	Participação
<u>Acionistas</u>		
Haroldo Pimentel Stumpf	181.052	0,3%
Intercom Participações Societárias BOZ Ltda	8.871.606	16,9%
Buzau Inversiones A A S.A.	32.861.807	62,7%
Anajec Empreendimentos e Participações Ltda	10.478.616	20,0%
Total	52.393.081	100%

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 20 Receita operacional

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

##### Receita operacional

		<b>2011</b>	<b>2010</b>
		<hr/>	<hr/>
Receita bruta fiscal		133.268	107.627
Impostos sobre vendas e outras deduções		<hr/> (16.212) <hr/>	<hr/> (12.533) <hr/>
<b>Total de receita contábil</b>		<b>117.056</b>	<b>95.094</b>
		<hr/>	<hr/>
		<b>2011</b>	<b>2010</b>
		<hr/>	<hr/>
Receita de serviços	(a)	35.373	29.475
Receita de estabelecimentos	(b)	93.936	73.693
Receitas de aluguel	(c)	3	228
Outras receitas	(d)	3.956	4.231
		<hr/>	<hr/>
<b>Total receita operacional</b>		<b>133.268</b>	<b>107.627</b>

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

**a. Receita de serviços a clientes:**

Segmento frotas: são executados diversos serviços referentes à gestão de frotas de clientes como: o controle do vencimento da documentação dos veículos, relatórios gerenciais sobre o abastecimento, controle gerencial das manutenções e outros que são remunerados ou por custo fixo por veículo ou percentual sobre a compra de combustível.

Segmento benefícios: são executados diversos serviços como a integração em folha de pagamento, relatórios, etc. que são remunerados como anuidade de cartões e outras receitas diretamente oriundas dos clientes da Empresa.

**b. Receita de estabelecimentos:**

Cada estabelecimento possui uma taxa contratual firmada conforme negociação prévia, sobre o valor da operação realizada nos estabelecimentos pelos clientes da Empresa. Esta taxa e algumas tarifas são descontadas no momento do pagamento, compondo esta receita.

**c. Receita de aluguel:**

Esta receita baseia-se em valores residuais de equipamentos de POS locado a estabelecimentos conveniados.

**d. Outras receitas operacionais:**

Refere-se principalmente ao desenvolvimento de sistemas para terceiros.

Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM  
Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

**21 Despesas por natureza**

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Depreciação e amortização	12.011	14.045
Produtos adquiridos	1.472	1.278
Agenciamento e intermediação	7.627	-
Despesa com captura de transações	7.692	-
Despesas com pessoal	41.552	21.171
Serviços de terceiros	14.952	27.556
Encargos	551	7.177
Aluguéis	4.076	2.268
Propaganda e publicidade	4.247	3.646
Perda no Recebimento de Crédito	15.063	5.458
Telecomunicações	2.443	1.048
Despesas de Viagem	5.494	4.576
Outros Custos	2.067	2.194
Outras Despesas	3.830	9.726
<b>Total</b>	<b>123.077</b>	<b>100.143</b>
Despesas de vendas	(57.479)	(50.254)
Despesas administrativas e gerais	(15.479)	(13.637)
Custo dos produtos e dos serviços vendidos	(50.119)	(36.252)
<b>Total</b>	<b>(123.077)</b>	<b>(100.143)</b>

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 22 Resultado financeiro

O resultado das despesas e receitas financeiras foi obtido da seguinte forma:

<b>Receitas financeiras</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Juros apropriados/obtidos	11.776	5.389
Variação cambial/monetária ativa	-	650
Receitas com aplicações financeiras	6.820	3.063
Outras receitas financeiras	102	51
	<b>18.698</b>	<b>9.153</b>

<b>Despesas financeiras</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Encargos financeiros	358	164
IOF contratual	122	116
Descontos concedidos	1.682	1.018
Outras despesas financeiras	507	532
	<b>2.669</b>	<b>1.830</b>

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

#### 23 Despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas sobre o resultado é demonstrada como segue:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.491	2.822
Outras adições permanentes	972	1.502
Outras exclusões permanentes	<u>(1.178)</u>	<u>(661)</u>
Base de cálculo	17.285	3.663
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	(5.877)	(1.245)
Variação de diferenças temporárias	(242)	(923)
Compensação de prejuízos fiscais	687	505
Outros	<u>333</u>	<u>23</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(5.099)</u>	<u>(1.640)</u>
Alíquota fiscal efetiva	29%	45%

## Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM Ltda.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

#### 24 Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

O seguro de riscos empresariais é contratado sob a modalidade de maior probabilidade de riscos, com base em análise de riscos realizados por empresa especializada. As coberturas são contra incêndio de prédio e conteúdo, danos elétricos, roubo/furto de bens, vendaval/ciclones e tornados, tumultos/greves e atos dolosos, recomposição de registros e documentos. Os montantes cobertos por seguros em 31 de dezembro de 2011 estão apresentados abaixo:

<b>Bem segurado</b>	<b>Valor da cobertura</b>
Prédio e conteúdo	23.818
	<b>23.818</b>



Empresa Brasileira de Tecnologia em Convênios HOM  
Ltda.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais)*

\* \* \*

Marcos Schoenberger  
DiretorPresidente

Guilherme Tarrago de Souza  
Diretor Executivo de Administração  
e Finanças

Janete Vicente da Silva Darski  
Contadora  
CRC/RS 076147/O-4

Emissor

# FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS GOOD CARD

CNPJ/MF nº 14.298.854/0001-00

Administradora



Coordenador Líder



Agência de Classificação de Risco



Custodiante



Auditor Independente e Auditor de Conformidade



Cedente



Assessoria Jurídica do Cedente



Assessoria Jurídica do Coordenador Líder

PINHEIRO GUIMARÃES  
ADVOGADOS



(11) 3121-5555